TERRITÓRIO FEMININO

Rosana Maria Pires Barbato Schwartz
Dângela Nunes Abiorana (Orgs.)



e-Manuscrito

TERRITÓRIO FEMININO

Rosana Maria Pires Barbato Schwartz
Dângela Nunes Abiorana
(Orgs.)

Rosana Maria Pires Barbato Schwartz e
Dângela Nunes Abiorana
(Orgs.)

TERRITÓRIO FEMININO

São Paulo
e-Manuscrito
2020

e-Manuscrito
www.emanuscrito.com.br
emanuscrito@uol.com.br
Tels: (11) 5978-4547 / (11) 97171-3871
CNPJ: 18.353.444/0001-76

S399t Schwartz, Rosana Maria Pires Barbato; Abiorana, Dângela Nunes (Orgs.)

Território feminino.
Rosana Maria Pires Barbato Schwartz; Dângela Nunes Abiorana (Orgs.).
São Paulo: e-Manuscrito, 2020.

338 p
ISBN 978-65-86723-05-2

1. território 2. feminino 3. história cultural 4. cultura 5. pesquisa

CDD 981
CDU 930.85

CONSELHO EDITORIAL

Profa. Dra. Angela Maria Roberti Martins (UERJ)
Prof. Dr. Antonio Castillo Gómez (UAH/Madrid)
Prof. Dr. Antonio Otaviano Vieira Junior (UFPA)
Prof. Dr. Antonio Rago Filho (PUC/SP)
Prof. Dr. Azemar dos Santos Soares Júnior (UFRN)
Profa. Dra. Cristina Scheibe Wolff (UFSC)
Prof. Dr. Fernando de Sousa (CEPESE/Portugal)
Prof. Dr. Francisco Alcides do Nascimento (UFPI)
Profa. Dra. Glaura T. Nogueira Lima (UFTM/MG)
Prof. Dr. Henrique Alonso Pereira (UFRN)
Prof. Dr. Iranilson Buriti (UFCG/PB)
Profa. Dra. Iara Beleli (UNICAMP)
Prof. Dr. João do Prado F. de Carvalho (UNIFESP)
Prof. Dr. Leandro Pereira Gonçalves (UFJF/MG)
Prof. Dr. Luis Balkar Peixoto Pinheiro (UFAM)
Prof. Dr. Luiz Carlos Barreira (UNISANTOS)
Prof. Dr. Manolo Garcia Florentino (UFRJ)
Profa. Dra. Maria Cristina Dadalto (UFES)
Profa. Dra. Maria Izilda Santos de Matos (PUC/SP)
Profa. Dra. Meize Regina de Lucena Lucas (UFCE)
Prof. Dr. Oswaldo Truzzi (UFSCar)
Profa. Dra. Tania Regina de Luca (UNESP/Assis)
Profa. Dra. Valéria Aparecida Alves (UECE)
Prof. Dr. Vitorio Capelli (UNICAL/Itália)
Profa. Dra. Yvone Dias Avelino (PUC/SP)

Todos os direitos reservados à e-Manuscrito.

Copyright © 2020 - Orgs. Rosana Maria Pires Barbato Schwartz e Dângela Nunes Abiorana

Este livro ou parte dele não pode ser reproduzido por qualquer meio sem a autorização da e-Manuscrito.

As ideias contidas neste livro são de responsabilidade de seus autores.

Editores responsáveis: Gustavo F. S. Ferreira e Karina Cobo Bardavira

Capa: Gustavo F. S. Ferreira e Karina Cobo Bardavira

Ilustrações capa: Paulo Vergolino

Elemento fundo capa: Created by Freepik

PREFÁCIO

Sempre que surge um convite para prefaciar um livro, tenho duas sensações. Uma é de alegria, pelo reconhecimento daquele que convida. Outra, de certa perplexidade, o desejo de capturar no texto aquilo que chame a atenção dos leitores para a temática da obra, no sentido de ajudar a viver e a conviver em uma sociedade à deriva que, de um jeito ou de outro, exclui o feminino. Um projeto civilizatório não pode ser democrático e dialogante sem a figura do feminino.

Cada linha escrita pelos novos pesquisadores deste livro revela a busca incansável de utilizar em suas pesquisas e produções uma atitude interdisciplinar, até mesmo transdisciplinar e holística. Qualquer processo humanizador tem de estabelecer conexões entre as partes, transitar do singular ao universal, da aparência à essência, da parte ao todo, e vice-versa. Quando fragmentado, produz certa cegueira do conhecimento. A pesquisa e o conhecimento comprometidos com a vida tendem a compreender e interpretar a situação, e tomar decisões.

Para utilizar um símbolo, diríamos que, numa visão panorâmica, os pesquisadores buscam alçar o voo da águia, mas também esgaravatar o terreiro como a galinha. Águia e galinha trabalham na altura e no rés do chão. Os pesquisadores procuram mostrar a construção do feminino a partir dos territórios e da territorialidade em que se encontram as mulheres. É nesse locus de subjetivação e objetivação que buscam capturar o jeito feminino de agir, de viver, de morar, de ser, bem como sua apropriação dessas múltiplas esferas. Os capítulos deste livro são sempre uma síntese entre a teoria e a experiência cotidiana.

A tríade territórios, territorialidade e feminino não se deve ver como uma polissemia, mas enquanto possibilidade de tecer um projeto civilizatório em que as pessoas sejam capazes de ser dialogantes, solidárias, justas, livres e amorosas. As relações amorosas, diríamos com Henry Léfèbvre, têm de ser reinventadas cotidianamente, para que homens e mulheres não se tornem máquinas, seres coisificados, agentes de destruição um do outro e do planeta. Assim também devem ser desreificadas as lutas que buscam a emancipação e os conceitos analíticos da realidade.

O locus em que as mulheres transitam é rico de práticas emancipatórias, de resistência e justiça, que precisam ser qualificadas como exercícios de liberdade. Nele, o que está em pauta é a libertação dos corpos, a libertação da vida, é a construção de uma politicidade fundada na justiça social. Esse movimento constitui uma prática de politicidade que transita entre o mundo privado e o mundo público. A prática de exploração que afeta a condição feminina está presente no mundo privado e ganha força no mundo público. O mandão da esfera pública é o mandão na esfera privada. Essa dinâmica se cria e recria

nas relações afetivas e no jeito de conviver. Assim, os processos de exploração e dominação se produzem e reproduzem nas duas esferas.

Arendt, Luxemburgo, Beauvoir e Heller pensam a questão do feminino como condição humana. Elas entendem que o problema ultrapassa o cotidiano e vai além. Por essa perspectiva, sua solução passa pelas esferas pública e privada, pois uma repercute na outra. São autoras criticadas e, ao mesmo tempo, nelas encontramos uma chave de leitura para desvelar essa temática. Olhando para as pesquisas sobre o feminino, temos a percepção de que o essencial para o processo de emancipação das mulheres é que elas participem da arena política e protagonizem no mundo do trabalho. É daí que poderão modificar as estruturas sociais e institucionais que sustentam a cultura e o pensamento machista.

Pesquisadores e pesquisadoras vinculados ao núcleo de pesquisa de cultura e mídia vêm produzindo e contribuindo para a construção de uma cultura emancipadora das mulheres, não no sentido de formar guetos ou grupos rivais, de dominar ou explorar os homens. O que se requer é uma outra humanização, um processo civilizatório fundado na democracia e no diálogo. As questões femininas não são apenas questões de mulher, mas de toda a humanidade.

O Grupo de Pesquisa História, Cultura, Sociedade e Mídia sempre se voltou para a análise do feminismo nos múltiplos territórios. No raiar do século XXI, vinte anos atrás, Maria Aparecida Macedo Pascal trouxe um dos primeiros estudos sistemáticos desse Grupo, mostrando como o discurso higienista tratava a mulher e a família. Um segundo trabalho, de Rosana M. P. B. Schwartz, problematizou a questão das mulheres a partir dos movimentos de luta. Já no início da formulação desse Grupo, encontramos as primeiras discussões sobre território, territorialidade e o feminino. A título de aprofundamento, citamos o livro Gênero, mídia, sociedadeI (Expressão e Arte).

Este livro, que prefaciamos, é uma retomada e uma continuidade dessas discussões. Em cada artigo o leitor poderá encontrar um jeito, uma perspectiva de discussão do feminino. Gostaria de agradecer aos pesquisadores pela oportunidade de fazer este prefácio e desejar uma boa leitura a todos.

João Clemente de Souza Neto
(Doutor em Ciências Sociais)

SUMÁRIO

Apresentação..... 09
Dângela Nunes Abiorana

Mídia, mulher e política: as relações e dinâmicas das representações femininas nos telejornais e na política partidária brasileira..... 11
Rosana M. P. B. Schwartz

Elza, a diva: uma vida de cultura e resistência através de suas músicas..... 25
Dângela Nunes Abiorana, Jonas Nogueira Junior
e Sheila Cristina Silva Aragão Caetano

O feminino entre a culpa e o pecado: reflexos da exploração, opressão e dominação da mulher..... 39
Vanessa Zinderski Guirado

Percepções sobre a trajetória do movimento feminista..... 65
Erica de Souza Paixão

As mulheres nos anos 1930 e a luta por direitos no Brasil..... 77
Wesley Espinosa Santana e Rosana M. P. B. Schwartz

1932: liberdade para as amazonas..... 89
Luiz Eduardo Pesce de Arruda

As lavadeiras no Nordeste: a história oral na construção da identidade feminina..... 123
Sebastião Jacinto dos Santos e João Clemente de Souza Neto

O corpo na obra gravada de Hans Steiner: a atuação do artista gravador e sua dedicação a algumas comunidades indígenas brasileiras..... 133
Paulo Leonel Gomes Vergolino

O modo autômato do corpo feminino em performance contemporânea..... 149
Dângela Nunes Abiorana

O corpo de ORLAN: território simbólico e suporte para a constituição de suas experiências estéticas..... 165
Isabel Orestes Silveira

Grafite e identidade feminina: cultura, cidadania e mensagem da cidade..... 175
Mirtes de Moraes, Rosana Bignami, Leslye Revely
e Paula Renata Camargo de Jesus

***Setting*, um território de diversidade**..... 201
Jane Botelho Fernandez

Desfiles, crimes e fantasias: a representação de travestis em matérias da Folha de S. Paulo entre 1968 e 1978..... 221
Victor Melo

Lugar de mulher é... na memória, na cultura, na história e na literatura: a representação do feminino nos cordéis de Jarid Arraes... 237
Adriana Maria Gonçalves Chiaradia

Do cristianismo à eugenia: a reinterpretação de Hans Staden por Monteiro Lobato..... 253
Enio Everton Vieira

Cinema e literatura em dois personagens: uma leitura heideggeriana..... 269
Débora Inácia Ribeiro e Paulo Roberto Monteiro de Araújo

Desafios do ensino da disciplina de Sociologia nas mensagens da internet..... 283
Marcos Rodrigues Judice

Inclusão na educação superior..... 299
Milton Pignatari Filho

Professoras de crianças pequenas: um recorte histórico sobre o magistério feminino brasileiro nos livros e nas histórias contadas..... 315
Thatiana F. Guedes Pineda

Os saberes tradicionais e o saber científico em diálogo com a educação do campo: um olhar da mulher do campo..... 331
Maria Lucimar Matos de Lucena

Apresentação

Dângela Nunes Abiorana[1]

O presente livro é uma junção de vários artigos em capítulos, os autores são pesquisadores de diversas origens, mas que se lançaram ao desafio de pensar e convidar o leitor a refletir sobre o território feminino. Unidos através do Núcleo de Estudos de História da Cultura, Sociedades e Mídias, trouxeram um aspecto singular de cada pesquisa, enriquecendo a discussão contemporânea acerca do tema.

Em cada capítulo é possível observar desde análises, apontamentos, conjecturas e pesquisas multidisciplinares que procuram olhar além da caixa de cada disciplina de que os pesquisadores são oriundos, partem da vontade de ir adiante do pensamento linear e buscam articular fatos, pensamentos e sujeitos de diversos momentos históricos. Criam engendramentos que tratam sob vários aspectos os mais variados territórios femininos, no plural, sim, pois, embora o título esteja no singular, entende-se neste construto que estamos tratando de múltiplas e diversas possibilidades de existência de territórios femininos.

Ao pensar em territórios femininos, pensamos nos territórios como lugares em que o construto conceitual feminino mostra-se, faz-se, onde é possível sua existência em si e por si. Onde, ao pensar em si, o ente feminino possa elaborar-se. Nesse contexto, os textos a seguir trazem várias abordagens desses femininos diversos, nas artes em performances, na música, em personagens no cinema, na literatura, nos grafites urbanos. Como também apresenta um outro movimento, que busca definir o ser feminino, moldar por fora o que deva ser em representatividade e performatividade social e até suas existências em mídias televisivas e jornais. Assim, traz também as resistências a esses modos opressores e moldantes através da história do próprio movimento feminista e nas histórias orais que destacam a busca e luta por esse ser e existir feminino enquanto território, de modo que também apresenta o feminino enquanto lugar de fala, na educação do campo.

A contribuição deste livro nas discussões atuais ao trazer olhares contemporâneos ao tema proposto é algo de extrema valia. Dado o momento histórico que a pesquisa brasileira atravessa, seguir pesquisando e publicando suas elaborações é imprescindível à continuidade das discussões e objetiva pensar em problemas reais vividos cotidianamente. Assim, neste livro os textos contidos são,

[1] Mestre e Doutora em Educação, Arte e História da Cultura - Universidade Mackenzie (SP). Especialista em Arte e Tecnologia - Universidade de Brasília (UNB). Pedagoga e Professora da Secretaria de Estado de Educação do DF. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9607742209290355>.

para os pesquisadores atuais, uma fonte de elaboração de aspectos singulares da nossa sociedade e trazem possibilidades de novas discussões e contribuições.

Ao se deparar com a diversidade dos textos, o leitor logo notará que a leitura deste livro também não é linear, que os capítulos seguem uma ordem meramente representativa. Que pode ler cada capítulo de modo individual ou fazer a leitura do livro todo, seguindo a ordem que lhe interesse. Mas nota-se que em cada capítulo um pensamento e um novo modo de pensar pode surgir, e espera-se que com esses novos modos possamos enxergar novos caminhos para trilhar esse território.

Mídia, mulher e política: as relações e dinâmicas das representações femininas nos telejornais e na política partidária brasileira

Rosana M. P. B. Schwartz[2]

Este artigo apresenta uma cartografia das representações femininas na política partidária a partir das relações entre mídia, mulher e política. Centraliza-se na interseção entre essas três categorias e nas hipóteses que buscam relacionar o número reduzido de mulheres na política partidária com a dinâmica das suas representações políticas pela mídia, em específico por telejornais.[3]

Para executar o mapeamento e responder às hipóteses, foram realizadas coletas de dados em três veículos informativos, o Jornal Nacional, da Rede Globo de Televisão, o Jornal da Band, da Rede Bandeirantes, e o SBT Brasil, do Sistema Brasileiro de Televisão. A escolha desses veículos de comunicação deveu-se ao fato de que a televisão ainda, no ano de 2020, caracteriza-se enquanto mídia dominante no Brasil.[4]

As representações do mundo social e dos seres humanos nos telejornais influenciam ações políticas, as eleições e a compreensão comum do que é política. Assim, entende-se aqui que a visibilidade midiática de homens e mulheres é componente relevante do capital político e histórico cultural das sociedades. As matérias trabalhadas pelos meios de comunicação são índices desse capital político. Os noticiários são compostos por hierarquias ativas do campo político e conferem visibilidades ou invisibilidades a temas e sujeitos.

Segundo dados da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, obtidos pelos levantamentos do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, entre os anos de 2005 a 2017[5], sobre mídia e mulher, mesmo diante do crescente número de mulheres no mercado de trabalho (jornalistas, repórteres, âncoras e entrevistadoras), as fontes convidadas para debater temas políticos ainda são majoritariamente masculinas.[6] Essa escolha – ou seja, a visibilidade conferida ao masculino como fornecedor das informações, aos homens que ocupam cargos políticos ou aos estudiosos da área política – é reflexo das construções históricas, sociais e culturais permanentes na sociedade.

---

[2] Doutora em História - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Mestre em Educação, Arte e História da Cultura - Universidade Presbiteriana Mackenzie.

[3] Mídia é compreendida aqui como território de produção de formas de refutação, reconhecimento e manifestação de diferentes vozes no debate político.

[4] Segundo IBGE de 2018, 97% dos lares possuem ao menos um televisor, por isso são ainda considerados formadores de opinião.

[5] Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – Programa Pró-Equidade de Gênero.

[6] Dados obtidos pela autora.

Por um período de 12 meses (janeiro de 2017 - janeiro de 2018), foi realizado acompanhamento sistemático e contínuo dos noticiários noturnos dos três telejornais selecionados. As matérias escolhidas versavam sobre política nacional. Salvaguardadas em pastas e categorizadas por temáticas, constituíram o *corpus* documental da pesquisa.

O procedimento após a escolha dos noticiários foi destacar os personagens masculinos e femininos, objetivando problematizar a interferência da sua visibilidade na mídia e na participação político-partidária.

Considerou-se por personagens as pessoas que compõem o noticiário na qualidade de entrevistados/fontes, colunistas, e não os jornalistas e sua equipe. Na totalidade, sem as chamadas iniciais dos telejornais, foram assistidas 327 horas, 40 minutos e 36 segundos de noticiários políticos, com equilíbrio entre os três telejornais. Para a percepção e o desenho da amostragem proporcionada por esses registros/documentos, foram determinados tópicos conectados com a política brasileira. Os tópicos discursivos definidos foram:

a) Política brasileira – história – política nacional;
b) Política brasileira – poder executivo federal – medidas relacionadas aos programas de governo;
c) Política brasileira – poder legislativo e ações do Congresso Nacional – propostas legislativas;
d) Política brasileira – poder judiciário – decisões das cortes superiores com repercussão política;
e) Política brasileira – denúncias de corrupção e escândalos;
f) Política brasileira – partidos políticos; e
g) Política brasileira – movimentos sociais – entidades da sociedade civil.

Categorização que contribuiu para realizar os agrupamentos temáticos, para desenhar os primeiros perfis dos noticiários e verificar as participações femininas nas matérias.

Observou-se nos três telejornais o predomínio de matérias tratando de denúncias de corrupção e escândalos (36,7%), seguidas das medidas do governo federal (27, 8%) e das ações do Congresso Nacional (14,5%). O Jornal Nacional concentrou maior tempo nas coberturas gerais e equilibradas entre os três poderes e sobre política nacional. O SBT Brasil enfatizou os desvios de conduta do poder executivo federal. E o Jornal da band, a vida partidária e atuações do poder legislativo. Os movimentos sociais encontraram-se quase

ausentes, aparecendo somente quando um evento maior interferia no cotidiano das cidades. A baixa presença da sociedade civil nos noticiários é característica da construção social histórica do Brasil, em que as relações de poder se expressam nos três poderes de forma personalista, acentuadamente com predominância do poder executivo.

Constatou-se que os personagens com voz no campo político brasileiro são predominantemente masculinos, as mulheres representam apenas 12% das presenças em relação aos homens nesses telejornais. Desses 12%, 46,2% aparecem no Jornal Nacional, 13,4% na Band e no SBT Brasil, um percentual reduzido de 11,2%.

Apesar das conquistas dos últimos séculos de direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais advindas das "ondas" do feminismo, as mulheres são minoria nos noticiários sobre política institucional. E ainda, quando se diferenciam as mulheres por grupos socioeconômicos e étnico/raciais, a invisibilidade das personagens populares e negras torna-se ainda mais expressiva. Ressalta-se que as mulheres populares quase não possuem expressão nos noticiários políticos, mesmo participando mais efetivamente dos movimentos sociais e de espaços alternativos de ação política, como conselhos e orçamentos participativos, conselhos tutelares e gestores das cidades.[7]

As mulheres negras e populares fazem parte de dois grupos sub-representados em comparação com o grupo de homens brancos. As negras são apenas 4,1% e as populares, 6,2% dos personagens das matérias políticas. Todos os dados das porcentagens foram obtidos por meio da análise das matérias, mostrando também que, em se tratando de populares, os homens negros aparecem com mais frequência do que as mulheres, e em matérias sobre movimentos sociais o índice é 27% superior que o percentual geral das personagens mulheres negras.

Não obstante, nos noticiários que versam sobre a vida privada, violência doméstica ou posições de vítima, existe uma maior concentração de representações femininas, 79%. Já nos noticiários sobre política brasileira, a concentração é masculina, 87%.

Além desses números, constatou-se a presença recorrente de oito mulheres integrantes dos movimentos sociais em relação a 32 homens; cinco mulheres de organizações não governamentais em relação a 23 homens e 31 personagens; e, entre os vinculados à produção de conhecimento, apenas seis eram mulheres.

[7] Dados obtidos pelas secretarias de educação, habitação e segurança do município de São Paulo – 2018.

A leitura dos dados quantitativos oferece pistas sobre o problema – relação entre mídia, mulher e política como fator que infere ou não na participação feminina na política partidária –, revelando que o jornalismo confere visibilidade aos sujeitos que já possuem recursos para se fazerem vistos e evidenciando que os veículos de comunicação de massa determinam quais são os agentes da política e seus espaços, quais são os temas relevantes que devem compor a agenda e quais atores e práticas que devem ter visibilidade.

Os noticiários naturalizam, diante de seu público, o insulamento das mulheres brancas ricas, das mulheres brancas de grupos médios e altos, das mulheres negras e das populares. E, se assim fazem, contribuem para a perpetuação das assimetrias de gênero, raça/etnia e grupos sociais.

Tal constatação evidenciada pelas pesquisas qualitativa e quantitativa encaminhou a pesquisa para uma análise mais apurada, sobre a reprodução e manutenção das construções históricas dos estereótipos de gênero/raça/etnia e dos grupos sociais. O ponto que circundou a questão foi o da naturalização dos desdobramentos das relações de poder, que assumem características múltiplas nas fronteiras convencionais entre o público e o privado.

Durante o século XIX até as primeiras décadas do século XX, o estereótipo de inferioridade física e intelectual e o status de dependente, frágil e submissa das mulheres negavam a elas a plenitude dos seus direitos e participação política. No Brasil, o temor existente com relação ao voto universal como promotor de possível ascensão dos grupos populares no âmbito do sistema político partidário dificultava a discussão sobre a participação de todos os indivíduos na política (SCHWARTZ, 2017a).

No Império, nas primeiras eleições, para compor a Corte de 1821, as leis adotaram o voto masculino branco e das camadas privilegiadas economicamente. Na Constituição de 1824, acentuou-se o critério de renda mínima para se poder votar e a idade foi elevada para 25 anos. Na Constituição de 1846 a quantidade de renda exigida dobrou, e em 1881 o voto dos analfabetos foi terminantemente proibido. Indivíduos sem escolaridade, assim como as mulheres não possuíam esse direito, pois se afirmava a necessidade da habilidade de entendimento da cultura escrita e da abstração para exercer os direitos civis e políticos. Alegava-se que as mulheres brancas, mulheres negras, homens negros e os populares, pela sua inferioridade cultural, seriam manipulados e favoreceriam inevitavelmente a corrupção e falseamento das eleições. (SCHWARTZ, 2017a).

Existia ainda, segundo discursos presentes em jornais, a autoexclusão, pois na opinião dos eleitores não valia a pena votar ou participar da política partidária. Para as mulheres abrirem mão das funções nobres de boa esposa, mãe e cuidadora, era necessária uma transformação acentuada dos costumes, uma vez que participar do espaço público era compreendido como algo contra a natureza feminina (SCHWARTZ, 2017a).

Não obstante, durante o processo de instauração da República brasileira, a mulher foi representada como lutadora, mãe, cuidadora e protetora. O "eu visual" trabalhado entrelaçava as construções femininas da vida cotidiana com a ideia da mulher-nação, república e justiça. As mensagens visuais (representações visuais) objetivavam criar e recriar processos que fixam discursos emotivos e racionais ao mesmo tempo. O sistema monárquico simbolicamente encarnava a imagem masculina do rei, já a República, com a utilização das alegorias femininas nacionais, ressaltava a ideia de formação da nação. Nação é feminina, a mãe que protegerá e educará todos os seus filhos.

O uso político da imagem da mulher-alegoria foi trazida da França no século XIX pelos positivistas. A alegoria feminina da liberdade representava no imaginário social a encarnação da nação mulher-mãe. Imagens enraízam na memória coletiva. Seu nome era "Marianne" e aparecia em bustos, pinturas, arcos e em gravuras de livros. As interpretações mais significativas da Mãe república, figurando a mulher na política, foram a revolucionária *La Liberté guidant le Peuple* (1831), de Delacroix, e *La République* (1848), de Daumier. "República" significa coisa pública e, uma vez associada à figura da mulher, a intenção era mostrar que a "Marianne" cuidaria sempre dos seus filhos.

No Brasil, a República/alegoria feminina imitou a proposta francesa. A "Marianne" do pintor positivista Décio Villares trazia uma mulher com gorro e barrete frígio. Uma mulher guerreira em luta. Não obstante, a iconografia brasileira adquiriu com o tempo autonomia. Os positivistas alegorizavam a mulher simbolicamente como a encarnação da humanidade.

Décio Villares esboçou assim, em 1890, para a Igreja Positivista, uma bandeira para as procissões com uma figura maternal com traços da inspiradora de Comte, Clotilde de Vaux, que deveria representar a Humanidade. (CARVALHO, 1990, p. 77-96)

A imprensa ilustrada trazia a República como uma mulher, particularmente a *Revista Ilustrada*. No exemplar de 21 de junho de 1890, a alegoria apresentada foi uma jovem República brasileira submissa e infantil, inspirando-se na República francesa forte e sábia.



Reconhecimento da República brasileira pela França
(Revista Ilustrada, 1890).

José Murilo de Carvalho (1990), na obra “A formação das almas”, explica que as utilizações dessas alegorias tiveram razões definidas: a religião católica afirma a função da mulher como mãe e cuidadora dos corpos das nações, representada pela figura da Maria, e mostra o papel político ativo das mulheres durante as Revoluções Francesas (1789, 1830 e 1848).

Princesa Isabel, a Redentora, regente do Brasil, já havia encarnado a liberdade. Glorificada alegoricamente por uma figurava repleta de medalhas pelo movimento abolicionista, carregava em suas mãos os grilhões do decreto da abolição.

No século XIX, ainda reservada ao mundo da vida privada, não havia membros femininos nos partidos políticos. O Exército tinha a principal função ocupando cargos da Administração – a Liberdade mulher asseguraria os valores morais, a disciplina e a ordem positivista.

Somente no século XX, em 1928, abre-se a participação feminina na política institucional, no Rio Grande do Norte, com a eleição de Alzira Soriano como prefeita. Ela foi a primeira mulher a ocupar cargo no Executivo na América Latina. (SCHWARTZ, 2017a)

O direito ao voto feminino no Brasil foi promulgado em fevereiro de 1932, e documentos/registros salvaguardados em arquivos de Câmaras Municipais apresentam algumas candidaturas de mulheres à Constituinte de 1934, como Berta Lutz, líder da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, e Leolinda de Figueiredo Daltro. Carlota Pereira de Queirós, em seu discurso na assembleia em 13 de março de

1934, enfatizava a necessidade de aumentar a participação da mulher na política do país junto com Berta Lutz. (SCHWARTZ, 2017a)

Esse quadro reduzido de mulheres só começou a sofrer efetiva transformação a partir das ações afirmativas que englobavam as "*cotas*" para mulheres na participação político-partidária. Tema introduzido em 1982, após discussões realizadas no Encontro Nacional do Partido Democrático Trabalhista - PDT, que defendia que 30% das vagas das direções dos partidos fossem destinadas às mulheres. As ações afirmativas foram inseridas no programa para a igualdade de oportunidades, no qual foi estruturado o conceito de "*ação positiva*" como instrumento operacional em favor dos direitos iguais entre homens e mulheres.

Após a efetivação de uma ampla aliança entre mulheres de diversos partidos políticos, a medida foi finalmente aprovada. Posteriormente, também foi aplicada ao Parlamento, quando Marta Suplicy (Deputada pelo PT-SP na época) apresentou um projeto propondo a adoção de uma cota mínima de 30% de mulheres (Projeto nº. 783/95). A lei só foi aprovada dois anos depois. Após a aprovação da proposta, emergiram debates sobre a participação política da mulher no legislativo brasileiro, nas universidades e na mídia. Entre as questões, como realizar campanhas eleitorais e trabalhar a imagem da mulher em uma sociedade patriarcal e machista?

Nas eleições de 1986 foram eleitas apenas 26 deputadas federais para a Câmara. Somente nos anos 1990 as mulheres conquistaram espaço no Senado Federal, e em 1994 elegeram a primeira governadora do país.[8]

> O espaço da militância político partidário é masculino, onde, devido à educação de gênero, as mulheres se sentem deslocadas. Há primeiro, as questões objetivas da militância: a dupla jornada impossibilita muitas vezes o exercício desta tripla jornada (exercer cargos de poder, cuidar da casa e família e da militância). Os cuidados com os filhos, as tarefas domésticas, o próprio horário das reuniões, que normalmente são efetuadas a noite, até altas horas, inibem as mulheres. Tudo isso dificulta a militância das mulheres, que não raro para continuar tem que abrir mão da vida afetivo-familiar. (SOUZA, 2000, p. 70)

[8] Em 1978 as trabalhadoras metalúrgicas da região do ABC paulista realizaram o I Congresso da Mulher Metalúrgica, com a presença de cerca de 300 mulheres; no mesmo ano as mulheres químicas realizaram seu I Congresso; em Belo Horizonte ocorreu o II Congresso de Empregadas Domésticas; e na Paraíba as pescadoras também se organizaram. Em 1979 aconteceu o I Congresso da Mulher Paulista e a vida cotidiana das mulheres passou a ser mais debatida. Em 1986, no II Congresso da CUT (Central Única dos Trabalhadores), foi criada a Comissão da Questão da Mulher Trabalhadora.

As recomendações da *Inter-Parliamentary Union* apontaram que se fazia urgente a promoção de ações afirmativas que impulsionassem a participação das mulheres em eleições e a consciência da divisão da responsabilidade política. Entretanto, somente alguns países adotaram em estatuto esse sistema de cotas por sexo na composição de suas instâncias de direção partidária. O Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo, por sua vez, indicou a importância de os partidos políticos e as organizações não governamentais - ONGs promoverem campanhas sobre a participação política da mulher como condição fundamental para o aperfeiçoamento democrático. Já os partidos adotaram, após aprovação na Câmara dos Deputados, um dispositivo que garantia que 20% do tempo da propaganda partidária gratuita veiculada no rádio e na televisão fossem destinados à promoção e difusão da participação política das mulheres.

Sobre a propaganda política, o Projeto de Lei de autoria da Deputada Luiza Erundina (PL 6.216/02) previa que no mínimo 30% do tempo de mídia e 30% do fundo partidário fossem reservados para a abordagem e difusão da importância da participação política das mulheres. A referida Deputada era a única mulher titular na Comissão Especial de Reforma Política, e a sua atuação configurava-se como fundamental para a sensibilização de seus pares quanto à necessidade de incorporação das ações afirmativas.

Recomendava-se também que parte do fundo partidário (atualmente 20%) servisse de apoio financeiro às fundações e aos institutos dedicados ao estímulo e crescimento da participação política feminina.

> O maior número de candidatas 39,32% eram solteiras, divorciadas ou viúvas. Estavam sem parceiros, no momento em que se candidataram, em comparação com os homens, onde somente 24,32% eram divorciados, solteiros ou viúvos e 74,61% casados. Entre os eleitos a situação se repete. (SOUZA, 2000, p. 73)

Os Comitês Multipartidários de Mulheres, criados em vários estados, desenvolveram a campanha "O olhar feminino sobre a Reforma Política", cujo slogan era "Lugar de mulher é na política". (ARAÚJO, 1999, p. 1) A partir de 1996, a aprovação das cotas representou um aumento de cerca de 65% no número de mulheres candidatas e eleitas em todas as Câmaras Municipais do país. Assim, assistiu-se à ampliação da quantidade de vereadoras eleitas, que de 3.952 em 1992 passou para 6.536 em 1996. (IBAM, s/d)

A vivência feminina na política desvelou também questões sobre a base *afetiva/ emocional* individual e coletiva de cada uma das lideranças no exercício do poder político-partidário. Particularidades descortinaram intersubjetividades, mediadas por significados

construídos pela relação *gênero/poder*. A *emoção* constitui uma categoria analítica para a compreensão da ação política, já que indica as transformações dos signos em sentidos pessoais e a forma como o sujeito histórico é afetado nas intersubjetividades.

> As emoções são fenômenos históricos, cujo conteúdo e qualidade estão sempre em constituição. Cada momento histórico prioriza uma ou mais emoções como estratégia de controle social. [...] é no sujeito que se objetivam as várias formas de exclusão, a qual é vivida como motivação, carência, emoção e necessidade de eu [...] é o indivíduo que sofre, porém, esse sofrimento não tem a gênese nele, e sim em intersubjetividades delineadas socialmente. (SAWAIA,1999, p. 76)

Nesse sentido, pode-se considerar que a teoria de que a *emoção* atrapalha a razão é reducionista e precisa ser reconsiderada para que seja possível pensar esse sentimento como elemento que estabelece relações que fazem o sujeito organizar sua consciência. Tanto a emoção como o sentimento são signos enraizados na vida cotidiana que afetam o indivíduo pela mediação das intersubjetividades.

> [...] as emoções humanas entram em conexão com as normas gerais e relativas tanto à autoconsciência da personalidade quanto à consciência da realidade. Meu desprezo por outra pessoa entra em conexão com a valoração dessa pessoa, com a compreensão dela. E é nessa complicada síntese que transcorre nossa vida. (VIGOTSKI, 1998, p. 127)

Existem conexões entre a afetividade e a valoração social relevantes para as análises dos baixos resultados das mulheres nas eleições parlamentares, apesar das suas ações nos movimentos sociais e na política partidária. As ações afirmativas podem representar a possibilidade da construção de uma nova valoração, permitindo um maior acesso de mulheres de variados setores da sociedade e, principalmente, das populares aos partidos políticos, às candidaturas para as eleições e à mídia, valorizando e visibilizando os sentidos e significados das ações cotidianas das mais variadas lideranças.

As avaliações sobre a cota tiveram temporalidades diferentes nas posições de luta para a sua implementação. Os trabalhos sobre a questão foram, em sua maioria, escritos por mulheres e trouxeram um perfil das cotas na legislação brasileira, além de conceitos sobre as ações afirmativas. Contudo, não se debruçaram sobre as *subjetividades* criadas coletivamente nas ações das mulheres dos movimentos sociais que conquistaram espaços de liderança muito antes das cotas, nas atuações femininas dos partidos políticos e nas manifestações de luta por melhoria dos bairros, clubes de mães, movimento feminista, saúde, entre outros. Também não abordaram a inter-relação e o

compartilhamento das conquistas entre as mulheres do movimento e as militantes dos partidos políticos, com suas diferentes vozes unidas em um mesmo propósito, o de desconstruir saberes e poderes instituídos.

As cotas nos partidos políticos apareciam como possibilidade para o aumento da participação feminina na política partidária, no parlamento e nas instâncias de poder de decisão. Contudo, nos primeiros anos os debates e reflexões sobre as questões de gênero estavam reduzidos a grupos pertencentes às secretarias específicas ou a ações pontuais. Não se ampliavam em decorrência da configuração masculina do partido, já que eram os homens que ocupavam a maioria dos cargos de poder, preocupando-se com outras questões consideradas por eles mais relevantes. Além disso, as mulheres que compunham esses setores construíram suas trajetórias na militância dos movimentos feministas, estudantis ou de professores, sendo que poucas pertenciam aos movimentos populares.

Entretanto, as discussões a respeito das cotas propiciaram um processo de abertura de espaço para as mulheres de modo geral e também para as das camadas populares. Essa abertura se deu nas direções e nas pautas do partido, nas quais as questões de gênero começaram a ser incluídas. Passava-se a defender, então, que na composição das direções municipais, estaduais e nacionais dos partidos fosse garantida uma presença mínima de 30% de mulheres, como um passo necessário à construção da democracia de gênero.

Em suas atuações partidárias, as mulheres se defrontaram diariamente com a ausência de políticas que garantissem condições para a sua participação e se contrapuseram aos mecanismos sociais de diferenciação de gênero. No cotidiano dos partidos, homens e mulheres, convivendo juntos, reelaboravam suas identidades e descortinavam novas relações e reflexões. Esse processo transformou as intersubjetividades.

As cotas significaram o “destravamento” do quadro de mulheres na política partidária, a possibilidade de ocupação de posições de poder, uma compensação mediante o reconhecimento das lutas realizadas pelas mulheres e uma desconstrução das diferenças biológicas ligadas ao sexo, ou seja, das teorias do século XIX que afirmavam a superioridade dos homens frente às mulheres.

Na política partidária elas introduziram as preocupações com a família, a vigilância da economia, o controle de qualidade das mercadorias, a construção de creches, escolas, abrigos e albergues para vítimas de violência sexual e discussões sobre o aborto e a participação equitativa nos cargos de decisão e representação, entre outras, conforme evidenciaram suas propostas de emenda e programas de governo. O sentido estava ligado às lutas cotidianas no caminho de *desconstruir* preconceitos de gênero “dentro” e “fora” dos partidos.

Para as mulheres dos movimentos sociais que assumiram cargos na administração pública ou em gabinetes de parlamentares – mulheres essas que, no início de suas trajetórias de luta, estiveram atreladas a grupos de base ligados à Igreja Católica ou à Pastoral da Moradia, a qual considerava suas reivindicações relevantes, mas subordinadas às questões da "luta de classes" e à implantação do socialismo –, as cotas representavam uma *compensação*. Já para as mulheres cuja militância se iniciou em partidos de esquerda e que se engajaram nas discussões das feministas no interior dos partidos, as cotas significavam um *destravamento*.

Para as mulheres identificadas com uma visão de partido e com atuação parlamentar, a cota foi uma das vitórias dos movimentos femininos organizados no conjunto da sociedade, representando um reconhecimento pelas pressões para o avanço feminino nos espaços de poder de decisão. Em contrapartida, para as mulheres ligadas aos movimentos de massa, as cotas significaram somente mais uma medida significativa, entre outras, para diminuir as diferenças entre homens e mulheres.

Portanto, a cota foi vista como uma tática momentânea que possibilitaria às mulheres o desenvolvimento de suas aptidões na direção política do partido, uma vez que, se houvesse igualdade de oportunidades, ela não precisaria existir. Com a implementação da cota, embora esta fosse vista quantitativamente e definida numericamente, gerações de mulheres tiveram a oportunidade de ingressar nas instâncias superiores dos partidos e de poder.

Contudo, desde a sua proposição e aprovação, o sistema de cotas vem provocando discussões que revelam as discriminações existentes dentro dos partidos políticos e o caracterizam como fenômeno de dupla face, já que, por um lado, representa um avanço e, por outro, encoberta a essência das diferenças de gênero nos cargos de direção e decisão.

O sistema de cotas permitiu ainda que grupos utilizassem como prática corrente nos meios políticos tradicionais o uso das "laranjas", isto é, de mulheres que emprestavam seu nome aos partidos, mas não participavam ativamente do seu dia a dia, para perpetuar o poder de uma tendência política ou para possibilitar composições de chapas[9] para as eleições internas ou externas. Ademais, verificou-se que a indicação de mulheres a cargos de direção ocorreu muitas vezes

[9] Todas as chapas inscritas para as eleições para as direções, em qualquer nível do PT, deveriam obrigatoriamente apresentar no mínimo 30% de mulheres no total, mesmo se fossem chapas incompletas, ou seja, poderia ser aceita a inscrição de chapas que não respeitassem aquela regulamentação, mas não sem as mulheres. Caso não houvesse o número mínimo de 30% de mulheres o princípio seria o da proporcionalidade.

somente para preencher a cota (obrigatória) necessária para viabilizar a composição dos partidos.

Somando-se a essas questões, existiam ainda outros problemas, como a desqualificação por parte de homens das mulheres que entravam em partidos após a implantação desse sistema, insinuando que a posição executiva na chapa somente se devia ao preenchimento da cota.

A entrada da mulher na política por meio de cargos eletivos tem sido tímida e sua invisibilidade marcante nos veículos de comunicação. O tempo de mídia é um recurso essencial para a desconstrução das assimetrias entre os homens e as mulheres, entretanto, a atenção das matérias jornalísticas está mais na vida privada, no comportamento e na autoapresentação da mulher do que nas suas ações políticas, o que Naomi Wolf chamou de domesticidade contemporânea.

Expressões como “anti-Amélia”, “cinderela deslumbrada” e “musa do congresso” eram e ainda são mencionadas em reportagens sobre as mulheres parlamentares – Rita Camata nos anos de 1980-1990, Manuela d’Avila nos anos 2000 –, ou ainda a exposição da vida afetiva, como no caso da separação de Marta Suplicy e Eduardo Suplicy e o namoro com Luis Favre, trazendo construções históricas enraizadas sobre a divisão sexual do trabalho. As observações sobre as intimidades das mulheres de maneira diferente demonstram as permanentes tradicionais funções públicas e privadas. Apresentam a manutenção do feminino atrelado à vida privada e a vida pública político-partidária como possibilidade para o fim do casamento.

Compreensões convencionais dos femininos e dos masculinos contribuem para o reduzido número de mulheres na política. Nos meios de comunicação estudados, os estereótipos são reforçados por discursos como “Os eleitores estão atrás de quem cuide das finanças municipais com a mesma dedicação de donas de casa” (cf. SCHWARTZ, MORAES, SILVA, 2018).

Como vimos, a análise das relações entre gênero, mídia e participação política pontuou um conjunto complexo de questões, que tecem desde a estrutura social e cultural permanente, as formas de reprodução das relações de gênero até a sub-representação na mídia. A pesquisa trouxe delineamentos sobre diferentes modos de subordinação e estereótipos e a necessidade de superação, para que a atuação das mulheres seja aberta no âmbito da política partidária.

As transformações promovidas pelas mulheres nas últimas décadas não diluíram compreensões tradicionais sobre as funções de gênero. A responsabilidade feminina sobre a esfera doméstica não recuou suficientemente a ponto de ampliar a sua ação política institucional. A configuração política atual e a cobertura jornalística são confirmadoras das continuidades histórico-culturais.

A influência dos meios de comunicação na "geografia situacional" da vida social foi comprovada pelas matérias analisadas, e a complexidade dos efeitos da mídia se tornou evidente.

Referências

AZEREDO, Jose Carlos de (Org.). **Letras e Comunicação:** uma parceria no ensino de língua portuguesa. Petrópolis: Vozes, 2001.

BARRETO, Roberto Mena. **Criatividade em Propaganda**. 3ª ed. São Paulo: Summus, 1982.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas:** o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

ECO, Umberto. **As formas do Conteúdo**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

GHILARD, Maria Inês Lucena. **Representações do Feminino**. Campinas: Átomo, 2003.

GONZALES, Lucilene. **Linguagem Publicitária:** análise e produção. São Paulo: Arte & Ciência, 2003.

HOLANDA, Aurélio B. de. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

JOLY, Martine. **Introdução à análise da Imagem**. Campinas: Papirus, 1994.

MORIN, Edgar. **Cultura de massa no século XX**. Vol. 1- Neurose. 9ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

PINHO, J. B. **O Poder das Marcas**. São Paulo: Summus, 1996.

SAMPAIO, Rafael. **Propaganda de A a Z:** como usar a propaganda para construir marcas e empresas de sucesso. Rio de Janeiro: Campus, ABP, 1995.

SANT'ANNA, Armando. **Propaganda:** técnica, teoria e prática. 7ª ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

SANTAELLA, Lúcia. **O que é semiótica**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

SAWAIA, B. (Org.). **As artimanhas da Exclusão:** análise psicossocial e ética da desigualdade social. São Paulo: Vozes, 1999.

SCHWARTZ, R. M. P. B.; MORAES, M. (Orgs.). **Experiências femininas contemporâneas:** visão das mulheres no mundo e na mídia. São Paulo: Corpo Texto, 2016.

_____. **Beijing, muito mais que palavras:** a IV Conferência sobre a Mulher da Organização das Nações Unidas - ONU. São Paulo: Appris, 2017a.

_____ (Org.). **Segunda Legislatura** (1952-1955): o IV Centenário. São Paulo: Câmara Municipal de São Paulo/ Escola do Parlamento, 2017b.

_____; MORAES, M.; SILVA, M. J. **Empoderadas, sempre**. São Paulo: Chiado, 2018.

_____. **Mulheres em Movimento, Movimento de Mulheres:** a participação feminina na luta por moradia na cidade de São Paulo. São Paulo: e-Manuscrito, 2019a.

_____; PAIERO, D. **Atos que viraram fatos:** olhar do jornalismo e da história sobre os protestos de 2013 a 2016. São Paulo: Ed. Mackenzie, 2019.

SOUZA, Terezinha Martins. **Agora eu sou uma estrela:** uma análise da cota de 30% de mulheres em cargos de direção no Partido dos Trabalhadores. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social), São Paulo, PUC-SP, 2000.

Elza, a diva: uma vida de cultura e resistência através de suas músicas

Dângela Abiorama[10]
Jonas Nogueira Junior[11]
Sheila Cristina Silva Aragão Caetano[12]

Elza Soares é vista e considerada como uma diva, uma divindade feminina, no sentido mais eufórico da expressão. No entanto, o que a torna uma diva é sua humanidade e seu "ser mulher" em toda a plenitude, uma vez que o ser humano é uma obra que traz várias características implícitas nessa prática de existir. Junto a isso, ela passa mensagens de resistência, seja por meio de seus *scats* no início da carreira ou por meio de suas letras que se debruçam sobre questões que precisam ser discutidas e ensinadas na sociedade brasileira.

O pensador e educador Paulo Freire (2018) lança o seu olhar observador sobre a experiência humana de mudar-se, de transformar-se em qualquer idade, em todo e qualquer momento de vida. Faz uma reflexão sobre o processo de existir, sobre o inacabamento do ser humano como base para o ato de educar, ou melhor, educar-se. Esse aspecto da nossa humanidade evoca o sentido da ressignificação da experiência vivida e da própria vida.

> Qual seria este núcleo captável a partir de nossa experiência existencial? Este núcleo seria o inacabamento ou a inconclusão do homem. O cão e a árvore também são inacabados, mas o homem se sabe inacabado, e por isso se educa. (FREIRE, 2018, p. 33-34)

O vivido é a motivação, a força motriz, o ponto de partida para novas experiências. Com isso, esse ciclo educativo é realizado a partir da mudança, da transformação que começa em cada ser. Segundo Freire (2018), "o homem é um ser na busca constante de ser mais e, como pode fazer essa autorreflexão, pode descobrir-se como um ser inacabado".

As pessoas podem transformar o mundo porque podem se transformar. Aprendendo com o vivido, as pessoas incorporam o aprendido e o utilizam em suas experiências, ressignificando-as e também reverberando de diferentes maneiras, em suas próprias vidas, na vida de outras e no coletivo.

---

[10] Mestre e Doutora em Educação, Arte e História da Cultura, artista plástica e professora.
[11] Mestre em Educação, Arte e História da Cultura, pedagogo, educador musical e músico.
[12] Mestre em Educação, Arte e História da Cultura, pesquisadora, professora e consultora em Diversidade.

Partindo da percepção de Elza Soares, pode-se fazer uma breve leitura poética, uma singela viagem poética e reflexiva. As palavras dela soaram em seus últimos espetáculos, desde sua fala no palco, como nos poemas escolhidos para o repertório, ou ainda nas rápidas conversas após os espetáculos, quando ela generosamente recebia seu público cativo. Sendo que estamos falando de uma mulher idosa, vivida, com experiências marcantes divulgadas em biografias autorizadas.

Elza Soares é um exemplo de ser mulher, latino-americana, negra, com maturidade tanto pela quantidade de anos de vida como pela quantidade de aprendizagens ao longo de sua trajetória. É uma mulher-deus, que pode dizer com propriedade que “Deus é Mulher”, e deve ser mesmo. Essa humanidade latente, pulsante de Elza a torna diva. É impressionante observar como no ato de apreciação, bem como no ato de pesquisa, o quanto essa Mulher muda, se transforma e transforma quem está ao seu redor.

Uma geração de jovens brasileiros e brasileiras está escutando, e não apenas ouvindo, Elza Soares. E os mais vividos que a observam há anos podem aprender como se faz necessário o aprender, o educar-se ao longo da vida, tornando a existência possível, viável e mais significante. A idade avançada de Elza não é um impeditivo para seu desenvolvimento, mas sim um aditivo na qualidade de sua performatividade artística e na sua inspiração humana.

Quando se pensa no negro no Brasil, logo fica à vista o lastro de mais de 300 anos de uma sociedade escravocrata, junto com as reverberações e permanências desse fato. Elza Soares é uma mulher negra e cantora que, ao longo dos anos, foi construindo prestígio artístico, até o presente momento, em que vivencia seu auge na carreira. Quando aqui se diz “auge” é porque nos últimos anos a cantora realmente pôde dar vazão ao que pensa musicalmente através de suas letras. E, com as mudanças que vêm ocorrendo na sociedade brasileira, em função de vários fatores, entre eles as redes sociais, suas músicas têm tido sonoridade e têm representado resistência, em especial para mulheres e negros.

Com relação à cultura, existem diferentes perspectivas para defini-la, e neste artigo será utilizada uma definição de Stuart Hall:

> Cultura é definida como um processo original e igualmente constitutivo, tão fundamental quanto a base econômica ou material para a configuração de sujeitos sociais e acontecimentos históricos - e não uma mera reflexão sobre a realidade depois do acontecimento. (HALL, 2016, p. 25-26)

Por isso, consideramos o repertório musical de Elza um elemento da cultura que tem ajudado na construção do negro como sujeito no Brasil nos últimos anos, além, é claro, da própria cantora. Este artigo visa discorrer sobre a forma como a cantora escolhe seu repertório musical/curadoria e demonstra a importância de suas músicas e sua presença na sociedade. Fato que se dá através de seus *scats* e por meio das letras com elementos que podem ressignificar o negro e a mulher no Brasil, trazendo também um diálogo sobre o lugar de fala.

Aqui não será analisado todo o repertório musical da cantora, mas de forma geral Elza cantou músicas que representavam pensamentos da época em que os álbuns foram lançados. Contudo, sempre havia algumas músicas que imprimiam mais sutilmente percepções da cantora divergentes desses pensamentos.

Os motivos para que esses pensamentos não estivessem presentes por todo o álbum, ou mesmo de forma mais incisiva, podem ser muitos, inclusive o fato de o álbum ser do início da carreira da cantora. Entretanto, será analisada a perspectiva do racismo por meio da representação do negro na sociedade brasileira, seguida do estudo das músicas *Se acaso você chegasse*, *Casamento*, *A carne*, *Exu nas escolas* e *Não tá mais de graça*.

Partimos da premissa de que vivemos em uma sociedade estruturalmente racista (ALMEIDA, 2018) e, assim, o racismo não é só de uma pessoa para outra pessoa, mas também está presente nas instituições privadas e públicas, fazendo com que favoreçam seus pares que estão no poder e, com isso, perpetuem esse poder. E quem está presente nessas instituições, de maneira geral, são majoritariamente homens brancos (ALMEIDA, 2018).

Dessa forma, o racismo está institucionalizado, e exclui a população afrodescendente. Como as instituições são um reflexo da sociedade, isso implica dizer que o racismo é alicerce dessa sociedade, assim, o racismo é estrutural. (ALMEIDA, 2018) Por isso, afeta diariamente as negras e os negros na sociedade, influenciando inclusive sua autoestima. E para a mulher negra ainda existe um agravante: o patriarcado. Em vista disso, ela sofre ainda mais as consequências do racismo estrutural.

Elza Soares começa sua carreira como cantora em meados dos anos 1950, época em que o racismo ainda era velado e o negro, apesar do preconceito, tinha espaço no futebol. O fato de ela ser mulher e negra e ter ímpeto de seguir e lutar pelo seu sonho de ser cantora é sinal de resistência. Contudo, naquela época, mesmo que houvesse o Teatro Experimental Negro – proposta de Abdias Nascimento para promover a valorização da cultura negra por meio da educação e da arte –, o/a afrodescendente ainda não tinha claro/forte a internalização

da negritude, e por isso a resistência que Elza já representava não tinha a polarização que ganhou nos últimos anos.

hooks[13] (2019) enfatiza a importância da valorização da negritude, uma vez que o racismo faz com que esse elemento fundamental para negras e negros não seja valorizado e, por conseguinte, fica mais custoso transpor a barreira do racismo. O trecho transcrito a seguir denota como é importante a valorização da negritude, bem como as barreiras encontradas por aqueles que decidem apoiar essa ideia.

> [...] pessoas negras que "amam a negritude", isso é, que descolonizaram as suas mentes e romperam com o tipo de pensamento supremacista branco que insinua que somos inferiores, inadequados, marcados pela vitimização etc., geralmente concluem que somos punidos pela sociedade por ousar romper com o status quo. Em nossos empregos, quando nos expressamos a partir de um ponto de vista descolonizado, arriscamos ser vistos como perigosos e pouco cordiais. (HOOKS, 2019, p. 58)

Entretanto, a partir do momento em que se torna possível problematizar o racismo na sociedade brasileira, a presença de Elza no meio musical faz com que ela possa ser um estandarte de negritude, ainda mais quando escreve e canta músicas como *A carne*, *Exu nas escolas* e *Não tá mais de graça*, que serão analisadas mais adiante.

A presença de Elza engendra a negra e o negro como sujeitos sociais, que é uma das proposições para cultura de Hall (2016). E, como a escravização do africano e afrodescendente fez com que esses fossem coisificados, é urgente que esse acontecimento seja ressignificado, tanto na mente de pessoas negras quanto na mente das não negras.

Além disso, Elza ocupa o lugar de fala de uma parte da população que não estava autorizada a falar, e que a sociedade ainda tem dificuldade em escutar. (SPIVAK, 2010; RIBEIRO, 2017; KILOMBA, 2019) No papel de cantora, sua fala tem amplitude diferente de indivíduos comuns da sociedade brasileira, ao mesmo tempo que estes ganham mais força para ter seus lugares de fala. Somado a isso, Bosco (2017) pontua que as redes sociais dão "voz" a todos que as utilizem, e assim contemplam também os afrodescendentes.

Para argumentar sobre a potência que move o modo resistente de Elza, que não só sobreviveu/sobrevive, mas resistiu/resiste no contexto opressor, partiremos de um elemento peculiar e recorrente

[13] A autora faz a opção de utilizar seu nome em letras minúsculas.

em sua estética performática, o "*scat*"[14], sem o objetivo de empreender uma análise técnica, mas objetivando adentrar aspectos da resistência social e cultural de que a cantora lançou mão em tal recurso vocal em sua fase de instauração, considerada aqui o momento da gravação da faixa *Se acaso você chegasse*. Assim, utiliza-se para análise neste capítulo a versão da primeira gravação dessa música, no LP compacto que leva o nome da composição, seguido de um LP da série "A bossa-negra" que trouxe *Se acaso você chegasse* na primeira faixa do lado A e também no nome do disco.

A música mostra como o compositor busca dar voz e verso ao personagem que se une em residência com a ex-companheira do amigo. Intenciona com isso que, do anúncio dessa notícia, o possível desconforto que a união possa ter causado entre os amigos se dissipe, e que os laços de amizade saiam fortalecidos. É importante relembrar neste ponto que o autor da música é Lupicínio Rodrigues, ávido observador das afetações humanas que conseguia de modo ímpar instaurar em suas composições a existência de sentimentos antes indizíveis, como foi o caso do termo "dor de cotovelo"[15].

Assim, o autor procurou nessa composição tornar audível um sentimento de desconforto, que se desenvolve em habilidade de reafirmação de competências emocionais e sociais de um bamba dentro de seu conflito homossocial com um amigo. Contudo, o compositor deixou audível também o lugar da mulher dentro do contexto, aqui analisado não apenas na expressão e intencionalidade de "mora no meu barraco". Mas o lugar que Elza Soares subverte e é o ponto focal de seus *scats* é o lugar social de serventia em que a mulher é descrita.

Serventia tanto em sua força de trabalho, atendendo nos afazeres domésticos, quanto em sua função sexual, aqui expressos como se a mulher em questão se destinasse a atender às necessidades domésticas e sexuais do dono do barraco. Expressos nos versos "De dia me lava a roupa. De noite me beija a boca". Assim, o que aparentemente seria cantado na voz jazzística de Elza como uma conversa cordial entre dois bambas, cuja relação homossocial estabelece intenção de reafirmar os laços de amizade e companheirismo entre ambos, foi subvertido pela intérprete, que, com seus *scats* em vibrações próximas às do saxofone, alterou o sentido do que estava sendo dito. Segue a letra transcrita com marcações e rasuras nossas.

[14] Sem o intuito de proporcionar parâmetros para análise técnica, escolhemos por definição de *scat* a conhecida técnica de canto que foi criada pelo jazzista Louis Armstrong, *scat* então é a técnica de cantar vocalizando sem necessariamente utilizar palavras ou palavras sem sentido e sílabas (por exemplo: "la dum ba dum pa"). Os cantores de jazz criam o equivalente de um solo instrumental apenas usando a voz.
[15] O termo "dor de cotovelo", como o conhecemos hoje, foi criado por Lupicínio Rodrigues, que se refere à prática de quem crava os cotovelos em um balcão ou mesa de bar, pede um uísque duplo e chora pela perda da pessoa amada.

Se acaso você chegasse
Lupicínio Rodrigues
(LP “A bossa negra”, gravadora Odeon)

Se acaso você chegasse
No meu chateau encontrasse
Aquela mulher que você gostou
Será que tinha coragem de trocar a nossa amizade
Por ela que já lhe abandonou

Eu falo porque essa dona já mora no meu barraco à beira de um regato e de um bosque em flor

De dia ~~me lava a roupa~~ bu-la-pá-bu-la
(improviso vocal scat)
De noite ~~me beija a boca~~ bu-la-pá-bu-la
(improviso vocal scat)

E assim vamos vivendo de amor

A cantora, ao aplicar seu efeito vocal, deixa rasuradas em vibrações as ações da mulher, que não são pronunciadas, nem na primeira gravação nem no LP completo. É imprescindível a audição da música e do trecho para a compreensão do que está sendo tratado aqui, contudo, pontuar por si só o feito de reescrever uma narrativa de voz masculina com voz feminina rouca e vibrante subvertendo o sentido no tempo histórico em que estava inserida a versão original da música e a própria cantora pode denotar o modo como se aplica a resistência de Elza Soares, sintetizado em seus *scats*.

A primeira frase da música, que também a intitula, *Se acaso você chegasse*, como já dito, aparece ainda na capa tanto do primeiro LP compacto quanto no LP completo, como pode ser visto adiante:



Discos Elza Soares “Se acaso você chegasse”
compacto e completo (1960).[16]

Em ambas as capas a cantora parece estar com o mesmo figurino, a mesma maquiagem e o mesmo brinco, contudo, o LP intitulado *“A bossa-negra*” é composto por 12 faixas, sendo *Se acaso você chegasse* a primeira do lado A. A versão em disco compacto *Se acaso você chegasse/Mack the Knife* foi o primeiro disco gravado pela cantora, pela Odeon, em 1959, lançado em 1960. Desse compacto a primeira música gravada por Elza Soares foi *Se acaso você chegasse*, não apenas naquele disco, mas essa foi a primeira gravação de música em disco da sua carreira.

Em ambos os discos a gravação parece ser a mesma – ou, a ouvidos leigos, as versões seriam muito similares. De fato, naquele momento as gravadoras costumavam lançar versões de vinil compacto com duas músicas para avaliar a aceitação do público, para depois lançar um LP completo. Como também usavam o compacto como estratégia de divulgação do LP que viria depois. Nesse caso específico de Elza, é sabido que a versão compacta foi gravada em sua chegada ao Brasil, após uma turnê na Argentina que teve sucesso. Assim, pode-se reiterar tanto a hipótese da aposta da gravadora na nova cantora que se apresentava como a hipótese da intenção de divulgar a nova voz e seu estilo singular.

Como também era sabido que Elza afirmava à época que desconhecia a performance *scat* de Louis Armstrong, fato que foi revelado ao próprio Louis Armstrong na ocasião da Copa do Mundo de Futebol da FIFA em 1962, em que Elza Soares foi até o Chile representando o Brasil, como rainha da seleção brasileira de futebol,

[16] Cf.: DISCOGS. Elza Soares – Se acaso você chegasse. Disponível em: <https://www.discogs.com/Elza-Soares-Se-Acaso-Voc%C3%AA-Chegasse/release/4918269>.

e houve o encontro entre os dois. Mas, para o que este capítulo busca focalizar, a relevância da utilização da técnica vocal está exatamente na letra rasurada e reescrita em forma de *scat* como resistência e possibilidade de existência estética de uma diva que ali se viu fazer.

Alguns anos depois, em 1967, a convite de Miltinho, compositor reconhecido por seu apreço à execução fidedigna das letras e partituras, Elza Soares gravaria junto a Miltinho a sequência de três LPs, intitulados “Elza, Miltinho e Samba”. Músicas de diversos autores como Dorival Caymme, Donga, Noel Rosa, Gilberto Gil e também Lupicínio Rodrigues foram interpretadas por Elza e Miltinho – detalhe que em nenhuma das faixas Elza rascunhou a letra com seus *scats*, fez alguns improvisos vocais acompanhada de metais, mas nada que alterasse as palavras ou as omitisse. Contudo, consta na contracapa do LP de volume 2, no lado B, a última música de nome *Casamento*.



Contracapa do LP “Elza, Miltinho e Samba” vol. 2.[17]

Ao ouvir a música, nota-se que Elza inicia cantando e acompanhando com palmas os versos:

[17] Cf.: IMMUB - Instituto Memória Musical Brasileira. Elza, Miltinho e Samba Vol. 2. Disponível em: <https://immub.org/album/elza-miltinho-e-samba-vol-2>.

Se acaso você chegasse
No meu chateau encontrasse
Aquela mulher que você gostou...

Mas não dá continuidade à música, em vez disso, apresenta uma imitação cômica de diversos cantores que estavam em destaque na época, ressaltando suas características. E mais uma vez subverte ao não aplicar seu *scat*, mas sim improvisar e fazer rir, pontuando recursos vocais largamente utilizados por outros cantores, deixando em quem ouve a vontade de concluir os versos que iniciou. Uma experiência que só pode ser acessada ouvindo essa faixa, que em algumas versões digitais surge intitulada *Pare o casamento*, pois uma das imitações que Elza faz é de Wanderléa, cantando o que na época era seu maior sucesso, *Pare o casamento*.

Desse modo, percebe-se que, através de seus *scats*, Elza deixava as músicas com sua personalidade e já imprimia a sua resistência na década de 1960. Feito de ousadia em que inicia sua carreira, marcada de personalidade e resistência, como ficou gravado nos discos seguintes.

Pulando algumas décadas, a partir do álbum *Do cóccix até o pescoço*, de 2002, Elza muda o tom de suas músicas, agora ela não conta apenas com seus *scats*. A cantora entra, por assim dizer, na sua fase mais madura e faz reflexões mais diretas acerca das problemáticas das pessoas negras e das mulheres na sociedade brasileira. Neste artigo não será analisada nenhuma música com a temática do empoderamento feminino, entretanto, é possível fazer um estudo futuro.

Nesse álbum, Elza canta *A carne*:

A carne mais barata do mercado
É a carne negra
(Tá ligado que não é fácil, né, mano?
Se liga aí)
A carne mais barata do mercado
É a carne negra
A carne mais barata do mercado
É a carne negra
A carne mais barata do mercado
É a carne negra
A carne mais barata do mercado
É a carne negra
(Só cego não vê)
Que vai de graça pro presídio
E para debaixo do plástico
E vai de graça pro subemprego
E pros hospitais psiquiátricos

A carne mais barata do mercado
É a carne negra
(Dizem por aí)
A carne mais barata do mercado
É a carne negra
A carne mais barata do mercado
É a carne negra
A carne mais barata do mercado
É a carne negra
Que fez e faz história
Segurando esse país no braço, meu irmão
O cabra aqui não se sente revoltado
Porque o revólver já está engatilhado
E o vingador eleito
Mas muito bem intencionado
E esse país vai deixando todo mundo preto
E o cabelo esticado
Mas mesmo assim ainda guarda o direito
De algum antepassado da cor
Brigar sutilmente por respeito
Brigar bravamente por respeito
Brigar por justiça e por respeito (Pode acreditar)
De algum antepassado da cor
Brigar, brigar, brigar, brigar, brigar
(Se liga aí)
A carne mais barata do mercado
É a carne negra

Nessa música fica claro o imaginário social racista presente na sociedade brasileira: o negro como inferiorizado, subalternizado, sem valor aparente. Entretanto, Elza transcreve o afrodescendente como resistente em sua busca por respeito e justiça, ao mesmo tempo que pontua os negros como elemento crucial para manter este país de pé.

A cantora, ao repetir sucessivamente "*A carne mais barata do mercado é a carne negra*", traduz o genocídio desse povo que vem acontecendo desde o período de escravização até os dias atuais, em que 75,5% das vítimas de homicídios individuais são pretos ou pardos (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2019). Além disso, esse trecho da música evidencia o descaso e a falta de empatia para com o povo negro, que é, junto com o genocídio, mais uma consequência de vivenciarmos uma sociedade transpassada pelo racismo estrutural.

Depois, em 2018, Elza laça o álbum "Deus é mulher", em que consta a música *Exu nas escolas*:

Exu nas escolas
Exu nas escolas
Exu nas escolas
Exu nas escolas
Exu no recreio não é Xou da Xuxa
Exu brasileiro
Exu nas escolas
Exu nigeriano
Exu nas escolas
E a prova do ano
É tomar de volta a alcunha roubada
De um deus iorubano
Exu nas escolas
Exu nas escolas
Exu nas escolas (Exu-ê-ê-ê, Exu-ê-ê-ê)
Exu nas escolas (Exu-ê-ê-ê, Exu-ê-ê-ê)
Estou vivendo como um mero mortal profissional
Percebendo que às vezes não dá pra ser didático
Tendo que quebrar o tabu e os costumes frágeis das crenças limitantes
Mesmo pisando firme em chão de giz
De dentro pra fora da escola é fácil aderir a uma ética e uma ótica
Presa em uma enciclopédia de ilusões bem selecionadas
E contadas só por quem vence
Pois acredito que até o próprio Cristo era um pouco mais
crítico em relação a tudo…

O Brasil foi um país constituído em sua essência pela catequização do cristianismo através da religião católica e pelo ensino da língua europeia portuguesa. Exu é uma entidade das religiões de matrizes africanas praticadas no Brasil – a umbanda e o candomblé –, e dentro dessas religiões não existe uma noção de céu/inferno e Deus/Diabo. Contudo, provavelmente em função de o Brasil ser um país doutrinado em religiões cristãs[18], é criada uma imagem de Exu associada ao Diabo.

Bittar (2010) explana sobre o direito às religiões de matriz africana, ressaltando o artigo § 5º[19] da Constituição Federal de 1988, que defende a liberdade de culto, e a Lei nº 12.288, que institui o Estatuto da Igualdade Racial, e assim, em teoria, asseguram o culto, além de terem o dever de combater a intolerância religiosa para as celebrações de matrizes africanas. Entretanto, Oliveira (2014) discorre a respeito da intolerância religiosa para com essas mesmas religiões.

[18] Catolicismo, protestantismo, adventismo, mormonismo, a igreja ortodoxa, as testemunhas de Jeová e o espiritismo.

[19] "VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias; [...]"

Apesar de o Legislativo garantir que não pode existir intolerância às religiões de matrizes africanas, na prática acaba acontecendo, e o Legislativo não dá um respaldo. Oliveira (2014) relembra a repressão por meio do aparato policial que aconteceu por muitos anos no Brasil:

> [...] a repressão policial e dos órgãos do sistema de justiça aos cultos afrobrasileiros ainda é um traço marcante da cultura jurídica nacional, e que se ela não é explícita como outrora, apresenta-se a partir de formas sutis e veladas de negação de direitos dos afrorreligiosos. (OLIVEIRA, 2014, p. 4)

Assim sendo, a fantasiosa associação de Exu demonizado junto com a intolerância das religiões de matrizes africanas no Brasil fazem com que Exu seja omitido dos lugares: dos livros, das escolas, das novelas, dos jornais, das revistas, das peças, das universidades... Bem como qualquer menção à umbanda e ao candomblé. Por isso, *Exu nas escolas* passa uma mensagem de resistência, protesto e propagação da cultura negra na sociedade brasileira.

No ano de 2019, no álbum "Planeta Fome", Elza traz uma reverberação da música *A carne* na canção intitulada *Não tá mais de graça*:

A perna treme parece vídeo game
É uma poça de sangue no chão e o nego geme
Eu me pergunto onde essa porra vai parar?
Revolução, só Che Guevara de sofá
A carne mais barata do mercado não tá mais de graça
O que não valia nada agora vale uma tonelada
A carne mais barata do mercado não tá mais de graça
Não tem bala perdida, tem seu nome, é bala autografada
Prepara o coração que eu vou escurecer
pode dar piripaque
Do Big ao Tupac
Marielle Franco, Rosa Parks
Destrava a corrente, sai fora da foice
Mongobe Bernard Ramose
Essa aqui Neymar não dança na hora de meter gol
Mas os pretos avançam, Wakanda forever yo!
Essa aqui Neymar não dança na hora de meter gol
Mas os pretos avançam, Wakanda forever yo!
A carne mais barata do mercado não tá mais de graça
O que não…

A música é como se fosse um levante negro, é um estandarte. Questiona como, apesar de o racismo permanecer o mesmo no Brasil, existem pessoas negras como Big, Tupac, Marielle Franco, Rosa Parks, Mongobe e Bernard Ramose, cada um a seu modo, lutando por

um mundo menos racista, pela valorização da negritude. O racismo na música não é mais velado, ele segue explicitado: *Não tem bala perdida, tem seu nome, é bala autografada*. Afinal, bala perdida deveria ser uma exceção, entretanto, o que acaba acontecendo é uma regra, em que a bala perdida tem nome e endereço: o genocídio da população preta, em especial dos jovens de sexo masculino.

Não tá mais de graça ainda tem o desabafo de que essa situação (o racismo) é inaceitável, sendo mais do que momento de ser modificada no Brasil, trazendo ainda a referência à cidade fictícia de Wakanda, do filme "Pantera Negra", onde negros e negras são fortes, inteligentes, potentes, iguais, empáticos, bonitos, entre tantas outras mensagens positivas que remetem à valorização da negritude.

Elza é uma diva e um exemplo de uma vida de cultura e resistência através de suas músicas. Elza é política, Elza é potência, Elza assume seu lugar na sociedade e, fazendo isso, estimula que negras e negros façam o mesmo. Para a problemática do racismo ser resolvida, ou ao menos amenizada, são necessárias diferentes frentes de ação e mudança, e a cultura e a arte têm força para serem agentes de transformação, ainda mais com cantoras como Elza Soares. Elza constrói uma narrativa nova e, assim, é símbolo do combate antirracista na sociedade brasileira.

Elza Soares fala para todos nós de hoje. Ela é contemporânea porque vive o momento do agora. Quando retoma em seus espetáculos canções do passado, incluindo em seu repertório canções que falaram em seu tempo, é porque elas dialogam com o aqui e agora. Ela canta a sociedade de hoje, o Brasil do agora, porque, como ela mesma diz, "o meu país é meu lugar de fala". Elza aprende com o vivido, o assimila e o transforma. Elza ensina, reverbera.

Elza vive. Elza viverá!

Referências

ALMEIDA, Silvio de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. O Direito à Tradição, as Religiões de Matrizes Africanas e os Direitos Humanos. **Sequência: Estudos Jurídicos e Políticos**. Florianópolis, v. 31, n. 61, p. 311-329, 2010.

BOSCO, Francisco. **A vítima tem sempre razão?** Lutas identitárias e o novo espaço público brasileiro. São Paulo: Todavia, 2017.

DISCOGS. Elza Soares – Se acaso você chegasse. Disponível em: <https://www.discogs.com/Elza-Soares-Se-Acaso-Voc%C3%AA-Chegasse/release/4918269>.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 39ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Teatro Experimental do Negro** (TEN). 14 jan. 2016. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?p=40416>. Acesso em: 21 nov. 2019.

HALL, Stuart. **Cultura e representação.** Organização e revisão técnica de Arthur Ituassu e Daniel Miranda. Tradução de William Oliveira. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio/ Apicuri, 2016.

HOOKS, Bell. **Olhares negros:** raça e representação. Tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019.

IMMUB - Instituto Memória Musical Brasileira. Elza, Miltinho e Samba Vol. 2. Disponível em: <https://immub.org/album/elza-miltinho-e-samba-vol-2>.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (Orgs.). **Atlas da violência 2019**. Brasília/ Rio de Janeiro/ São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação:** episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

OLIVEIRA, Ilzver de Matos. Perseguição aos cultos de origem africana no Brasil: o direito e o sistema de justiça como agentes da (in)tolerância. **XXIII Encontro Nacional do Conpedi/UFSC**. Florianópolis, v. 1, p. 308-332, 2014.

RIBEIRO, Djamila. **O que é o lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

O feminino entre a culpa e o pecado: reflexos da exploração, opressão e dominação da mulher

Vanessa Zinderski Guirado[20]

Introdução

Ao analisar a construção sociocultural estabelecida historicamente na sociedade que determinou as atividades que seriam desenvolvidas por homens e mulheres, é possível constatar que, mesmo que os alicerces prescritos para nortear a instrução pessoal e coletiva dos indivíduos sejam orientados pelo matricentrismo, o grande contrassenso é que são exatamente as mulheres que mais sofrem com as reproduções, permanências e os reflexos da exploração, opressão e dominação masculina.

Para justificar a afirmação de que o mundo é fundamentado no matricentrismo, basta examinar a divisão sexual do trabalho e as relações sociais atribuídas em função do sexo, pois esses aspectos foram organizados por homens, que designaram para as mulheres a obrigação do trabalho doméstico e da criação dos filhos. Portanto, primeiramente, são elas que atuam na formação dos indivíduos para a futura inserção na sociedade, sendo que essas atividades favorecerão não apenas aqueles sujeitos que se beneficiam diretamente delas, como também contribuirão para todo o coletivo. É necessário que as mulheres façam uma abdicação forçada de todos os seus sonhos, desejos e vontades em prol da formação e dos cuidados com os membros da instituição, construída sociocultural e historicamente, conhecida como família.

Ao criar a ideia de família, estabelece-se também para a mulher as atribuições de filha, esposa, amante, mãe, dona de casa, cuidadora e todas as atividades relacionadas à formação do caráter, da moral, da ética, de noções de higiene, entre tantas outras que constituirão aquele indivíduo. Logo, a grande doutrinadora dos aspectos encontrados nas diferentes culturas é a mulher, sendo que, para exercer a obrigação que lhe foi imposta por toda a construção histórica de suas funções sociais, ela precisou renunciar à sua vida, abandonar qualquer tipo de realização pessoal, e tudo em nome do bem-estar do outro. Afinal, em um mundo machista e dominado por regras estabelecidas por homens, o que importa é o outro que não seja a mulher, mesmo sendo ela a incumbida da realização de tantas obrigações. O valor desse trabalho não é reconhecido, pois, por mais que seus resultados sejam identificáveis na sociedade e em suas relações, tal trabalho é realizado na vida privada.

[20] Mestre em Educação, Arte e História da Cultura - Universidade Presbiteriana Mackenzie. Doutoranda em Educação, Arte e História da Cultura - Universidade Presbiteriana Mackenzie.

O machismo também interfere na vida dos homens, ao estabelecer que eles são os provedores da família, que possuem a força e o direito ao poder. Logo, as suas vidas são direcionadas para que façam parte de atividades externas ao lar, sendo criados para o mundo e para todo o ambiente de trabalho, de ideias, de realizações pessoais, onde eles são os seres pensantes que criam as regras a serem seguidas por todos que os cercam. Esse discurso criou também uma pressão sobre o homem, fazendo-o acreditar que o sexo masculino não deve expressar seus sentimentos, afinal, homem não chora. Ele tem de ser viril e provar constantemente que é macho, que a masculinidade é provada pela força. Dessa forma, emergiram fatores culturais que foram sendo trabalhados historicamente no sentido de controlar entre os homens determinados aspectos mais relacionados a questões tidas como femininas, como é o caso do sentimento, contribuindo para a ênfase em outros pontos que lembram condições da vida animal selvagem, como o reforço ao uso da força e da virilidade, inclusive por meio do relacionamento com muitas parceiras.

Por mais que as afirmações destacadas pareçam fazer parte de ideias já ultrapassadas há décadas, as permanências culturais relacionadas à divisão sexual do trabalho e às relações sociais com base na distinção por sexo continuam sobrecarregando as mulheres até os dias de hoje, haja vista que a cultura e os costumes sociais seguem impelindo-as a assumir toda a responsabilidade de programar, organizar, decidir e fazer tudo caber dentro de sua jornada diária relacionada à casa, aos filhos, aos estudos e ao trabalho remunerado.

Segundo Badinter (1985), o próprio sentimento do amor materno é construído socialmente para criar uma condição de controle, submissão, resignação e obediência das mulheres às imposições e obrigações sociais do trabalho doméstico, pois, ao estabelecer que o objetivo da vida de uma mulher deve ser o cuidado com os filhos, com o marido e com a casa, a sociedade vincula a existência do sexo feminino à servidão. A autora destaca ainda que, historicamente, a gravidez foi difundida como sendo a melhor forma de levar uma mulher a desenvolver a docilidade e sujeição no casamento, uma vez que ao engravidar ela seria coagida a renunciar às suas aspirações, em prol da tarefa de cuidar dos seus descendentes.

> É no último terço do século XVIII que se opera uma espécie de revolução das mentalidades. A imagem da mãe, de seu papel e de sua importância, modifica-se radicalmente, ainda que, na prática, os comportamentos tardassem a se alterar. Após 1760, abundam as publicações que recomendam às mães cuidar pessoalmente dos filhos e lhes “ordenam” amamentá-los. Elas impõem, à mulher, a obrigação de ser mãe antes de tudo, e engendram o mito que continuará bem vivo duzentos anos mais tarde: o do instinto materno, ou do amor espontâneo de toda mãe pelo filho. No fim do século

> XVIII, o amor materno parece um conceito novo. Não se ignora que esse sentimento existiu em todos os tempos, se não todo o tempo e em toda parte. [...] Mas o que é novo, em relação aos dois séculos precedentes, é a exaltação do amor materno como um valor ao mesmo tempo natural e social, favorável à espécie e à sociedade. Alguns, mais cínicos, verão nele, a longo prazo, um valor mercantil. Igualmente nova é a associação das duas palavras, "amor" e "materno", que significa não só a promoção do sentimento, como também a da mulher enquanto mãe. Deslocando-se insensivelmente da autoridade para o amor, o foco ideológico ilumina cada vez mais a mãe, em detrimento do pai, que entrará progressivamente na obscuridade. (BADINTER, 1985, p. 145-146)

Segundo Bourdieu (2002), a dominação masculina ocorre por meio de um controle simbólico, que é resultado de uma violência de natureza simbólica que se apodera da lógica da dominação, sendo praticada às custas de regras, costumes, hábitos, formas de pensar e conduzir as ações, até que a subjugação seja conhecida, identificada e reconhecida tanto pelos dominantes quanto pelos dominados. O opressor estabelece as estruturas de repressão e submissão até que tais aspectos sejam incorporados pela sociedade, por meio da repetição e transmissão de tais hábitos, até que a dominação seja integrada aos costumes e absorvida pela cultura, passando a ser aceita como normal, deixando de ser pensada como um ato de violência, a ponto de se tornar uma conformidade, uma dependência, uma ação inconsciente de sujeição.

Ainda de acordo com o autor, ao estabelecer a dominação masculina sobre as mulheres, a relação de opressão acaba também sendo orientada para as vontades, atitudes e condutas femininas, visto que elas são colocadas como inferiores e subordinadas às ações dos homens, de modo que a mulher é posta na condição de indivíduo de segunda classe e, portanto, subalterno e inferior ao masculino.

> O trabalho de construção simbólica não se reduz a uma operação estritamente performativa de nominação que oriente e estruture as representações, a começar pelas representações do corpo (o que ainda não é nada); ele se completa e se realiza em uma transformação profunda e duradoura dos corpos (e dos cérebros), isto é, em um trabalho e por um trabalho de construção prática, que impõe uma definição diferencial dos usos legítimos do corpo, sobretudo os sexuais, e tende a excluir do universo do pensável e do factível tudo que caracteriza pertencer ao outro gênero [...] ao término de uma somatização das relações sociais de dominação, é à custa, e ao final, de um extraordinário trabalho coletivo de socialização difusa e contínua que as identidades distintas que a arbitrariedade cultural institui se encarnam em *habitus* claramente diferenciados segundo

> o princípio de divisão dominante e capazes de perceber o mundo segundo este princípio. (BOURDIEU, 2002, p. 33-34)

Para Beauvoir (1970), o vínculo existente entre opressores e oprimidos não é semelhante a nenhum outro tipo de dependência, pois, ao criar e difundir regras sociais fundamentadas na divisão em função do sexo, justificadas apenas como um dado biológico, temos que transformar tal divisão sexual em um mecanismo de dominação constituído historicamente e mediado pelos aspectos culturais não faz com que a violência da sujeição das mulheres seja algo normal, tampouco o fato de haver repressão e controle baseados em questões biológicas serve como parâmetro para auferir a inteligência, os conhecimentos, as capacidades e potencialidades de qualquer indivíduo. Logo, para a autora, a situação de submissão da mulher é resultado de uma organização cultural e histórica baseada na alteridade masculina, em que o opressor só consegue ser tão forte e dominar o oprimido porque os dominados internalizaram as formas de controle como naturais, chegando a se tornarem cúmplices dos próprios carrascos e defensores do sistema que os aprisiona.

Portanto, segundo Beauvoir (1967, p. 9),

> [...] ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino.

Consequentemente, o que compreendemos como sendo o sexo feminino é uma construção, assim como a feminilidade, como também fazem parte dessa formatação as maneiras aceitas socialmente como sendo as certas para a mulher se comunicar, se portar, se vestir, enfim, ser. Logo, se o sexo feminino é como é, isso é reflexo da representação dos aspectos herdados culturalmente ao longo da história da interpretação daquilo que o homem diz que a mulher deve ser. Tais percepções levam a autora a contextualizar a dominação masculina, suas bases e permanências, afinal,

> Todo mundo concorda em que há fêmeas na espécie humana; constituem, hoje, como outrora, mais ou menos a metade da humanidade; e contudo dizem-nos que a feminilidade “corre perigo”; e exortam-nos: “Sejam mulheres, permaneçam mulheres, tornem-se mulheres”. Todo ser humano do sexo feminino não é, portanto, necessariamente mulher; cumpre-lhe participar dessa realidade misteriosa e ameaçada que é a feminilidade. [...] Se hoje não há mais feminilidade, é porque nunca houve. Significará isso que a palavra “mulher” não tenha nenhum conteúdo? [...] Sem dúvida,

> a mulher é, como o homem, um ser humano. Mas tal afirmação é abstrata; o fato é que todo ser humano concreto sempre se situa de um modo singular. [...] Como se entende, então, que entre os sexos essa reciprocidade não tenha sido colocada, que um dos termos se tenha imposto como o único essencial, negando toda relatividade em relação a seu correlativo, definindo este como a alteridade pura? Por que as mulheres não contestam a soberania do macho? Nenhum sujeito se coloca imediata e espontaneamente como inessencial; não é o Outro que definindo-se como Outro define o Um; êle é posto como Outro pelo Um definindo-se como Um. Mas para que o Outro não se transforme no Um é preciso que se sujeite a esse ponto de vista alheio. (BEAUVOIR, 1970, p. 7-12)

Com base no contexto apresentado, e sem a intenção de esgotar as possibilidades quanto às discussões propostas, a presente pesquisa apresenta uma revisão bibliográfica que tem por objetivo discutir a construção da divisão sexual do trabalho e das relações sociais de sexo, pois não refletir sobre tais questões é seguir reproduzindo a herança de dominação e submissão que deixa a mulher na sombra do homem e, assim, obscurece tudo o que ela é e ainda o que poderia vir a ser.

A melhor forma de desconstruir aspectos impostos e cristalizados pelo tempo em forma de preconceito e discriminação é o conhecimento das estruturas que moldaram a própria história, pois, ao saber identificar os mecanismos de dominação a que estamos sujeitos, é possível elaborar argumentos que embasem a luta por direitos, dignidade, igualdade e respeito. Mas isso implica desconstruir os estereótipos preestabelecidos, identificar nossos próprios limites e intolerâncias, modificar instituições há muito tempo solidificadas e refletir de forma crítica acerca de tudo o que nos condiciona como mulher.

A distinção dos corpos e a criação da desigualdade pelo sexo

Ao examinar a história do corpo e de suas representações, pode-se compreender que ele nunca foi livre, pois, consciente ou inconscientemente, os corpos internalizam tudo aquilo que a sociedade impõe aos seus indivíduos. Portanto, a estrutura física do ser humano é um documento, um testemunho histórico e um lugar de memória, que expressa múltiplas camadas e revela os aspectos dos grupos em que o sujeito foi moldado. O corpo é uma força contida que reflete as instituições que o forjaram; ele é um organismo preso às heranças do passado, hábitos, costumes, comportamentos, regras sociais, questões educacionais, religiosas, culturais, econômicas e políticas.

O corpo é esse espaço civilizado, domesticado, racionalizado, doutrinado, onde cada sociedade inscreve as impressões manifestadas, reconhecidas, aprendidas e internalizadas durante um determinado momento histórico, assim revelando seus simbolismos e forças

disciplinares que constantemente criam e recriam limites de conforto e desconforto. Desse modo, entende-se que o corpo pode ser adestrado conforme a realidade que o circunda e pelas experiências com as quais convive.

A distinção dos corpos e a origem da sua divisão pelo sexo é um resultado dos processos civilizatórios que estabeleceram não apenas uma compreensão quanto ao que uma determinada sociedade, em um momento histórico específico, estipula como certo, segundo a vontade dos indivíduos que detêm o poder de decisão, como também derivaram em variados níveis de desigualdades e preconceitos, embasados na mesma lógica.

Nesse aspecto, os diversos estudos que analisam a história das mulheres demonstram que elas foram constantemente alvo dos mais diversos processos de dominação, de modo que os homens exerciam o poder sobre as mulheres por meio de coação, ameaça, coerção, constrangimento, imposição, intimidação, opressão, agressão, violência. O feminino sempre era o outro que tinha de ser domesticado, calado, destinado a acatar ordens, colocado no obscurantismo.

Em um mundo dominado pelos homens, a mulher é o outro que é visto como ameaça, que é diabolizado, que deve ser trancafiado e ter acesso apenas aos limites da própria casa. Não pode decidir nada, não deve ter voz, comprovando que a dominação masculina é mais do que uma relação de poder, ela é antes de tudo política, visto que não existe uma neutralidade perante o espaço que a mulher ocupa na sociedade.

Ao pesquisar a dominação masculina, a visão androcêntrica do mundo e os mecanismos instituídos pelo patriarcalismo, Alves e Pitanguy (1985) apontam que, ao longo do desenvolvimento histórico da humanidade, há registros da opressão contra as mulheres desde a Grécia Antiga, sendo elas consideradas seres inferiores, destinadas a realizar os trabalhos domésticos e as tarefas que não eram dignas dos homens. Eles se achavam “deuses”, enquanto elas, dentro da visão machista que imperava naquela sociedade, representavam criaturas de segunda linha. As autoras também destacam que na sociedade grega já havia um severo controle quanto ao acesso da mulher ao conhecimento, bem como a recomendação de que ela deveria ser constantemente monitorada, como pode ser percebido no trecho transcrito:

> Na Grécia a mulher ocupava posição equivalente à do escravo no sentido de que tão somente estes executavam trabalhos manuais, extremamente desvalorizados pelo homem livre. Em Atenas ser livre era, primeiramente, ser homem e não mulher, ser ateniense e não estrangeiro, ser livre e não escravo. A afirmação de Platão expressa bem esta realidade: “Se a natureza não tivesse criado as mulheres e os escravos teria dado ao tear a propriedade de fiar

> sozinho". [...] Ao afirmar que "os Deuses" criaram a mulher para as funções domésticas, o homem para todas as outras, Xenofonte, no século IV A.C., exprimia um tipo de argumentação naturalista que ainda hoje demarca espaços para os sexos. Por outro lado, o mesmo Xenofonte, tratando da educação da mulher, revela o quanto é social e coercitivo o aprendizado destas funções "naturais": "... que viva sob uma estreita vigilância, veja o menor número de coisas possível, ouça o menor número de coisas possível, faça o menor número de perguntas possível". Estando assim limitado o horizonte da mulher, era ela excluída do mundo do pensamento, do conhecimento, tão valorizado pela civilização grega. (ALVES, PITANGUY, 1985, p. 11-12)

De acordo com Colling (2004), a depreciação da mulher é inerente ao sistema platônico, que a considera como um ser naturalmente inferior, sendo que a sua desvalorização é decorrente de sua capacidade reprodutora, uma vez que o útero feminino, ao conseguir gerar uma outra vida, acabaria ficando com dificuldade de pensar, bem como de entender e/ou elaborar conceitos. A autora ainda destaca que o pensamento de Platão também questiona a posição social ocupada pela mulher na sociedade grega, considerando que a inferioridade de sua natureza coloca o homem em uma situação de superioridade em relação a ela, assim, desenvolvendo mecanismos de hierarquização em virtude do sexo. Segundo a autora, o pensamento aristotélico também considera a mulher como um ser inferior por natureza, chegando a classificar o corpo feminino como algo impuro, defeituoso, incompleto e deformado, sendo que a menstruação seria uma prova de todas as imperfeições.

> O corpo da mulher, para Aristóteles, é inacabado como o de uma criança, doente por natureza, envelhecendo mais rapidamente [...] ele não cansa de repetir que as fêmeas são mais fracas e mais frias e, por natureza, apresentam uma deformidade natural. A natureza feminina é uma deformidade natural, pois tantos são os defeitos no corpo das mulheres. A mulher é ela própria um defeito. (COLLING, 2004, p. 59)

Com relação à Roma Antiga, Alves e Pitanguy (1985) mencionam que o código jurídico era utilizado para justificar uma civilização *pater familias*, na qual o poder sobre os demais indivíduos ficava inteiramente a critério do homem, devendo a mulher, filhos, servos e escravos manterem-se submissos e obedientes às suas ordens, gerando uma sociedade injusta e desigual, em que todos os privilégios e direitos foram assegurados apenas para o homem romano, visto que as leis criadas serviam de instrumento de legitimação da posição de

superioridade dele e de inferioridade daqueles outros que não estavam previstos na lei.

O espaço social do corpo e o seu fracionamento dual também podem ser facilmente observados na Idade Média, época em que todos tinham uma posição determinada na sociedade, sendo que, nesse período histórico, o dualismo perpassava por todo o imaginário coletivo, criando cisões como o céu e o inferno, o espiritual e o terreno, estabelecendo para o corpo uma divisão entre glorioso e pecaminoso. Dessa maneira, gerava uma relação de aceitação e negação simultâneas, que só podiam ser sublimadas por intermédio de punições, sacrifícios, penitências, restrições e renúncias.

O corpo medievo era um organismo fundamentado em tensões, sob a liderança da Igreja, que arquitetava e organizava toda a estrutura religiosa, social, política, econômica e, inclusive, psicológica, ao conceber a sistematização do que era ser um sujeito civilizado.

Segundo Le Goff (1989), a mulher não estava incluída na estrutura da sociedade medieval, logo, ela não tinha um lugar, sendo identificada pelo seu sexo e pelas relações mantidas com os seus grupos de convivência, portanto, ou ela era esposa, viúva ou virgem, situação que a transformava em uma vítima das imposições e coações exercidas pelas suas famílias, que escolhiam qual seria o seu destino. A visão religiosa atrelada à vida social reforçava ainda o dualismo em relação ao feminino, identificado como o corpo diabolizado, como o mau e errado, em contraponto ao masculino, que era o corpo endeusado, bom e certo. Logo, a mulher tinha de ser controlada, vigiada a cada momento, em qualquer gesto, prática e conduta. A sua sexualidade era interpretada como perversa e culpada pelo pecado original. Dentro dessa visão de mundo, todas as questões passavam a ser mediadas pela Igreja e reconhecidas como justas pela sociedade, onde,

> [...] por detrás da multiplicidade dos níveis sociais das famílias e da evolução lenta e contrariada do estatuto da mulher, durante os cinco séculos de que se ocupa este livro, acabou sempre por chocar com a ideologia medieval subjacente que faz da mulher um ser falso e tentador, o melhor aliado do demónio, uma eterna Eva mal resgatada por Maria, um ser escabroso para quem o vigia, um mal necessário para a existência e o funcionamento da família, para a procriação e para o controlo da sexualidade, que é o principal perigo para o homem cristão. (LE GOFF, 1989, p. 10)

Consequentemente, a divisão sexual dos corpos e o conceito de distinção entre masculino e feminino também eram socialmente construídos por meio de imagens, representações, símbolos, discursos e relações de poder. Portanto, ao se estabelecer uma separação em virtude do sexo, o corpo passava a ter uma representação que distinguia um sinal de identidade corporal, sendo o seu oposto uma

interpretação de outra identidade, assim, gerando justificativas para as diversas leituras sobre os desígnios de Deus. Desse modo, toda ordem imposta pela sociedade e por suas instituições era manifestada pelo corpo, em vista dos códigos sociais de conduta, cabendo notar que na fragmentação binária entre homem e mulher havia também a partilha política do sexo.

Del Priore (2011) destaca que, ao longo da história da humanidade, tudo aquilo que não podia ser explicado pela religião, dentro de determinadas épocas, era entendido ou como algo mágico, ou uma punição divina, ou obra do Diabo, mas em todos os casos a culpada era sempre a mulher, pois ela portava a "sombria caverna" que levava ao inferno, como também em consequência disso era o sexo feminino que sofria com os castigos de Deus, afinal,

> [...] a mulher era considerada, então, um acólito de Satã e portadora de uma porta úmida que se abria para o inferno. Acreditava-se que o obscuro golfo da vagina escondia, em suas águas lívidas, seivas nefastas impregnadas de pecado e doenças ignóbeis. A "sombria caverna", o pântano pútrido, abrigava o membro considerado por Aristóteles como inobediente a seu dono. [...] Culpa das mulheres e das obras de Vênus. (DEL PRIORE, 2011, p. 9)

De acordo com Bourdieu (2002), para que a opressão simbólica exercida pela dominação masculina fosse eficiente, foi necessário trabalhar com a ideia da oposição entre o masculino e o feminino, como se estivesse sendo travada uma luta entre o bem e o mal, de forma que fossem estabelecidas relações de inserção do sujeito em um sistema de contraposições identificáveis em qualquer situação, como por exemplo céu/inferno, público/privado, claro/escuro, direita/esquerda. Assim, favorecendo que a inclusão do homem fosse sempre positiva e objetiva, enquanto a da mulher, negativa e subjetiva, o que tornou dispensável qualquer tipo de justificação para a ordem masculina, haja vista que, ao estabelecer uma visão de mundo androcêntrica, mas imposta como sendo uma perspectiva neutra, o próprio sistema que aceitava, reconhecia e reproduzia tal estrutura não tinha necessidade de gerar discursos de legitimação para reafirmá-la, uma vez que ela era tida como a correta.

Dessa maneira, ainda conforme Bourdieu (2002), ao trabalhar a questão da dominação simbólica de forma que fosse criada uma imagem de um arquétipo masculino, simultaneamente, também há o desenvolvimento de um arquétipo feminino, que seria exatamente a negação do modelo masculino dominante, assim, constituindo mecanismos representativos de violência simbólica que seriam reproduzidos culturalmente, estando presentes inclusive na maneira como os corpos eram educados por meio da postura que assumiam,

indicando a forma correta de andar, de olhar, de falar, a maneira de se vestir, impondo os mais variados aspectos de submissão e limitação ao corpo da mulher. Logo,

> A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembleia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres; ou, no interior desta, entre a parte masculina, com o salão, e a parte feminina, com o estábulo, a água e os vegetais; é a estrutura do tempo, a jornada, o ano agrário, ou o ciclo da vida, com momentos de ruptura, masculina, e longos períodos de gestação, femininos. (BOURDIEU, 2002, p. 18)

Segundo Foucault (2004), qualquer tipo de dominação servia-se da manipulação de forças, portanto, enquanto instrumento de controle, o poder era imaterial, ele não podia ser visto, mas a sua potência podia ser sentida por meio de uma série de mecanismos e disciplinas que tornavam a sua atuação efetiva, visto que suas engrenagens serviam para sistematizar os comportamentos e as forças individuais, por meio do fracionamento do tempo, da autoridade sobre as atividades, do posicionamento espacial, resultando no ajustamento e padronização da sociedade, concluindo que eram seres domesticados pela disciplina. Para garantir a extensão de seu domínio, o poder, por meio da disciplina, visto que ela é um tipo de poder que se fragmenta em instituições e categorias hierárquicas, criando a ilusão de que o controle exercido podia ser dividido, ao conceder micropoderes, que forneciam suporte para toda uma gama de procedimentos, técnicas e seus diversos níveis de aplicação, como também finalidades e alvos específicos, pois

> [...] o controle das mínimas parcelas da vida e do corpo darão em breve, no quadro da escola, do quartel, do hospital ou da oficina, um conteúdo laicizado, uma racionalidade econômica ou técnica a esse cálculo místico do ínfimo e do infinito. [...] Uma observação minuciosa do detalhe, e ao mesmo tempo um enfoque político dessas pequenas coisas, para controle e utilização dos homens, sobem através da era clássica, levando consigo todo um conjunto de técnicas, todo um corpo de processos e de saber, de descrições, de receitas e dados. E desses esmiuçamentos, sem dúvida, nasceu o homem do humanismo moderno. (FOUCAULT, 2004, p. 62-63)

A abordagem feita por Foucault (2004, 2008, 2014) considerava a permeabilidade existente nas relações de poder. E, isso posto, há a mesma fluidez sendo desenvolvida nas relações de dominação, pois, ao garantir que as instituições e determinados indivíduos conseguissem

ter acesso a níveis de controle definidos, isso assegurava que seus mecanismos e disciplinas fossem desejáveis, reconhecidos e reproduzidos culturalmente em uma sociedade específica, implicando a domesticação dos indivíduos por todos os membros de uma dada civilização de variadas formas, e obedecendo a diferentes níveis de profundidade, afinal, cada sujeito era impactado de uma forma única.

Desse modo, quando o autor examinou como as disciplinas funcionavam em relação à mulher, ficou claro que os variados tipos e formas de controle eram impostos pelos homens e também pelas mulheres que adotavam a perspectiva da dominação masculina como uma lógica aceitável. Consequentemente, as sociedades estabeleciam alguns tipos de posicionamento, de conjunto de regras que serviam para regulamentar o que era compreendido como aceitável e, portanto, certo e verdadeiro, daquilo que era inaceitável, errado e falso, uma vez que, como nos diz Foucault (2008, 2014), todo tipo de costume, de tradição tem a intenção de garantir uma relevância temporal e singular para um conjunto de manifestações expressas socialmente, que acontecem de maneira sucessiva e idêntica em um determinado local e época específicos, assim, oferecendo um sentido para esses acontecimentos, que acabam integrando a consciência coletiva daquela sociedade, de tal forma que servem de estrutura para as questões sociais, culturais, religiosas, econômicas e políticas, no curso do processo de sua formação e civilização, assim, gerando condições para o exercício do poder.

> Durante muito tempo se tentou fixar as mulheres à sua sexualidade. “Vocês são apenas o seu sexo”, dizia-se a elas há séculos. E este sexo, acrescentaram os médicos, é frágil, quase sempre doente e sempre indutor de doença. “Vocês são a doença do homem”. E este movimento muito antigo se acelerou no século XVIII, chegando à patologização da mulher: o corpo da mulher torna-se objeto médico por excelência. (FOUCAULT, 2014, p. 131)

Seguindo a perspectiva de que somos seres sociais constituídos na coletividade e influenciados tanto pelos grupos quanto pelas instituições que frequentamos, segundo Beauvoir (1967; 1970), ao discutir a construção histórica da mulher e questionar os “fatos e mitos” que serviram para embasar aquilo que a autora chama de “eterno feminino”, que é um conjunto de conceitos elaborados e difundidos por uma sociedade edificada sobre o patriarcado, temos que a participação política das mulheres foi desconsiderada consecutivamente, uma vez que todo o desenvolvimento sociocultural que respaldou a ordem historicamente estabelecida teve como premissa as necessidades, características e os discursos contemplados apenas pela visão do homem. Consequentemente, tal cenário serve para reafirmar

a dominação masculina como a única via possível, o que acaba contribuindo para a manutenção dos mecanismos que seguem subjugando as mulheres, determinando quem, como, onde e quando elas devem ser, assim decretando ainda qual é o seu papel social, decidindo as regras que o sexo feminino deve acatar, os lugares que pode frequentar e sistematizando quando cada coisa tem autorização para acontecer em sua vida. Todos esses fatores levam a autora a afirmar que

> A humanidade é masculina e o homem define a mulher não em si mas relativamente a êle; ela não é considerada um ser autônomo. [...] A mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro. (BEAUVOIR, 1970, p. 10)

Portanto, como elucidado pelo diálogo estabelecido com os autores supracitados, é por meio da violência simbólica e das relações de poder estabelecidas historicamente mediante as construções sociais que a mulher foi sendo transformada no outro, naquele que não é reconhecido, que não deve ditar as regras, que tem de ser dominado, que é um oponente a ser vencido, bem como foi com a mesma insensibilidade que a sociedade moldada pela óptica masculina tornou possível a divisão sexual do trabalho e as relações sociais de sexo que são perpetuadas em diferentes níveis até os dias atuais.

A divisão sexual do trabalho: permanências, preconceitos e exploração

Como destacado pelos autores com quem dialogamos ao longo da pesquisa, a divisão sexual do trabalho é uma questão que esteve presente ao longo da história da humanidade. E, segundo Hirata e Kergoat (2007; 2014), mesmo havendo trabalhos anteriores que abordaram a temática, foi no início dos anos 70, com os movimentos feministas, que surgiram estudos que forneceram uma base teórica para compreender e abordar a concepção do termo.

Segundo Durkheim (1999), o desenvolvimento da divisão do trabalho nas sociedades modernas é um acontecimento social, que também tem uma motivação comum e comunitária. Logo, ela não possui uma justificativa embasada em julgamentos individuais, afirmando que os contratos estabelecidos são provenientes das estruturas e das condições da compreensão coletiva existentes na sociedade. Portanto, a divisão social do trabalho não está regulamentada em questões econômicas, ou políticas, mas em um conjunto de disposições, costumes e tradições que visam a ordem, logo, a própria criação de contratos, bem como das regras e códigos que os determinam faz

parte do contexto social, assim, estipulando direitos e deveres, que são representados em normas jurídicas. Consequentemente, ainda de acordo com o autor, só é possível haver uma divisão do trabalho se ela estiver fundamentada na variedade e diferenciação dos indivíduos. No que se refere à sociologia do trabalho, ela permitiu retomar noções e conceitos como de qualificação, produtividade, mobilidade social.

Considerando que homens e mulheres são o resultado de uma série de construções sociais que foram desenvolvidas tendo como princípio as relações existentes com base nas suas diferenças biológicas relacionadas ao sexo, no caso do trabalho, as distinções são expressas por meio da divisão sexual das funções, que implica uma concepção sociocultural constituída que não apenas influencia quais tipos de trabalhos são destinados para cada sexo, como também leva a distorções quanto à remuneração salarial e à ascensão na carreira.

De acordo com Foucault (2008), o *status* que os indivíduos ocupam dentro de uma coletividade é determinado mediante padrões estabelecidos em relação às habilidades e conhecimentos para exercer uma função, sendo que os sistemas e instituições presentes na sociedade organizam as disposições legais, que oferecem tanto um direito quanto um limite para a prática a ser desenvolvida. Logo, também apresentam um conjunto de diferenciações, que implicam divisão das atividades, dependência e subordinação hierárquica, seleção de quem tem acesso a qual tipo de informação, inclusive estabelecendo vínculos e/ou nomeando representantes frente a outros grupos que representam o poder político, econômico, religioso etc., que definem e reconhecem tal status diante das relações constituídas socialmente. Assim,

> As posições do sujeito se definem igualmente pela situação que lhe é possível ocupar em relação aos diversos domínios ou grupos de objetos: ele é sujeito que questiona, segundo uma certa grade de interrogações explícitas ou não, e que ouve, segundo um certo programa de informação; é sujeito que observa, segundo um quadro de traços característicos, e que anota, segundo um tipo descritivo; está situado a uma distância perceptiva ótica cujos limites demarcam a parcela de informação pertinente [...] (FOUCAULT, 2008, p. 58)

Conforme Souto Maior e Vieira (2017), o fundamento tanto para o desenvolvimento das relações de poder quanto para a hierarquização de homens e mulheres em dois grupos sociais com propensões e interesses contrários é estruturado na divisão sexual do trabalho, âmbito em que a coerção e submissão do sexo feminino é essencial para a sua promoção.

A compreensão de que a separação e hierarquização existente na divisão sexual do trabalho sustentam e organizam as relações socioculturais historicamente constituídas também é defendida por

Hirata e Kergoat (1994; 2007; 2008; 2014), Hirata e Zarifian (2003), Kergoat (2003, 2009) e Hirata (2003), que afirmam que, mesmo tendo uma situação de dominação masculina sobre as mulheres, o que implica uma condição de subordinação do sexo feminino, ambos os sexos são afetados e cobrados a exercer o papel que lhes foi designado pelas estruturas sociais. Os autores ainda destacam que, entre as questões relativas às relações sociais de sexo, é exatamente a divisão sexual do trabalho que controla um espaço fundamental, contribuindo para propagar e reproduzir os mecanismos de dominação, submissão, sujeição e preconceito, pois

> A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é adaptada historicamente e a cada sociedade. Ela tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apreensão pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares etc.). Essa forma de divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio de hierarquização (um trabalho de homem "vale" mais do que um trabalho de mulher). Eles são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço – o que permite, segundo alguns e algumas (Héritier-Augé, 1984), mas não segundo outros (Peyre e Wiels, 1997), afirmar que existem dessa forma desde o início da humanidade. Esses princípios podem ser aplicados graças a um processo específico de legitimação, a ideologia naturalista, que empurra o gênero para o sexo biológico, reduz as práticas sociais a "papéis sociais" sexuados, os quais remetem ao destino natural da espécie. No sentido oposto, a teorização em termos de divisão sexual do trabalho afirma que as práticas sexuadas são construções sociais, elas próprias resultado de relações sociais. Portanto, não mais que as outras formas de divisão do trabalho, a divisão sexual do trabalho não é um dado rígido e imutável. Se seus princípios organizadores permanecem os mesmos, suas modalidades (concepção de trabalho reprodutivo, lugar das mulheres no trabalho mercantil etc.) variam fortemente no tempo e no espaço. (KERGOAT, 2003, p. 55-56)

Para Segnini (2003), a divisão sexual do trabalho ainda é fragmentada em outras tantas na sociedade em função de questões sociais, educacionais e econômicas, que também interferem nas relações de trabalho, pois as camadas mais pobres, com menos estudo e poder econômico são também as que habitualmente recebem os menores salários, fragilizando ainda mais a situação das mulheres que se encontram nessas categorias, afinal, elas são consideradas pouco qualificadas dentro do mercado de trabalho e acabam recebendo os menores salários.

As pesquisas de Segnini (2003) ainda revelam que, quando as mulheres se tornam mães, exatamente em virtude de sua baixa remuneração salarial, é comum que elas abandonem o emprego para cuidar dos filhos, ressaltando também as relações de poder a que elas são submetidas, que acabam interferindo em suas escolhas acerca do trabalho e da escolarização em virtude de sua submissão e seu sentimento de culpa. A autora ainda enfatiza que as pesquisas revelam o quanto é forte a distinção e a categorização entre o trabalho remunerado e o trabalho de casa: o primeiro possui um valor agregado, enquanto o segundo é constantemente desqualificado e considerado como um afazer das mulheres. Ademais, destacam a dificuldade que é regressar no mercado de trabalho após um período de afastamento para cuidar dos filhos, sendo que os obstáculos enfrentados por elas atingem quaisquer níveis de escolaridade e idade pesquisados.

Hirata (2003), ao analisar a situação das relações de trabalho na atualidade, argumenta que com a globalização, ao mesmo tempo que houve uma maior oferta de trabalhos remunerados para o sexo feminino, paralelamente também ocorreram índices maiores de flexibilização, precarização, instabilidade e vulnerabilidade, uma vez que os salários destinados às mulheres são inferiores aos dos homens nas mesmas funções, além de não ter ocorrido uma significativa mudança quanto às condições de trabalho e à distribuição do trabalho doméstico, logo, as mulheres acumulam obrigações, ao agregar jornadas de trabalho. As pesquisas apresentadas pela autora ainda destacam que as cobranças para as mulheres que ascendem a cargos hierárquicos superiores no mercado de trabalho costumam ser maiores, tanto em relação à formação acadêmica quanto ao desempenho no exercício da função. Evidenciam também a menor oferta de oportunidades de chefia e os avançados índices de insubordinação em relação à autoridade feminina, revelando o quanto a dominação masculina, aliada ao preconceito, à discriminação e à ignorância, influencia o ambiente de trabalho.

Segundo Hirata e Kergoat (2007; 2008; 2014), Hirata e Zarifian (2003) e Guérin (2003), é por meio da diferenciação estabelecida nas relações de trabalho e sociais do sexo que a exploração e a opressão das mulheres continuam sendo reproduzidas, pois, à medida que as mulheres realizam os trabalhos domésticos, limpando, cuidando dos filhos, lavando as roupas, fazendo a comida e preparando tudo para os homens, elas estão facilitando e abrindo condições para que eles possam se dedicar exclusivamente ao trabalho assalariado. Assim, contribuem ainda para que o exercício da função remunerada aconteça para eles, afinal, são as mulheres que preparam os homens desde a infância quanto às normas de conduta, higiene etc.

> Não só a colaboração das mulheres para o bem-estar coletivo foi desvalorizada, para não dizer negada, como também sua liberdade individual foi sacrificada em nome de argumentos supostamente científicos e de um objetivo de eficácia coletiva – a felicidade para a maioria. (GUÉRIN, 2003, p. 71)

De acordo com Bruschini (1994; 2006), Bruschini e Lombardi (2000), Hirata e Kergoat (2007; 2008; 2014) e Kergoat (2003; 2009), abordar as questões referentes à divisão sexual do trabalho é ir além do reconhecimento ou da simples comprovação quanto à existência de desigualdades, afinal, há todo um sistema que aceita, legitima, organiza e regulamenta o cenário de desequilíbrio e dominação em relação às mulheres. Logo, é necessário que seja feita uma reflexão sobre os processos socioculturais que a sociedade aplica e reitera para perpetuar a diferenciação e a opressão sobre o sexo feminino, de forma a manter uma dominação masculina instaurada no poder e, consequentemente, reproduzindo as classificações por níveis de hierarquização nas atividades desenvolvidas.

Portanto, de acordo com as pesquisas de Hirata e Kergoat (2007; 2008; 2014), Hirata (2003) e Kergoat (2003; 2009), foi com base na divisão sexual que a divisão social do trabalho foi sendo estabelecida, em virtude das relações de gênero, tendo como principal aspecto o direcionamento dos homens aos espaços produtivos e a atuação das mulheres sendo restrita ao ambiente privado, cuidando das responsabilidades do lar e da reprodução, o que acarreta uma série de atribuições relacionadas ao sexo, visto que as mulheres são levadas a trabalhar com um conjunto de categorias diferentes de socialização, entre elas a familiar, a escolar, de higiene, que juntas servem para disciplinar os indivíduos quanto à postura que devem adotar em sociedade, assim, contribuindo para a reprodução e propagação das relações sociais, criando um círculo vicioso que não é facilmente rompido.

Nesse aspecto, ainda conforme Hirata e Kergoat (1994; 2007; 2008; 2014), Hirata (2003) e Kergoat (2003; 2009), quando as relações sociais de sexo passam a contextualizar não somente a questão de gênero, mas igualmente a hierarquização que resulta nas classes sociais e as subdivisões que elas abarcam, consequentemente, produzem impactos tanto nas atividades laborais quanto nas condições em que tais práticas são desenvolvidas, mas principalmente na vida dos trabalhadores, em especial na das mulheres trabalhadoras. Isso porque elas acabam arcando com as obrigações da instabilidade social de maneira dobrada, uma vez que sofrem com a separação entre trabalhos de homem e trabalhos de mulher, nos quais estão incluídos os trabalhos domésticos e todas as atribuições a ela atreladas, como também com a hierarquização, tendo em vista que os trabalhos desenvolvidos pelo

sexo masculino possuem um valor maior que os realizados pelo sexo feminino. Destaca-se ainda que a diferença salarial existente entre os sexos também é socialmente reconhecida, e a remuneração feminina é admitida como sendo uma renda complementar para a família.

Hirata e Kergoat (1994; 2007; 2008; 2014), Hirata (2003) e Kergoat (2003; 2009) ainda destacam que a inclusão de um maior número de mulheres no mercado de trabalho e a crescente escolarização do sexo feminino fazem com que ocorra uma subdivisão entre as próprias mulheres, que, ao assumirem também uma carreira e uma vida acadêmica, podem sentir a necessidade de transferir algumas das responsabilidades do trabalho doméstico historicamente imposto ao sexo feminino para outras mulheres, na forma de contratos de serviço.

> [...] Como o trabalho doméstico nem sempre é levado em conta nas sociedades mercantis, e o envolvimento pessoal é cada vez mais solicitado, quando não exigido pelas novas formas de gestão de empresas, essas mulheres para realizar seu trabalho profissional precisam externalizar "seu" trabalho doméstico. Para isso, podem recorrer à enorme reserva de mulheres em situação precária [...] pode-se dizer que os pontos fortes dessas novas modalidades da divisão sexual do trabalho são os seguintes: a reorganização simultânea do trabalho no campo assalariado e no campo doméstico. O que remete, no que diz respeito a este último, à externalização do trabalho doméstico, mas também à nova divisão do trabalho doméstico (o maior envolvimento de certos pais é acompanhado de um envolvimento quase exclusivo no trabalho parental); duplo movimento de mascaramento, de atenuação das tensões nos casais burgueses, de um lado, e a acentuação das clivagens objetivas entre mulheres, de outro: ao mesmo tempo em que aumenta o número de mulheres em profissões de nível superior, cresce o de mulheres em situação precária (desemprego, flexibilidade, feminização das correntes migratórias). (HIRATA, KERGOAT, 2007, p. 601-603)

Quando a análise é direcionada para a constituição de vínculos sociais, de acordo com Hirata e Kergoat (1994; 2007; 2008; 2014), Hirata e Zarifian (2003), Hirata (2003), Kergoat (2003; 2009), Bruschini (1994; 2006), Bruschini e Lombardi (2000), Segnini (2003) e Guérin (2003), temos que a divisão sexual do trabalho possui no vínculo social uma categoria de debate, que vem sendo incorporada às discussões de políticas públicas, uma vez que as mulheres acabam sofrendo muito com os dilemas gerados pelo estabelecimento das relações sociais, pois tem de ser estabelecida uma conciliação entre a vida familiar e a profissional dessas mulheres. Sendo que os autores consideram as ações políticas desenvolvidas, até o momento, extremamente sexuadas, pois elas partem da premissa da desigualdade sexual de

homens e mulheres diante dos labores profissionais. Outra questão abordada é que as políticas que trabalham com a questão falam de uma complementariedade entre os sexos, o que remete novamente à divisão entre eles.

Portanto, ao analisar os apontamentos e as discussões propostas entre os autores com quem dialogamos sobre a questão da divisão sexual do trabalho, é possível constatar a necessidade de realizar primeiramente uma reflexão acerca das relações sociais de sexo, uma vez que a questão do trabalho está intimamente ligada ao desenvolvimento sociocultural das relações entre homens e mulheres.

As relações sociais de sexo

Ao examinar as relações sociais com base nas pesquisas analisadas, é possível identificar o vínculo social, cultural e historicamente construído entre a questão sexual e os sistemas de poder desenvolvidos a partir da diferenciação entre os sexos. Os mecanismos de dominação masculina foram sendo concebidos em movimentos contínuos de violência, opressão, coação, exclusão e discriminação, o que contribuiu para a perpetuação e reprodução de diferentes níveis e tipos de dispositivos de crueldade e subjugação nas relações sociais de sexo, refletidos nas mais variadas instituições sociais, políticas, econômicas, religiosas e, especialmente, nos ambientes privados, como a família.

Segundo Friedan (1971), as mulheres são direcionadas, ensinadas e incentivadas desde pequenas a pensar que o seu papel social e a sua realização pessoal só podem ser alcançados se constituírem uma família e se tornarem esposas e mães, sendo tal perspectiva afirmada e reafirmada constantemente por uma série de mecanismos socioculturais que são reproduzidos na maneira como as mulheres são orientadas tanto em casa, pelos pais e, particularmente, pelas mães – que buscam passar para as filhas como é que uma mulher deve ser, que determinadas aspirações não são para elas, impondo regras com relação à postura, à vestimenta, à forma de agir, aos tipos de brinquedos com que elas podem brincar e às atividades destinadas para as meninas –, como nas instituições. Por exemplo, na igreja ou na escola a perspectiva patriarcal daquilo que é compreendido como ser uma mulher é novamente reforçada e apresentada como correta. E assim a dominação exercida sobre o sexo feminino vai sendo perpetuada, pois, estando subjugadas, as mulheres

> [...] Aprendiam a lamentar as infelizes neuróticas que desejavam ser poetisas, médicas ou presidentes. Ficavam sabendo que a mulher verdadeiramente feminina não deseja seguir carreira, obter educação mais aprofundada, lutar por direitos políticos e pela independência e oportunidades que as antigas feministas pleiteavam. Algumas,

> entre quarenta e cinquenta anos, lembravam-se ainda de terem renunciado com pezar [sic] a esses sonhos, mas a maioria já nem pensava neles. Mil vozes de entendidos aplaudiam sua feminilidade, seu equilíbrio, sua nova maturidade. Bastava-lhes orientar a vida desde a infância no sentido da busca de um marido e da formação da família. (FRIEDAN, 1971, p. 17-18)

De acordo com Beauvoir (1967), sendo as regras estabelecidas conforme ordenam os ditames da dominação masculina, desde a infância, as mulheres são impactadas por tudo o que os homens construíram e conquistaram, assim, reforçando a ideia de que as mulheres são apenas coadjuvantes, de que o papel social delas é o reprodutivo, todas as demais questões seriam parte do campo masculino e apenas a eles pertenceriam. Afinal, todos os grandes heróis são homens, foram eles que lutaram e moldaram a história da humanidade, eles é que são louvados. Porém, esquecem de contar que isso só ocorre porque as mulheres foram subjugadas e sofreram as imposições das vontades masculinas, que historicamente cercearam os seus direitos e determinaram quais eram os seus deveres. Consequentemente, se os homens construíram e desenvolveram o seu poder por meio de mecanismos que suprimiram a atuação das mulheres, nada mais óbvio do que os exemplos proeminentes da sociedade serem majoritariamente do sexo masculino. Desse modo, tais modelos servem não apenas para exaltar e glorificar o dominador, mas também para rebaixar e menosprezar o dominado.

> Tudo contribui para confirmar essa hierarquia aos olhos da menina. Sua cultura histórica, literária, as canções, as lendas com que a embalam são uma exaltação do homem. São os homens que fizeram a Grécia, o Império Romano, a França e todas as nações, que descobriram a terra e inventaram os instrumentos que permitem explorá-la, que a governaram, que a povoaram de estátuas, de quadros e de livros. A literatura infantil, a mitologia, contos, narrativas, refletem os mitos criados pelo orgulho e os desejos dos homens: é através de olhos masculinos que a menina explora o mundo e nele decifra seu destino. A superioridade masculina é esmagadora: Perseu, Hércules, Davi, Aquiles, Lançarote, Duguesclin, Bayard, Napoleão, quantos homens para uma Joana d'Arc; e, por trás desta, perfila-se a grande figura masculina de São Miguel Arcanjo! [...] Ela aprende que para ser feliz é preciso ser amada; para ser amada é preciso aguardar o amor. A mulher é a Bela Adormecida no bosque, Cinderela, Branca de Neve, a que recebe e suporta. Nas canções, nos contos, vê-se o jovem partir aventurosamente em busca da mulher; êle mata dragões, luta contra gigantes; ela acha-se encerrada em uma torre, um palácio, um jardim, uma caverna, acorrentada a um rochedo, cativa, adormecida: ela espera. (BEAUVOIR, 1967, p. 30-33)

Para Alves e Pitanguy (1985), é imprescindível compreender que as relações sociais de sexo são ações políticas, que mostram a sua força por meio de mecanismos de poder constituídos ao longo da história, sendo que, ao estabelecer papéis definidos para cada um dos sexos, dividindo-os para exercer atividades específicas, ambos acabam submetidos a padrões e limites, que determinam as qualidades e os atributos relativos ao feminino e ao masculino, gerando a dominação dos homens sobre as mulheres. Nesse contexto, tendo

> [...] como função primordial a reprodução da espécie humana, a mulher não só gerava, amamentava e criava os filhos, como produzia tudo aquilo que era diretamente ligado à subsistência do homem: fiação, tecelagem, alimentação. Exercia também trabalhos pesados como a extração de minerais e o trabalho agrícola. A essa divisão concreta de atividades correspondiam valorações diversas. O "fora de casa", onde se desenvolviam as atividades consideradas mais nobres – filosofia, política e artes – o campo masculino. (ALVES, PITANGUY, 1985, p. 11-12)

Conforme Hirata e Kergoat (2007, p. 607-608), as relações sociais de sexo abrangem tanto a questão de gênero quanto a perpetuação da hierarquização resultante da formação das classes sociais, que acabam sendo refletidas no ambiente laboral e nas condições de trabalho, particularmente nas das mulheres trabalhadoras, pois o desafio de conciliar as atividades domésticas e profissionais é acima de tudo uma experiência feminina, levando ao que as autoras identificam como as "modalidades de reprodução da servidão doméstica".

Bruschini (1994; 2006) destaca o quanto é contraditória a situação do trabalho doméstico, mesmo que a dona de casa realize todas as tarefas do lar e, com isso, contribua para o desenvolvimento do trabalho dos outros membros da família, uma vez que estes acabam tendo liberação de tempo para exercer outras atividades, como também são poupados de desgastes físicos e, em certos casos, até emocionais, quando relacionados aos cuidados de crianças e idosos. Como exemplo a autora cita que nos levantamentos oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizados na década de 1980 o trabalho doméstico aparece como uma inatividade econômica, visto que está inserido na categoria dos "inativos", revelando a invisibilidade dos afazeres domésticos realizados pelas mulheres, que, mesmo diante de uma grande quantidade de horas investidas e do volume de atividades desenvolvidas, não são classificados como uma atividade econômica.

Bruschini (1994; 2006) salienta que, a partir da década de 1970, muitos estudos realizados em diversos países sobre o trabalho doméstico e não remunerado contribuíram para uma mudança na metodologia empregada para a realização de levantamentos de dados oficiais acerca do tema. No caso brasileiro, a pesquisadora destaca

o trabalho realizado pelo IBGE, no âmbito da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), que, na década de 1990, introduziu a discussão sobre a reformulação do conceito de trabalho. Com o desenvolvimento das PNADs, em 2001, tendo em vista os resultados obtidos, houve uma nova proposta de reformulação para que o trabalho doméstico fosse compreendido como um trabalho não remunerado, sendo retirado da classificação de inatividade econômica. A autora ressalta que "hoje é possível afirmar que qualquer análise sobre o trabalho feminino, procurando romper velhas dicotomias, estará atenta à articulação entre produção e reprodução, assim como às relações sociais de gênero" (BRUSCHINI, 2006, p. 332).

Devreux (2005), ao falar do conceito de relação social de sexo, declara que o termo foi se afirmando como uma ferramenta de análise que reúne múltiplas facetas relacionadas à dominação masculina, que por sua vez formam outras subcategorias de estudo. A pesquisadora destaca que as questões abordadas pelo conceito estão presentes no âmago das relações sociais, compondo vínculos sistêmicos e complexos, que atravessam a sociedade de forma dinâmica, transversal e contraditória. Assim, as relações sociais de sexo também interagem e atuam mutuamente, resultando em variantes quanto à classe, geração, raça, indicando que tais relações não são desenvolvidas unicamente em função do capital, ou da modificação das condições de trabalho, afinal, a dominação masculina ultrapassa as relações estabelecidas pelo fator econômico, visto que o cerne é sempre o fator sexual. Logo,

> Tratava-se de designar o fato de que essas relações não se limitavam a uma só esfera, à esfera da família, por exemplo, nem às relações homens/mulheres no âmbito do casal conjugal. Tratava-se de falar das formas diversas assumidas por essas relações, das formas materiais na exploração do trabalho das mulheres, por exemplo, e das formas simbólicas de opressão ligadas à definição de imagens negativas da mulher e de suas atividades. Assim apreendidas, as relações sociais de sexo recobrem, então, todos os fenômenos de opressão, de exploração e de subordinação das mulheres aos homens. E é essa quantidade de formas e de fenômenos que se oferece como realidade à observação sociológica. (DEVREUX, 2005, p. 565)

Ainda conforme Devreux (2005, p. 575-577), o contato com o trabalho de Maurice Halbwachs foi essencial para compreender que os "determinantes do funcionamento da memória são sociais: situam-se nas experiências vividas no presente, que dão a essa memória seus quadros sociais". Desse modo, contribuiu para a autora perceber que as memórias individuais e coletivas vivenciadas na infância servem para estabelecer vínculos sociais que serão reproduzidos no futuro, e isso inclui as questões referentes às atitudes diante das relações sociais de

sexo. Nesse sentido, a pesquisa da autora demonstrou que as memórias e representações das recordações experienciadas influenciavam a formação de modelos, assim indicando os lugares ocupados e as ações apropriadas para homens e mulheres na sociedade, permitindo entender os mecanismos de reprodução e perpetuação da divisão sexual do trabalho, bem como as mudanças que lentamente ocorreram nas relações sociais de sexo e, consequentemente, nas práticas sociais.

Portanto, refletir acerca das relações sociais de sexo é fazer um percurso histórico, que implica analisar como ocorreu o desenvolvimento das relações sociais ao longo desse trajeto, entendendo como as representações socioculturais foram sendo construídas, para conseguir resgatar as contribuições das mulheres na história da humanidade, pois elas existem, estão por toda parte e merecem ser reconhecidas em toda a amplitude de seu valor.

Consequentemente, isso pressupõe reconhecer que as relações sociais de sexo são institucionalizadas, tanto nas atitudes individuais quanto nas coletivas, sendo reproduzidas em microesferas e retroalimentadas nas macroesferas presentes nas estruturas da sociedade, o que, segundo Kergoat (2003; 2009), faz com que as relações sociais de sexo tenham determinadas características observáveis, conforme segue:

> * a relação entre os grupos assim definidos é antagônica;
> * as diferenças constatadas entre as práticas dos homens e das mulheres são construções sociais e não provenientes de uma causalidade biológica;
> * esta construção social tem uma base material e não é unicamente ideológica – em outros termos, a "mudança de mentalidades" jamais acontecerá espontaneamente se estiver desconectada da divisão de trabalho concreta – podemos fazer uma abordagem histórica e periodiza-la;
> * estas relações sociais se baseiam antes de tudo em uma relação hierárquica entre os sexos, trata-se de uma relação de poder, de dominação.

Portanto, para que nós, mulheres, consigamos ter respeitados os nossos direitos enquanto indivíduos, a melhor estratégia é o conhecimento, pois somente sabendo identificar quais são as correntes que nos mantêm subordinadas à condição de opressão é que teremos condições para nos libertar e, consequentemente, criar novas perspectivas para as futuras gerações tanto de mulheres quanto de homens.

Conclusão

A pesquisa ora apresentada buscou trazer alguns aspectos acerca da discussão relativa à divisão sexual do trabalho e às relações sociais de sexo, visando promover uma reflexão sobre a situação das mulheres e as distorções provocadas pela dominação masculina, porém, sem a pretensão de esgotar a abordagem, uma vez que os mecanismos da opressão feminina continuam sendo perpetuados nas mais variadas sociedades, em diferentes níveis de coerção, exploração, submissão, violência, abuso, controle e exercício do poder.

No diálogo desenvolvido ao longo do artigo, ficou claro que existe todo um conjunto diverso de estruturas que contribuem para a manutenção e constante reprodução dos instrumentos de dominação, construídos social e culturalmente, entre eles: a representação antagônica entre os sexos, levando à criação de relações de poder e submissão em virtude de uma questão biológica; desenvolvimento de concepções quanto à inferioridade e demonização da mulher, levando à desqualificação e ao preconceito contra o sexo feminino, chegando até a atualidade, na forma de salários menores para o exercício das mesmas funções; divisão e hierarquização entre homens e mulheres, que possibilitou aos primeiros uma posição de prestígio, pois todas as melhores oportunidades e os espaços públicos eram destinados aos homens, enquanto as mulheres eram direcionadas ao ambiente privado e permaneciam em tarefas sem reconhecimento ou valor agregado; representações quanto aos papéis e posturas sociais, levando à criação de arquétipos do que é o masculino e o feminino, influenciando questões de acesso e permanência a atividades profissionais e acadêmicas. Sendo que todos esses fatores não aparecem isoladamente, o que exige que a sua análise seja feita de forma a considerar a transversalidade, a complexidade e o dinamismo existente entre as relações sociais.

Quando analisamos o desenvolvimento histórico da humanidade, a opressão exercida contra as mulheres torna-se muito nítida, pois os grandes heróis, conquistadores, desbravadores, enfim, os personagens que moldaram a sociedade e a transformaram naquilo que ela é, em sua maioria, foram homens, como também os romances, as fábulas, as propagandas, os contos de fada habitualmente colocam o homem em situação privilegiada, enquanto a mulher costuma estar na sombra, sempre à espera do grande salvador. Isso gera uma representação no imaginário coletivo que leva a induzir que apenas os homens foram os responsáveis por tudo o que existe, desconsiderando que a mulher que sempre foi encarregada de educar e passar os preceitos básicos de sociabilidade para as futuras gerações.

Se direcionarmos a análise para o ambiente de trabalho na atualidade, é possível constatar que ser enérgico, audaz, competitivo, impetuoso, destemido, arrojado, dinâmico, habitualmente, são

qualidades consideradas ótimas em um homem, mas em uma mulher, em vez de serem consideradas também como qualidades e terem reconhecimento como tal, pelo contrário. A mulher que ousa ter atitudes assim costuma ser identificada como desequilibrada, instável, perturbada e pode até ser chamada de adjetivos ofensivos, mesmo tomando uma atitude que seria considerada normal em um homem.

Logo, podemos concluir que os processos de globalização não contribuíram para melhorias significativas na vida das mulheres nem na forma como elas continuam sendo representadas, bem como é possível constatar que os mecanismos do capitalismo neoliberal seguem reforçando os preconceitos, a submissão e os antagonismos sociais estabelecidos historicamente. Afinal, para que ocorram mudanças efetivas, é necessário que aconteça uma transformação sociocultural, que só pode ocorrer mediante a conscientização e reflexão sobre as perspectivas apontadas para o futuro de nossas sociedades com relação à equidade, respeito, dignidade, integridade, segurança e justiça sem distinção de sexo, visto que, mesmo frente a todas as conquistas realizadas pelas mulheres, ainda não conseguimos desconstruir nem a dominação masculina imposta nem as relações sociais de sexo. Tanto que a nossa sociedade continua aceitando com normalidade o fato de ser incapaz de garantir a integridade física, moral e psíquica das mulheres, não somente em situação de conflitos armados e calamidades, como também nas mais corriqueiras questões do dia a dia.

Referências

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo.** São Paulo: Abril Cultural/ Brasiliense, 1985.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado:** o mito do amor materno. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo:** a experiência vivida. Tradução de Sérgio Millet. 2ª ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

_____. **O segundo sexo:** fatos e mitos. Tradução de Sérgio Milliet. 4ª ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRUSCHINI, Cristina. Trabalho feminino: trajetória de um tema, perspectiva para o futuro. **Revista Estudos Feministas**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 17-32, 1994.

_____; LOMBARDI, Maria Rosa. A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, FCC, n. 110, p. 67-104, jul. 2000.

_____. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado? **Revista Brasileira de Estudos de População**. São Paulo, v. 23, n. 2, p. 331-353, jul./dez. 2006.

COLLING, Ana Maria. O corpo que os gregos inventaram. In: STREY, Marlene Neves; CABEDA, Sônia T. Lisboa (orgs.). **Corpos e subjetividades em exercício interdisciplinar.** Porto Alegre: EdiPUCRS, 2004.

DEL PRIORE, Mary. O corpo vazio: o imaginário sobre a esterilidade entre a Colônia e o Império. In: DEL PRIORE, Mary; AMANTINO, Marcia (Orgs.). **História do corpo no Brasil**. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

DEVREUX, Anne-Marie. A Teoria das Relações Sociais de Sexo: um quadro de análise sobre a dominação masculina. **Sociedade e Estado**. Brasília, v. 20, n. 3, p. 541-560, set./dez. 2005.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir:** o nascimento da prisão. 29ª ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. **A arqueologia do saber**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. **Microfísica do Poder**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

GUÉRIN, Isabelle. Sociologia econômica e relações de gênero. In: EMÍLIO, Marli Emílio; TEIXEIRA, Marilane; NOBRE, Miriam; GODINHO, Tatau (Orgs.). **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres:** desafios para as políticas públicas. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo, Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. A classe operária tem dois sexos. **Revista Estudos Feministas**. São Paulo, Ano 2, n. 1, p. 93-99, 1994.

_____. Por quem os sinos dobram? Globalização e divisão sexual do trabalho. In: EMÍLIO, Marli Emílio; TEIXEIRA, Marilane; NOBRE, Miriam; GODINHO, Tatau (Orgs.). **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres:** desafios para as políticas públicas. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo, Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.

_____; ZARIFIAN, Philippe. O conceito de trabalho. In: EMÍLIO, Marli Emílio; TEIXEIRA, Marilane; NOBRE, Miriam; GODINHO, Tatau (Orgs.). **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres:** desafios para as políticas públicas. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo, Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.

_____; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, FCC, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

_____; KERGOAT, Danièle. Paradigmas sociológicos e categoria de gênero. Que renovação aporta a epistemologia do trabalho? **Novos Cadernos NAEA**. Pará, UFPA, v. 11, n. 1, p. 39-50, 2008.

_____; KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho profissional e doméstico: Brasil, França, Japão. In: COSTA, Albertina de Oliveira; SORJ, Bila; BRUSCHINI, Cristina; HIRATA, Helena. **Mercado de trabalho e gênero:** comparações internacionais. 1ª ed. São Paulo: FGV Editora, 2014.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: EMÍLIO, Marli Emílio; TEIXEIRA, Marilane; NOBRE, Miriam; GODINHO, Tatau (Orgs.). **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres:** desafios para as políticas públicas. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo, Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.

_____. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena et. al. (Orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo.** São Paulo: Ed. Unesp, 2009.

LE GOFF, Jacques (Org.). **O homem medieval.** Tradução de Maria Jorge Vitar de Figueiredo. 1ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

SEGNINI, Liliana R. P. Mulheres, mães, desempregadas: contradições de uma condição social. In: EMÍLIO, Marli Emílio; TEIXEIRA, Marilane; NOBRE, Miriam; GODINHO, Tatau (Orgs.). **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres:** desafios para as políticas públicas. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo, Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz; VIEIRA, Regina Stela Corrêa (Orgs.). **Mulheres em luta:** a outra metade da História do Direito do Trabalho. São Paulo: LTR, 2017.

Percepções sobre a trajetória do movimento feminista

Erica de Souza Paixão[21]

Introdução

Este trabalho procura articular ideias a respeito do movimento feminista, assim como acerca das dificuldades encontradas pelas mulheres ao longo da história. Durante muito tempo a mulher foi a responsável pela perdição dos homens, acusada de bruxaria, restrita ao ambiente doméstico e vítima de violência física e simbólica. No entanto, nem sempre foi assim. Nas sociedades primitivas as mulheres eram consideradas seres sagrados, não havia necessidade de força física, a mulher ocupava o poder central. Mas, com o início das caçadas, tem-se a supremacia masculina, pois há necessidade de força bruta, como indicam os estudos de Muraro (1995). Somente no final do século XIX e início do século XX ocorreriam mudanças de concepções, devido à urbanização e expansão dos meios de comunicação, de acordo com Schwartz (2017).

Destacam-se as considerações de Anna A. Kalmanovith (2017), que traduz o movimento feminista como um movimento para organizar as mulheres e todos aqueles que não despertaram para o combate ao preconceito. A luta é para conquistar os direitos de participação no governo e na sociedade.

Observamos que a luta pelos direitos das mulheres apresenta eixos diferentes, de acordo com a classe, cultura e etnia, ideia que podemos ampliar com as obras da ativista negra Ângela Davis. Da mesma forma, consideramos a representação pejorativa das índias brasileiras retratada por Theodor de Bry. Desse modo, é possível verificar a importância da educação como mediadora para uma consciência libertadora e emancipadora, não apenas pela luta das mulheres, mas para a redução das violências, seja das desigualdades sociais ou de gênero.

Mulher, luta e a educação

> O caminho era bom, a carruagem cômoda, os cavalos corriam céleres. [...] Em casa preocupada com os filhos, nunca tivera tempo para pensar. Agora ao contrário, ao longo desse trajeto de quatro horas, concediam-lhe ao espírito coisas até ai amarfanhadas, e meditava sobre a sua própria vida, que encarava sob os mais diferentes aspectos, como nunca fizera antes. Até para ela eram extraordinários esses pensamentos. De princípio, lembrou-se das

[21] Mestre em Educação, Arte e História da Cultura - Universidade Presbiteriana Mackenzie. Membro do Grupo de pesquisa “O passado/presente: territórios, territorialidades, deslocamentos, memórias e história” na Universidade Presbiteriana Mackenzie.

> crianças [...] cederam o passo a outras mais importantes: logo que voltasse a Moscou precisava mudar de casa [...] “Mas se fico novamente grávida?” E pensou na injusta maldição que pesa sobre a mulher: “Dar a luz não é o de menos, o pior é a gravidez.” [...] “Em resumo”, pensava, ao lembrar os quinze anos de vida matrimonial, “passei minha mocidade aos vômitos, sentindo-me estúpida, desgostosa com tudo e com um aspecto horrível”. Passei toda a minha vida sem um momento de sossego; ora grávida, ora amamentando, sempre extenuada e maldisposta, atormentando-me, atormentando os outros e causando repugnância ao meu marido. (TOLSTÓI, 1995, p. 160-161)

A história da mulher é marcada por abusos, violências, humilhação e submissão. O trecho supracitado faz parte do romance *Anna Kariênina*, obra literária russa de 1877, de Leon Tolstói. Nessa passagem observamos a rotina de uma mulher da aristocracia russa, Dolly, e logo relacionamos com a fala de Lukács (2007) em que afirma que a vida faz-se criação literária, e o homem se torna ao mesmo tempo escritor da sua vida e observador dessa vida como uma obra de arte criada.

> O amor que ocupa a verdadeira posição central é o amor como casamento, o amor como união – sendo que o fato de estar unido e de tornar-se uno é mais importante do que a pessoa envolvida –, o amor como um meio de procriação; o casamento e a família como motor da continuidade da vida. (LUKÁCS, 2007, p. 124)

Assim, observamos a vida de Dolly, uma mulher do século XIX, e notamos que há um percurso doloroso e de muitas lutas para as concepções sobre onde deve ser o lugar da mulher. Desse modo, o trecho refere-se a uma condição biológica e social da mulher que perdurou durante muitos séculos. De acordo com Todorov (2008), a literatura é um sistema de signos e códigos inseridos em uma estrutura em que cada elemento está carregado de sentidos e relacionado a uma época, um gênero e até mesmo a outras obras do autor.

Na literatura, assim como nas artes, nos apoiamos para observar o modo de vida passado e as permanências no nosso cotidiano, e um fato é certo: a invisibilidade e o silêncio da mulher tornaram a sociedade cômoda, de acordo com Perrot (2016). Além disso, a autora afirma que em muitas sociedades essa invisibilidade faz parte da ordem natural das coisas. Perrot é uma das pioneiras que deu visibilidade para a história da mulher e seus movimentos de luta, inicia sua reflexão com a fala do apóstolo Paulo, apontando “que a mulher conserve o silêncio, diz o apóstolo Paulo. Porque primeiro foi formado Adão, depois Eva. E não foi Adão que foi seduzido, mas a mulher que, seduzida, caiu em transgressão” (PERROT, 2016, p. 17). E é nesse momento que

a mulher inicia o movimento de luta, inicia com a imagem negativa, sedutora e pecaminosa de Eva.

Sendo assim, a mulher torna-se transgressora e culpada pelos males da sociedade, pelas guerras e pela perdição dos homens – não apenas com a representação de Eva, mas também outras figuras como Dalila e Maria Madalena como prostituta. E, no campo literário, as que ousaram transgredir a ordem moral da família, como em *Anna Kariênina* e *Madame Bovary*, acabam mortas nas narrativas.

No entanto, de acordo com Muraro (1995), nas sociedades primitivas as mulheres eram consideradas seres sagrados, não havia necessidade de força física, a mulher ocupava o poder central. Mas, com o início das caçadas, tem-se a supremacia masculina, pois há necessidade de força bruta. As guerras por alimentos e terras valorizaram os guerreiros, e o homem, por sua vez, foi desenvolvendo o "poder cultural". A seguir um trecho da Bíblia dos Inquisidores, que foi denominado Malleus Malleficarium, na qual se baseavam para punir as mulheres de bruxaria:

> Cumpre notar que se a bruxa insiste em negar o crime, ou alega ter pronunciado tais palavras não com aquela intenção, mas por impulso próprio da impetuosidade feminina, então o Juiz não dispõe de justificativa suficiente para condena-la às chamas, não obstante a grave suspeita. Portanto, deverá coloca-la na prisão, e levá-la a interrogatório para que se saiba se já agiu ou não daquela forma antes. Em caso afirmativo, há de lhe inquirido se houve difamação pública a seu respeito por causa daquela heresia. A partir daí estará em condições de prosseguir ao interrogatório e à tortura. Então, se ela revelar sinais de heresia ou taciturnidade das bruxas; ou seja, se é capaz de derramar lagrimas, ou se permanece insensível sob tortura e depois rapidamente recupera as forças; então ele terá de proceder com varias precauções que já explicamos. (MURARO,1995, p. 472)

Bruxas na Europa e aqui no Novo Mundo são as canibais, como descreve Raminelli (2018), assim começa a representação das mulheres índias canibais. Ao retratar as mulheres indígenas, Theodore de Bry, em sua coleção Grandes Viagens, no terceiro volume American, mostrou alegorias do canibalismo. O volume consagrado que focaliza as regiões do Brasil ilustra em xilogravura cenas do canibalismo, retratando sua visão sobre os nativos.

Esses retratos eram relatos das suas viagens pela América. A versão publicada em 1592 alcançou um público maior ao representar índias em rituais do canibalismo. As gravuras emitiram opiniões sobre os índios Tupinambá no imaginário europeu, o estereótipo feminino retratado foi uma via para representação da estranheza deste Novo Mundo. Em uma das suas gravuras pode-se observar que

> Bry traduziu o prazer das mulheres diante da morte e diante do esquartejamento do inimigo por meio dos gestos e dos movimentos das índias e também da postura contida dos guerreiros. As belas nativas de corpo escultural e vastas cabeleiras desfilam nuas nas gravuras de De Bry exibindo braços e pernas decepados eufóricos com a vingança. Mais uma vez ver uma índia morder uma mão e se contorcer como estivesse embriagada pela desforra. Os homens, no entanto, cumprem impassíveis a tarefa de fracionar o corpo e retirar os órgãos que serão conduzidos no moquém e no tacho. (RAMINELLI, 2018, p. 30)

De acordo com o autor, as gravuras e as narrativas sobre o ritual antropofágico podem destacar dois modelos de vingança: o primeiro de caráter masculino, caracterizado pela execução do esquartejamento do corpo; no segundo modelo, o feminino, as mulheres emitem prazer e alegria no ritual. Na gravura a seguir as mulheres preparam entranhas, miolos e carne de cabeça.



Cena de Canibalismo, Americae Tertia Pars, 1592.[22]

Esses conceitos cabalistas incentivariam um olhar pejorativo do povo europeu a respeito das mulheres nativas do continente americano. Quando examinamos a história das mulheres, nos sensibilizamos ao perceber que cada uma está inserida em determinada etnia, comunidade, conceitos políticos e culturais, sendo vítimas de violência diante dessas condições sociais. Como demostra a socióloga e ativista negra Ângela Davis (2016), que explora a situação das mulheres negras e suas antecedentes escravas nos Estados Unidos, o movimento feminista representa a lutas de todas, porém de forma diferenciada,

[22] Cf.: INTERNET ARCHIVE. Americae tertia pars: memorabile provinciæ Brasiliæ historiam contines. Disponível em: <https://archive.org/details/mericaetertiapa00stad/page/128/mode/2up>. Acesso em: 11/10/2019.

pois a mulher negra viveu uma experiência de vida muito diferente das mulheres brancas.

De acordo com Davis (2016), enquanto as “irmãs brancas” buscavam emancipação dentro do estereótipo de dona de casa, parceira, mãe e amável esposa, esse papel pouco combinava com as escravas. As mulheres negras sempre trabalharam mais fora de casa do que as brancas, reproduzindo um padrão estabelecido desde a escravidão. A capacidade reprodutiva das escravas foi valorizada devido ao benefício que trazia para seu proprietário, pois ampliava a população de escravos. Não eram consideradas mães, mas “garantiam a ampliação da força de trabalho escrava [...] suas crianças podiam ser vendidas e enviadas para longe como bezerros separados de vacas” (DAVIS, 2016, p. 19).

Davis relata os abusos sexuais e as punições violentas, como mutilações, açoites e estupros. No sistema escravista as mulheres negras não se enquadravam no termo “mulheres”, ainda porque a supremacia masculina negra não existia. Maridos, esposas e crianças estavam submetidos à mesma função de “provedores”. A mulher escrava nunca seria considerada “sexo frágil”, e para o homem negro não era dada a possibilidade de aspirar ao posto de “chefe de família”.

A autora exemplifica a supressão da faceta “feminina” da mulher escrava. Em muitas fábricas de tecido e tabaco, por exemplo, utilizava-se mão de obra escrava, e no geral eram as mulheres que ficavam com os serviços mais pesados, como o transporte de madeiras. Essa força de trabalho feminina pesada foi empregada em várias ocasiões e diferentes lugares do mundo, como na Inglaterra, onde animais de carga eram substituídos por mulheres. Davis (2016) cita um trecho retirado do livro *O Capital,* de Karl Marx:

> Na Inglaterra, ocasionalmente ainda se utilizam, em vez de cavalos, mulheres para puxar, etc. os barcos ns canais, porque o trabalho exigido para a produção de cavalos e maquinas é uma quantidade matematicamente dada, ao passo que exigido manutenção das mulheres da população excedente está abaixo de qualquer calculo. (apud DAVIS, 2016, p. 23)

Independentemente da etnia da mulher (negra, branca ou índia), o pensamento do homem branco ocidental era considerar a mulher como um produto do seu sistema reprodutivo, o útero estava relacionado às questões de comportamento e emocionais, assim como havia uma conexão entre útero e o sistema nervoso central. “O cérebro e o ovário não poderiam desenvolver-se simultaneamente, de modo que as atividades intelectuais femininas poderiam produzir um ser débil, nervoso, estéril.” (MATOS, 2005, p. 53) Portanto, as atividades relacionadas ao raciocínio deveriam ser restritas aos homens.

Essa ideia de que o raciocínio faria parte da função biológica dos homens está no conceito de legitimação da dominação masculina por meio da construção social dos corpos, da constituição da sexualidade e da divisão dos sexos, desenvolvido por Bourdieu (2002). Através desses elementos cria-se a "ordem social", que funciona como uma máquina simbólica em que está estruturada a força masculina.

Portanto, cria-se uma ordem na qual é dito o que é normal, natural e aceitável, criando-se assim estruturas cognitivas e sociais com efeitos simbólicos que legitimam a dominação.

> A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura dos espaço, opondo o lugar de assembleia ou de mercado, reservado aos homens, e a casa, reservados às mulheres [...] (BOURDIEU, 2002, p. 18)

No início do século XX, com o ingresso das mulheres nas fábricas, surgiram movimentos que visavam dar visibilidade às mulheres e suas necessidades, tanto no que diz respeito aos direitos políticos e econômicos quanto ao papel na sociedade. Essas discussões obtiveram ênfase maior nos anos 1960, com o movimento feminista.



As mulheres ocupam postos nas fábricas.[23]

[23] Foto: REUTERS/Archive of Modern Conflict London. Cf.: ESTADO DE MINAS. Internacional. AFP. Mulheres no coração do esforço de guerra durante o primeiro conflito mundial. 28 mai. 2014. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2014/06/28/interna_internacional,542499/mulheres-no-coracao-do-esforco-de-guerra-durante-o-primeiro-conflito-mundial.shtml>.

Foram as mudanças de concepções que ocorreram após a urbanização, as mudanças políticas e econômicas e a expansão dos meios de comunicação do final do século XIX e início do século XX que contribuíram para a emergência das reivindicações do feminismo, de acordo com Schwartz (2017). Alertavam para as opressões e desigualdades de gênero.

No encontro das mulheres feministas na Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher, em Beijing, foram realizados muitos trabalhos sobre o feminismo, suas conquistas e sua história, ampliando o feminismo dos anos 90 e a continuidade da luta das mulheres pela sua emancipação. A autora reforça que no Brasil as primeiras manifestações do movimento feminista foram realizadas por mulheres cultas e letradas, na segunda metade do século XIX. Entre as suas reivindicações estavam o direito à educação e o direito de exercer uma profissão.

> Na inclusão das primeiras reivindicações do feminismo, atingindo várias gerações ao alertar para a desigualdade e opressão a que as mulheres estiveram até então submissas, como movimento feminista e com desejo pelo voto a domesticidade foi invadida, e muitas mulheres passaram a atuar efetivamente no espaço público e a exigir igualdade de direitos educação e profissionalização. (SCHWARTZ, 2017, p. 48)

O movimento encontrou alguns entraves, visto que muitas mulheres não desejavam renunciar à posição de rainha do lar e ao ambiente doméstico. Essa percepção estava relacionada ao poder masculino, ou seja, muitos homens se posicionavam contra a emancipação feminina, incentivando entre as mulheres o pensamento de que essa vida de independência desagradaria a seus maridos, que poderiam perder o amor pela mulher, uma vez que não seria mais pura e verdadeira mãe.

> A independência Econômica feminina daria às mulheres a opção de se casar ou não, e sentir-se feliz com liberdade e autonomia financeira. Por isso afirmavam que seria necessário o "regresso sagrado do lar", e se não fosse mais possível, pelo menos não permitir que elas ocupassem cargos públicos, para não ocasionar mais transtornos ao segmento masculino. (SCHWARTZ, 2017, p. 69)

A conferência de Beijing estabeleceu reivindicações na luta das mulheres, como "a promoção de educação para as mulheres e elevação do nível de instrução feminina; a proteção à infância e às mães; a obtenção de garantias legais e legislativas para as mulheres em práticas para o trabalho feminino" (SCHWARTZ, 2017, p. 70).

Do ponto de vista de Anna A. Kalmanovith (2017), o movimento feminista pretende organizar as mulheres e todos aqueles que não despertaram para o combate ao preconceito. Esse movimento possui uma ação unilateral que atinge o machismo, lutando para ter direitos de participação em questões do governo e da sociedade, diminuindo os efeitos da dominação e das estruturas simbólicas criadas ao longo da história.



Celebrando o 34º Dia Internacional da Mulher – 1975.[24]

A autora traz uma reflexão sobre o ensino e a cultura de ensinar para as crianças, o que a sociedade julga adequado ou não para ambos os sexos. Relata a experiência de uma escola mista onde meninos e meninas praticaram bordados, um trabalho apreciado por todos, inclusive com meninos realizando um trabalho melhor do que as meninas, cenário em que encontramos um dos elementos simbólicos. Lembrando que o feminismo não tem como objetivo criar uma guerra contra o sexo masculino e exigir direitos em forma de confrontos, e sim a conscientização de todos a respeito da igualdade de direitos.

Já a autora Krúpskaia (2017) ressalta que também devemos ensinar aos meninos os trabalhos considerados adequados somente para as mulheres, como por exemplo cozinhar, lavar, passar, costurar

[24] Cf.: BRASIL. Ministério da Educação. Mulheres Mil - Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável. ONU oficializou o Dia internacional da Mulher em 1975. s/d. Disponível em: <http://mulheresmil.mec.gov.br/central-de-noticias/1203-onu>. Acesso em: 11/10/2019.

etc. A autora afirma que a vida familiar está ligada a esses afazeres que recaem sempre sobre as mulheres.

Algumas famílias possuem bases para não realizar tais atividades, contratando mão de obra para isso, que, de forma geral, são outras mulheres. No entanto, a realidade para a maioria é bem diferente, muitas mães trabalham o dia todo fora e, ao retornar ao lar, continuam sua jornada de trabalho cuidando dos filhos e organizando a casa. No meio operário alguns maridos ajudam as esposas, mas não é regra geral, para muitos homens seria alvo de gozação realizar tarefas como limpar o chão, lavar banheiro...

Para a imprensa burguesa, o trabalho doméstico é o lugar onde a mulher pode empregar sua força de modo produtivo. Krúpskaia (2017) observa que os meninos, durante a primeira infância, estão dispostos a ajudar as mães nos afazeres domésticos, porém no interior da família inicia-se a diferenciação das tarefas, as meninas são presenteadas com bonecas e os meninos, com soldados. A escola livre defende o trabalho coletivo e a promoção das condições de desenvolvimento, assim favorece a aproximação dos jovens independentemente do sexo, tanto as meninas como os meninos devem aprender os trabalhos manuais. (KRÚPSKAIA, 2017)

A autora observa que alguns homens se manifestaram contra o modelo machista de pensamento. Em 1908, durante as discussões para estabelecer a Constituição do Estado de Oklahoma, nos Estados Unidos, a fala do então ministro, Sr. Alvez Adams, expressa a importância da participação da mulher nas decisões governamentais e da vida social, acrescenta ainda que a mulher possuía moral mais elevada do que a do homem.

> “Nossas mulheres compraram e leram livros sobre ética politica e direito parlamentar do que em toda história dos Estado. Nossas mulheres estudaram aquelas questões e agora estão mais familiarizadas com assuntos políticos do que nossos homens. [...] ela é inimiga de tudo que pode macular ou causar má influencia sobre seus filhos. E como são mulheres, assim serão seus filhos e como serão seus filhos, assim serão a sociedade.” (apud KALMANOVITH, 2017, p. 19)

De acordo com a autora, a participação das mulheres na vida governamental, seja de forma direta ou indireta, sempre foi grande e está cada vez mais fortalecida, pois, devido a questões econômicas, foram obrigadas a sair do “circuito doméstico”, sua consciência aumentou, seus interesses estão realmente de acordo com as necessidades da sociedade e do Estado (KALMANOVITH, 2017).

Nesse sentido, durante a luta por seus direitos, reivindicando maior participação na sociedade, ampliação dos direitos trabalhistas,

creches, escolas, saúde, direito à amamentação, à licença-maternidade e uma educação emancipadora, conforme indicaram Schwartz (2017), Kalmanovith (2017) e Krúpskaia (2017), entendemos que as feministas contribuíram para a construção dos direitos da infância.

O historiador Ariès (2016), na sua obra "A História social da família e da criança", afirma que a história da mulher e a história da criança estão diretamente relacionadas, principalmente pelo fato de que foi a mulher que descobriu o sentimento de infância, seja no papel de ama ou de mãe. Segundo Ariès (2016, p. 100),

> [...] originalmente, esse sentimento pertencera às mulheres, encarregadas de cuidar das crianças – mães ou amas. [...] A ama se alegra quando a criança fica alegre, e sente pena da criança quando esta fica doente; levanta-a quando cai, enfaixa-a quando se agita e a limpa quando se suja. Ela educa a criança [...].

Nessa perspectiva, é importante incentivar a discussão sobre o caráter educativo para uma consciência democrática enquanto sociedade, como defende Adorno (1995). A educação seria a responsável por levar os indivíduos a uma consciência libertadora e emancipadora. Segundo o autor, de acordo com a filosofia, o estranhamento do povo em relação à democracia é reflexo da própria alienação da sociedade em relação a si mesma.

O feminismo procura dar meios para a emancipação das mulheres e o direito de participação nas decisões da sociedade e do Estado. Como foi demonstrado neste trabalho, em meio a grandes lutas, preconceitos, violências e desigualdades, sejam sociais ou de gênero, as mulheres estão cada vez mais buscando sua emancipação e procurando fazer valer seus direitos.

Considerações finais

O movimento das mulheres se intensifica e coloca em senso não somente a reivindicação dos seus direitos, mas também dos direitos alheios, como observamos com as autoras Davis (2016), Schwartz (2017), Kalmanovith (2017) e Krúpskaia (2017). Assim como o homem, as mulheres trabalham e lutam, mas foram as demandas do capitalismo que favoreceram a democratização da educação, estendendo-a enfim para as mulheres. Isso deu a possiblidade de refletirem sobre o seu papel na sociedade e a necessidade de luta pelos direitos, principalmente com o incentivo a uma educação reflexiva que nos leve para a emancipação.

Referências

ADORNO, T. W. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ARIÈS, Philippe. **A História social da família e da criança**. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Mulheres Mil - Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável. ONU oficializou o Dia internacional da Mulher em 1975. s/d. Disponível em: <http://mulheresmil.mec.gov.br/central-de-noticias/1203-onu>. Acesso em: 11/10/2019

DAVIS, Angela. **Mulher, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

ESTADO DE MINAS. Internacional. AFP. Mulheres no coração do esforço de guerra durante o primeiro conflito mundial. 28 mai. 2014. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2014/06/28/interna_internacional,542499/mulheres-no-coracao-do-esforco-de-guerra-durante-o-primeiro-conflito-mundial.shtml>.

INTERNET ARCHIVE. Americae tertia pars: memorabile provinciæ Brasiliæ historiam contines. Disponível em: <https://archive.org/details/americaetertiapa00stad/page/128/mode/2up>. Acesso em: 11/10/2019.

KALMANOVITH, Anna A. Algumas palavras sobre o feminismo. In: SCHENEIDER, Graziela (Org.). **A Revolução das mulheres**. São Paulo: Boitempo, 2017.

KRÚPSKAIA, Nadiéjda K. Deve-se ensinar “coisas de mulher” aos meninos? In: SCHENEIDER, Graziela (Org.). **A Revolução das mulheres**. São Paulo: Boitempo, 2017.

LUKÁCS, Georg. **A Teoria do Romance**. São Paulo: Duas Cidades, Editora 34, 2007.

MATOS, Maria Izilda Santos. **Âncora de emoções**. São Paulo: Edusc, 2005.

MURARO, Rose Marie. Breve Introdução Histórica. In: KRAMER, Heinrich; SPRENGER, James. **O martelo das feiticeiras -** Malleus Maleficarum. 11ª. ed. Rio de Janeiro: Record, Rosa dos Tempos, 1995.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2016.

RAMINELLI, Ronald. Eva Tupinambá. In: DEL PRIORI, Mary. **História das Mulheres do Brasil**. 10ª ed., 6ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018.

SCHWARTZ, Rosana Maria P. Barbato. **Beijing, muito mais que palavras:** a IV Conferência sobre a Mulher da Organização das Nações Unidas - ONU. 1ª ed. Curitiba: Appris, 2017.

TODOROV, Tzvetan. **A Literatura em perigo**. Rio de Janeiro: Difel, 2008.

TOLSTÓI, Leon Nikolaievitch. **Ana Karenina**. Vol. 2. São Paulo: Nova Cultura, 1995.

As mulheres nos anos 1930 e a luta por direitos no Brasil

Wesley Espinosa Santana[25]
Rosana M. P. B. Schwartz[26]

Recentemente, em terras tropicais, a socióloga estadunidense Patrícia Hill Collins, especialista em feminismo negro do Sul dos EUA, afirmou que nunca houve democracia de fato no Brasil, sobretudo por conta da forma como a mulher foi e é tratada neste país. Segundo ela, "pessoas como Marielle Franco pagam o preço mais alto na luta pela democracia" (O GLOBO, 21 out. 2019). Ao estudarmos a questão do gênero, à qual, no caso do Brasil, associa-se às questões da pobreza e da cor da pele, a desigualdade no Brasil perpassa obrigatoriamente pela mulher negra.

Em "Pensamento feminista negro, conhecimento, consciência e a política do empoderamento", Collins (2019) defende a ideia de que a mulher negra produziu para sua sobrevivência a *consciência dual* como vigilância, como máscara que garante viver duas vidas. Ao citar o relato de Ella Surrey, "nós sempre tivemos que viver duas vidas, uma para eles e uma para nós mesmas", Collins diz que a mulher negra aprendeu a jogar o jogo da vida, uma vida de subserviência e outra de resistência, e ambas como luta pela sobrevivência.

Vemos a conversão de uma palavra em conceito que ganha ares ideológicos e propõe reescrever a *escrita dos emudecidos*[27] em nosso país. Essa palavra que se tornou conceito é *apoderamento*, que se dirige, entre outros assuntos, à ideia de gênero, à iniciativa de projetar e escrever a participação da mulher na história, seu espaço, tempo e *práxis*, que, a partir do século XX, ganhou força institucional nos movimentos sociais e políticos. A mulher na trajetória humana da formação de grupos sociais, comunidades, vilas, cidades, sociedades e civilizações foi, culturalmente, relegada ao espaço do privado. Nas alianças políticas, nas guerras ou nas organizações sociais, elas sempre tiveram participação efetiva, mas os homens insistiam em garantir a sua ausência.

Com a sociedade da escrita instituída, os registros sobre as mulheres sempre estiveram destinados a esse mundo do privado, do

[25] Doutorando em Educação, Arte e História da Cultura - Universidade Presbiteriana Mackenzie. Mestre em História Social - Universidade de São Paulo.

[26] Doutora em História - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Mestre em Educação, Arte e História da Cultura - Universidade Presbiteriana Mackenzie.

[27] Fazendo uma analogia à "história dos vencidos", que ganhou força na historiografia brasileira na década de 1980, a "história dos emudecidos" refere-se às minorias, mulheres, negros e outros grupos que durante a maior parte do século XX ficaram às margens de qualquer estudo acadêmico e que ainda hoje é pouco considerada, uma vez que sua importância histórica e sociológica é indiscutível para entendermos a nossa sociedade. Com isso, esta escrita propõe-se a valorizá-los e garantir sua memória de forma crítica e igual.

sagrado, místico e frágil, onde ela é transformada em mito, profana, lenda e pecadora. *Apoderamento* não significa dar poder à mulher, pois isso já está posto em sua vivência histórica, mas sim dar voz e escrita a ela, dar memória descrevendo e revelando detalhes da sua importância histórico-político-econômico-cultural na formação das sociedades por suas ações, pensamentos, referências e lutas.

Dessa forma, num recorte temporal de transformações sociais e políticas, nos propomos a trabalhar a história de gênero no Brasil dos anos 1930, durante o governo de Getúlio Vargas. Esse período da história nos remete à formação de um Estado que defendemos como *Estado biopolítico.* Centralizado, autoritário, capitalista e controlador das vidas e dos corpos, que permitiu avanços em diversas áreas, sob a alcunha do líder-soberano como modernizador e introdutor do trabalhador e da trabalhadora sindicalizados na *ágora política*, responsáveis por mover a forja do capitalismo industrial.

Em 1929, esse *Estado biopolítico* se constituiu a partir da crise econômica oriunda do capitalismo internacional, com a queda da Bolsa de Nova Iorque e a insatisfação das classes médias e elites urbanas com o governo oligárquico dos partidos republicanos (PRP, PRM, PRRGS, entre outros). O ápice dessa situação veio com as eleições presidenciais, nas quais a Aliança Liberal de Vargas perdeu nas urnas, mas, sem aceitar a derrota, com o apoio do exército do Sul e de Minas Gerais e de parte da elite, como também dos tenentistas e do Bloco operário-camponês (BOC), os aliancistas chegaram ao poder pelo golpe de Estado. Em nossa proposta, é a partir desse ato que a biopolítica é incorporada como instrumento estatal.[28]

Para o uso do conceito de biopolítica como instrumento de análise em nossa discussão sobre o Estado e o papel da mulher nesse período, utilizaremos a definição do filósofo italiano Giorgio Agamben. Segundo ele, biopolítica é a forma como a política exerce interferência sobre a vida do súdito e, na modernidade, de cidadãos ou não cidadãos. Ela tem a função de individualizar e segregar o indivíduo para que perca o sentido de coletividade e alteridade. A biopolítica é a conduta do soberano que tem poder sobre a vida dos súditos, mas que, com a formação do Estado liberal, permanece mostrando que não

[28] Segundo Lemke, o conceito de biopolítica é utilizado desde a segunda metade do século XIX com ênfase no *bios*, a partir da condição natural do indivíduo, que o definiria em sua participação política na sociedade. Depois, com Michel Foucault, a biopolítica foi tratada como relação de poder a partir dos Estados modernos, onde o soberano não mais deixa viver e faz morrer, mas sim, numa rede de relações de poder, eles fazem viver e deixam morrer. No final do século XX, ele apresenta Giorgio Agamben trabalhando a biopolítica em sua relação político-jurídica a partir do Estado, que, para ele, diferentemente de Foucault, sempre foi um Estado biopolítico. Neste texto nos propomos a trabalhar o conceito de biopolítica agambeano no que tange ao exercício do Estado na produção da ausência de direitos, na anomia social que produz o estado de exceção. (LEMKE, 2018)

há diferença entre o que seria um governo democrático ou totalitário, mantendo uma "íntima solidariedade entre democracia e totalitarismo", em que o *campo* – lugares como campos de concentração nacional-socialistas que transformam vidas em *vidas nuas*, desprovidas de diretos e de vontades – é o "paradigma biopolítico do Ocidente" (AGAMBEN, 2014, p. 18).

Segundo o filósofo, o século XX nos traz a concepção de uma biopolítica que se ocupa da vida dos indivíduos em sociedade não apenas como membros, patriotas ou cidadãos, mas também como indivíduos coisificados e planificados pela gestão de uma doutrina liberal/neoliberal dentro da lógica capitalista. Para Agamben, a biopolítica transforma a *bíos* (vida política) em *zoé* (vida animal), numa referência aristotélica que se compromete em controlar o indivíduo através de leis, costumes, cultura, sobre o que deve ou não consumir, onde morar, como morar, com o que sonhar ou no que acreditar como felicidade. Para ele, nossas vidas estão colocadas nesse *campo*.

> A grande metáfora do Leviatã, cujo corpo é formado por todos os corpos dos indivíduos, deve ser lida sob esta luz. São os corpos, absolutamente matáveis dos súditos que formam o novo corpo político do Ocidente. (AGAMBEN, 2014, p. 122)

Segundo Lemke (2018), o filósofo Agamben não define em sua teoria quem são, especificamente, os indivíduos que vivem em sua *vida nua*, mas podemos interpretar que, de acordo com os desdobramentos do sistema capitalista e da hegemonia liberal/neoliberal que vemos no mundo de hoje, essa *vida nua* está relacionada à concentração de renda e aos regimes democráticos que discriminam seus cidadãos, tornando-os indivíduos desassistidos, marginalizados, despossuídos ou despolitizados, que perfazem a maioria da população que não consome e, portanto, não tem direitos.

E, por questionarmos direitos, o que essa discussão sobre o Estado biopolítico produzido no governo Vargas tem a ver com a história de gênero? No que tange à mulher, a condição biopolítica traz um dispositivo de controle e de disciplina específico, em que ela está inserida em diferentes funções, padrões, deveres, direitos, oportunidades, rendas e escolhas, primeiro por sua condição biológica, depois por sua leitura dessa condição como ideologia hegemônica.

Elas têm em suas cores, formas, silhuetas, cabelos, adereços e vestimentas, posições e condições que determinam padrões ocidentais de formas de vida, de pensamento e de posicionamento político. A mulher foi diferenciada, também, não apenas por ser do sexo oposto, mas sobretudo por ser negra ou mestiça, (i)migrante ou refugiada e, em especial, pobre. No Brasil, a mulher negra pobre é, biopoliticamente, a condição histórica referencial da *vida nua*.

Em uma costura sobre os movimentos de contestação à Monarquia, encontramos o germe do movimento feminino, que vinha se fortalecendo gradualmente. A partir da Proclamação da República, muitas mulheres escreveram em jornais reclamando o direito da mulher de exercer o voto e possuir uma profissão. No entanto, a primeira Constituição republicana, de 1891, elaborada segundo os moldes da ideologia liberal burguesa, declarou, entre outras coisas, o voto universal para todos os brasileiros assegurando-o no artigo 72 através do conceito de que todos os homens são iguais perante a lei, mas não fez referência às mulheres e, principalmente, às mulheres mestiças e negras, assim como também não foram incluídos os homens analfabetos.

Nesse território – Primeira República ou República Velha – de segregação gestou-se o ideal de igualdade de direitos, principalmente o direito ao voto e à educação. A conquista do voto mobilizou as mulheres e representou a sua inserção mais efetiva no espaço público e nas estruturas de poder, embora os positivistas se insurgissem contra o sufrágio e fortalecessem a mentalidade colonial que ainda estava presente naqueles tempos, através da divisão sexual do trabalho e da ideologia do homem no centro do universo, provedor da produção, enquanto a mulher figurava como responsável pela reprodução e criação dos filhos. Esse discurso trazia implícita a construção da territorialidade feminina sobre os papéis familiares e sua capacidade reprodutiva. Procuravam valorizá-las como capazes de disseminar uma ação moralizadora no seio da sociedade e mantenedoras da família e nação burguesa. (SCHWARTZ, 2017)

A mulher urbana, burguesa e educada estava revestida de ambiguidade, pois podia transitar no espaço público, reivindicar seus direitos e questionar seus papéis sociais, sem abandonar o trato materno e doméstico. As outras mulheres deveriam seguir essas como modelo.

O lar era determinante para a participação política e competência profissional dos homens. A profissionalização das mulheres e a concessão dos direitos civis seriam fatores de desestabilização social e um atentado às recomendações religiosas, divinas e às leis naturais, já que havia muito tempo tinham estabelecido o lugar da mulher no lar e o dos homens no espaço público.

As ideias liberais largamente disseminadas no período, vindas dos continentes europeu e norte-americano conjuntamente com as campanhas republicanas, ensejaram a abertura de discussões e debates sobre os direitos das mulheres e sua inserção social, e questionaram essas recomendações e leis anteriormente estabelecidas. O Brasil, porém, ainda se achava retrógrado demais no tocante à emancipação das mulheres e seus direitos de cidadania por meio das reivindicações sobre o voto.

A ideia de preservação da família e a certeza de sua desagregação se a mulher continuasse exercendo o trabalho fora do espaço doméstico e o direito do voto fizeram com que o regime republicano não representasse a liberdade tão desejada pelas mulheres. Ao contrário, concedeu aos homens o pátrio poder através da instituição, em 1916, de um Código Civil em que a chefia da família, dos bens e sua administração cabia aos homens, que permitiriam ou não o trabalho da esposa fora de casa, além de terem de aceitar o cerceamento de seus direitos através da argumentação de que a vida política contaminaria sua pureza. (SCHWARTZ, 2017)

As mulheres tiveram negado o direito ao voto por esse governo republicano, que necessitava manter o "lar" brasileiro longe das torpezas públicas, para não correr o risco de elas abandonarem os filhos em mãos de serviçais ignorantes. A única capaz de educar o filho à perfeição seria a mãe, e para isso não era necessário direito de voto e conhecimento profundo.

O movimento feminino encontrou sérios entraves para o seu desenvolvimento, algumas mulheres continuaram fortemente seduzidas pela domesticidade e pelo trono que imaginavam possuir no espaço privado enquanto "rainhas do lar". Mesmo desejando o espaço público, não queriam renunciar a esse mundo doméstico, seguro e de respeito e lutar nas manifestações no espaço público.

O poder masculino, contrário à emancipação feminina, descortinou o imaginário de que a mulher não devia conhecer profundamente a vida imperfeita, profana e desregrada dos homens, para poder continuar, com amor e confiança, transmitindo o sentimento puro e santo de seu coração para o seu filho durante a sua formação primeira. Se trabalhasse fora, votasse e estudasse, não seria mais pura e verdadeira mãe.

A independência econômica feminina daria à mulher a opção de se casar ou não, e sentir-se feliz com a liberdade e autonomia financeira. Por isso, afirmava-se que seria necessário o "regresso sagrado do lar" ou, se não fosse mais possível, pelo menos não permitir que elas ocupassem cargos públicos, para não ocasionarem mais transtornos ao segmento masculino.

Em 1922 foi fundada no Brasil a primeira Sociedade Feminina Brasileira, com o objetivo de defender esses direitos e os interesses das mulheres brasileiras. Também foi oficializada nesse ano a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino na cidade do Rio de Janeiro - FBPF. (SCHWARTZ, 2017) Partindo da máxima foucaultiana de que *onde há força, há resistência*, essa federação politizou a categoria *mulher* com o intuito de visibilizar as demandas da população feminina e garantir os seus *projetos de poder*. (MARQUES, 2016, p. 671) Buscava promover a educação para as mulheres e elevar o nível de instrução feminina, proteger a infância e as mães, obter garantias legais e legislativas para

as mulheres e o trabalho feminino, propiciar orientação para a escolha profissional das mulheres, despertar o interesse pelas questões sociais de alcance público e estimular o espírito de sociabilidade e cooperação entre elas, assegurar às mulheres os direitos políticos que a Constituição oferece e prepará-las para o exercício desses direitos, bem como estreitar os laços de amizade com os demais países americanos, a fim de garantir a manutenção da paz no hemisfério ocidental.

Entre as biopolíticas desse período, temos a Constituição de 1934, que institucionalizou, entre outros benefícios e direitos, o direito político às mulheres, transformando-as em cidadãs. Celina Guimarães Viana, potiguar, professora, foi a primeira brasileira a votar em 5 de abril de 1928 na cidade de Mossoró, no interior do Rio Grande do Norte. Ela mesma foi ao cartório da cidade e pediu o seu direito ao voto embasada na Constituição estadual. Entretanto, a Comissão de Poderes do Senado anulou o seu voto, mas popularizou o ocorrido e abriu possibilidade de discussão que trouxe a criação de movimentos feministas em prol da participação política da mulher.

Em 1932, por um decreto do presidente Getúlio Vargas, as mulheres puderam exercer o direito ao voto. Com o Código eleitoral, houve a criação da Justiça Eleitoral, que introduziu o voto secreto, obrigatório e universal, com a inclusão do voto feminino. Em 1933 as mulheres puderam votar e ser votadas pela primeira vez. A primeira deputada federal eleita foi a médica paulista Carlota de Queirós, branca e de classe média.

Todavia, o voto feminino tinha particularidades, pois o voto das mulheres solteiras ou viúvas com renda ou remuneração era garantido em todo o território nacional sem necessidade do aval masculino, mas as casadas precisavam ter autorização do marido para votar. O patriarcado permanecia garantindo superioridade sobre as mulheres, pois a maioria era casada, diante de uma moral dos costumes em que uma mulher adulta solteira não era bem-vista pela sociedade.

O voto feminino dado à mulher branca, com formação escolar e profissional e de classe média ou alta nos traz de volta à discussão de Collins, ao apontar que a questão do gênero também se impõe pela luta de classes, pela divisão social entre ricos e pobres e, principalmente, pela mulher negra que mora na periferia e se torna uma subcamada da máscara do *viver para eles* que vemos nas mulheres menos lembradas de nossa história.

Essa mulher que tem em suas origens a produção da *Abayomi*, a plantação de cana, os assados e cozidos da casa-grande, os cuidados da *Iá-iá* com os herdeiros brancos e a telha nas coxas. Eram mãos e pés que garantiam a sociedade escravocrata, útero e sexo da continuidade da vida e da violência contra ela mesma. No momento em que as mulheres eram definidas como frágeis e sensíveis diante da própria

divisão do trabalho por gênero, temos a mulher negra construindo os alicerces sociais do Brasil.

A dívida com a mulher e, sobretudo, com a mulher negra é inquestionável e insofismável. Nossa sociedade patriarcal, oriunda de duas correntes históricas permanentes, a greco-romana e a judaico-cristã, transpôs o papel do feminino como a definição aristotélica de um ser humano incompleto à pecadora primeira da versão do livro do Gênesis. A cultura europeia, sobreposta em nossa formação, definiu dessa forma os traços patriarcais da sociedade moderna.

Nos anos 1930, a mulher vista como trabalhadora, inserida no âmbito das discussões da *pólis*, mas sob o olhar atento do Estado biopolítico, foi percebida através de uma sindicalização legalista. As trabalhadoras ganhavam espaço político, mas ao mesmo tempo aumentava o controle sobre suas vidas por conta de adentrarem o mundo do trabalho, ou seja, o espaço público.

Essa mulher, que já estava nas fábricas, sobretudo as têxteis, desde a segunda metade do século XIX, foi aumentando a sua participação de acordo com o crescimento industrial, sobreposto aos acontecimentos internacionais do capitalismo, como as guerras mundiais e os avanços tecnológicos.

> Já em 1901, um dos primeiros levantamentos sobre a situação da indústria no estado de São Paulo constata que as mulheres representavam cerca de 49,95% do operariado têxtil, enquanto as crianças correspondiam por 22,79%. Em outras palavras, 72,74% dos trabalhadores têxteis eram mulheres e crianças. (RAGO, 2015, p. 581)

As mudanças promovidas pelo governo Vargas, ministérios, autarquias, agências nacionais, investimentos culturais e sobretudo direitos sociais, trouxeram a emergência de um cidadão brasileiro, e em sua proposta estavam também as mulheres. Era evidente a criação de uma sociedade de trabalhadores, homens e mulheres, e de um mercado consumidor que contemplaria o fetiche mercantilizante de uma nova classe média que se diferenciaria das camadas mais pobres.

Ao mesmo tempo, quando em 1920 a cidade de São Paulo ultrapassava a produção industrial do Rio de Janeiro, com a intensificação de investimentos no desenvolvimento capitalista industrial, houve uma campanha moralista de diversos setores da sociedade alegando que as fábricas não deveriam ser locais de trabalho para mulheres. Segundo Rago,

> [...] o que salta aos olhos é a associação frequente entre a mulher no trabalho e a questão da moralidade social. No discurso de diversos setores sociais, destaca-se a ameaça à honra feminina representada pelo mundo do trabalho. Nas denúncias dos operários militantes, dos

> médicos higienistas, dos juristas, dos jornalistas, das feministas, a fábrica é descrita como “antro da perdição”, “bordel” ou “lupanar”, enquanto a trabalhadora é vista como uma figura totalmente passiva e indefesa. Essa visão está associada, direta ou indiretamente, à vontade de direcionar a mulher a esfera da vida privada. (RAGO, 2015, p. 585)

O imaginário social feminino era constituído no início do século XX, sobretudo com relação às mulheres das fábricas e às sufragistas, de forma masculinizada, numa narrativa pejorativa e extravagante que beirava o cômico e o ridículo. (MORAES, 2018, p. 37-38)

Em contrapartida, as mulheres da classe média estavam participando do circuito cultural das óperas, corridas no hipódromo e do teatro, juntamente com os passeios nas confeitarias e nos cafés do centro das grandes capitais como Rio de Janeiro e São Paulo. A moda feminina, influenciada pela moda francesa, era encontrada em São Paulo em bairros como o Brás e Mooca. Vemos que na sociedade que se modernizava nos anos 1930 permanecia a discussão sobre gênero, ganhando cada vez mais espaço a questão das classes sociais.

Em 1931 foi criada a Aliança Nacional de Mulheres (ANM), uma organização de trabalhadoras que foi extinta em 1937 com a formação do Estado Novo. Em 1932 havia três mil sócias, e sua principal articuladora e presidente foi Natércia da Silveira. A principal função dessa organização era fiscalizar as condições de trabalho das mulheres nas fábricas, prestar assistência jurídica e servir como caixa de auxílio às mulheres desamparadas (CORREIO DA MANHÃ, 20/02/1931; JORNAL DO COMÉRCIO, 09/11/1932).

Silveira liderou um grupo feminista que lutava contra a construção desse imaginário moralista de que a fábrica não era lugar para mulheres, pelo contrário, as fábricas deveriam se adaptar a elas por uma humanização e igualdade de direitos. A luta pela igualdade jurídica visava o aumento da participação da mulher no mercado de trabalho e na *ágora* política e econômica do país.

De acordo com o censo nacional de 1940, havia 889 mil homens contra 188.500 mulheres na indústria de transformação. Já no serviço doméstico, as mulheres representavam 85,23%, com 468.955 trabalhadoras. As mulheres também eram maioria na indústria de vestuário e magistério. (MARQUES, 2016, p. 670) É claro que os direitos trabalhistas só existiam de um lado dessa polarização, sendo visível que esses direitos não atendiam às mulheres e, sobretudo, às mulheres negras e pobres.

Não obstante, a pressão das mulheres ativistas do movimento feminista foi exercitada e observada através da exigência de representação. Como vimos, essas exigências no plano político e ideológico no Brasil foram realizadas por mulheres cultas e letradas

da oligarquia na segunda metade do século XIX, ao reivindicarem educação, instrução e o direito de exercer uma profissão. Porém, a conquista do direito de voto só ocorreria na década de 1930.

Elas, nesse período, eram poucas, mas lutaram para não serem apenas consideradas como ornamentos de casa e de salões, e conseguiram abandonar alguns alicerces solidamente enraizados para promover discussões e reflexões sobre a sua cidadania no seio da sociedade.

Além disso, outros entraves ocasionados pela implementação do Estado Novo, por Getúlio Vargas e seu cerceamento político, fizeram com que a maioria das mulheres se mantivesse (in)visível por mais três décadas. Essa situação durou até quando Betty Friedman, nos anos 1960, liderou o grito por liberdade, na esteira do movimento feminista, em defesa de maior liberdade individual e social.

Podemos considerar que as primeiras manifestações feministas efetivas ocorreram no Brasil pouco antes da Primeira Guerra Mundial, incentivadas, em grande parte, pela Dra. Bertha Lutz, logo que retornou da cidade de Londres, Inglaterra, onde esses movimentos já haviam ganhado espaço considerável nas lutas pela igualdade de direitos das mulheres.

A partir das propostas realizadas pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, acelerou-se o processo de emancipação feminina no Brasil. Dois anos depois do reconhecimento pela Constituição de 1932 do voto feminino, Berta Lutz foi eleita deputada suplente, e assumiu o mandato na Câmara Federal em 1936. Apesar dessas conquistas, ainda estavam longe de solucionar efetivamente questões como a desigualdade salarial, licença-maternidade, as diferenças de papéis no público e no privado entre homens e mulheres, ou seja, a igualdade de direitos na sociedade brasileira.

No Brasil, no período que vai de 1890 a 1940, após a República, cresciam e se consolidavam as reivindicações femininas por melhores condições de educação, trabalho e direitos iguais, nos moldes do que ocorria no panorama mundial, incomodando os segmentos mais conservadores da sociedade. As mulheres procuravam, além de organizar-se em associações, utilizar as narrativas escritas em revistas e jornais como instrumentos de luta.

Na década de 1940, desenvolveu-se a ideia de harmonia entre o círculo familiar e o espaço urbano público através do reforço dos papéis diferenciados de ambos os sexos, a mulher no lar e o homem dirigindo os destinos da nação. Os avanços do movimento feminino foram forçados ao esconderijo pela diluição política da obtenção do voto e pelo conservadorismo, que triunfou através da segregação entre os sexos e imposição de uma masculinidade dirigindo a nação, num cenário em que a família incorporava hábitos cada vez mais burgueses, como desfrutar uma boa refeição juntos à mesa com boas maneiras,

boas relações com a vizinhança e uma boa sociabilidade. As crianças eram educadas para se comportarem no espaço privado e no público, não interferindo nos assuntos dos adultos e mais velhos. Manteve-se o ideal de família baseado na submissão da mulher e dos filhos ao marido, na vigilância da reputação das moças e na preservação da sua ingenuidade e fragilidade, contra a maledicência que o mundo público poderia proporcionar mediante a sua exposição ao trabalho e ao poder público.

Nesses anos, uma das principais publicações para a formação desse imaginário de sacrifício, bondade, castidade, renúncia, doçura e fragilidade entre as jovens intitulava-se "Biblioteca das Moças", constituída de contos de fadas ou contos de vida abordando as representações de mulher e professora. Traduzidas do francês, as histórias remontavam a um passado europeu aristocrata, no qual os sonhos das moças casadouras podiam se espelhar. O palco era a França, e não havia entre os casais representados nos contos contato físico, pois a referência era a da Virgem Maria em sua pureza e castidade.

Sem dúvida nenhuma, a leitura foi um dos baluartes da imagem dessa mulher e dessa natureza submissa, sustentando a construção da identidade feminina, bem como a propagação de valores e comportamentos. A mulher, preparada para o casamento e para ser dona de casa, tinha no matrimônio o seu destino natural, e a solteirice não era bem-vista e causava pena. A literatura romântica ressaltava esse desejo, em especial o sonho de encontrar o príncipe encantado que iria lhe proteger até o final da sua vida.

Entretanto, a Segunda Guerra Mundial desconstruiria essa territorialidade, e as mulheres puderam atuar mais concretamente no campo político, em decorrência da sua participação em movimentos filantrópicos e de ajuda aos feridos de guerra, viúvas e desamparadas, além de participarem mais intensamente dos meios de produção, trabalhando nas fábricas, lojas, mercados, entre outras tarefas do espaço público.

A mão de obra feminina foi sendo absorvida pela industrialização, mas com remuneração inferior à dos homens. Essa condição levou as mulheres a trazerem as proposições da constituição da Comissão Interamericana de Mulheres da Organização dos Estados Americanos de 1930, que reuniu e tratou da questão da igualdade de direitos das mulheres. Também motivaram discussões da Sociedade das Nações, que consideravam a questão da Condição da Mulher um tema importante para o desenvolvimento e progresso da sociedade.

Essas iniciativas levaram, em 1945, no dia 24 de outubro, a Organização das Nações Unidas a defender efetivamente, em sua Carta, a igualdade de direitos entre homens e mulheres. A Carta da ONU, com seus 111 artigos, foi subscrita por delegados de 50 países.

Em seu Artigo 1º, estabeleceu os objetivos principais da organização: "Salvação da paz mundial, defesa dos direitos do homem, igualdade de direitos para todos os povos, melhoria do nível de vida em todo o mundo." (SCHWARTZ, 2017)

Em 1947, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), codificaram-se padrões mínimos de respeito pelo outro entre todas as pessoas e os países-membros. Objetivando assegurar os direitos humanos, foi fundada a Comissão da ONU, para a implementação e supervisão através de convenções, pactos, mecanismos e medidas específicas, prestação de apoio, denúncias e trabalhos temáticos sobre esses direitos. Um ano antes, em 1946, surgira a Comissão Jurídica e Social da Mulher, um instrumento jurídico a exemplo das convenções sobre os direitos da mulher.

Em 10 de dezembro de 1948, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou a Declaração Universal de Direitos do Homem e do Cidadão como princípio, e a referida Comissão elaborou o primeiro instrumento de defesa dos direitos fundamentais para a garantia dos direitos humanos. Para assegurar os direitos humanos das mulheres, foram desenvolvidas estratégias abrangentes que visam promover a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres e entre as próprias mulheres em todos os níveis da vida pública e privada. Entre essas estratégias, encontramos na densa revisão bibliográfica e historiográfica sobre o tema das mulheres a discussão sobre a reconstrução histórica de suas lutas, problematizações sobre todo tipo de discriminação que sofreram e ainda sofrem, debates sobre gênero e a construção e desconstrução de estereótipos femininos.

Dessa forma, pretendeu-se destacar nestas linhas as mulheres dentro do Estado biopolítico de Vargas e algumas lutas e ramificações sobre os direitos humanos das mulheres.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer** – o poder soberano e a vida nua I. Tradução de Henrique Burigo. 2ª ed., 2ª reimpressão. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014.

COLLINS, Patrícia Hill. **Pensamento feminista negro, conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Tradução de Jamile Pinheiros Dias. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 20 fev. 1931. Arquivo CPDOC da Fundação Getúlio Vargas.

JORNAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro, 09 nov. 1932. Arquivo CPDOC da Fundação Getúlio Vargas.

LEMKE, Thomas. **Biopolítica** – críticas, debates e perspectivas. Tradução de Eduardo Altheman Camargo Santos. São Paulo: Filosófica Politeia, 2018.

MARQUES, Teresa Cristina Novaes. A regulação do trabalho feminino em um sistema político masculino - Brasil: 1932-1943. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 29, n. 59, p. 667-686, set./dez. 2016.

MORAES, Mirtes de. Gênero, corpo e mídia. As várias formas de representar o seio feminino. In: SCHWARTZ, Rosana; SILVA, Marcio José; MORAES, Mirtes de. **Empoderadas, sempre**. São Paulo: Chiado, 2018.

O GLOBO. Rio de Janeiro, 21 out. 2019.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: DEL PRIORE, Mary (Org.); PINSKY, Carla Bassanezi (Coord. textos). **História das mulheres no Brasil**. 10ª ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015.

SCHWARTZ, Rosana M. P. B. **Beijing, muito mais que palavras:** a IV Conferência sobre a Mulher da Organização das Nações Unidas - ONU. São Paulo: Appris, 2017.

1932: liberdade para as amazonas

Luiz Eduardo Pesce de Arruda[29]

Dois textos, a título de prólogo

O Homem e a Mulher
Victor Hugo (1802-1885)

O homem é a mais elevada das criaturas.
A mulher é o mais sublime dos ideais.
Deus fez para o homem um trono;
Para a mulher um altar.
O trono exalta; o altar santifica.
O homem é o cérebro;
a mulher o coração, o amor.
A luz fecunda; o amor ressuscita.
O homem é o gênio; a mulher o anjo.
O gênio é imensurável; o anjo indefinível.
A aspiração do homem é a suprema glória;
A aspiração da mulher, a virtude extrema.
A glória traduz grandeza; a virtude traduz divindade.
O homem tem a supremacia; a mulher a preferência.
A supremacia representa força
A preferência representa o direito.
O homem é forte pela razão; a mulher invencível pelas lágrimas.
A razão convence; a lágrima comove.
O homem é capaz de todos os heroísmos;
A mulher de todos os martírios.
O heroísmo enobrece; os martírios sublimam.
O homem é o código; a mulher o evangelho.
O código corrige; o evangelho aperfeiçoa.
O homem é o templo; a mulher, um sacrário.
Ante o templo, nos descobrimos;
Ante o sacrário ajoelhamo-nos.
O homem pensa; a mulher sonha.
Pensar é ter cérebro;
Sonhar é ter na fronte uma auréola.
O homem é um oceano; a mulher um lago.
O oceano tem a pérola que embeleza;
O lago tem a poesia que deslumbra.
O homem é a águia que voa; a mulher o rouxinol que canta.
Voar é dominar o espaço; cantar é conquistar a alma.
O homem tem um fanal; a consciência;
A mulher tem uma estrela : a esperança.
O fanal guia, a esperança salva.
Enfim …
O homem está colocado onde termina a terra;
A mulher onde começa o céu…

[29] Doutorando em Educação, Arte e História da Cultura - Universidade Presbiteriana Mackenzie.

> O tratamento da mulher em público é penoso para ela e não contribui muito para honrar os nossos patrícios. Nos meios cultivados e para com a mulher de sua família ou de suas relações, há, naturalmente, mais respeito; mas é superficial e mal lhe esconde a tolerância e a indulgencia, como se se tratasse de uma criança mimada. [...] não devemos resignar-nos a ser as únicas subalternas num mundo ao qual a liberdade sorri.
>
> Devemos tornar-nos dignas da posição que ambicionamos e dar provas do nosso valor para merecê-la. É certo que muito, que quase tudo, no estrado atual, depende do homem. Mas uma das maiores forças de emancipação e de progresso está em nosso poder: a educação da mulher e do homem. Dela, para que seja intelectualmente igual e para que sua vontade se discipline. Dele, para que se acostume a pensar que a mulher não é um brinquedo para o distrair; para que, olhando sua esposa, suas irmãs e lembrando-se de sua mãe, compreenda e se compenetre da dignidade da mulher; [...] não proponho uma associação de "sufragettes", para quebrarem as vidraças da Avenida, mas um sociedade de brasileiras que compreendessem que a mulher não deve viver parasitariamente do seu sexo, aproveitando os instintos animais do homem, mas que deve ser útil, instruir-se a seus filhos, e tornar-se capaz de cumprir os deveres políticos que o futuro não pode deixar de repartir com ela. Assim, deixariam de ocupar sua posição social tão humilhante para elas como nefasta para os homens, e deixariam de ser um dos pesados elos que atam o nosso país ao passado, para se tornarem instrumentos preciosos ao progresso do Brasil. (REVISTA DA SEMANA, 28/12/1918)[30]

Uma dura caminhada

Em uma sociedade contemporânea marcada pelas demandas de grupos reivindicantes de toda natureza, assume destaque o debate sobre a condição feminina. Nenhum agrupamento social é tão numeroso e alvo de tanta violência e discriminação quanto o segmento feminino, quer sob a perspectiva histórica, quer sob a difusão geográfica desse triste fenômeno.

A mulher, sob o critério geográfico, ainda hoje continua sendo alvo preferencial de violência física e simbólica em todos os continentes, a despeito dos diferentes regimes políticos adotados pelos países, das peculiaridades culturais, da religião predominante, da classe social ou grau de instrução dos agressores, como se pode depreender do noticiário jornalístico ou das estatísticas oficiais. A mobilização dos organismos internacionais, dos governos e da sociedade civil, não obstante os avanços identificados, ainda não logrou superar essa vergonhosa

[30] Extrato da carta de Bertha Lutz (1894-1976) à Seção "Cartas de Mulher", da "Revista da Semana", 28 de dezembro de 1918. A carta, na íntegra, faz referência a Maria José de Castro, que acabara de se tornar a primeira mulher aprovada no concurso de ingresso ao Itamaraty – e em primeiro lugar.

realidade. Contudo, é inegável que progressos consideráveis na busca da igualdade feminina puderam ser anotados a partir do século XX.

Ao selecionarmos um evento histórico, a partir de um critério discricionário, sacando-o de sua artificial linearidade temporal, temos por objetivo metodológico destacá-lo do curso histórico, suscitando indagações, formulando hipóteses e ampliando, por fim, a compreensão do processo mais amplo em que se insere. Assim, este artigo pretende evidenciar como a participação da mulher paulista[31] no episódio conhecido como Revolução Constitucionalista de 1932[32] representou um rito de passagem rumo à modernidade, contribuindo para o empoderamento da mulher na sociedade paulista e brasileira.

As mulheres em São Paulo no alvorecer do século XX

O sistema de organização familiar em São Paulo foi, desde a fundação da capela no Pátio do Colégio pelos padres jesuítas, em 1554, fortemente influenciado pela presença da Igreja, fixando normas de natureza moral e religiosa para nortear a conduta dos habitantes locais. Tais normas, a bem da verdade, foram significativamente desconsideradas, para lástima dos sacerdotes. A frequente presença das uniões inter-raciais, especialmente entre portugueses e índias, no início da colonização, gerou uma descendência que assumiu paulatinamente a proeminência dos negócios políticos e a gestão econômica do território.

O respeito fiel às normas de conduta ética impostas pela Igreja foi um importante ingrediente nos rituais de assimilação das descendentes dessas uniões inter-raciais, que marcaram a vida local entre os séculos XVI e XVIII. Particularmente as mulheres mamelucas, negras e mulatas, pela estrita obediência aos cânones da Igreja, que fez delas ferrenhas defensoras da moralidade e do "ethos" católico, valeram-se desse comportamento como passe de admissão à sociedade conservadora.

As mulheres imigrantes que chegaram a São Paulo no período de 1880 a 1930 eram, em sua maioria, igualmente partícipes de uma estrutura social e religiosa de inspiração judaico-cristã, contribuindo assim para reproduzir na cidade um modelo tradicional de família e sociedade, em que se observava uma rígida divisão de trabalho, com papéis sociais, direitos e deveres culturalmente cristalizados.

[31] "Paulista", no caso, não se refere a local de nascimento, mas à posição ideológica adotada em relação ao movimento. Assim, muitos brasileiros nascidos em outras unidades federativas, bem como imigrantes, serão chamados discricionariamente de "paulistas", para efeito deste artigo.

[32] A própria denominação "movimento constitucionalista" ou "Guerra Cívica de 32", no dizer de Paulo Nogueira Filho, traz em si um viés ideológico, retratando o episódio segundo a óPtica "paulista". O Governo Vargas tratou-o como "Rebelião de São Paulo", Stanley Hilton chamou-o de "a guerra civil brasileira" e outros, como Euclydes de Figueiredo, denominaram o evento simplesmente de "Revolução de 1932".

A sociedade brasileira, em meados de 1916, quando entrava em vigor o Código Civil, refletia a preponderância dos homens nos espaços públicos e no mundo do poder. A mulher devia ser submissa. Quando solteiras deviam obediência ao pai, e após o casamento deviam obediência ao marido. As decisões familiares ficavam todas a cargo do marido, sendo ele o chefe da sociedade conjugal (art. 233, Código Civil de 1916). Era ele quem decidia acerca da criação dos filhos. Era ele também quem deveria proporcionar o sustento da família e zelar para que seguisse os padrões sociais.

O casamento era indissolúvel, e a Igreja, como norteadora moral da sociedade, exigia isso incondicionalmente. O desquite, termo que, segundo Dias (s/d), significava "não quites", em débito para com a sociedade, era a única – e última – alternativa possível para dissolver o consórcio matrimonial, dissolvia-se a sociedade conjugal, mas não o vínculo. O casamento era indissolúvel. Só havia o desquite que rompia a sociedade conjugal, mas não dissolvia o casamento.

A mulher desquitada tinha ciência de que, muito provavelmente, seria alvo de discriminação e preconceito por parte da sociedade, sendo excluída da vida social e considerada desfrutável pelos homens. O estabelecimento de limites aos avanços masculinos impunha uma verdadeira fortaleza moral para a mulher, que precisava lutar com todas as suas forças para se fazer respeitada em sua integridade e em seus direitos, "ainda que desquitada". O temor do repúdio social, que começava em seu próprio núcleo familiar, muitas vezes fazia com que a mulher se violentasse, suportando calada pela vida inteira um casamento de fachada, marcado na intimidade do lar por desrespeito, violência e privações.

O Código Civil (Lei n.º 3.071, de 1º de janeiro de 1916), obra do jurista Clóvis Beviláqua, foi redigido e aprovado nesse universo, o que permite reconhecer a motivação para que o documento reservasse um tratamento assimétrico entre homens e mulheres, sendo a eles atribuídos diferentes direitos e deveres, como afirma Silva (2016) com propriedade, citando Venosa (2014, p. 16):

> "Os Códigos elaborados a partir do século XIX dedicaram normas sobre a família. Naquela época, a sociedade era eminentemente rural e patriarcal, guardando traços profundos da família da Antiguidade. A mulher dedicava-se aos afazeres domésticos e a lei não lhe conferia os mesmos direitos do homem. O marido era considerado o chefe, o administrador e o representante da sociedade conjugal. Nosso Código Civil de 1916 foi fruto direto dessa época."

O artigo 6.º do Código Civil declarava incapazes, relativamente a certos atos, não tendo capacidade de exercê-los sozinhos: (I.) os menores de 16 a 21 anos, (II.) as mulheres casadas, pela duração

da sociedade conjugal, (III.) os pródigos e (IV.) os selvícolas. O ato concluído sem a cooperação do marido, do pai ou do tutor não era nulo, mas anulável, pela incapacidade relativa do agente (no caso a mulher), segundo o artigo 147, I, do referido Código.

Dias (s/d) traça um comovente retrato dessa realidade:

> [O Código] transformou a força física do homem em poder pessoal, em autoridade, outorgando-lhe o comando exclusivo da família. Por isso, a mulher ao casar perdia sua plena capacidade, tornando-se relativamente capaz, como os índios, os pródigos e os menores. Para trabalhar precisava da autorização do marido.
> A família se identificava pelo nome do varão, sendo a mulher obrigada a adotar os apelidos do marido. [...] Só o casamento constituía a família legítima. Os vínculos extramatrimoniais, além de não reconhecidos, eram punidos. Com o nome de concubinato, eram condenados à clandestinidade e à exclusão não só social, mas também jurídica, não gerando qualquer direito. Em face da posição da mulher, às claras, era ela a grande prejudicada.
> A condição matrimonial dos pais levava a uma cruel divisão entre os filhos. Era alijada de qualquer direito a prole concebida fora do casamento. Nominados de naturais, adulterinos, incestuosos, todos eram rotulados como filhos ilegítimos, sem direito de buscar sua identidade. Não podiam ser reconhecidos enquanto o pai fosse casado. Só o desquite ou morte permitia a demanda investigatória de paternidade. Os filhos eram punidos pela postura do pai que saia premiado, pois não assumia qualquer responsabilidade pelo fruto de sua aventura extramatrimonial. Quem era onerada era a mãe que acabava tendo que sustentar sozinha o filho, pagando o preço pela "desonra" de ter um filho "bastardo".

O trabalho usualmente reservado à mulher era o cuidado do lar, pois lhe era instilado por gerações, desde a meninice, e por todos os meios de reprodução da ideologia da sociedade, propósito de sua destinação inequívoca para o casamento e a maternidade, propalados como ideais de vida inerentes à sua condição feminina. Isso posto, era seu dever zelar pelo marido e pelos filhos. Era uma "verdade cultural" inquestionável, transmitida de geração para geração, sendo a subordinação uma característica esperada do comportamento feminino.

Exemplo disso pode ser encontrado no assento das famílias de imigrantes italianos chegadas a Araras entre 1890 e 1910. Das 686 famílias cadastradas até 1930, apenas oito mulheres tinham profissão formal, a saber: uma madre, duas tecelãs, uma costureira, uma estudante, uma professora, uma enfermeira e uma professora missionária. Todas as demais eram "do lar", algumas acumulando tarefas na agricultura familiar. (PESCE, s/d)

Cabia ao marido prover as necessidades materiais do lar e designar o local de residência da família, segundo determinava o artigo

233 do Código vigente à época, que dizia: "[...] o marido é o chefe da sociedade conjugal; compete-lhe direito de fixar e mudar o domicílio da família." À mulher cabia apenas o dever de mudar-se para onde o marido determinasse.

Mulheres que quisessem ingressar no mercado de trabalho só poderiam fazê-lo se obtivessem a autorização do cônjuge, nos termos do inciso VII do artigo 242 do Código em tela, segundo o qual "[...] a mulher não pode, sem autorização do marido, exercer profissão"[33].

Tuteladas desde o nascimento pelo pai e, depois, pelo marido, admitidas apenas como relativamente capazes, é compreensível que o Código Sanitário do Estado de São Paulo, documento pioneiro a tratar das condições de salubridade dos operários nas nascentes plantas industriais paulistas, proibisse o trabalho noturno aos menores de 18 anos e, ombreadas a esses, às mulheres.[34]

Ainda como reflexo dessa capacidade civil diminuída, a lei buscava, igualmente, tutelar a decisão da mulher sobre seu próprio corpo e seu estado de saúde, impedindo-a peremptoriamente de decidir sobre o momento de, estando gestante, afastar-se do serviço. A lei simplesmente dispunha que, "durante o último mês de gravidez e o primeiro do puerpério, não poderão trabalhar em quaisquer estabelecimentos industriais".

Algumas mudanças, especialmente no cenário econômico, e a rápida expansão do capitalismo, a partir dos anos derradeiros do século XIX e início do século XX, contribuíram para a superação desse modelo cristalizado de ordenamento hierárquico familiar. Com o desenvolvimento tecnológico e a expansão industrial, que teve em São Paulo um de seus polos, boa parte da mão de obra feminina foi transferida para as fábricas, vindo a mulher a constituir o esteio da mão de obra, especialmente no ramo têxtil.

À proporção que o país se urbanizava e se industrializava – esse fenômeno umbilicalmente ligado à dificuldade do Brasil de importar manufaturados durante a Primeira Guerra Mundial, de 1914 a 1918 –, crescia a participação do contingente feminino no mercado de trabalho. Nessa fase, as mulheres trabalhavam em condições precárias quanto ao ambiente (insalubre muitas vezes, em decorrência de ruído, insolação insuficiente, poeira em suspensão, falta de equipamentos de proteção individual etc.), ao número de horas trabalhadas, à inexistência de folgas e à quase ausência de direitos trabalhistas. "Minha grande alegria de mocinha foi quando Getúlio determinou a folga semanal aos

[33] Essa norma somente foi derrogada em 1962, com a entrada em vigor do Estatuto da Mulher Casada.

[34] Lei Estadual n. 1.596, de 29/12/1917, artigo 94, § 5.º: "Os menores até a edade de 18 annos e as mulheres não poderão, em caso algum, executar nas fabricas serviços nocturnos."

domingos", afirmou uma das primeiras frentistas a trabalhar em posto de combustível no país, a partir de 1939. (ARRUDA, 2013)

Enquanto no Brasil o conflito europeu impactava o mercado, especialmente pela ausência de importação de bens manufaturados – fruto sobretudo da guerra submarina irrestrita movida pela Alemanha contra navios mercantes aliados, sem prévio aviso, a partir de fevereiro de 1917 –, nos Estados Unidos e na Europa a guerra teve um impacto ainda mais profundo. Os homens eram convocados a lutar no front e as mulheres, levadas a assumir a gestão dos negócios da família, ocupando cada vez mais espaço no mercado de trabalho.

Em 1917, uma jovem esposa e mãe brasileira, filha de imigrantes americanos chegados ao interior paulista após a Guerra da Secessão, encontrava-se em Nova Iorque com o marido e seus dois filhos. Ali, tornou-se responsável por uma seção da Cruz Vermelha. Impactada por essa experiência, e já de volta ao Brasil, continuou participando de atividades filantrópicas. Seu nome era Pérola Ellis Byington.

Quando o conflito terminou, muitos chefes de família haviam falecido, e outros trouxeram sequelas graves, mutilados fisicamente ou emocionalmente transtornados e, portanto, impossibilitados de voltar a seus postos de trabalho de antes do conflito. Foi nesse momento, de acordo com Araújo (2004, apud SIMÕES, 2012), que as mulheres se sentiram compelidas a deixar suas casas e os filhos para levar adiante os projetos e o trabalho que eram realizados pelos seus maridos.

Segundo Probst (2003, p. 1, apud SIMÕES, 2012), as mulheres que ficavam viúvas precisavam buscar novas alternativas para se sustentar e sustentar os filhos, faziam doces por encomenda, arranjos de flores, bordados e crivos, davam aulas de piano... Mas, ainda de acordo com o citado autor, além de pouco valorizadas, essas atividades eram mal vistas pela sociedade. As mulheres brancas de classe média urbana ou ricas empobrecidas pela guerra romperam paulatinamente essa barreira, que no Brasil, é de se destacar, não se impunha a mulheres brancas pobres e a mulheres negras.

O trabalho externo ao lar tornava-se importante não apenas por razões de ordem econômica (geração de renda familiar), mas também por suas consequências sociais, entre elas a transformação da expectativa de realização pessoal e profissional, independência financeira, acesso a um maior volume de informações, obtidas de muitas fontes e fora do ambiente doméstico, alteração das relações de hierarquia e de poder político familiar (quem ganha e contribui para a manutenção do lar tem voz), além da mudança nas relações familiares tradicionais entre mãe e filhos. Se algumas tarefas, por um acordo tácito e não escrito, mas culturalmente respeitado, restringiam o acesso de mulheres a atividades ditas "reservadas aos homens", a guerra prestou-se a questionar e desafiar todo esse arcabouço.

Em uma análise ousada, poderíamos entender que o conceito de “modernidade líquida”, desenvolvido pelo filósofo Zygmunt Bauman (1925-2017), tem sua origem remota na Primeira Guerra Mundial. Afinal, a guerra levou as pessoas a reverem conceitos arraigados, a fluidificar verdades tidas até então como cristalizadas e imutáveis. (BAUMAN, 2017)

Por que ter casa própria – passaram a indagar – e depositar toda a sua estabilidade em um imóvel ocupado pela família, de geração em geração, há séculos quando a guerra, chegando até a população civil, em minutos pode reduzir a edificação a ruínas? Por que viver sob a opressão de uma moda restritiva, quando o corpo deveria ser exposto com prazer e alegria? Por que dançar pudicamente? A vida deveria ser vivida com intensidade, já que a estabilidade se mostrava fluida como uma imagem de caleidoscópio.

Fruto disso foi o incremento do lazer, dos esportes ao ar livre e do turismo, da moda despojada e provocante e da música e dança em ritmo frenético, fenômenos surgidos após a guerra. Como seria de se esperar, essa onda de choque, pela modernidade e intensa renovação de costumes, atingiu o Brasil logo depois, tendo como frutos, além da moda, da música e da dança, o advento da Semana de Arte Moderna (11 a 18 de fevereiro de 1922), a fundação do Partido Comunista Brasileiro (25 de março de 1922) e o levante do “18 do Forte” de Copacabana (05 de julho de 1922).

Em um mundo fluido, naturalmente o impacto sobre o papel feminino também se alterou. Tarefas até então vedadas às mulheres – mitos, preconceitos, argumentos éticos, religiosos e até pseudocientíficos, médicos e psicológicos eram invocados para limitar o acesso da mulher a determinadas atividades consideradas muito técnicas, mecânicas ou rudes – passaram a ser desafiadas com ousadia pelas jovens, normalmente oriundas dos estamentos mais privilegiados da sociedade.

A título de exemplo, embora o primeiro automóvel tenha desembarcado no Brasil em novembro de 1891 pelo porto de Santos, somente em 1925 tem-se notícia de uma mulher habilitada para conduzir veículos no Brasil: a argentina Juana Elena Grieve Desaunay de Evans, que obteve sua licença em 1925. Ela veio da Argentina para São Paulo com o marido, o inglês Edward Affleck Evans, superintendente da filial argentina da Ford. (JORNAL DO CARRO, 08/04/2015)

Em 1927, Dulce Borges Barreiros, casada e oriunda da alta sociedade paulistana, tornou-se a pioneira das corridas automobilísticas no Brasil, vencendo, já em sua estreia, a Subida da Rampa da Avenida Brigadeiro Luiz Antônio. Em 1929, após uma capotagem nos treinos, quando muitos acreditavam que ela jamais voltaria às corridas, retornou à pista e venceu a prova, realizada no Pacaembu. (FORREST, 2002, p. 135)

Entre as nascidas no Brasil, mulheres pioneiras a obter carteira de habilitação foram Maria José Pereira Barbosa Lima, casada com o advogado e político pernambucano Alexandre Barbosa Lima Sobrinho, e Rosa Helena Schorling, também a primeira paraquedista do país, que conseguiu sua habilitação em 1932, em Vitória (ES). Schorling conseguiu ainda a habilitação para pilotar motos em 1933. (RINALDI, 09/03/2015)

Outra tarefa até então vista como um privilégio masculino era pilotar aviões. No entanto, Thereza di Marzo foi a primeira brasileira a receber o brevê – documento que concede permissão para pilotar aviões – da Fédération Aéronautique Internationale, sediada na França. Nascida em São Paulo, em 1903, ela desenvolveu precocemente paixão pela aviação. A decisão de se tornar pilota, no entanto, não agradou à sua família – principalmente ao pai. Superando barreiras, teve aulas com os irmãos e veteranos de guerra João e Enrico Robba, mas, por viajarem demais, seu instrutor principal tornou-se o alemão Fritz Roesler. (JOURNAL OF WONDER, 01/03/2019)

As aulas de pilotagem começaram em 1921, e já em 1922 Thereza "solou" (voou sozinha) pela primeira vez. Um mês depois, habilitou-se no Aeroclube do Brasil e tornou-se pioneira ao receber um diploma de piloto aviador internacional. Ela realizou o primeiro reide para Santos, ofereceu voos panorâmicos para passageiros, dirigiu a construção de um hangar, entre outras conquistas. Em 1926, porém, interrompeu a carreira ao se casar com seu instrutor, Fritz Roesler. "Depois que nos casamos, ele cortou-me as asas. Disse que bastava um aviador na família", afirmou Thereza, impossibilitada de prosseguir na carreira sem a permissão do marido, segundo o Código Civil, já tratado neste artigo.

Outra pioneira da aviação foi Anézia Pinheiro Machado. Feminista e revolucionária, suas conquistas extrapolaram os limites da aviação. Nascida em 1904, aos 17 anos já começou a pilotar aeronaves. Com apenas um dia de diferença da colega Thereza di Marzo, em 1922, ela se tornou a segunda mulher a receber o brevê no Brasil. (JOURNAL OF WONDER, 01/03/2019)

Anésia foi a primeira mulher a realizar um voo com passageiro, em 23 de abril de 1922. Foi também a primeira brasileira a realizar um voo acrobático. A bordo do Caudron G.3, conquistou o recorde feminino de altura no Brasil até então, alcançando 1.425 metros, também em 1922. Foi pioneira ao realizar um voo interestadual, o que lhe rendeu cumprimentos de Santos Dumont. Para comemorar os 100 anos da Independência do Brasil, ela pilotou de São Paulo até o Rio de Janeiro, viagem que demorou quatro dias – voava 1 hora e 30 minutos por dia, porque precisava parar para abastecer e fazer manutenção da aeronave.

Foi proibida de voar por ter, durante a Revolução de 1924, aderido aos revoltosos e sobrevoado o couraçado “Minas Gerais” jogando flores e um bilhete dizendo “E se fosse uma bomba?”. Assim, durante os anos de 1927 e 1928, voltou ao jornalismo e manteve uma coluna sobre aviação no jornal “O Paiz”. Também trabalhou como funcionária concursada no Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e na Assembleia Legislativa, voltando a voar somente em 1939.

Em julho de 1940, Anésia obteve a licença de piloto privado e, em agosto, de piloto comercial, ambas pelo Departamento de Aviação Civil (DAC). Dois anos depois, obteve a licença de piloto instrutor pelo Aeroclube do Brasil. Ainda em 1940, recebeu a visita de Mrs. Ulysses Grant McQuenn, presidente da Women’s International Association of Aeronautics. A ela Anésia pediu maior facilidade para as mulheres acessarem os cursos de pilotagem.

> Qualquer iniciativa ligada a aviação só os homens são convidados a tomar parte. Parece que ninguém confia na perícia de uma aviadora quando estamos prontas para dar a prova das nossas habilidades. Precisamos de estímulo e merecemos estímulo por que temos o mesmo direito que os homens têm de prestar serviço a nossa pátria.

A presidente da Women’s International Association of Aeronautics aproveitou a visita e fundou uma vertente da associação no Brasil, elegendo Anésia como presidente. Ao retomar as atividades, continuou com suas conquistas, realizando cursos avançados de pilotagem e de instrutora de voo nos Estados Unidos, empreendendo voos transcontinentais e sobrepujando a cordilheira dos Andes. Em 1954, na Conferência de Istambul, na Turquia, a Federação Aeronáutica Internacional (FAI) a proclamou como Decana Mundial da Aviação Feminina, por ter o brevê mais antigo do mundo ainda em atividade. Antes de falecer, em 1999, ela convenceu as autoridades norte-americanas ligadas à exploração espacial a batizar uma das crateras da lua com o nome de Santos Dumont.

Nesse ambiente de grande transformação, ganharam destaque figuras empenhadas na luta pela condição feminina, como Leolinda Figueiredo Daltro, fundadora do Partido Republicano Feminino (1910), que organizou uma passeata pioneira no Rio de Janeiro pelo voto feminino em 1917. Outra figura destacada foi Bertha Maria Julia Lutz. Ela graduou-se em Ciências Naturais pela Universidade de Paris em 1918 e, durante sua vida acadêmica, tomou contato com o movimento feminista inglês. (WIKIPÉDIA, s/d)

Em carta enviada, nesse momento, à Seção “Cartas de Mulher” da “Revista da Semana”, edição de 28 de dezembro de 1918, Bertha Lutz deixava patente que o tratamento da mulher em público era penoso,

superficial e mal lhe escondiam a tolerância e a indulgência, como se fosse uma criança mimada, remetendo-a a uma posição subalterna.

Bertha clamava às mulheres, nessa carta[35], para que se tornassem dignas da posição que ambicionam e dessem provas do seu valor para merecê-la. Reconhecia que, na sociedade de então, muito, quase tudo, dependia do homem. Mas apontava a saída: a educação da mulher e do homem. Dela, para que fosse intelectualmente igual e sua vontade se disciplinasse. Dele, para que se acostumasse a pensar que a mulher não é um brinquedo para distraí-lo, bem como compreendesse e se compenetrasse da dignidade feminina, numa sociedade em que a mulher não deveria viver parasitariamente do seu sexo, aproveitando os instintos animais do homem, mas ser útil, tornando-se, pela educação própria e dos filhos, capaz de cumprir os deveres políticos que o futuro não poderia deixar de repartir com ela. Assim, propõe Bertha, deixaria de ocupar sua posição social tão humilhante para elas como nefasta para os homens, e as mulheres deixariam de ser um dos pesados elos que atavam o Brasil ao passado, para se tornarem instrumentos preciosos ao progresso da pátria.

A jovem voltou para o Brasil depois de se graduar e começou a trabalhar como tradutora no setor de Zoologia do Instituto Osvaldo Cruz, no Rio de Janeiro, onde trabalhava seu pai, o médico e cientista Adolpho Lutz. No dia 3 de setembro de 1919, foi aprovada em um concurso e nomeada Secretária do Museu Nacional. Tornou-se então a segunda mulher brasileira a fazer parte do serviço público do país. Mais tarde, foi promovida a chefe do departamento de Botânica do Museu, posição que ocupou até se aposentar, em 1964.

Formou-se em Direito, em 1933, pela Faculdade do Rio de Janeiro.[36] Em 1922, organizou o I Congresso Feminista do Brasil e representou as mulheres brasileiras na Assembleia Geral da Liga das Mulheres Eleitoras, realizada nos Estados Unidos, onde foi eleita vice-presidente da Sociedade Pan-Americana das Mulheres. Ao retornar ao

[35] Essa carta, na sequência de seus argumentos, é fortemente inspirada no texto da obra “Uma Casa de Bonecas” (1878-1879), de Henrik Ibsen. Na peça, como na carta de Bertha Lutz, Helmer (personagem central na trama) vê a esposa Nora como uma pessoa relativamente capaz, a quem trata com apelidos infantilizados (“cotovia”, “esquilo”, “minha menininha”), ao que Nora se submete, visando tão somente atender às vontades do marido e, no enredo, preparar-se para a festa de natal da família. Helmer a trata como um bibelô, frágil, dócil e submissa. A todo momento, a personagem se mostra sem a mínima responsabilidade financeira e consumista. A fala e a conduta de Nora mostram-na como incapaz de prover seu próprio sustento, sendo obrigada a recorrer a um expediente capitulado como crime para ter acesso a um recurso financeiro, necessário ao tratamento de saúde do marido. O final da peça – surpreendente pela decisão de Nora libertar-se daquele estado de coisas, deixando o lar – alimentou a polêmica que marcava o esforço pela emancipação feminina, que ocorria naquele momento histórico na Europa. Assim, a peça teve grande repercussão e foi amplamente debatida.

[36] Depois incorporada à UFRJ.

Brasil, ajudou a fundar a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), da qual foi presidente até 1942 e cuja principal bandeira era a reivindicação do voto feminino. A Federação era composta por Ligas, das quais faziam parte as pioneiras médicas, dentistas, advogadas, escritoras, escultoras, poetisas, pintoras, engenheiras civis, cientistas, funcionárias públicas e parentes de políticos da elite política e econômica nacional.

Em 1929, Bertha e outras integrantes da FBPF criaram a União Universitária Feminina. Um dos objetivos primordiais da organização era incentivar o estudo superior entre a população feminina. Em 1937, a União foi convidada formalmente a participar da criação da União Nacional dos Estudantes (UNE).

A luta de Leolinda e de Bertha Lutz, encabeçando o ativismo feminista, alcançou notável vitória em 24 de fevereiro de 1932, quando o chefe do governo provisório, Getúlio Vargas, por meio do Decreto nº 21.076, instalou o novo Código Eleitoral, que garantia, em tese, o direito ao voto feminino no país. A aprovação do documento, porém, não restaurou de pronto a ordem constitucional, suspensa desde o advento da Revolução de 1930, isso porque, tão logo Getúlio assumiu a chefia do governo provisório, em 1º de novembro de 1930, a Constituição Republicana de 1891 foi revogada, e Getúlio passou a governar por decretos. Vargas nomeou interventores para todos os Governos Estaduais, com exceção de Minas Gerais, e encerrou as atividades do poder legislativo.

Prenúncio da guerra

A manifesta conduta de Vargas, recusando-se a devolver o país à ordem constitucional (e, portanto, a realizar eleições livres), a falta de perspectiva de correção dos rumos da economia e da volta do emprego, devastados pela crise internacional decorrente do “crash” da Bolsa de Nova Iorque, somavam-se à percepção da burguesia, da elite intelectual e econômica e da classe política paulista, que consideravam que São Paulo estava sendo tratado como terra conquistada, sentindo que a Revolução de 1930 fora feita contra São Paulo. (VAMPRÉ, 1932)

Atos de vandalismo, prepotência e violência contra civis e má gestão do patrimônio – inclusive registrando-se o saque de peças do acervo histórico da sede do Governo, nos Campo Elíseos, e o churrasqueamento de touros de reprodução, adquiridos pelo governo paulista para melhorar o plantel do gado e estabulados no Parque de Exposição Animal da Água Branca, em comemoração ao primeiro aniversário da Revolução de 1930 – levaram a opinião pública do Estado a reagir com indignação. A temperatura política no Estado se elevou, desaguando em manifestações crescentes em intensidade e foco. A primeira delas, modesta em seus propósitos, pugnava apenas a remoção do Interventor João Alberto, nomeado por Vargas (levante

frustrado dos Oficiais da Força Pública paulista, em 28 de abril de 1931).

A partir de 25 de janeiro de 1932, quando da realização, debaixo de chuva, de um imenso comício na Praça da Sé, as manifestações começaram a visar o destino da própria ditadura Vargas. Representantes das elites políticas paulistas, militando até então em campos partidários opostos, membros do Partido Republicano Paulista (derrubado por Vargas em 1930) e do Partido Democrático (este, apoiador da revolução de 1930) compuseram-se em uma Frente Única, a partir de fevereiro de 1932, Frente essa que adotou como lema o imediato retorno do Brasil ao regime legal, sob a égide de uma ideia-força: Constituição. Novas e seguidas manifestações sacudiram São Paulo, enquanto as articulações político-militares uniam defensores da volta do regime democrático espalhados por todo o país, preparando a derrubada do regime Vargas.

Em 7 de março de 1932, no limite de sua capacidade de resistir à pressão política oriunda de São Paulo, Vargas acedeu em nomear um interventor "civil e paulista", um dos pleitos mais recorrentes da Frente Única. O escolhido foi o velho embaixador Pedro de Toledo, nome de consenso das lideranças políticas locais e que, encontrando-se ausente de São Paulo havia duas décadas, no cumprimento de suas missões diplomáticas, não seria capaz – nem teria energia suficiente, idoso que era – de articular-se com as lideranças políticas locais, segundo pensou, equivocadamente, Getúlio. A nomeação de seu secretariado vinha sendo postergada, até que, finalmente, a 23 de maio, Pedro de Toledo, em ambiente de efervescência política, decidiu dar posse ao primeiro secretário de sua livre escolha, Waldemar Ferreira, do PD, na Pasta da Justiça.

À posse do novo secretário, levada a efeito a partir das 21 horas na sede da Pasta, no Pátio do Colégio, seguiu-se a tentativa de linchamento do Secretário José da Silva Gordo, que acabara de transmitir seu cargo. Tido como aliado da ditadura, o intento da multidão só não se concretizou pela ação de Ibrahim Nobre, que, com sua figura física impactante e seu discurso inflamado, logrou conter os ânimos da multidão, até que um apavorado Silva Gordo alcançasse a segurança. A massa irada dirigiu-se a seguir à Praça João Pessoa. As placas foram arrancadas e sua denominação tradicional – Praça do Patriarca – voltou a identificar o logradouro.[37] De lá, a multidão subiu a rua de São João e, depois de empastelar os jornais "Correio da Tarde" e "A Razão", invadiu lojas de armas e se apoderou de armas e munições.

[37] A Praça do Patriarca tem esse nome até hoje. João Pessoa rebatizou uma avenida no bairro popular do Lauzanne Paulista, próximo à Fábrica de Cultura da Vila Nova Cachoeirinha, na zona norte de São Paulo (CEP 02440-050). Por uma ironia do destino, o local não é distante da praça General Bertoldo Klinger.

O próximo objetivo foi a sede do Clube Três de Outubro[38], situado no edifício Martinelli, que a multidão pretendia empastelar. Como lá se encontrava o general Isidoro Dias Lopes, líder militar que os manifestantes identificavam como leal à causa paulista, nada fizeram. Mas um dos manifestantes, Ignácio da Cruz, gritou nesse momento convocando o povo a empastelar a sede do PPP (sigla para Partido Popular Paulista, antiga Legião Revolucionária, liderada por Miguel Costa, que consistia em um grupo de apoio político-militar à ditadura Vargas), estabelecido no primeiro andar de um edifício localizado na rua Barão de Itapetininga, 70, esquina da Praça da República.

De acordo com as testemunhas, por volta das 23 horas, a massa popular, que, segundo estimativas dos depoentes, atingia perto de 300 pessoas, cercou o edifício com o objetivo de incendiar e empastelar o prédio. Quando os mais ousados tentavam invadir o escritório do PPP, utilizando uma escada improvisada para acessar a sacada do primeiro andar do edifício, os membros do PPP posicionados no interior do prédio dispararam um fogo concentrado contra a multidão, que reagiu fazendo disparos contra o edifício. Do confronto resultaram três mortos, um ferido grave (Drausio Marcondes de Sousa) que viria a óbito no dia 28, um que morreria em agosto (Orlando Alvarenga) e vários outros feridos.

A morte dos quatro jovens, transformando suas "*bloody shirt*"[39] em bandeiras, selou qualquer possibilidade de diálogo ou acordo com o governo central. A partir desse momento, lideranças paulistas e outras, civis e militares, em outros pontos do território nacional, igualmente empenhadas na imediata reconstitucionalização do país, iniciaram frenéticos preparativos e ligações, até que a guerra eclodiu. E eclodiu precocemente, comprometendo gravemente as articulações e roubando dos constitucionalistas a chance da vitória pelas armas.

[38] Depoimento de Sebastião Alves inserido nos Autos do Inquérito Policial. SÃO PAULO (Estado). Polícia do Estado de S. Paulo. Autos do Inquérito Policial sobre as ocorrências verificadas na Praça da República às 23 horas de hoje. Inquérito autuado em 23 de maio de 1932 na Repartição Central de Polícia da Capital. Disponível em: <https://api.tjsp.jus.br/Handlers/Handler/FileFetch.ashx?codigo=51441>. Acesso em: 16/10/2019.

[39] "Bloody shirt" era parte da expressão "agitando a camisa ensanguentada", referindo-se a uma manobra política usada em campanhas durante o período de reconstrução, após a Guerra Civil. Esse termo descreveu as tentativas feitas pelos republicanos radicais do norte de derrotar os democratas do sul usando orações apaixonadas sobre sacrifícios sangrentos, projetados para manter vivos os ódios e preconceitos do período da Guerra Civil. Durante os ataques mais veementes, nas campanhas de 1872 e 1876, os oradores literalmente agitavam uma camisa ensanguentada para lembrar o público das baixas da Guerra da Secessão. (ENCYCLOPEDIA, s/d)

As amazonas: as mulheres paulistas vão à guerra

Desde o advento das civilizações mais remotas, passando pela Grécia Clássica, o mito das mulheres guerreiras tem fascinado a humanidade.

O Frei Gaspar de Carvajal, cronista da expedição de Francisco de Orellana, relata que, em 23 de junho de 1541, ao desbravar com sua expedição o rio Amazonas, em busca do lendário El Dorado, Orellana e seus homens foram atacados por mulheres guerreiras que, das margens, disparavam flechas e dardos de zarabatana contra seu bergantim. (CARVAJAL, 1941) O mito difundiu-se em relatos e livros posteriores, fazendo com que aquela extensa região geográfica viesse a receber o nome das mulheres guerreiras da mitologia grega. Outra versão diz que Orellana, ao avistar os índios ao longe, confundiu-os com mulheres, já que usavam cabelos compridos como as mulheres europeias.

Em São Paulo, as mulheres foram à guerra, reeditando no cotidiano urbano do século XX o mito das Amazonas. O início das hostilidades, num sábado, 9 de julho de 1932 – ao menos cinco dias antes da data prevista, surpreendendo os aliados dispersos pelo território nacional e impedindo que agissem de forma coordenada –, tornou real a solidariedade já antevista em maio, quando dos graves incidentes ocorridos na Praça da República. Homens, mulheres e crianças, incluindo médicos, técnicos e profissionais de toda ordem, acorriam em massa às sedes do movimento, pedindo para serem enviados para o front ou para prestarem serviços. Mais de 150.000 (OLIVEIRA FILHO, 1933, p. 27) homens e 72.000 mulheres (DONATO, 1982, p. 194) apresentaram-se voluntariamente para a missão, nas primeiras semanas de julho, dos quais cerca de 22.000 homens somaram-se aos 12.000 soldados profissionais de São Paulo (9.000 da Força Pública e 3.000 do Exército).

A hesitação dos revolucionários em invadir a Capital Federal em um “golpe de mão” (que poderia ter encerrado o movimento já no dia 10 de julho) estabilizou as linhas paulistas e as forças de Vargas nas frentes Leste (onde o epicentro da luta ocorreu no Túnel da Mantiqueira, obra ferroviária situada na divisa São Paulo-Rio-Minas), Mineira, Sul e do litoral, onde a Marinha bloqueou o porto de Santos, mantendo severa vigilância sobre São Sebastião e litoral Sul.

Em um esforço competente e bem-sucedido, liderado pelo comandante da 1ª Região Militar, general de brigada Pedro Aurélio de Góes Monteiro, imediatamente foram mobilizadas forças do Exército, Marinha, polícias militares, corpos de bombeiros e voluntários civis sediados em outros pontos do território nacional, sufocando São Paulo com um anel de fogo e aço, contando com efetivos mais de dez vezes superiores e armamento e munição em quantidade muito maior. A única divisa que permaneceu aberta foi a Oeste, onde autonomistas aderiram

ao levante em apoio a São Paulo, proclamaram a separação do estado do Mato Grosso e a criação do estado do Maracaju, muito ambicionada por aquela população (atual Mato Grosso do Sul). Além de empenhar-se na luta, os autonomistas chegaram a nomear governador e a editar "Diário Oficial" para o novo Estado.

Naquele momento de emergência, em que convenções sociais fortemente arraigadas foram relevadas em favor de uma causa maior, que eletrizava a população paulista, as mulheres passaram a ocupar paulatinamente maior espaço, sob a permissão complacente dos pais e maridos. Desse espaço, elas nunca mais retrocederiam.

Tão logo a Revolução Constitucionalista explodiu, uma comissão de mulheres começou a angariar donativos.[40] "Patrulhas de Alistamento" percorriam as ruas das cidades paulistas e, ao se defrontarem com rapazes em trajes civis, imediatamente questionavam por que ainda não haviam se alistado. Em face de respostas não convincentes, as jovens propunham, com desdém: - *Me dê tua calça e fica com a minha saia, que eu vou lutar no teu lugar, seu covarde!* Em um tempo de ideal romântico, em que o homem deveria exercer papel de guerreiro, galã e protetor – a propósito, estava em cartaz no Cine Theatro Alhambra, estabelecido na rua Direita, 33, na capital, o filme recém-lançado "Beau Ideal", uma história de amor ambientada na Legião Estrangeira francesa –, era intolerável para um homem ser assim afrontado em sua virilidade: - *Eu vou!* - *Então vamos!* E elas o conduziam até o posto de alistamento mais próximo.

Outro recurso para compelir aqueles mais recalcitrantes a seguir para o front era organizar grupos secretos que costuravam, tricotavam ou adquiriam saias e roupas íntimas femininas, que eram remetidas, sem muita discrição, aos rapazes válidos e em idade guerreira que não se decidiam a procurar os postos de alistamento. (DONATO, 1982, p. 195)

Mulheres foram admitidas nas linhas industriais de produção de armamento e munição, produzindo capacetes de aço, cartuchos, granadas e obuses. Jeziel de Paula relata que foram criadas linhas de produção industrial exclusivamente femininas para a produção de material bélico leve, como embalagem de munição. (PAULA, 1998)

Das três seções diretoras da entidade MMDC, à Intendência Geral incumbia atender às exigências de fornecimento de alimentação e equipamentos para as tropas em concentração, bem como satisfazer as necessidades das famílias dos combatentes e dos próprios soldados, em todo o território paulista. Entre as seções destacavam-se a Distribuição e Cozinha, Cozinha da Escola Profissional Feminina e o Departamento de Assistência à Família dos Combatentes, que mantinha 20 postos pela cidade, guarnecidos por voluntárias da Liga

[40] A lista de entidades participantes e sua contribuição foi registrada por Oliveira Filho (1933), em obra da qual foram retirados os dados deste capítulo.

das Senhoras Católicas, apoiadas pela Mobilização Mariana, que reuniu varias congregações de Filhas de Maria.

Outra iniciativa da MMDC operada essencialmente pelas mulheres foi o Posto do "Lunch Expresso", instituído pela Instrução Artística do Brasil e, mais tarde, incorporado à MMDC. Eram ali distribuídos em média 3.000 pacotes diários aos soldados contendo um sanduíche, um ovo cozido, duas laranjas, duas bananas, biscoitos, balas, doces, bolos e chocolate.

Itapetininga e a Frente Norte contaram com a "Casa do Descanso" da MMDC. Saindo o soldado da trincheira, em gozo de licença, ali encontrava, 24 horas por dia, suporte para banho, barbearia, roupa, calçado e fardamento limpo, alimentação e alojamento, sendo necessário. Essas casas, com o nome "Casa do Soldado", multiplicaram-se pelo território paulista, no acolhimento aos soldados que, extenuados, voltavam do front.

> Mario Fittipaldi era estudante de medicina e estava lutando na frente Mineira. Sua unidade foi desbaratada e ele conseguiu fugir a pé, evitando ser capturado, esgueirando-se pelos caminhos em meio à mata, até chegar a Araras, onde morávamos, eu, meus irmãos e meus pais na rua Visconde do Rio Branco, 705. O tio Mário – era assim que o chamávamos - bateu palmas e minha mãe, Assumpta, viu um soldado jovem, maltrapilho, com barba longa, que se apresentou como primo do meu pai, Francesco. Ele pediu, quase implorando, para minha mãe deixá-lo entrar, mas ela, assustada com a guerra e a possibilidade de estupro ou saque, disse que não abriria de jeito nenhum, a não ser que ele voltasse com o primo. Ele caminhou quatro quarteirões até a praça Barão, onde ficava o posto Zurita, encontrou meu pai e eles voltaram juntos. Aí minha mãe deixou-o entrar, ele tomou banho, cortou a barba, trocou de roupa, jantou com sofreguidão e desabou de cansaço. (ARRUDA, 2013)[41]

[41] Segundo o biógrafo de Maria Rosina Pesce de Arruda, Reginaldo Antonio Lotumolo, titular e membro emérito da cadeira n.º 90 da Academia de Medicina de São Paulo, Mário Fittipaldi nasceu em Rio Claro (SP), em 12 de janeiro de 1910. Formou-se em 1935 pela Faculdade Nacional de Medicina (Praia Vermelha), no Rio de Janeiro. Iniciou suas atividades em Rio Claro, onde, além de médico clínico geral e cirurgião, especializou-se em "rins e vias urinárias", hoje, urologia. Foi fundador do Hospital e Maternidade Santana, hoje Unimed 2, em Rio Claro. Foi o primeiro radiologista da Santa Casa de Misericórdia, onde atuou durante mais de 30 anos. Hoje o serviço de radiologia daquela Santa Casa leva o seu nome. Durante muitos anos lecionou a matéria de higiene no Senai 4, em sua cidade. Foi homenageado pela Câmara Municipal de Rio Claro, onde, em 1980, recebeu o título de Cidadão Emérito. Após uma vida dedicada inteiramente à medicina e à população de sua cidade, faleceu em 30 de agosto de 1981, aos 71 anos de idade. Recebeu ainda, como homenagem póstuma, o seu nome dado a uma Unidade Básica de Saúde de Rio Claro e é o Patrono da cadeira n. º 90 da Academia de Medicina de São Paulo. (ACADEMIA DE MEDICINA DE SÃO PAULO, s/d)

Cuidou ainda a MMDC, com a ajuda da Liga das Senhoras Católicas, de amparar as famílias dos deslocados que se retiravam das linhas de batalha nas frentes Sul, Leste e Mineira. Ali, as mulheres asseguraram alojamento e amparo às famílias, angariando e distribuindo donativos em móveis, utensílios, louças, vasilhames e roupas.

A "Campanha do Ouro", dirigida pela Associação Comercial, levou mulheres a doarem joias e alianças para a causa, bem como a organizar patrulhas de arrecadação e propaganda. E, quando a luta se revelou irremediavelmente perdida, esse ouro arrecadado foi distribuído entre as Santas Casas do Estado de São Paulo e custeou a construção do edifício "Ouro Para o Bem de São Paulo", no Largo da Misericórdia, na capital. Concluído em 1939, esse edifício de escritórios, em estilo Art déco, foi destinado a gerar, pela locação das unidades, uma renda perpétua à Santa Casa de São Paulo. Seu projeto inspirou-se em desenho que lembrasse a bandeira paulista. O prédio tem 13 andares, representando as 13 listras. O mastro, representando as alianças doadas, foi decorado com um capacete constitucionalista, e as janelas lembram o cantão vermelho e o círculo branco que emolduram, na bandeira paulista, o mapa do Brasil. No período da ditadura do "Estado Novo", quando símbolos estaduais foram proibidos pela Constituição, esse edifício representou um dos marcos da resistência arquitetônica paulista ao regime autoritário de Vargas.

As mulheres também organizaram a campanha do "Capacete de Aço", que arrecadou recursos que permitiram à indústria paulista fornecer mais de 110.000 capacetes para os soldados constitucionalistas. Na carneira do capacete ia gravado: "Offerta do Povo Paulista ao Soldado da Constituição".

A Liga das Senhoras Católicas, apoiando a MMDC, cuidou de todo o controle de distribuição, dados estatísticos e balanços periódicos, mobilizando para esse fim mais de 600 voluntárias. A Liga coordenou a distribuição de alimentos, roupas, socorros médicos e odontológicos aos voluntários e seus familiares, organizou três postos de refeição para os soldados voluntários na capital, além de criar a "Casa da Formiga", que distribuía biscoitos, doces, bolos, guloseimas e brinquedos aos filhos de combatentes.

A Liga organizou, igualmente, a campanha dos "Capuzes de Lã", fornecidos aos soldados para protegê-los contra o frio e contra a chuva, o que é compreensível: dos 84 dias de campanha, em 74 dias a luta ocorreu durante o inverno, em um ano de temperaturas particularmente rigorosas. Para os combatentes, a Liga ainda mobilizou colégios católicos, recolhimentos, residências particulares e montou 40 oficinas para confecção de fardamentos e material hospitalar. As mulheres costuravam durante horas fardas, agasalhos, roupas de cama, compressas, tampões e ataduras. Toda gandola concluída

trazia, escrita a lápis, na gola, uma frase de incentivo: “Vá com Deus”, “Nossa Senhora que te proteja” e outras.

Nas linhas de produção de munições, granadas e capacetes, bem como na confecção de caixas de madeira para acondicionar esses equipamentos de proteção, também foi empregada mão de obra feminina, como registra Paula (1998). Ademais, foram organizados pela SSAS (Superintendência dos Serviços Auxiliares de Saúde) um Posto de Clínica Obstétrica na Faculdade de Medicina de Pinheiros e serviços na Maternidade São Paulo destinados a socorrer as esposas dos combatentes.

A Cruz Vermelha brasileira, fundada em 1908, por sua estrutura e organização, seus recursos humanos e materiais, foi fator decisivo para a plena operação da SSAS. Seu reconhecimento mundial como “organização imparcial, neutra e independente, cuja missão exclusivamente humanitária é proteger a vida e a dignidade das vítimas de conflitos armados e outras situações de violência, assim como prestar-lhes assistência” (COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VEMELHA, s/d), legitimaram-na para receber donativos e serviços, inclusive das colônias estrangeiras.

Organizando serviços hospitalares nas frentes de combate e na retaguarda, também implantou oficinas de costura e confecção de material sanitário e hospitalar e abriu postos de assistência médica. Aos profissionais de saúde que acorreram à Cruz Vermelha a partir de 9 de julho, somaram-se instituições com grande percentual de participação feminina, como associações pedagógicas, culturais, artísticas e o apoio de senhoras líderes de associações de misericórdia, mantidas pelas colônias estrangeiras em São Paulo.

A partir de 11 de julho, a Cruz Vermelha iniciou cursos práticos para enfermeiras de emergência. À primeira aula compareceram mais de 200 senhoras (especialmente viúvas e moças) da sociedade paulistana. (OLIVEIRA FILHO, 1933, p. 100) A 17 de julho, apenas seis dias depois, a Cruz Vermelha viu-se obrigada a encerrar as matrículas, tal a afluência de candidatas. Deu-se o mesmo com as oficinas de costura. Na primeira semana, o número excedeu 1.000 mulheres inscritas, obrigando a Cruz Vermelha a suspender as inscrições. Esses serviços eram feitos em oficinas, onde as senhoras se dividiam em turmas, ou em residências particulares, em que se agregavam amigas, unidas pelo desejo de cooperar. Foi a Cruz Vermelha que desenvolveu a “Bolsa de curativos”, composta por uma atadura esterilizada e um eficaz desinfetante, usada como atadura ou tampão para deter hemorragias e infecções e distribuída aos soldados em todas as zonas de conflito.

Outra organização fundada e dirigida por mulheres em 1932 foi o Departamento de Assistência aos Feridos - DAF. Criado em meados de agosto, dirigido pela médica doutora Carlota Pereira de Queirós,

Maria Guedes Penteado de Camargo e Lucia Burchard Revoredo e sustentado por donativos, foi o DAF alocado sob a coordenação da SSAS. As integrantes do DAF, divididas em turnos, visitavam todos os hospitais verificando diretamente as necessidades dos feridos e buscando meios para supri-las.

Aos feridos hospitalizados, empenhavam-se em oferecer um kit de roupas essenciais tão logo o ferido dava entrada no hospital. Enquanto convalesciam, faziam-lhes companhia, liam para eles, redigiam sua correspondência, restabelecendo ligação com suas famílias, organizavam programas de lazer (sessões de cinema, literárias e musicais). O DAF montou bibliotecas de emergência nos centros de restabelecimento de feridos e distribuiu aos convalescentes roupas, itens de higiene e outras utilidades. Organizou, por derradeiro, o "Sanatório dos Convalescentes", para o qual solicitou uma fazenda ao Banco do Estado de São Paulo, tendo uma senhora provido os móveis e instalações às suas expensas.

O Departamento de Assistência às Populações Civis - DAPC foi organizado a partir de três instituições já reconhecidas pela comunidade paulista: a Conferência de São Vicente de Paula, a Assistências ao Mendigos e a Cruzada Pró-Infância. Mais de 70.000 famílias, inclusive deslocados de guerra, foram atendidas pelo DAPC, que, além disso, organizou um serviço de assistência médica e farmacêutica às famílias mais vulneráveis, constituiu quatro postos de assistência na capital, instalou uma "Drogaria de Emergência" no centro velho e disponibilizou os serviços de dois laboratórios de análises clínicas à população. Quando necessários, esses serviços eram prestados em domicílio. Organizou ainda um posto de assistência e abastecimento na Frente Norte, para atender a população local e, sobretudo, os deslocados de guerra.

Fundada em 12 de agosto de 1930, a Cruzada Pró-Infância surgiu como resultado do apelo de um grupo de mulheres às autoridades sanitárias, no intuito de que ações materiais e educativas pudessem reduzir a mortalidade infantil, que grassava sobretudo entre os segmentos socioeconômicos mais vulneráveis da cidade de São Paulo.

Em 13 de julho de 1932, a diretora-geral da Cruzada convocou uma reunião comunicando que, em face dos acontecimentos, não poderia a instituição "ficar inerte diante de sua magnitude" (MOTT, BYINGTON, ALVES, 2005, p. 57-61). Pedia que a cooperação fosse o mais eficiente possível, sendo a ideia acolhida com grande entusiasmo pelas associadas. Rapidamente, a Cruzada organizou os trabalhos ao lado da Liga das Senhoras Católicas, da Cruz Vermelha e de outras associações femininas incumbidas de arrecadar doações para o Movimento Constitucionalista, para os soldados e seus familiares.

No início, a entidade esteve vinculada ao DAF, dirigido pela médica Carlota Pereira de Queirós. Nesse momento, a Cruzada atuou na confecção de uniformes, enfermagem, organização do serviço social e propaganda. No final de julho, quando foi criado o DAPC, sob a direção de sua amiga Olívia Guedes Penteado, Pérola pediu a incorporação dos serviços prestados pela Cruzada ao novo Departamento.

A Cruzada organizou 18 Centros de Assistência Social e Propaganda Cívica, 17 deles dirigidos por mulheres, com a colaboração de 1.208 voluntários. Esses centros espalhavam-se pela cidade e estavam instalados em escolas públicas e particulares, sociedades de bairros, clubes e igrejas. Ali se desenvolviam várias atividades, como remessa de recursos para os soldados no front e assistência médica, social, material e moral aos familiares dos combatentes e às pessoas em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica. Homens e mulheres costuravam fardas e material hospitalar, sendo que, em 30 de setembro, mais de 29.232 peças de roupa haviam sido produzidas nas 133 máquinas de costura da Cruzada.

A entidade inaugurou, em 15 de agosto de 1932, em pleno curso da luta, a "Casa Maternal", para oferecer abrigo e assistência a gestantes e parturientes que necessitassem. Associada à Maternidade São Paulo e à Associação das Parteiras de São Paulo, continuou a prestar assistência às gestantes familiares de combatentes em domicílio e lhes disponibilizando um enxoval para o bebê e auxílio farmacêutico, se necessário. A Cruzada ainda ofereceu dois cursos de enfermagem, um para mulheres, outro para homens, e um curso pioneiro no país de formação de assistentes sociais, assistência materno-infantil hospitalar e domiciliar.

As doações chegavam à Cruzada de colônias estrangeiras, da Frente Negra e dos mais variados setores. Famílias doavam o que podiam: dois pacotes de macarrão, dois maços de cigarro, dois pães... Crianças também atuaram. Como Marina Kiehl, então com 11 anos, que permaneceu como voluntária da Cruzada por mais de 70 anos, relatou que retirava fardas costuradas na casa de D. Perola, na Avenida Paulista, e as levava até a sede da Cruzada, na rua Santa Madalena. No caminho, feito de bonde, ela tricotava gorros para os soldados.

A Cruzada também se empenhou na propaganda em prol do movimento, utilizando especialmente as ondas da Rádio Cruzeiro do Sul, de propriedade de Alberto Byington Junior, filho de Pérola. Mulheres de destaque na sociedade paulista, como a educadora Maria Antonieta de Castro (uma das fundadoras da Cruzada, com Pérola), Olívia Guedes Penteado e a pianista Guiomar Novaes, utilizaram os microfones da "Cruzeiro do Sul" na difusão dos valores e motivos do Movimento Constitucionalista.

Com o fim do movimento, a Cruzada promoveu uma reunião de diretoria, em 4 de outubro de 1932, deliberando-se que os Centros,

criados durante a Revolução, permaneceriam abertos, a partir de decisão de suas diretorias. Quatro desses postos se mantiveram ativos após a Guerra – Brás-Mooca, Pinheiros, Brooklin e Penha –, complementando e capilarizando os serviços cumpridos pelo dispensário central da Cruzada Pró-Infância.

Mulheres apresentaram-se voluntariamente para atuar como datilógrafas, taquígrafas, contadoras, correspondentes, estenógrafas e tradutoras, a partir do apelo de mobilização feminina levado a efeito pela LDP - Liga de Defesa Paulista, uma entidade criada ainda no início de 1932 pelos estudantes da Faculdade de Direito.

A Associação Cristã de Moços instalou em São Paulo a "Casa do Soldado", fornecendo merenda, refrescos e cigarros aos soldados, e a "Casa da Costura", para confecção de material hospitalar. E em Cruzeiro instalou a "Cantina do Triângulo Vermelho", oferecendo café, sanduíches e refrescos, instalações para jogos esportivos e uma biblioteca de emergência. De todo esse esforço, meninas e mulheres da ACM participaram ativamente.

A Cruz Azul, por sua vez, fundou uma "Escola de Enfermeiras de Emergência", instituiu uma oficina de costura, criou o ambulatório "A gota de leite", que distribuía mais de 200 litros de leite diariamente, e adaptou sua sede em construção, transformando-a em sanatório para convalescentes. Na gestão e execução desses programas, a presença feminina.

Mais de 1.000 senhoras trabalharam na confecção de material hospitalar em três oficinas mantidas pela Cruz Verde, organização fundada pelo Centro do Professorado Paulista. A Cruz Verde manteve também um posto de distribuição de refrescos, bolos, doces, café e cigarros para os soldados e organizou, depois, um corpo auxiliar de saúde, que colocou à disposição da SSAS e atuou nos vários setores da luta.

A Federação Internacional Feminina - FIF fundou, durante a luta, a "Casa da Criança", destinada a amparar órfãos de combatentes. Além de formar um patrimônio com esse fim, a FIF designou a cada órfão uma madrinha para protegê-lo e garantir sua subsistência. Organizou também a "Casa do Trabalho", um dos maiores polos de costura durante o período, onde foram confeccionadas fardas e material hospitalar, um curso de enfermagem muito concorrido e o serviço "Bilhetes para Elles...", auxiliar do serviço de correio militar da MMDC. Nesses postos, soldados que não eram alfabetizados encontravam moças e senhoras dispostas a redigir cartas e enviá-las às suas famílias. No interior, comunidades se mobilizaram no mesmo sentido. Em Mogi Mirim, por exemplo, uma menina, que se autointitulava "Uma mogiana de facto", escreveu a "um soldado que não recebe cartas", posicionado no Túnel da Mantiqueira.

A Cruzada Artística reuniu e expôs obras de artistas renomados – homens e mulheres – e, por meio de sorteios e leilões, angariou recursos para órfãos e viúvas de combatentes, em valores superiores a 50 contos de réis. Entre as artistas engajadas na causa constitucionalista, citamos a artista plástica e professora do Mackenzie College Anita Malfatti, cujo nome aparece em uma lista de mulheres apoiadoras do esforço logístico de 1932 na obra referencial de Donato (1982, p. 195).

A Comissão de Socorros Públicos, organizada por senhoras da sociedade paulistana, angariou donativos entre os detentores das maiores fortunas de São Paulo – imigrantes estrangeiros inclusive –, alcançando tamanho sucesso que, em três dias, reuniu mais de 900 contos de réis (900:000$000) em doações. Embora uma conversão, mesmo próxima, não seja exata, pode-se afirmar, com reduzida margem de erro, que 900 contos de réis corresponderiam em 2015 a um valor próximo de R$ 110.700.000,00 (cento e dez milhões e setecentos mil reais). (DINIZ, 03/11/2015)

A Aliança Cívica das Brasileiras ofereceu sua sede para a instalação de um hospital de sangue e abriu um curso de enfermagem na Faculdade de Medicina. A Liga do Professorado Católico, por seu turno, formou um grupo de 200 jovens para trabalhar em oficinas de costura e de produção de material hospitalar. A Escola Profissional Feminina, igualmente, montou uma oficina de costura de uniformes e de produção de material hospitalar.

A Liga Feminina de Defesa Nacional fundou um curso de enfermagem, montou uma cozinha de emergência e colaborou na confecção de material hospitalar. A Cruzada Evangélica enviou aos combatentes abrigos de lã, como gorros, joelheiras, camisas e meias.

Restam evidências documentais de que ao menos quatro mulheres foram às trincheiras e efetivamente combateram pelo movimento constitucionalista. Em um casarão da rua Guaianases, na capital, residiam Maria Dulce de Magalhães Alves (dona Nicota) e seu marido, Waldomiro Pinto Alves. Nicota era a tia querida do menino, depois poeta Paulo Bomfim. A família empregava há muitos anos uma cozinheira, Maria José Barroso, nascida em 1895 e natural de Limeira. Quando a luta foi deflagrada, ela incorporou-se como voluntária à "Legião Negra" (unidade inteiramente formada por afrodescendentes) e combateu nas trincheiras de Buri, onde ganhou o epíteto de "Maria Soldado", que ostentou orgulhosamente enquanto viveu. Quando não estava na trincheira, atuava como enfermeira, amparando e socorrendo os soldados feridos.

Quando a guerra acabou, tia Nicota desvelou-se no cuidado dos exilados paulistas e de suas famílias, ganhando de Guilherme de Almeida o apelido de "Anjo Tutelar dos Exilados de São Paulo". Maria retomou sua vida de cozinheira, mas sempre participava das

manifestações estudantis. Na inauguração do Túnel 9 de Julho, em 1938, apresentada ao Chefe do Executivo estado-novista como ex-combatente constitucionalista, recusou-se a cumprimentar Getúlio Vargas, nesse momento, em plena distensão com os antigos oponentes: "Não aperto a mão de ditador!", disse.

Em seus últimos anos de vida, vendia doces e salgados na porta do Hospital das Clínicas de São Paulo. Em fevereiro de 1958 foi encontrada morta em um quartinho na Rua da Consolação. (AFROBRASILEIROS, 09/07/2019) Hoje, Nicota e Maria Soldado repousam no Monumento Mausoléu aos Heróis de 32, no Ibirapuera.

A segunda combatente identificada foi Maria Stela Rosa Sguassábia, nascida em Araraquara, em 1899. (WIKIPÉDIA, s/d) "Era branca como uma estrela e bela como uma rosa", assim seu pai a definiu, e essa visão inspirou seu nome. (KEMPE, 07/11/2020) Mãe de uma menina nascida em 1923, que não chegou a conhecer seu pai, falecido no quinto mês de gravidez de Sguassábia. Era professora primária na fazenda Paulicéa, em São João da Boa Vista, próximo à divisa São Paulo-Minas Gerais. Nas proximidades, os combates foram duros e, certo dia, a tropa paulista recuou até a fazenda. Entre os soldados, Antonio, irmão de Maria. Ao assistir à deserção de um soldado paulista, Maria se indignou:

> [...] se pudesse alcançaria o patife e lhe daria umas bofetadas. Porém, na hora não dava para pensar, havia grande agitação entre os soldados. Logo descobri que a tropa iria avançar, sair das proximidades da fazenda. Decidi acompanhar o meu irmão. Deixei minha filha com o administrador. Voltei para encontrar o fuzil abandonado pelo soldado desertor, vesti a farda que meu irmão me dera para lavar. E quando o caminhão dos soldados passou rente a escola, corri atrás e subi. (O GLOBO, 1952 apud WIKIPÉDIA, s/d)

Autorizada por seu comandante, o capitão Romão Gomes, foi-lhe dito que deveria ficar, caso aguentasse a rotina nas trincheiras serviria de exemplo para os soldados medrosos, e se não aguentasse poderia também ir embora a qualquer tempo sem ônus. Assim, foi incorporada à 4ª Companhia do Batalhão da Milícia Civil, sob o pseudônimo "Mário Sguassábia". Embora a tropa inicialmente tenha sido relutante diante da sua presença, pois a sociedade da época não compreendia que postos na frente de batalha pudessem ser ocupados por uma mulher, pouco a pouco Maria foi convencendo os demais, demonstrando bravura e eficiência nos combates, servindo de exemplo e encorajando os demais.

Combatendo em Vargem Grande do Sul, ela e mais soldados paulistas avançaram e prenderam o comandante da tropa mineira, o tenente João Batista Silveira. Segundo depoimento do Tenente Meira,

ao alcançar as trincheiras do Pedregulho, encontrou Maria com seu fuzil no peito do tenente, que blasfemava e quase chorava, envergonhado por terhaver sido feito prisioneiro por uma mulher. (OLIVEIRA, 1950).

Tanto a posição de seu comandante ("Se até uma mulher aguenta, por que vocês não aguentam?") quanto o inconformismo do seu prisioneiro revelam a visão assimétrica que se devotada então à capacidade das mulheres em face de tarefas árduas e de alto risco. As mulheres nunca poderiam estar na frente de batalha, era um conceito ortodoxo de guerra.

Porém, o tenente preso por ela não esqueceu o fato. Após o fim da revolução, ele voltou a São João e exigiu que o prefeito a exonerasse do cargo de professora. Destituída de sua função pública, passou a ganhar a vida, durante seis meses, como costureira, só vindo a recuperar o cargo de inspetora de alunos no governo de Armando de Salles Oliveira. Maria jamais voltou a lecionar. Faleceu em 1973, no dia de seu aniversário. (MIRANDA, 09/07/2019) Hoje, Maria é nome de rua em São João da Boa Vista, a terra que adotou como sua.

A terceira combatente foi retratada, em 18 de setembro de 1932, pelo "Diário Nacional", que registrou a matéria "O Exército da Lei na Frente Sul", apresentando a soldado Senhora Julieta Prates e seu marido, o aspirante Alexandre Prates. Uma das fotos mostrava a Sra. Julieta manejando uma metralhadora.

A quarta combatente foi Nhá Chica Messias. Incorporada ao Batalhão de Voluntários Ituanos, Francisca das Chagas Oliveira (Nhá Chica Messias) foi a primeira a se alistar em Itu, aos 56 anos de idade. Descrita por um voluntário como uma mulher de meia-idade valente, que combatia fardada e armada de revólver, lutou na Frente Sul. Quando de seu alistamento, perguntaram a ela por que lutaria: "para defender São Paulo e os seus meninos". Hoje, uma praça em Itu homenageia sua memória.

Sem maiores dados até o momento, havia quatro mulheres negras entre os soldados das duas companhias de fuzileiros da Legião Negra, que integravam juntamente com o Batalhão 14 de Julho.[42]

A guerra acabou: a luta recomeça

Em 2 de outubro de 1932, exaurido em seus recursos e tendo seu território invadido por forças leais a Vargas, São Paulo propôs a paz. Em uma solenidade simples, em uma sala da Escola "Arnolpho de Azevedo", em Cruzeiro - SP, emissários dos constitucionalistas e do Exército Leste assinaram um armistício, lavrado em termos respeitosos, que louvavam o esforço épico dos paulistas. A guerra tinha terminado.

Vargas, que começava a fazer-se reconhecer na esfera nacional por sua habilidade política, evitou cerimônias de rendição,

[42] Informações sobre Julieta Prates e Nhá Chica Messias foram oferecidas pelo historiador major PM Sérgio Marques, de São Paulo.

desfiles comemorativos ou quaisquer atitudes que pudessem ferir as suscetibilidades do inimigo de ontem. A pena mais drástica que aplicou aos constitucionalistas foi o exílio a Portugal[43] de 110 líderes paulistas do movimento, indultados menos de dois anos depois. A bordo do "Siqueira Campos", a caminho do exílio, Guilherme de Almeida registrava a única presença feminina: "A Saudade!", disse.

Confirmava-se, na realidade local, que conflitos que levam as mulheres a ocupar posições antes reservadas aos homens, dada a emergência e flexibilidade que a guerra exige, via de regra, resultam, quando vem a paz, na consolidação dos novos espaços conquistados. Assim ocorreu na Europa após a Primeira Guerra Mundial quando as britânicas, assim como as alemãs e as americanas, obtiveram o direito ao voto. Mas as francesas e as italianas não se beneficiaram do momento, e tiveram de esperar até o fim da Segunda Guerra Mundial.

Em São Paulo, naqueles dias tormentosos, fora fundada a Associação Cívica Feminina, dirigida por Olívia Guedes Penteado, da qual Pérola Byington foi uma das signatárias. (MOTT, BYINGTON, ALVES, 2005, p. 62) Tinha por objetivo promover a ação das mulheres, quer como cidadãs, quer como mães de família. A amizade que unia Pérola Byington a Olívia Guedes Penteado (curiosamente, Pérola era evangélica, enquanto Olívia era católica) estreitou-se grandemente durante os meses do conflito. Além disso, a médica Carlota Pereira de Queirós atuou ao lado de Maria Guedes Penteado de Camargo, filha de Olívia, no DAF, permitindo que esse grupo de mulheres se conhecesse e se respeitasse ainda mais.

Escudada no argumento da intensa participação feminina na Revolução de 1932, a Associação Cívica Feminina exigiu o direito de indicar ao menos uma representante para concorrer a uma vaga de deputada para a Assembleia Nacional Constituinte, que se preparava para lavrar a Constituição democrática de 1934. Pérola e Olívia lançaram então um Manifesto ao Povo Paulista, cuja lista de signatários era encabeçada por várias colaboradoras da Cruzada Pró-Infância, pedindo o voto feminino para Carlota.

Carlota, indicada pela Associação Comercial, pela Federação dos Voluntários e por entidades femininas que haviam participado da guerra, compôs a "Chapa Única por São Paulo Unido!", que reunia 22 candidatos ligados ao Partido Republicano Paulista (PRP) e ao Partido Democrático (PD), cujos líderes se encontravam em exílio após a empreitada contra Getúlio.

Depois de intensa mobilização, coordenada por Pérola e Olívia, em um sistema com duas fases para a escolha de deputados, a médica recebeu 5.311 votos no primeiro turno e quase 177 mil no segundo. Carlota se tornou a primeira mulher a ocupar uma cadeira na Câmara,

[43] Relação nominal de exilados disponível na obra de Pereira (1982, p. 558-559).

em 1933. Era a única entre os 253 parlamentares da época. Bertha Lutz foi a segunda mulher a ocupar uma cadeira na Câmara. Ela havia sido eleita como suplente e assumiu a vaga no Legislativo pelo Rio após a morte do titular. Maria Tereza de Camargo, por sua vez, participou da direção do Partido Constitucionalista em 1933 e foi nomeada prefeita de Limeira - SP em 1934. (GOMES, RELLSTAB, 09/07/ 2019)

Em 22 de outubro de 1933, em um banquete oferecido por amigos e admiradores no Automóvel Club por ocasião de sua eleição à Assembleia Nacional Constituinte, a deputada Carlota Pereira de Queirós agradeceu a Olívia Guedes Penteado e a Pérola Byington, "porque foram elas, na verdade, graças ao seu espírito de luta e à sua ação firme e segura, as principais realizadoras da candidatura feminina paulista".

Ao tomar posse, em novembro de 1933, na Câmara Federal – sua figura impressionante, vestindo um chapéu elegante e um vestido claro, em meio a um mar de homens trajados de vetustos paletós negros –, Carlota agiu com ousadia e prudência. Ousadia na propositura de projetos de valor social, como membro da Comissão de Educação e Saúde da Câmara. Prudência na fala. Em seu primeiro discurso, em 13 de março de 1934, o tom era moderado, inteligente e cuidadoso. Evitando polemizar com os colegas deputados, atribuiu aos homens a generosa permissão para que mulheres pudessem votar e ser votadas. Evocou a grande reforma por que passou o mundo (Primeira Guerra Mundial) e que repercutia no país. Chamou atenção para temas da modernidade: a mudança da produção, a energia elétrica, a industrialização e a necessidade de a mulher contribuir para o sustento do lar, ingressando nos segmentos permitidos: o funcionalismo e a indústria, como operárias.

Carlota, ela mesma uma profissional liberal, pesquisadora e professora, reconheceu que somente com acesso à escola, a uma educação mais completa, seria possível buscar as mesmas oportunidades que os homens. Nesse particular, reeditou a fala pioneira da jovem Bertha Lutz, em sua carta à "Revista da Semana" de 1918.

No ambiente escolar, passaram a estudar junto com "os rapazes", quando então "as moças" puderam ter acesso não apenas às carreiras liberais, mas tiveram despertado o interesse pelas questões políticas, administrativas e sociais. A partir daí, o direito ao voto e a serem eleitas foi uma consequência natural.

A seguir, a íntegra do discurso proferido por Carlota Pereira de Queirós na Câmara dos Deputados em 13 de março de 1934:

> Além de representante feminina, única nesta Assembleia, sou, como todos os que aqui se encontram, uma brasileira, integrada nos destinos do seu país e identificada para sempre com os seus problemas. [...] Acolhe-nos, sempre, um ambiente amigo. Esta

> é a impressão que me deixa o convívio desta Casa. Nem um só momento me senti na presença de adversários. Porque nós, mulheres, precisamos ter sempre em mente que foi por decisão dos homens que nos foi concedido o direito de voto. E, se assim nos tratam eles hoje, é porque a mulher brasileira já demonstrou o quanto vale e o que é capaz de fazer pela sua gente. Num momento como este, em que se trata de refazer o arcabouço das nossas leis, era justo, portanto, que ela também fosse chamada a colaborar. [...] Quem observar a evolução da mulher na vida, não deixará por certo de compreender esta conquista, resultante da grande evolução industrial que se operou no mundo e que já repercutiu no nosso país. Não há muitos anos, o lar era a unidade produtora da sociedade. Tudo se fabricava ali: o açúcar, o azeite, a farinha, o pão, o tecido. E, como única operária, a mulher nele imperava, empregando todas as suas atividades. Mas, as condições de vida mudaram. As máquinas, a eletricidade, substituindo o trabalho do homem, deram novo aspecto à vida. As condições financeiras da família exigiram da mulher nova adaptação. Através do funcionalismo e da indústria, ela passou a colaborar na esfera econômica. E, o resultado dessa mudança, foi a necessidade que ela sentiu de uma educação mais completa. As moças passaram a estudar nas mesmas escolas que os rapazes, para obter as mesmas oportunidades na vida. E assim foi que ingressaram nas carreiras liberais. Essa nova situação despertou-lhes o interesse pelas questões políticas e administrativas, pelas questões sociais. O lugar que ocupo neste momento nada mais significa, portanto, do que o fruto dessa evolução.

Carlota conseguiu ser reeleita. Nunca se assumiu feminista, gostava de dizer que se dedicava a causas femininas e também a São Paulo. (MIRANDA, 09/07/2019)

A partir de então, leis passaram a ser implementadas para assegurar os direitos das mulheres. Pela Constituição de 1934, ficou estabelecido que não haveria distinção de sexo quanto à remuneração; que seria proibido que mulheres grávidas trabalhassem durante o período de quatro semanas antes do parto e quatro semanas depois; e também que seria proibido despedir mulheres pelo simples fato de estarem grávidas.

Mesmo observando essas conquistas, algumas assimetrias perduraram ao longo de muito tempo, com reflexos nos dias presentes, como, por exemplo, as diferenças salariais entre homens e mulheres. A justificativa desse fato era a de que o homem trabalhava para sustentar a mulher e os filhos.

Carlota e Bertha perderam o cargo para o qual foram eleitas em 1933 quando, em 1937, a nação assistiu ao advento do Estado Novo, com novo fechamento das casas legislativas. As mulheres só voltariam ao Congresso em 1950, com a eleição de Ivete Vargas, sobrinha de Getúlio.

A caminhada das mulheres brasileiras, a despeito desses esforços articulados, muito dependeu de iniciativas individuais, que não eximiam suas autoras de riscos, como ocorreu, por exemplo, com Pagu (Patrícia Galvão). Nascida em São João da Boa Vista, já era uma mulher com posturas avançadas para os padrões da época, como fumar na rua, usar blusas transparentes, cabelos curtos e eriçados e dizer palavrões. Seu comportamento não era compatível com sua origem familiar conservadora e tradicional. Em 1925, aos 15 anos, passou a colaborar no "Brás Jornal", assinando Patsy. Em 1933 denunciou, por seu romance "Parque Industrial", as péssimas condições de salubridade dos operários imigrantes, os quais trabalhavam por mais de 12 horas consecutivas nas fábricas de São Paulo.

Conclusão

A circularidade da história, que não avança em um processo linear, mas admite avanços e retrocessos, permite compreender por que, mesmo deixando o papel de coadjuvante e assumindo uma postura de protagonista na Revolução de 1932, a superação de barreiras centenárias em desfavor das mulheres não se fez da noite para o dia.

No carnaval de 1936, Arnaldo Pescuma e Januário de Oliveira interpretaram, com grande sucesso, a marchinha "Mulatinha da Caserna", de Martinez Grau e Ariovaldo Pires. O acompanhamento ficou a cargo da orquestra Diabos do Céu, de Pixinguinha. A letra refere-se ao ambiente da Revolução de 1932.

Passados quase quatro anos desde o conflito, quando do lançamento dessa música, em 1936, vencedora do concurso promovido pela prefeitura de São Paulo, as feridas da luta começavam a cicatrizar e podia-se abordar com questionável humor, mas com ironia e certo despeito a ascensão social de uma mulher negra, que só consegue sucesso por amancebar-se com um capitão. Reforçava-se aqui a discriminação, presente à época, insistindo no preconceito de que mulheres negras, pobres e de baixa escolaridade só poderiam ascender na vida pela prestação de favores sexuais a homens poderosos.

Mulatinha da Caserna

Antigamente a mulatinha
Fazia corso lá no quintal
Mas com o tempo ficou por cima
Foi promovida a general

Alerta! Alerta!
Vamos fazer revolução
Nossa trincheira vamos ter, mulata
Na avenida São João

A Benedita já fez progresso
Tirou o corpo lá do fogão
Vive na seda, tem um V-8
E sai de braço com o capitão

A caminhada das mulheres rumo à igualdade, embora seja um ideal ainda por se atingir plenamente, e a despeito da circularidade da história, com seus progressos e recuos, assunto que este artigo já abordou brevemente, sem dúvida foi influenciada pela participação das mulheres no Movimento Constitucionalista de 1932. Mais que uma luta pela redemocratização do país, foi uma luta – bem-sucedida – na busca da dignidade da condição feminina.

Referências

ACADEMIA DE MEDICINA DE SÃO PAULO. Biografias. **Mário Fittipaldi** (1910-1981) - Patrono da Cadeira n. 90. s/d. Disponível em: <https://www.academiamedicinasaopaulo.org.br/biografias/92/BIOGRAFIA-MARIO-FITTIPALDI.pdf>. Acesso em: 20/10/2019.

AFROBRASILEIROS. **Maria Soldado:** uma mulher negra limeirense na Revolução de 1932. 9 jul. 2019. Disponível em: <http://afrobrasileiros.net.br/index.php/2019/07/09/maria-soldado-uma-mulher-negra-limeirense-na-revolucao-de-1932>. Acesso em: 21/10/2019.

ARRUDA, Maria Rosina Pesce de. Depoimento oral. Entrevistador: Luiz Eduardo Pesce de Arruda. Araras - SP, 2013.

BAUMAN, Zygmund. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei Federal n. º 4.121, de 27 de agosto de 1962. Dispõe sobre a situação jurídica da mulher casada (Estatuto da Mulher Casada). Brasília, 1962.

CAPUANO Yvonne. A presença da mulher na luta paulista. **Digesto Econômico**. São Paulo, Ano LVIII, p. 46-49, jul. 2002.

CARVAJAL, Gaspar. **Descobrimento do rio de Orellana**. Tradução de C. de Mello-Leitão. São Paulo: Editora Nacional, 1941.

COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VEMELHA. **Declaração da Missão do Comitê Internacional da Cruz Vermelha**. s/d. Disponível em: <https://www.icrc.org/pt/o-cicv/mandato-e-missao>. Acesso em: 20/10/2019.

DIAS, Maria Berenice. **A mulher no Código Civil**. s/d. Disponível em: <http://www.mariaberenice.com.br/uploads/18_-_a_mulher_no_c%F3digo_civil.pdf>.

DINIZ, Bruno. **Conversão hipotética dos Réis para o atual Real**. 03 nov. 2015. Disponível em: <https://diniznumismatica.blogspot.com/2015/11/conversao-hipotetica-dos-reis-para-o.html>. Acesso em: 20/11/2019.

DONATO, Hernâni. **A revolução de 32**. São Paulo: Círculo do Livro, 1982.

ENCYCLOPEDIA.COM. **Bloody Shirt**. s/d. Disponível em: <https://www.encyclopedia.com/history/dictionaries-thesauruses-pictures-and-press-releases/bloody-shirt>. Acesso em: 02/09/2019.

FALCI, Miridan Britto Knox. A mulher na Revolução Constitucionalista de S. Paulo de 1932. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**. São Paulo, v**.** XCV, p. 183-194, 1999.

FORREST, Malcolm. **Automóveis de São Paulo:** memória fotográfica de pessoas, automóveis e localidades do estado de São Paulo. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002.

GOMES, Bianca; RELLSTAB, Clara. Conheça as mulheres decisivas na Revolução de 1932. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 09 jul. 2019. Disponível em: <https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,conheca-as-mulheres-decisivas-na-revolucao-de-1932,70002913926>. Acesso em: 20/10/2019.

JORNAL DO CARRO. Veja quem foi o primeiro habilitado do país. 08 abr. 2015. Disponível em: <https://jornaldocarro.estadao.com.br/carros/veja-quem-foi-o-primeiro-habilitado-do-pais/>. Acesso em: 21/10/2019.

JOURNAL OF WONDER. As primeiras pilotas do Brasil. 1º mar. 2019. Disponível em: <https://journalofwonder.embraer.com/br/pt/86-as-primeiras-pilotas-do-brasil>. Acesso em: 20/09/2019.

KEMPE, Helton. Maria Sguassábia. **Pindorama** - Blog Cultural da UNIFAE. 07 nov. 2018. Disponível em: <https://bethmiranda.wixsite.com/pindorama/single-post/2018/11/07/Maria-Sguass%C3%A1bia>. Acesso em 23/10/2019.

LIMA NETO, Augusto de. **Anésia**. Rio de Janeiro: INCAER, 1992.

MIRANDA, Carla. A médica e as soldados: as mulheres da Revolução Constitucionalista. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 09 jul. 2019. Disponível em: <https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,a-medica-e-as-soldados-as-mulheres-da-revolucao-constitucionalista,70002914022>. Acesso em: 21/10/2019.

MOSER, Rudolf. Emancipação e paridade de direitos da mulher casada no Brasil e nos outros países do sistema jurídico francês. **Revista da Faculdade de Direito** - Universidade de São Paulo. São Paulo, v. 61, n. 2, 1966.

MOTT, Maria Lucia; BYINGTON, Maria Elisa Botelho; ALVES, Olga Sofia Fabergé. **O gesto que salva:** Pérola Byington e a Cruzada Pró-Infância. São Paulo: Grifo Projetos Históricos e Editoriais, 2005.

OLIVEIRA, Benedito Fernando de. **Revolução paulista** - Coluna Romão Gomes. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1950.

OLIVEIRA FILHO, Benjamin. **M.M.D.C**. Rio de Janeiro: Schmidt Editor, 1933.

PAULA, Jeziel de. **1932:** Imagens construindo a História. Campinas/ Piracicaba: Ed. da UNICAMP/ Ed. UNIMEP, 1998.

PEREIRA, Antonio Carlos. **Folha dobrada:** documento e história do povo paulista em 1932. São Paulo: Estado de São Paulo, 1982.

PESCE, Francesco Antonio (correspondente consular da Itália em Araras). Archivi degli Italiani Residenti nella Cittá di Araras. Período pesquisado: imigrados entre 1880-1930. Manuscrito inédito em posse de Elpidio Carlos Pesce Storolli. Araras - SP.

REVISTA DA SEMANA. Carta de Bertha Lutz à seção “Cartas de Mulher”. Rio de Janeiro, Ano XI, n. 47, 28 dez. 1918.

RINALDI, Anamaria. As mulheres importantes para a história do automóvel. **iCarros**. Notícias. 09 mar. 2015. Disponível em: <https://www.icarros.com.br/noticias/geral/as-mulheres-importantes-para-a-historia-do-automovel/18084.html>. Acesso em: 21/10/2019.

SÃO PAULO (Estado). Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Lei Estadual n. 1.596, de 29/12/1917. Reorganiza o Serviço Sanitário do Estado. São Paulo, 2017.

_____. Polícia do Estado de S. Paulo. Autos do Inquérito Policial sobre as ocorrências verificadas na Praça da República às 23 horas de hoje. Inquérito autuado em 23 de maio de 1932 na Repartição Central de Polícia da Capital. Disponível em: <https://api.tjsp.jus.br/Handlers/Handler/FileFetch.ashx?codigo=51441>. Acesso em: 16/10/2019.

SILVA, Leticia Campopiano da. **Tratamento da Mulher no Código Civil de 1916 e no de 2002**. 18 mai. 2016. Disponível em: <https://lecampopiano24.jusbrasil.com.br/artigos/339145700/tratamento-da-mulher-no-codigo-civil-de-1916-e-no-de-20 02>. Acesso em: 08/10/2019.

SIMÕES, Fatima Itsue Watanabe; HASHIMOTO, Francisco. Mulher, mercado de trabalho e as configurações familiares do século XX. **Vozes dos Vales.** Publicações Acadêmicas UFVJM. Minas Gerais, n. 2, Ano I, out. 2012.

VAMPRÉ, Leven. **São Paulo** - terra conquistada. São Paulo: Sociedade Impressora Paulista, 1932.

WIKIPÉDIA. A enciclopédia livre. **Adolfo Lutz**. s/d. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Adolfo_Lutz>. Acesso em: 08/10/2019.

_____. **Leolinda Daltro**. s/d. Disponível em: <https://en.wikipedia.org/wiki/Leolinda_Daltro>. Acesso em 08/10/2019.

_____. **Bertha Lutz**. s/d. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Bertha_Lutz>. Acesso em: 21/10/2019.

_____. **Maria Sguassábia**. s/d. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Maria_Sguass%C3%A1bia>. Acesso em: 22/10/2019.

As lavadeiras no Nordeste: a história oral na construção da identidade feminina

Sebastião Jacinto dos Santos[44]
João Clemente de Souza Neto[45]

Este capítulo vem rechear o meu presente das lembranças de infância, e refaço os caminhos que recordo, transportando-me para alguns lugares. Recordo-me que fui com minha mãe ao Coqueiro, a Caiçara e na Furna. Fui também a outros locais, em rios e correntes no período de chuva. Lembro-me de minha mãe pedir para eu sair de perto, pois as conversas não eram para meninos.

Este trabalho trata das lembranças de quando as mulheres deixavam suas casas e se dirigiam para lugares em que havia oásis de água. Pelas narrativas orais, que cruzam informações factuais de experiências vividas, recomponho caminhos que nos levam a ver e reviver as histórias das lavadeiras no município de Equador, no estado do Rio Grande do Norte. Os relatos povoam as lembranças de fatos ocorridos nas décadas de 1970 e 1980.

Faltava uma política de saneamento básico, e a cidade interiorana apresentava ares de atraso e falta de água potável. Não existia água encanada na cidade, a não ser para uma dúzia de moradores, considerados os ricos da cidade. Na minha casa a água chegava por meio de galões ou a típica lata d'água na cabeça. As lembranças dão conta de um senhor responsável por ligar duas bombas que impulsionavam a água até a cidade, que também ligou clandestinamente a água em sua casa. Com isso, a vizinha cedia alguns tambores de água para a minha mãe suprir as necessidades domésticas.

Na década de 1980, tempo em que a maior riqueza era a água potável para o consumo diário, não havia esse bem suficiente para a lavagem de roupa. E, embora com muita água na caixa comunitária, as mulheres da cidade se organizavam para ir até uma região onde existia um oásis. Ficaram conhecidas como "as lavadeiras de roupa de Equador". Muitas dessas mulheres assumiam a economia doméstica e a função de matriarca da família.

As narrativas orais sobre as lavadeiras de roupas no Brasil e na América Latina apontam essa atividade como uma prática comum principalmente nas comunidades mais carentes. No Paraguai, encontramos um homem de 30 anos que, para sobreviver, "lava roupa pra fora". Essa é a expressão que norteia também o imaginário acerca

[44] Doutorando bolsista no Programa Educação, Arte e História da Cultura - Universidade Presbiteriana Mackenzie. Mestre em Ciências Humanas - Universidade Santo Amaro (UNISA). Licenciatura em Sociologia - Universidade Paulista (UNIP).
[45] Doutor e Mestre em Ciências Sociais - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professor adjunto da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

das lavadeiras no Nordeste do Brasil nas décadas de 1970 a 1980, sendo que a prática constitui ainda outra forma de preceito quase que moral: quando se encontra alguém falando demais, anuncia-se "Vai lavar roupa e para de cuidar da vida alheia".

A literatura descreve que lavar roupa consiste em atividade que demanda força para torcer as peças e técnica para compreender o estágio de temperatura do sol. Se muito tempo expostas ao sol, determinadas peças perdem a cor, além de comprometer a vida útil do tecido. Usar muitos produtos químicos como água sanitária pode acarretar danos às roupas. Como a maioria das lavadeiras participava da economia doméstica, entregar para suas patroas e patrões roupas danificadas resultaria em perda da clientela.

O tradicional uso do anil para assentar a cor do tecido branco era comum nessas mesmas décadas, e só a partir da década de 1990 o mercado dos produtos de limpeza criou marcas potentes para substituí-lo.

As mudanças no decorrer da história

Representadas na literatura, em pinturas e em trabalhos acadêmicos de diferentes modos, as lavadeiras marcam uma etapa de constituição da história social de algumas comunidades do Nordeste.

Ontem, como hoje, as mulheres têm se integrado em importantes movimentos que buscam a socialização de sua identidade de mulher. Nesse sentido, "[...] o princípio da identidade refere-se à concepção do indivíduo em relação à sua identificação com seu grupo e, ao mesmo tempo, à percepção das suas diferenças perante os outros acerca dos conflitos de interesses" (SCHWARTZ, 2019, p. 180).

A organização das lavadeiras, mesmo não se constituindo enquanto movimento consciente, representa o simbolismo de um espaço de tempo social, caracterizando a forma como essas mulheres se comportavam diante dos julgamentos sociais. Não há exigências para se organizarem e estarem juntas em um mesmo espaço de trabalho, sendo retratadas dentro de uma perspectiva social. No entanto, compreender a história dessas mulheres do passado nos leva a perceber que "[...] a ideia de que as identidades eram plenamente unificadas e coerentes e que agora se tornaram totalmente deslocadas é uma forma altamente simplista de contar a estória do sujeito moderno" (HALL, 2006, p. 24).

Porém, não é difícil estabelecer a ideia de que todas as mulheres lavadeiras tinham certo compromisso e responsabilidade umas com as outras, denotando que suas narrativas pessoais de alguma forma se cruzavam, dando a noção de uma identidade unificada em que o comportamento de uma podia se traduzir como força ou fraqueza da outra. Esse histórico simbólico deve ser visto a partir da reinterpretação

da cumplicidade coletiva, que as levava a encontrar confiança umas nas outras.

O grupo de lavadeiras de roupas também tinha mulheres que cuidavam dos esposos e filhos. Suas histórias de vida davam suporte para aconselhar e compreender as outras em momentos de conflitos pessoais, contribuindo para preservar as amigas do julgamento pelo olhar da sociedade.

Ser lavadeira tem ligação mais com a sobrevivência do que com a relação disciplinar ética da pertença social. Se Hall (2006, p. 42) acredita que "[...] o poder disciplinar está preocupado, em primeiro lugar, com a regulação, a vigilância e o governo da espécie humana ou de populações inteiras e, em segundo lugar, do indivíduo e do corpo", da mesma forma, as lavadeiras acabavam por disciplinar o corpo, estabelecendo o controle alimentar e se esgotando com a força necessária a ser empregada no torcer das roupas.

Nessa conjectura histórica, ainda não existiam estudos a demarcar as concepções de identidade social ou de cidadania, principalmente porque estávamos no momento histórico da ditadura militar e as populações exercitavam de alguma forma o silêncio.

Essas mulheres simples e em sua grande maioria analfabetas não tinham muito interesse pelos acontecimentos políticos do momento presente. Eram tempos e espaço social em que não se concebiam os elementos da política interferindo diretamente na vida de cada uma, individualmente, ou no grupo e na sociedade local. De modo que só compreendemos a história das mulheres lavadeiras nessa região do sertão nordestino a partir das narrativas pessoais, principalmente porque a história nacional que ora se desenvolvia não é capaz de fazer alusão a essas figuras, não citando nem sequer a sua existência a partir dos documentos históricos da localidade.

Resgatar essas histórias é trazer à tona a identidade da mulher nordestina a partir do desenvolvimento do seu próprio trabalho enquanto forma de coexistência pessoal e familiar. Pode-se dizer, nesse caso, que a sociedade local atual só é o que é porque existiu a figura dessa mulher que lidou com as adversidades do tempo e reconstruiu a teia da existência de forma extremamente representativa.

O progresso trouxe para a cidade o saneamento básico, a água foi estendida a todos os moradores e o prefeito criou uma lavanderia comunitária. Isso interferiu na atividade dessas mulheres, que perderiam seu trabalho com a chegada da máquina de lavar roupas.

Metodologia aplicada

Com a utilização do relato de experiência que integra a oralidade e histórias de vida, resgato as memórias pessoais de infância, colocando na cena das narrativas a presença de um grupo de mulheres lavadeiras em uma cidade do interior do Rio Grande do Norte. A principal figura

dos argumentos constitui-se em experiências vividas e conversas que tive com minha mãe, que hoje está com 86 anos. Ela resgata uma memória seletiva, em que fui ajustando e estabelecendo uma lógica textual.

Não só minhas memórias são resgatadas neste estudo, mas as memórias de muitas mulheres e daqueles que conviveram com elas. São muitas tramas implicadas no discurso. E, ao devolver para os registros os atos lembrados, recriamos alguns fragmentos da história. Concordamos com Halbwachs (1990, p. 28) quando afirma que

> Não basta que eu tenha assistido ou participado de uma cena onde outros homens eram espectadores ou autores para que, mais tarde, quando eles a evocarem diante de mim, quando reconstituírem peça por peça a sua imagem em meu espírito, subitamente essa construção artificial se anime e tome aparência de coisa viva, e a imagem se transforme em lembranças.

Por isso, recorri a lembranças de outras pessoas, para confrontar as imagens que estão em minhas lembranças e não ficar no isolamento de minhas impressões. Com a junção de muitas imagens/lembranças, reconstituí o tecido do imaginário científico das lavadeiras de roupas, lembrando que estive lá, presente por diversos momentos.

Fui guiado pelas narrativas das lembranças de minha mãe, que também constituiu esse grupo de mulheres. Ela, animada, narra com paciência os pormenores dos encontros, as divergências da memória, as decepções esquecidas por mim. Nesse caso, percebemos que

> [...] é necessário que essa reconstrução se opere a partir de dados ou noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aquele e reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuaram a fazer parte de uma mesma sociedade. (HALBWACHS, 1990, p. 34)

Os diálogos reconstituídos por memórias provêm da existência de tempos vividos, cujas lembranças amadurecem e ganham sentido coletivo. Assim, "[...] a memória coletiva, por outro, envolve as memórias individuais, mas não se confunde com elas" (HALBWACHS, 1990, p. 53). Daí a importância do discurso de ambos, pesquisador e pesquisados, conectando imagens das lembranças pessoais que aproximam elementos de finalidade sociológica e cultural.

Os mosaicos de roupas estendidas sobre os lajeiros, com multiplicidades de cores, marcaram profundamente a minha memória. Recorri a alguns amigos que, quando eram crianças, acompanhavam as suas mães quando iam lavar roupas. Juntos, enquanto as nossas mães lavavam roupas, adentrávamos a mata para procurar passarinhos, catar coquinho catolé, maracujá silvestre, manga e caju.

Compreendemos que essas mulheres, na busca de suas identidades, lutavam por direitos básicos, e os atos políticos da época ainda não tinham alcançado tal realidade. Na atualidade, as "[...] análises próximas podem ser feitas das lutas por outros direitos como terra, teto, universidade, cidadania, participação, reconhecimento cidadão, juvenil, direitos da infância e da adolescência, como direitos iguais" (ARROYO, 2014, p. 183). As mulheres continuam buscando o reconhecimento de seus direitos e assumem a dianteira da luta para serem reconhecidas em sua condição de mulher, respeitadas em seu corpo, aceitas como femininas, humanas e, sobretudo, livres.

Memórias coletivas das lavadeiras

As mulheres que assumiam a tarefa de lavar roupas para conseguir dinheiro para manter a economia doméstica familiar nas décadas de 1970 a 1980 são pessoas simples, devotadas ao lar, companheiras, mães, esposas e, antes de tudo, capazes de compreender a maternidade na alegria da acolhida dos filhos. Elas assumem a frente da família, ao construir formas de condução da mantença da casa. São mulheres com o rosto queimado do sol, muitas com uma identidade escondida sobre roupas ultrapassadas, senhoras que deixam transparecer serem mais velhas que a idade cronológica.

O cuidado com as roupas das "madames"[46] requer capricho e atenção. Por isso, é necessário ganhar a confiança das senhoras que podem contratar os serviços das lavadeiras. Conquistar uma clientela fixa faz parte das habilidades dessas mulheres, cuja ciência do reconhecimento ultrapassa os limites de sua própria condição de mulher simples.

As lavadeiras dependiam de muitos fatores, como a bondade de algumas senhoras para lhes oferecer serviço, encontrar um lugar que tivesse água limpa para não manchar as roupas e o conhecimento dos produtos químicos. Ademais, "[...] o ritmo do trabalho manual depende do clima, entre outras coisas, para a secagem. Assim, a natureza é um componente forte a reger a produtividade, limitando a data da entrega das roupas" (ZORZO, BAZZO, ALCÂNTARA, 2015, p. 327).

As mulheres do Nordeste conseguiram atravessar muitas dificuldades, pois algumas eram consideradas "viúvas de maridos vivos". Na iminência da seca, alguns maridos migravam para as capitais do estado ou outras regiões do país. Muitos desses homens foram para o Sudeste, e suas esposas, sem terem como manter financeiramente o lar, lavavam roupas como única fonte financeira.

[46] Em cidades pequenas, também há madames, senhoras que desempenham o papel de detentoras da ética e da moral. Em torno do ser mulher, predominam o respeito e a construção da sociedade. O dinheiro é um dos mantenedores desse tipo de mulher ideal que se torna foco para todas aquelas que querem ser reconhecidamente mulheres da sociedade.

Conforme narra a senhora Maria: “Eram tempos ruim, faltava alimentos e a chuva era pouca e quase não se lucrava.” (SANTOS, 2019) Ao se referir à falta de chuva, ela lembra também que era difícil encontrar água para lavar roupa. Nas proximidades da cidade existia um único poço, na Caiçara, e todas as mulheres se dirigiam para esse local. Os outros lugares, situados no Coqueiro, eram muito distantes da cidade, e poucas lavadeiras iam até lá.

Quanto à referência ao lucro, esse correspondia à plantação da agricultura de subsistência. Nessa região do sertão nordestino, com a escassez de água e sem chuva, as sertanejas sofriam as consequências da fome, readaptando seus hábitos, reformulando seus costumes, e eram obrigadas a adotar a cultura da solidão.

Algumas dessas mulheres eram amparadas por seus familiares, enquanto outras, largadas à própria sorte, assumiam as funções de mulher e homem da casa. Embora não fosse uma missão fácil manter a integridade de “mulher séria”, elas assumiram o matriarcado, ao desenvolver o papel de mulher forte e detentora de direitos adquiridos para educar e manter seus filhos com o trabalho de suas mãos. Eram momentos de provação no casamento, principalmente porque alguns recém-casados já se separavam, ou então o marido viajava para morar e trabalhar em São Paulo.

Pela manhã, as lavadeiras começavam a chegar uma a uma. Quando o cenário já estava composto, como de costume, as conversas passavam a fluir. Uma das mulheres, em prantos, narrou as últimas notícias que chegaram no dia anterior, em carta assinada pelo marido.

> [...] estou te escrevendo para dizer que não volto mais para casa. Estou com uma nova mulher e uma nova família. Espero que você não se desespere e nem fique triste. Você é nova e pode arrumar outro homem. Já tenho um filho e não esqueci dos dois que tive com você. Mãe vai lhe ajudar, mas já não estava mandando dinheiro e não vou mandar mais. Gostei de você e quis me casar com você, mas não posso continuar te enganando [...] (Carta cedida por uma moradora da cidade de Equador - RN)

A mulher em questão criou os seus dois filhos e nunca mais se casou. Hoje, essa senhora mora em região do estado da Paraíba.

Havia uma espécie de rádio comunicadora dos acontecimentos que envolviam cada mulher. Em alguns momentos, discutiam-se também as novidades da comunidade e fofocava-se sobre os fatos ocorridos, sobre as mulheres traídas e abandonadas, deixadas a se alimentar do sentimento de esperança. Parece que as mulheres sofriam uma espécie de punição inicial, pois havia certo julgamento da comunidade. Para não serem condenadas antecipadamente, algumas

assumiam de forma imediata a cultura do isolamento e praticavam o luto da viuvez de maridos vivos.

Tomadas pelo sentimento de culpa, essas mulheres passavam a se questionar sobre sua índole e acreditavam que os maridos as tinham abandonado por alguma espécie de limitação de sua parte. Algumas não se conformavam e passavam meses e até anos isoladas das atividades sociais da comunidade.

A mulher que se preservava no silêncio e na viuvez na comunidade ganhava uma espécie de reconhecimento de sua integridade, como mulher pura que conserva os ditames de uma ética matrimonial, consolidada na própria conjectura evangélica que afirma que "aquilo que Deus uniu o homem não separa" (Mateus 19:6). Essas mulheres podem ser vistas como detentoras de um modo ético de ser, passando para os filhos e a comunidade a ideia de manter o compromisso firmado no matrimônio – e, mesmo separadas pelas necessidades pessoais, continuavam fiéis ao esposo, sendo acolhidas e respeitadas na comunidade. Elas viviam da esperança e se alimentavam do sentimento de que um dia o marido voltaria.

As lavadeiras se organizavam em uma espécie de movimento de articulação de mulheres e, quando reunidas, contavam sobre suas dores, seus tormentos e inseguranças. Nesse caso, partilhavam umas com as outras, em determinados momentos, alguns acontecimentos que feriam seus sentimentos de mãe e mulher. Ao assumir o drama narrando para todas as presentes suas dores, a mulher se colocava em evidência dentro da comunidade e podia ser motivo de apreço ou desapreço, já que na maioria das vezes os dramas circulavam de boca em boca na comunidade. Em outros casos, as narrativas pessoais assumiam contornos de particularidade, uma mulher conversava com a outra, revelando seus próprios conflitos e dilemas de vida. Quando se pedia segredo, as narrativas permaneciam no silêncio.

Lavar roupa para aquela população se constituía como prática de definição de classe social entre as mulheres. Em relação às senhoras que contratavam esse tipo de serviço mesmo não tendo muita fortuna, o fato de poderem pagar por esse serviço as tornava mulheres importantes socialmente na comunidade.

A cultura popular local demonstra que essas mulheres lavadeiras eram detentoras de um conhecimento prático e uma filosofia funcional que lhes outorgava o status de conhecedoras da técnica do cuidado dos tecidos. Desempenhar tal função também exigia certo grau de responsabilidade, que dava à lavadeira reputação de mulher confiável. As obrigações de tornar a roupa branca mais branca, conservar o colorido das roupas, adicionar a quantidade certa de água sanitária sem deixar manchas nas roupas demandava conhecimento químico de alguns produtos. Essas técnicas eram repassadas de uma para outra,

e muitas mulheres analfabetas podiam trabalhar com a detenção desse tipo de conhecimento.

Para preservar-se do sol, Dona Maria afirma: “Eu lavava roupa debaixo de um pé de pau e perto da cacimba para me proteger do sol. Quando não tinha água em um canto, ia para outro. Como alimento, eu levava rapadura e bolacha.” (SANTOS, 2019) A recordação dessa fase traz à memória de Dona Maria lembranças boas, mas ao mesmo tempo ela para e reconhece que os momentos não eram fáceis: “Lavava a roupa, estendia e ia para debaixo de uma sombra para lanchar. Levava o menino pequeno e, às vezes, levava as meninas pequenas. Era tudo no sacrifício.” (SANTOS, 2019)

Como que repassando os momentos vivenciados na mente, essa senhora ressalta: “De tanto lavar roupa, os meus dedos ficavam inchados.” (SANTOS, 2019) E aperta com as mãos os próprios dedos, como se estivesse sentindo as dores daquele momento. A impressão é de que os acontecimentos passados retornam à sua mente ora a reconfortando, ora a deixando triste. E, como se anunciasse as dificuldades, ela afirma que “[...] o Coqueiro e na Furna eram dois lugares onde tinha água, e eu levava uma trouxa grande de roupa para lavar” (SANTOS, 2019). Essas narrativas, mesmo que sucintas, remetem a lembranças distantes, ainda mais quando lembra que sua mãe já costumava lavar roupas.

O corpo como identidade

Com o corpo queimado de sol, muitas das mulheres lavadeiras da região na qual se deu esta pesquisa nunca foram tratadas como mulheres brancas. Colocadas em evidência e negligenciadas em seus direitos, são tratadas como inferiores.

Por se tratar de uma comunidade pequena, a segregação e o preconceito parecem não ter interferido no resgate da identidade coletiva, e hoje essas mulheres narradoras são as mulheres idosas da comunidade. Muitas já morreram e deixaram escrita na memória dos filhos a sua trajetória de mulheres íntegras.

Com pele escura, enrugada, dão a impressão de uma velhice antecipada. Muitas, ao anunciar a idade, são abruptamente interpeladas, pois a idade de menina se desenvolve no corpo de senhora. Muitas dessas mulheres começaram a vida de casada assumindo compromissos que estão muito além do que idealizavam antes de se casar. A brutalidade das pancadas dos tecidos grossos também lhes assegura a força braçal. Esse é o lado da autofagia da mulher nordestina que recompõe a trajetória de sua existência.

As estradas que levam ao rio

As mulheres saíam pela manhã, antes do "quebrar da barra"[47], caminhando pela estrada em direção do local onde existia água limpa e propícia para lavar roupa. Nas estradas cruzavam-se diversas realidades, e eram variados os fatores que direcionavam grupos de mulheres para o mesmo lugar. Não havia muitos lugares para a lavagem de roupa, e um ou outro local era controlado pelos donos das terras. Minha mãe lembra o fato de pedir ao senhor Cesário permissão para lavar roupa em uma cacimba que existia nas suas terras.

Quando chovia, os tanques formados nas pedras dos lajeiros nos sítios se convertiam em lugar para desempenhar essa atividade. As roupas ficavam cheirosas e muito limpas com água nova. Todos os anos, quando a chuva chegava, as mulheres tinham mais opções de caminhos.

Considerações

O levantamento histórico acerca das lavadeiras aqui empreendido abrange imagens e lembranças que ficaram restritas a um pequeno grupo, pois muitas das mulheres que protagonizaram as cenas descritas já faleceram.

Na atualidade, a lavagem de roupas consiste em uma fonte rentável, e a industrialização e a tecnologia acabaram por colocar no mercado máquinas de lavar potentes, tornando essa profissão uma ação industrializada. Nas cidades grandes e capitais de todo o Nordeste existem verdadeiras empresas que incorporaram essa função de lavar e passar roupas.

As observações sobre essas mulheres de um pequeno município do Nordeste nos devolvem a certeza de que muitas mulheres colaboraram de alguma forma para o crescimento da cultura feminina. Porém, há pouco ou nenhum registro sobre essa profissão em algumas localidades, apontando o apagamento da formação histórica do Brasil.

Referências

ARROYO, Miguel G. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

BÍBLIA ONLINE. Mateus 19. Versículos diários. Disponível em: <https://www.bibliaonline.com.br/vc/mt/19>. Acesso em: 14/10/2019.

HALBWACHS, Maurice de. **A memória coletiva**. São Paulo: Vertice, 1990.

[47] Antes que os primeiros sinais do nascer do sol começassem a aparecer no horizonte.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Thomaz Tadeu da Silva e Guaraeira Lopes Louro. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

SANTOS, Maria Madalena dos. Depoimento. Entrevistador: Sebastião Jacinto dos Santos. Equador - RN, set. 2019.

SCHWARTZ, Rosana Maria Pires Barbato. **Mulheres em movimento – movimento de mulheres:** a participação feminina na luta pela moradia na cidade de São Paulo. São Paulo: e-Manuscrito, 2019.

ZORZO, Francisco Antônio; BAZZO, Leda Maria Fonseca; ALCÂNTARA, Lucian Conceição de. Território urbano e memória coletiva: as lavadeiras comunitárias de Salvador e o caso do Alto das Pombas. **Revista Espacialidades**. Natal, v. 8, n. 1, 2015, p. 318-339. Disponível em: <https://cchla.ufrn.br/espacialidades/v8n1/15%20318339.pdf>. Acesso em: 12/10/2019.

O corpo na obra gravada de Hans Steiner: a atuação do artista gravador e sua dedicação a algumas comunidades indígenas brasileiras

Paulo Leonel Gomes Vergolino[48]

"Penso na ambiência de oficina em que vivem, em meio a buris e pontas, a raspadores e "grattoirs", a réguas e compassos, a martelos e a pedras de afiar, a travesseiros de couro e a agarradores e a escovas, a esponjas e a funis, a ruletas e a tampões, a latão e a zinco, a aço e a ferro, a cobre eletrolítico e a ácidos, a percloretos e a ceras, a resinas e a asfaltos, a terebintina e a betume. E penso nas tiragens, a prensa, nos motantes, nos cilindros..." (VIEIRA, 1966)

O trabalho do gravador Hans Steiner deu uma guinada precisamente na década de 1950 (1956), quando se aventurou pela região do Araguaia, no Centro-Oeste do Brasil, em busca do que ele considerava como os verdadeiros habitantes das terras brasileiras – os índios brasileiros. Depois de uma caminhada visual que seguiu desde a década de 1930, quando aqui chegou – nos parece que se atirando de cabeça a uma nova e desconhecida realidade –, o artista em questão aparentava precisar de um novo fôlego para seus trabalhos e decidiu deliberadamente buscar longe das grandes capitais brasileiras certa inspiração para seguir com a sua obra.

Para tanto, deslocou-se do Rio de Janeiro e se dirigiu para uma primeira e inédita visita aos cacicados daquela região. Steiner registrou essa ida em seu livro de tombo como "Viagem ao Araguaia – ciclo indígena, primitivos do Brasil". Os povos escolhidos são os Karajá e os Xavante. Nesse dado momento, vemos o nascimento do oitavo e último ciclo de gravuras, precedido por outros sete e já divulgados anteriormente: Série Niterói antigo, Guanabara, Séria Mata-pau, Série Penitenciária, Urubu, Vegetação e Miniaturas.

Para essa série a que nos referimos, o artista se atirou de cabeça em um número grande de croquis e retornou ao Rio de Janeiro para gravar – dizemos isso pois ainda hoje está na Itália, na cidade de Gorizia, uma série de desenhos com representações indígenas que serviram de base visual para que o artista pudesse desenvolver uma de suas maiores séries de gravuras e que, de alguma forma, finalizou com galhardia um período considerado de muita e profícua produção nos últimos 20 anos de vida.

O povo Karajá já é descrito como existente em fontes dos séculos XVI e XVII. Em 1888 o antropólogo e etnólogo alemão Paul Ehrenreich

[48] Doutorando em Educação, Arte e História da Cultura - Universidade Presbiteriana Mackenzie de São Paulo. Mestre em Artes Visuais - Universidade Estadual de Campinas.

(1855-1914) sugeriu a grafia para o povo como Carajahí, contudo, em 1901 essa grafia foi refutada pelo etnólogo alemão Fritz Krause (1881-1963), e então foi adotada a nomenclatura que se mantém até os dias atuais: Karajá.

Steiner, ao logo desse período produtivo, representou a realidade indígena de diversas formas, trouxe para o conhecimento do público da capital federal uma realidade até então desconhecida pela grande maioria dos brasileiros à época – os usos e costumes ritualizados de um povo que pintava a própria pele e a de seus companheiros com tinta de jenipapo e coloria os cabelos com tinta de urucu, que produzia bonecas de cerâmica, dormia em redes e no chão, curava-se de doenças com danças e pajelanças, que brincava no rio e passeava pela floresta sentado nos ombros de seus pais, bem como se cobria em esteiras tecidas por eles próprios, produzia de forma constante utensílios dignos de figurar nos melhores museus do mundo e muitos outros costumes que atualmente ainda pouco se estudou e se conhece.

Uma parte dessa realidade Steiner trouxe para o estremo leste brasileiro e expôs em diversas mostras no Rio de Janeiro. Àquela altura o artista já havia produzido um número significativo de obras de outras temáticas e que floresceram em outros momentos, sob o prisma de outras inspirações. Para Hans Steiner, seria como uma primeira volta às origens do ser humano e, por que não, uma volta às suas próprias como homem, como artista/gravador e como mais um desbravador em terras estrangeiras.



Livro de Tombo de Hans Steiner – 1937 a 1970, pág. 36. [49]

[49] Acervo de Laura Muzzo, Gorizia, Itália.

Aqui no livro visualizado temos o primeiro registro de um ciclo que se iniciava. Como um artista muito cioso de sua obra, tudo era registrado, e nesse caso temos o número/gravura 301, uma água-forte (com até nove morsuras) chamada "Lenda indígena (no litoral)". Vê-se no livro que a gravura foi produzida em chapa de latão. Exemplar iniciado "in natura", ou seja, no local, em um espaço de tempo que o artista registra: entre 1953 e 1957. Acredita-se que houve algumas tentativas de representação de indígenas quatro anos antes da efetiva ida do artista a uma aldeia indígena e da concretização prática do ciclo em questão.

Outra informação descrita no livro diz respeito à "tiragem" e à quantidade de "provas". Nesse caso, observa-se a palavra "Itália" em meio a uma série de numerações ("22 R 130"), o que nos permite inferir que o artista voltou à placa original dessa gravura e imprimiu a imagem novamente em terras italianas. No pé da página se lê: "Recomendado pelo Dr. Darcy Ribeiro – Diretor do Museu do índio."[50]

> A pele é uma tela na qual se podem retratar elaborações simbólicas de estatuto social e identidade pessoal. Em algumas culturas o abdômen escarificado de uma jovem significa disponibilidade matrimonial, e o torso tatuado de um homem, o seu estatuto de iniciador. A maquiagem na cara pode representar a arte de representar a arte decorativa que cria uma personagem para o drama da vida. Nos contos de fadas e no folclore, os indivíduos amaldiçoados ou enfeitiçados frequentemente têm peles de animais: um pássaro, um sapo, porco ou raposa, por exemplo, sugerindo, por um lado, uma necessidade de viver dentro da substância animal ou espírito de natureza criativa que a pessoa negligenciou. Na imaginação inuit, uma pessoa poderia encontrar um animal que tiraria sai pele para revelar um humano, ou um humano que tiraria sua pele para revelar um animal – tal era a astuta natureza fluida da paisagem mental e as suas interligações. (MARTIN, 2012, p. 338)

Uma nova cortina se abre na obra de Steiner ao se deparar com um universo completamente novo. O artista não se furta à necessidade de representação do indígena como um povo guerreiro, ativo na necessidade de caça e pesca e em um sem número de outras atividades corriqueiras e não corriqueiras, como a cura de doenças,

[50] Darcy Ribeiro (1922-1997), antropólogo e sociólogo brasileiro, escritor (autor de inúmeras publicações sobre indigenismo e educação nacionais) e político. Suas ideias sobre identidade latino-americana influenciaram um número relevante de estudos sobre o assunto. Como Ministro da Educação foi responsável por profundas mudanças no que concerne à educação nacional, o que possibilitou que influenciasse o universo da educação também em países como Chile, México, Peru, Venezuela e o Uruguai, até a sua efetiva saída do país, em 1964. Foi, entre suas muitas atuações, o criador do Museu do Índio do Rio de Janeiro, em 1953. Atualmente o Museu do Índio possui um acervo de cerca de 32 mil peças e publicações. (WIKIPÉDIA, s/d)

por exemplo, com a participação de Pajés. A pintura corporal para o indígena é uma constante – é sem dúvida uma necessidade profunda de cada povo e que se difere por cores e padrões a cada dada ocasião. O índio pinta o rosto e o corpo para se diferenciar dos animais e dos vegetais.



Jovem Karajá, por Hans Steiner (ponta seca, água-tinta, 198 x 135 cm), 1957.[51]

Entre as manifestações das culturas indígenas nacionais, a ornamentação dos utensílios cotidianos, dos objetos rituais e dos corpos é um traço permanente e comum a todas as comunidades. Os grafismos geométricos, que são os mais típicos dos desenhos, e as cores de extração vegetal cumprem funções não apenas estéticas, decorativas, mas igualmente de distinção ou representação. Em outras palavras, a ornamentação é parte constituinte dos artefatos e dos corpos, pois simboliza ora os seres naturais dos quais depende, ora acontecimentos míticos que possibilitam a existência da tribo.

[51] Acervo de Laura Muzzo, Gorizia, Itália.

> Como povos ágrafos que são, essa "arte" visual e iconográfica compensa ou substitui, em muitas oportunidades, a linguagem escrita, transmitindo ideias ou sugerindo comportamentos. Além dos padrões abstratos e com tendências à simetria, a arte do desenho e da pintura indígena pode eventualmente representar, de maneira figurativa, a fauna, cenas da vida cotidiana ou eventos míticos. (CUNHA, 2003, p. 52-53)

Steiner, em seu livro de registro ou livro de tombo – assim por nós denominado –, gravou uma miríade intensa de gravuras tendo a temática indígena por mote. Seguiu por esse caminho até 1963, aproximadamente, quando, depois de uma visita ao Alto Xingu, trouxe uma série de trabalhos com enfoque direto em outras tribos brasileiras, entre elas os Cajabi, Camaiurá, Waurá e Tapirapé. A ideia central que norteava o artista era expor seu trabalho em mostras nacionais e internacionais, como de fato o faz.

Em 1959 seguiu para o Araguaia, e em 1961 seguiu para o Alto Xingu. A soma dessas viagens permitiu que o artista realizasse mostras na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (em 1959, entre pastéis, aquarelas, bicos de pena, águas-fortes e águas-tintas, alcançando o número de 100 trabalhos; em 1961, nova exposição do artista, dessa vez com obras advindas da viagem ao Xingu, totalizando 72 trabalhos), em Belo Horizonte, São Paulo, Bahia e Porto Alegre. A partir de 1964, realizaria ainda mostras na Europa, expondo em Hamburgo (Alemanha), Viena e Itália, mais especificamente nas regiões de Gorizia, Monfalcone (distrito de Gorizia), Vicenza e Verona.

Para Steiner, como um homem de seu tempo, vir ao Brasil representou deveras um grande desafio. Solteiro, sem esposa e sem filhos, certamente decidiu reaprender a viver em uma nova sociedade e se tornar um profissional das artes visuais.

Quando o artista se aventurou a desbravar o Centro-Oeste do nosso país em busca de outros agrupamentos, nada lhe passava despercebido, a nudez ou a quase nudez indígena inclusive. Obviamente sua relação com o corpo é a de um cidadão que o cobre, que o fecha, que o anula. Assim como seus antepassados lhe ensinaram. Homem branco, europeu, educado em uma sociedade politizada, religiosa (mesmo que não se tenha provado que era religioso) e acostumada a respeitar hierarquias.

Quando presente entre os cacicados que se propôs a registrar, tudo deve ter lhe parecido novo, de novo. Para esses agrupamentos a relação homem e mulher, família, filhos, religiosidade versus ceticismo, corpo terreno (perecível) e corpo imaterial, beleza/perfeição e imperfeição/feiura girou e ainda gira de uma forma completamente diferente das sociedades ditas conquistadoras.

Essa atmosfera (a indígena) de fato cativou o artista e o fez querer estar ali e para lá voltar outras vezes e mais uma vez participar daquela realidade completamente diversa da sua até então.

> Poderíamos pensar que pesa nessa desatenção a desvalorização da corporeidade em favor da Beleza espiritual. Naturalmente, uma avaliação do corpo humano como prodígio da Criação não é estranha ao mundo medieval maduro, como se pode ver em um texto de Santo Tomás de Aquino. Todavia, no mais das vezes, para definir a Beleza moral, são usados critérios pitagóricos-proporcionais, como acontece da simbologia do homo quadratus. A cultura medieval partia de uma ideia de origem platônica (que vinha, aliás, se desenvolvendo contemporaneamente também no âmbito da mística hebraica), segundo a qual o mundo é como um grande animal e, portanto, como um ser humano, e o ser humano é como o mundo, ou seja, o cosmo é um grande homem e o homem é um pequeno cosmo. (ECO, 2004, p. 77)



Dança aruanã, por Hans Steiner (xilogravura, sem medidas descritas), 1958.[52]

Interessante notar que para a gravura anteriormente exposta o artista se desnudou completamente da forma como vinha praticando a gravura. Ou seja, de forma mais presa ao figurativismo. Aqui vemos um novo artista, até porque está se expressando em uma técnica, a xilogravura. Esse novo tipo de matriz, como todos sabemos, imprime outro tipo de desafios.

Aqui se percebem quatro imagens divididas por cores, duas à esquerda na cor vermelha e duas à direita na cor preta. Importante frisar que o grupo da direita porta “maracás” como se de fato participassem

[52] Acervo de Laura Muzzo, Gorizia, Itália.

de uma cerimônia com dança. De forma bastante diferenciada, o mestre cria figuras humanas vestidas e resolvidas com triângulos superpostos, os braços e as pernas são produzidos como se fossem “palitos” e as cabeças enfeitadas – o que faz lembrar os próprios desenhos infantis indígenas –, sempre muito sintéticas e quase monocromáticas. Salta aos olhos certo despudor na criação do conjunto, a ação em si é senhora suprema, em detrimento intencional da forma. A gravura convence e te atrai pelo simples fato de não estar preocupada com nenhum tipo de subterfúgio. Finaliza o trabalho com uma sombra a arrematar a base do trabalho e nada mais necessita.



Kuarup - a luta no Xingu, por Hans Steiner (ponta seca e água tinta, 555 x 390 cm), 1960.[53]

Interessante notar na gravura reproduzida que o trabalho se centra em apenas dois planos: o primeiro enfoca o corpo do índio de costas para o observador, todo pintado e pronto para entrar em

[53] Acervo de Laura Muzzo, Gorizia, Itália.

combate; e em um segundo plano se desenrolam várias cenas de luta corporal entre indivíduos do sexo masculino (esse tipo de atividade não é realizado por mulheres).

Na cena principal, ou seja, na figura do índio, nota-se a decoração corporal, que vai da cabeça aos tornozelos e é arrematada por algum tipo de torniquetes/presilhas nas articulações dos joelhos e calcanhares. A cena nos ajuda a refletir sobre o tipo de preparo de um ser humano para um tipo de evento importantíssimo e primordial para toda a tribo, visto que, por ser relevante, reúne toda a comunidade. A segunda cristaliza de forma inteligente os acontecimentos que a própria cena pede, que nada mais são do que os estágios de um combate "homem a homem", vence a disputa o melhor, o que definir a melhor estratégia ou o que tiver mais força. Não há instrumentos mortais, o único objetivo é derrotar o oponente pela força de braços e pernas.



Moço karajá - no morro tapirapé, por Hans Steiner (ponta seca, 495 x 373 cm), 1963.[54]

[54] Acervo de Laura Muzzo, Gorizia, Itália.

Aqui nesta imagem temos um indivíduo em contemplação. Mostra o corpo todo decorado/pintado como se acabasse de chegar de uma cerimônia especial ou se dirigisse para uma. Colares, braceletes, tanga de palha presa ao que parece ser um cinto de miçangas, pulseiras, brincos, colares e labretes[55] são vistos no homem.

Interessante é que uma bela vista se desenrola no segundo plano, em meio a um rio imenso e caudaloso que contribui para que nossos olhos serpenteiem para o infinito. A floresta é densa, porém não está em desacordo com a cena – não parece estar nem sequer tocada. Evoca uma atmosfera de primitividade e poder da natureza. A ideia nos faz lembrar que foi de fato uma cena "real" vista pelo próprio artista, em suas andanças na companhia de integrantes da tribo.

O momento idílico foi capturado pelo artista em um croqui e reproduzido *a posteriori* em uma gravura em metal. Enfim, tudo se casa e se complementa em um trabalho de dois grandes eixos visuais: o horizontal, com a cena do índio em pé, e a vertical, dada pelo imenso horizonte ao fundo.

> Depois da descoberta das tintas e dos suportes e antes de se tornarem utilitários, foi preciso conhecer e manipular esses materiais através de práticas lúdicas para avaliar seu potencial e suas possibilidades. É provável que, assim como outras espécies animais, que mudam de cores nos períodos de reprodução, a nossa também tenha alterado sua aparência com finalidade lúdica. Transformar um suporte com a aplicação de tintas tornou-se um meio de desenvolver outras atividades. A tinta no corpo não só transforma apetências, como também tinha a função de criar símbolos, caracterizar ritos e, sobretudo servia como um meio de comunicação. Em épocas pré-históricas, a memória era o único recuso para armazenar conhecimentos essenciais à sobrevivência, dar resposta a indagações transcendentais dos seres vivos e transmitir o saber entre gerações. Os grupos humanos de tradição oral tiveram de desenvolver meios para preservar sua memória e concretizar a partilha de seu acervo cultural. (PESSIS, 2004, p. 144)

[55] O labret (labrete) é um tipo de adorno indígena em forma de piercing preso aos lábios. Ou seja, é qualquer tipo de ornamento que adere ao lábio (labrum). No entanto, o termo geralmente se aplica a um piercing que fica localizado na parte inferior no lábio, acima do queixo. Por vezes é conhecido como "pilar de língua" ou "piercing na alma". São produzidos em uma variada gama de materiais: madrepérola, pedra, osso, madeira, concha e penas ou plumas de pássaros. Usados por ambos os sexos, podem ser denominados botoques. (WIKIPÉDIA, s/d)



Idílio karajá, por Hans Steiner (ponta seca, buril, água tinta e verniz mole, 630 x 450 cm), 1959.[56]

Este trabalho permite que o olhar vá fugando de baixo para cima. Em comparação com alguns trabalhos já conhecidos do artista, é um trabalho bem pouco detalhado. Apesar de contarmos com uma junção rica de técnicas de gravura em metal, o conjunto em si não pediu do artista excesso de elementos. Em contornos bastante acentuados usados no cobertor e na decoração da esteira, Steiner nos mostra o cuidado dessas populações com a ornamentação de seus pertences. O padrão é geométrico e vai se repetindo conforme nosso olhar segue para o alto da gravura. A noção de família e de proteção de mãe e filho repousa nas entrelinhas do trabalho. Não nos é permitido ver se há decorações corporais nos indivíduos – mesmo sabendo que, para todo membro, do sexo masculino ou feminino, essa ação de pintar e decorar o corpo é quase uma necessidade vital. O croqui deve ter sido feito à noite, ao que parece, em momentos de descanso da aldeia.

[56] Acervo de Laura Muzzo, Gorizia, Itália.



Timbó, pesca karajá, por Hans Steiner (buril, 275 x 390 cm), 1960.[57]

Aqui temos como mola do trabalho o movimento. Existe certa intenção muito clara do artista em, de forma leve e despretensiosa, formar uma rede de imagens que se superpõem e se complementam. A temática é a caça de peixes, por meio do uso de uma erva largamente conhecida pelos indígenas como o "timbó". Essa substância, quando liberada na água, causa sufocamento dos peixes, que são obrigados a buscar ar na superfície. Esse produto não é danoso à saúde do homem.

Na imagem em questão vemos um grupo de índios em ação prontos para alvejar a pesca no momento em que sobe à superfície. Relevante relatar que a intersecção de arcos e flechas distribuídos por toda a gravura causa certo burburinho ao olhar, o que aumenta a percepção de movimento – que de fato nos parece foi uma das intenções do mestre. Na obra não se percebe fundo, apenas figuras. Também não há pintura corporal, o que há é a alegria normal a todos os agrupamentos indígenas quando da abundância de alimento.

Toda a cena é preenchida por indígenas, com pouquíssimas alusões aos peixes. Também é vista na cena uma única imagem de pescador a portar um pequeno chapéu na cabeça. Essa cena reforça nossa convicção de que, para essa ação funcionar, haveria de contar com a participação de todos os membros da aldeia. O que para os olhos forasteiros de Hans Steiner deve ter se assemelhado a uma "festa", digna de pedir participação.

[57] Acervo de Laura Muzzo, Gorizia, Itália.



Licocó, por Hans Steiner (gravura em metal, sem medidas descritas), s/d.[58]

A produção de cerâmica entre os povos indígenas, como todos sabemos, é milenar. Aqui visualizamos uma índia Karajá pintando uma boneca Karajá (Licocó) com uma ponta seca. Todo o processo de produção da cerâmica indígena é realizado por mulheres. A modelagem, a queima e a decoração são realizadas pelos grupamentos femininos, com participação indireta dos homens ou não. Essas bonecas, produzidas para as crianças, são, obviamente, feitas à semelhança das próprias índias, desde a mais tenra imagem (ainda em pequeno formato e sem pintura corporal) até já adultas, com cabelo e pintura completa. Esses objetos nos ajudam a entender como se moldava e se externava o sistema educacional indígena. Como uma sociedade iminentemente ágrafa, a educação de fato se transmitia dos mais idosos aos mais novos e pelo sistema da comunicação verbal, em que os objetos são elementos ativos e participantes de tudo isso.

[58] Acervo de Laura Muzzo, Gorizia, Itália.

Hans Steiner, quando se despediu do país de forma definitiva, levou como recordação uma série de bonecas Karajá, que representam uma realidade que já não mais existente. Suas pinturas ainda se mantêm preservadas, mesmo depois de 63 anos (1956-2019) do período de coleta do artista nos cacicados pesquisados. Importante frisar que o que se percebe nas bonecas de forma bastante patente é o reflexo dessas sociedades.

Os mesmos penteados, olhos, nariz, boca, vestimentas, adornos e pinturas corporais são meticulosamente gravados no corpo da figura, com algum tipo de ponta seca – um pedacinho de graveto ou qualquer material encontrado de dura resistência à cerâmica ou de certa maciez para a pintura. Essa gravação deve ser feita antes da queima (quando houver), ficando a pintura para a finalização do trabalho. O corpo, extremamente sintético, não tem braços ou pernas, possui apenas um formato menor em cima, na região da cabeça e ombros, e um formato maior embaixo, do quadril para baixo – o que de fato se aproxima, de forma bastante assertiva, da constituição do corpo humano.



Boneca Karajá (licocó, cerâmica não queimada, sem medidas descritas), s/d.[59]

[59] Acervo de Laura Muzzo, Gorizia, Itália.

Produto autêntico da inventividade indígena, aqui temos uma boneca Karajá, levada na bagagem do artista quando de sua inda definitiva para a Itália. Nota-se de forma bastante visível a característica angulosa da representação das mulheres da etnia Karajá, bem como sua pintura corporal típica, que segue dos ombros até o que parecem ser os tornozelos e/ou os pés. O lado direito possui certo contraste na incisão sobre o material (no caso, a própria cerâmica), e o lado esquerdo conta apenas com um tipo de pintura em tinta escura, que preenche as linhas angulosas. A escultura é arrematada por uma longa cabeleira negra, a escorregar pelas costas da índia.



Família Karajá (Iicocó, proveniente da Ilha do Bananal, cerâmica não queimada, sem medidas descritas), s/d.[60]

Aqui temos um conjunto interessante de bonecas Karajá, pertencentes ao acervo do Museu de Arte Indígena (MAI) de Curitiba, no Paraná. O que se nota de forma bastante perceptível é que todas as imagens já possuem tronco, pernas, quadril e sexo bastante pronunciados, e praticamente todas seguem com pintura corporal, com exceção da boneca localizada na extrema direita da foto, a qual nos parece ser uma criança, que normalmente não conta ainda com pintura corporal.

Todas essas evidências de como os indígenas se viam dentro da sociedade – ou mesmo qual era o seu papel dentro dela, como homem, como mulher ou como uma simples criança – nos conduzem a um passado não tão remoto, quando houve os primeiros e grandes embates entre os povos civilizados e ditos “não civilizados”, desde que os exploradores europeus tomaram ciência de que não eram o centro do mundo e, para além de suas fronteiras, havia outros povos que, indiscutivelmente, entendiam de astronomia, física, botânica, zoologia,

[60] Acervo do Museu de Arte Indígena (MAI) de Curitiba, Paraná.

matemática, arte e eram senhores dessa e de muitas outras ciências – por vezes com soluções/resoluções melhores que as dos povos conquistadores.

A pintura corporal que Steiner viu e registrou em seus trabalhos, alguns expostos aqui, são um microcosmo de um universo cheio de sabedoria e que vem, infelizmente, desde o período do contato, sistematicamente se perdendo. Esse mesmo "homem branco" inconformado e ávido por riquezas venceu e ainda vence esses "silvícolas" pela força, pelo poder das guerras e das armas, pelo poder da persuasão desonesta e vil ou mesmo pelo poder invisível das patologias transmissíveis.

Steiner ainda desfrutou de um momento de relativa paz, a sua conquista estava relacionada puramente a um projeto de registro e resgate dos diversos cacicados visitados. Na busca constante do novo, do diferente, do peculiar e, por que não, do que ele acreditava ser "o exótico" do povo brasileiro, sua procura incessante lhe rendeu frutos dentro das artes visuais e nos legou um conjunto significativo de trabalhos de grande categoria e unicidade, prontos para serem, a cada nova pesquisa, descortinados em todas as suas muitas facetas.

> Quando o português se tornou a língua principal, conservaram-se do tupi ainda os nomes de instrumentos, de plantas, de animais, de localidades, etc., mas já bastante polidos e mais adaptados ao português. As denominações geográficas refletem, por assim dizer, o carácter de uma região, se montanhosa ou plana, se coberta de palmeiras ou araucárias (Curitiba). Grande número de localidades tem nomes que fazem lembrar as lendas dos espíritos bons e maus das florestas e dos campos, e ainda hoje se encontram palavras de tal origem, como caiporismo, etc. Alguns nomes lembram a influência do cristianismo, como **Abaré**, que significa sobrenatural, que não é como os outros homens, nome que eles davam aos missionários. Às vezes chamavam os jesuítas roupa preta, e aos religiosos **Pay-tucura**, gafanhotos, alusão ao capuz. O vasto território do Brasil, seus campos, suas florestas e montanhas, os desertos e as cidades falam em tupis, do trabalho inolvidável daqueles missionários, que cultivaram a língua, que a salvaram da aniquilação, pois ela nunca desaparecerá da geografia pátria. (SAMPAIO, 1987, p. 58)

O trabalho realizado por Hans Steiner nas comunidades indígenas nos anos 1950 e 1960 reflete certa dicotomia que ainda hoje persiste: o mundo do branco conquistador e o mundo do indígena a ser conquistado e erradicado.

Como artista, e contra toda essa infeliz realidade, Steiner se move a mudar de forma disruptiva suas fontes de inspiração e se atira em um mundo completamente desconhecido – o segundo, ao nosso ver, uma vez que já havia se aventurado em terras brasileiras e sul-americanas,

também desconhecidas por ele à época. A questão da pintura corporal aqui examinada foi um dos muitos pontos abordados plasticamente e com grande categoria pelo artista em foco. Traz anotações, esboços e todo tipo de informações que possibilitariam criar a sua mais extensa série de trabalhos, por ele denominada “Ciclos indígenas do Brasil”.

As populações indígenas (como já largamente divulgado) foram alvo do trabalho de outros artistas – viajantes, conquistadores, cientistas, curiosos, religiosos –, e ainda persistem. Seu legado é antigo, riquíssimo e está em franco desaparecimento. O trabalho pontual de Steiner prova que a convivência pode e deve se dar sem turbulências, sem injustiças nem morte. O livre-arbítrio está posto, e é uma conquista nossa, cabe apenas a nós o poder de qual caminho seguir.

Referências

CARVALHO, Silvia Maria S. de. **Jurupari:** Estudos de Mitologia Brasileira. São Paulo: Ática, 1979.

CUNHA, Newton. **Dicionário Sesc:** a linguagem da cultura. São Paulo: Perspectiva, 2003.

DONATO, Hernani. **Estórias dos meninos índios**. São Paulo: Melhoramentos, 1965.

ECO, Umberto. **História da Beleza**. Rio de Janeiro/ São Paulo: Record, 2004.

MARTIN, Kathleen. **O Livro dos Símbolos** – reflexões sobre imagens arquetípicas. Colônia: Taschen, 2012.

MENDES, Josué Camargo. **Conheça a Pré-História Brasileira**. São Paulo: Polígono, 1970.

PESSIS, Ane-Marie. **Antes:** Histórias da Pré-História. Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil/ Editora Gráficos Burti, 2004.

SAMPAIO, Teodoro**. O Tupi na geografia nacional**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987.

VIEIRA, José Geraldo. Folder da exposição “Gravadores de São Paulo”. Galeria de Arte 4 planetas. Direção Artística: Odetto Guersoni e João Rossi. São Paulo, 1966.

WIKIPÉDIA. A enciclopédia livre. **Darcy Ribeiro**. s/d. Disponível em: <https://en.wikipedia.org/wiki/Darcy_Ribeiro>. Acesso em: 05/11/2019.

_____. **Labret**. s/d. <https://es.wikipedia.org/wiki/Labret>. Acesso em: 06/11/2019.

O modo autômato do corpo em performance contemporânea

Dângela Nunes Abiorana[61]

Este capítulo é parte de uma pesquisa mais ampla, que está em desenvolvimento desde 2012, atenta a um aspecto muito específico da arte contemporânea: a relação entre o corpo e o modo autômato em performance. Assim, a performance a ser observada é a obra "Unnamed Soundsculpture", dos artistas Daniel Franke e Cedric Kiefer, mas o texto aborda também outros artistas que trabalham com a pesquisa em mapeamento de superfície do corpo para a prática artística, sendo nesse caso o corpo humano, do próprio artista, do público ou de uma performer. As lentes teóricas que guiam nosso olhar sobre o tema são o conceito de cibernética de Norbert Wiener e por Silvia Laurentiz e Lúcia Santaella, bem como o conceito de rizoma dos filósofos Gilles Deleuze e Félix Guattari.

Partimos assim dos estudos de Silvia Laurentiz (2006) sobre elementos da primeira e da segunda cibernética expressos em duas performances. O que analisamos aqui responde ao momento, a seus estudos a respeito da segunda cibernética, no qual o foco do sistema é manter o equilíbrio, e não mais a estabilidade e constância. Segundo seu conceito:

> [...] a primeira cibernética se interrogava sobre as noções de controle e de comunicação da informação (entre animais, indivíduos e máquinas); a segunda cibernética interrogava-se sobre as noções de auto-organização, estruturas emergentes, redes, adaptação e evolução, termos decorrentes dos fatores relacionais entre elementos internos (endógenos) e externos (exógenos) do sistema. (LAURENTIZ, 2006)

O equilíbrio tem a característica dinâmica de alternância entre as variações das taxas de ruído e redundância, em que, a cada novo episódio de aumento de ruído, o próprio sistema operacionaliza procedimentos programados para controlar essas taxas, buscando elevar, assim, a redundância. Nesse contexto, existe a busca pela adequação ao meio, passa-se a considerar outros elementos, percebê-los e adequar-se a eles e aos novos ambientes. De modo que esse sistema permite que o trânsito entre ambientes diferentes seja possível,

[61] Mestre e Doutora em Educação, Arte e História da Cultura - Universidade Mackenzie (SP). Especialista em Arte e Tecnologia - Universidade de Brasília (UNB). Pedagoga e Professora da Secretaria de Estado de Educação do DF. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9607742209290355>.

pois se adapta a eles, desequilibra-se e, principalmente, se reequilibra. E, nesse trânsito, de constante devir e de reestruturação, demonstra autonomia.

Bem diferente é o sistema apresentado pela primeira cibernética, que é autômato, isto é, trata-se de um modelo matemático de uma máquina de estados finitos, que opera com conceito de estado, como, por exemplo, ligado e desligado, subindo e descendo. E a automação[62] é a operação de um sistema cujo controle é feito por mecanismos que verificam seu próprio funcionamento, efetuando medições, introduzindo correções, ou seja, operando de maneira automática.

Já podendo simular processos sensórios cognitivos através dos aparelhos, foi necessário pensar em uma máquina, um mecanismo que simulasse através de execução cálculos elaborados à estruturação do "pensamento" humano, como foi engendrado anteriormente por Alan Turing, sintetizado na "máquina de Turing".

> Diferentemente de uma máquina meramente física, Turing inventou uma máquina teórica, cujos propósitos são essencialmente teóricos. Trata-se de uma máquina que visava iluminar as noções de calculabilidade em geral, permitindo reduzir todos os métodos em cálculos a um conjunto subjacente, simples e básico de operações. (SANTAELLA, 1997, p. 39)

Nesta pesquisa não tratamos do uso do computador em outros momentos, isso não quer dizer que esse dispositivo não estivesse presente nos outros trabalhos aqui apresentados, mesmo porque não estamos fazendo uma análise da cronologia do uso de máquinas e dispositivos. É que a investigação está voltada para a possibilidade do protagonismo do sistema operante. Nos momentos já tratados, como também nas performances aqui trazidas, o dispositivo numérico estava presente, contudo não desempenhava uma função de manipulação sígnica. O computador atuou como um elemento cuja função era a emissão de *input* num programa que opera em *loop* de *feedback* negativo. Gerando assim o desempenho do corpo performático, isto

[62] Nesta pesquisa não serão tratadas questões referentes aos possíveis processos de crescimento, aprendizagem, criatividade e *autopoiesis* de sistemas. Tratando assim a questão da automação e autonomia no âmbito da condição determinista e mecânica. Para aprofundamento em tais pontos, a própria Silvia Laurentiz sugere Humberto Maturana e Francisco Varela, com importantes contribuições nessas áreas.

é, o corpo em performance movimenta-se ou realiza suas funções em loop, atendendo a comandos pré-programados.

Nesse momento, o computador desempenha, dentro do repertório, a capacidade rizomática, isto é, ele possibilita que o trânsito de desequilíbrio e reequilíbrio proporcionado pelo sistema resulte também numa ressignificação sígnica. Em outras palavras, o computador aqui não desempenha uma modificação sobre o modo como as pessoas veem o objeto performático, mas direciona ao objeto como pode ser executada a performance de modo mais autônomo.

Quando utilizamos, neste texto, o termo "rizoma", nos referimos à construção feita por Gilles Deleuze e Félix Guattari (2000). Observamos que, ao definirem rizoma, buscaram na biologia o termo referente à estrutura de algumas plantas cujos brotos podem se ramificar em qualquer ponto. O rizoma, como conceito da botânica, que tanto pode funcionar como raiz, talo ou ramo, independentemente de sua localização na figura da planta, serve para exemplificar um sistema ou estrutura em que não há raízes.

Essa estrutura foi usada para ilustrar reflexões sobre várias situações, além do contexto da biologia, tratando de questões, entre outras, sexuais, sociais, políticas, econômicas, filosóficas, identitárias. "O rizoma nele mesmo tem formas muito diversas, desde sua extensão superficial ramificada em todos os sentidos até suas concreções em bulbos e tubérculos. Há rizoma quando os ratos deslizam uns sobre os outros." (DELEUZE, GUATTARI, 2000, p. 15)

> Num rizoma, ao contrário, cada traço não remete necessariamente a um traço linguístico: cadeias semióticas de toda natureza são aí conectadas a modos de codificação muito diversos, cadeias biológicas, políticas, econômicas, etc., colocando em jogo não somente regimes de signos diferentes, mas também estatutos de estados de coisas. Os agenciamentos coletivos de enunciação funcionam, com efeito, diretamente nos agenciamentos maquínicos, e não se pode estabelecer um corte radical entre os regimes de signo e seus objetos. (DELEUZE, GUATTARI, 2000, p. 15)

Também rizomática é uma característica da performance que será tratada neste capítulo, não apenas em relação aos dispositivos, não apenas à concepção, mas ao conceito também. A obra "Unnamed Soundsculpture" apresenta a capacidade rizomática, que, como já dito antes, busca numa ressignificação sígnica o trânsito de desequilíbrio e reequilíbrio proporcionado pelo sistema. Mas os

artistas, antes de chegarem a essa obra, trilharam um caminho em busca do desenvolvimento da capacidade rizomática. De modo que é interessante saber mais sobre os autores.

Daniel Franke (nascido em 1982) e Cedric Kiefer (em 1975), de Berlim, pesquisam, além de várias outras atividades, o design generativo[63] e, através de projetos gerativos[64], desenvolvem performances e filmes, individualmente ou em parcerias, sendo que cada um tem uma produção própria também. Daniel Franke busca, com suas obras, desafiar as restrições convencionais de estruturas espaciais e conceitos. Para ele, as simulações digitais não devem mais ser limitadas a um *display*, em vez disso o digital pode ser imaginado como transferível ao espaço real e, assim, ampliar a percepção do real. Ele acredita que os espaços digitais devem deixar de serem delimitados pelo virtual e se tornarem táteis.

Sua obra com Markus Kison, "Durchsehen, Exp. 01 (augmented perspective)", é uma escultura de vídeo que utiliza uma câmera fixada em cubo de concreto que reconhece a presença de rostos humanos dentro de seu escopo. Com uma escolha ao acaso, vai se concentrar em um dos espectadores e ajustar a projeção ao movimento do olhar do espectador. Esse olhar foi rastreado, e um software calcula o ângulo correspondente e projeta sobre a escultura a imagem posterior a ela, causando a sensação de que o cubo não estava bloqueando a visão – cria-se uma transparência artificial.

Aqui neste capítulo ousamos trilhar um caminho de trabalho apresentando uma obra de arte, a escultura de vídeo "Durchsehen, Exp. 01 (augmented perspective)", por também tratar da substituição da noção comum de perspectiva e brincar com o significado adotado dentro da história da arte – a obra de arte escapa ao olhar do espectador, ou melhor, os dois estão igualados, coordenados. Uma vez que a obra busca ser translúcida, e reflete a imagem posterior a ela, sua própria imagem parece escapar ao olhar do espectador, e quando este se movimenta a imagem projetada também é alterada, coordenada com a linha do foco do olhar do espectador.

[63] Design gerativo é um método de projeto em que a saída – sendo som, imagem, modelos de arquitetura, animação – é gerada por um conjunto de regras ou um algoritmo, um software, ou vários softwares. É baseado em modelagem paramétrica. É um método rápido de explorar as possibilidades de design que é usado em vários campos do design, tais como arte, arquitetura, design de comunicação e design de produtos.

[64] O projeto gerativo é um conceito de software que trabalha produzindo tridimensionais, eventos únicos e não repetíveis como múltiplas e possíveis expressões da ideia geradora.



Escultura de vídeo “Durchsehen, Exp. 01 (augmented perspective)”, de Daniel Franke e Marcus Kison, 2010. [65]

O olhar do observador coincide com o objeto de observância, o olhar busca o objeto, que, por sua vez, busca a imagem que está além dele, onde sua posição está alinhada entre a imagem e o “olhante”. A obra traça uma linha em que sua posição é o *entre,* não o foco.

Cedric Kiefer é diretor de arte e design, designer, pesquisador em design processo e design gerativo. Com Julia Laub fundou a Onformative, em Berlin, um estúdio especializado em soluções de design gerativo que abrange vários tipos de mídia e tópicos da área. Julia Laub é a performer que faz a dança em Unnamed Soundsculpture. Também é coautora do livro “Gestaltung Generative”, que foi bastante premiado e trata da disciplina por que ambos são tão apaixonados. Em seu estúdio eles desenvolvem e pesquisam desde programas de mapeamento de projeção, para visualização de dados, a performances com dança e imagens digitais para clientes, entre outras coisas.

Uma de suas projeções é Fragments of RGB, um estudo sobre ilusão de óptica e percepção em vários níveis. Foi simulada uma tela de LED em uma parede de concreto, com uma imagem projetada toda de uma vez na parede. Projetando uma imagem que parece ser formada por pontos (pixels) que se movem, como uma tela de LED que se desintegra, se retorce, se move, cria-se a ilusão de que existe uma tela em processo de desconstrução.

[65] Cf.: MARKUS KISON. Disponível em: <http://www.markuskison.de/>. Acesso em: 20/05/2012. A obra utiliza cubo de concreto de 30 x 30 cm, computador, dois projetores, webcam, motores “servos”, microcontroladores, aplicativos em C + +, tripés (4 x 4 x 2 m, ao todo).



Fragments of RGB, de Cedric Kiefer, 2010.[66]

Ao manipular a imagem, distorcer, retorcer, altera-se também o ponto de vista do espectador, força-se o movimento do olhar, que também altera a imagem, num constante devir. Segundo o artista, "a ilusão de uma tela de LED foi destruída e os elementos RGB dissolvidos para formar novas imagens traduzidas e, assim, uma realidade transformada"[67]. Em cada ponto que se foca, o olhar é desfigurado em alguma direção. Com o olhar o espectador desconstrói e deforma, e aquilo que é volta a se reconstruir nos pontos onde não se fixa o olhar.

Além da instalação que ilustra a interação sensível entre a pessoa e a imagem, Fragments of RGB objetiva também, como uma série fotográfica em que as transformações ocorridas no visor foram conscientemente fotografadas, observar qual o efeito de alienação, e como isso foi intensificado no processo de design.

Nessa projeção foi utilizada uma imagem estática, depois trabalhada via software, em que foram aplicados os recursos que ela apresenta. Logo adiante, foi usado o movimento, e a captura desse movimento também se dá por pontos de RGB[68], através do dispositivo Microsoft Kinect[69], que faz a captura da imagem por sistema de scanner infravermelho, juntamente com duas câmeras (uma sensível ao

[66] Cf.: ONFORMATIVE. Disponível em: <http://www.onformative.com/>. Acesso em: 20/05/2012.

[67] Tradução livre do original "The illusion of a LED screen was destroyed and the RGB elements dissolved to form new, translated images and, thus, a transformed 'reality'". ONFORMATIVE. Disponível em: <http://www.onformative.com/>. Acesso em: 20/05/2012.

[68] Red, Green, Blue – aqui o dispositivo realiza a captura através da frequência das cores.

[69] O mesmo aparelho usado junto ao console do Xbox 360 para diversos jogos.

infravermelho e outra de captura RGB), que realizam, em conjunto, um mapeamento dos níveis de profundidade. Assim, via software, esses três dados são trabalhados e torna-se possível gerar uma imagem/vídeo em três dimensões.



Experimento do artista Lucca Del Carlo com o uso do dispositivo Kinect e câmera sensível ao infravermelho.[70]

Para investigar essas relações de captura de imagens pelo dispositivo Kinect, o artista multimídia e designer Lucca Del Carlo realizou a seguinte experimentação: utilizou o dispositivo Kinect e, com uma câmera sensível ao infravermelho, obteve o registro da projeção dos raios e o mapeamento de scanner que o dispositivo faz. O infravermelho incide sobre a pele e em seu relevo – ele distribui cada ponto, que, ao ser projetado no relevo, adquire uma forma que não é um círculo perfeito, e do qual se fragmentam os pontos de RGB. Sua frequência é alterada: através da "deformação" desses pontos se pode obter a direção do relevo, e com esses dados o software gera a simulação do relevo em três dimensões.

Outro experimento de Lucca Del Carlo, agora em parceria com Wilton Azevedo, foi a apresentação do romance performático digital "Volta ao fim", de autoria de Alckmar dos Santos e Wilton Azevedo (dos grupos Interacto, Nupill e Underlab), em 2011, em São Paulo, com o rosto mapeado de uma escultura de concreto feita por Wilton Azevedo. Nessa escultura foi projetado um vídeo produzido pela performer Rita Varlesi, que realizou as filmagens de seu próprio rosto em diversas expressões para construir o personagem dessa performance.

[70] Imagem cedida pelo artista.



Apresentação do romance performático digital “Volta ao fim”, de Alckmar dos Santos e Wilton Azevedo, no lançamento do livro “Volta ao fim”, de Alckmar dos Santos, na Livraria da Vila (São Paulo), 2011.[71]

Na cabeça de concreto foi projetado o infravermelho, que realizou a captura e o mapeamento do relevo frontal, possibilitando a adequação da projeção dos vídeos, que foi adaptada para se encaixar nos contornos e na textura do suporte de concreto. Esse processo de scanner leva em conta dados como a angulação da inclinação do suporte e o ambiente em volta. Contudo, nesse caso, foi feito um “recorte” para o mapeamento ser focado na escultura de concreto,

[71] Imagens cedidas pelo artista Wilton Azevedo, de seu acervo. Acima, imagens da escultura recebendo a projeção do filme mixado em tempo real; ao fundo, projeções de filmes de Rita Valersi e Wilton Azevedo, bem como Lucca Del Carlo realizando a mixagem do vídeo em tempo real. Abaixo, Alckmar dos Santos realizando a leitura performática enquanto Wilton Azevedo executa a mixagem da trilha em tempo real. Ao lado, momentos antes da apresentação: Wilton Azevedo e Alckmar dos Santos e, à direita, Alckmar dos Santos fazendo a leitura performática.

deixando vários pontos do cenário serem mapeados em separado, assim como suas projeções também foram individuais.

Ao todo foram usados dois projetores fixos, um para a tela ao fundo e outro para as telas em transparência ao lado, que exibiam filmes. Para a escultura de concreto foi usado um projetor móvel colocado num pedestal discretamente ao lado da plateia. Ao fundo da sala, na mesa de computadores, Lucca Del Carlo fazia a mixagem do vídeo da escultura e, ao lado do palco, Wilton Azevedo, com computadores e aparelhagem de som, fazia a mixagem da trilha sonora, enquanto Alckmar dos Santos realizava a leitura performática no palco.

O vídeo da projeção na cabeça de concreto foi trabalhado por Wilton Azevedo e Lucca Del Carlo, que aplicaram softwares e efeitos. Por exemplo, condicionaram efeitos visuais e deformações nas expressões faciais às vibrações, ao ritmo, ao tom do som da voz de Alckmar dos Santos, enquanto este realizava a leitura performática do romance. A trilha sonora foi mixada em tempo real por Wilton Azevedo. As imagens também foram mixadas em tempo real por Lucca Del Carlo, que acrescentou o dado aleatório, alternado com dados diversos da performance, como a leitura de Alckmar e a música que Wilton executava.

As projeções nas telas e nos tecidos que compunham o cenário foram também um trabalho de construção de vídeo de Wilton Azevedo sobre outros filmes que a performer Rita Varlesi produziu individualmente para cada parte do cenário que opera virtualmente no palco.

Unnamed Soundsculpture

A escultura digital feita com softwares, como Processing, através da manipulação da imagem em movimento, foi obtida com a captura por três aparelhos Microsoft Kinect. O sensor do Kinect (Project Natal[72]) tem cerca de 23 cm de comprimento horizontal e possui duas câmeras e um scanner com infravermelho, cujo procedimento de obtenção de dados para a criação de imagem em três dimensões foi explorado na seção anterior. Esse dispositivo permite também, entre outras coisas, o reconhecimento facial da pessoa que está à frente do aparelho, bem como, pelo mesmo processo de scanner, realiza o mapeamento

[72] Este era o primeiro nome do aparelho. O nome “Natal” faz referência à cidade brasileira de Natal, no Rio Grande do Norte, homenagem de um dos pesquisadores, Alex Kipman, que é do Brasil.

do ambiente, possibilitando a criação da imagem desse ambiente em três dimensões. Também com esse processo de scanner ele detecta e mapeia 48 pontos de articulação do corpo em tempo real de maneira precisa, além de outros acessórios[73].



Making of de Unnamed Soundsculpture. [74]

Os aparelhos foram posicionados em torno da performer para gerar três possibilidades angulares de captura. Ao gerar as imagens, seria possível explorar seus movimentos em 360º, e não só a visão frontal em três dimensões, como seria se a captura fosse feita por apenas um aparelho. Assim, Julia Laub dançou ao som da música "Kreukeltape", de Machinefabriek, buscando a máxima aproximação, em tempo, dos movimentos aos sons, movimentos esses limitados ao pequeno espaço. Dançando nesse eixo, a performer explorou várias possibilidades de desconstrução e reconstrução, recomeços e perdas, sob a triangulação do olhar eletrônico, que construía sua representação em três dimensões.

[73] Microfone embutido, que, além de captar as vozes mais próximas, consegue diferenciar os ruídos externos. Dessa forma, barulhos ao fundo não atrapalham o andamento do Kinect. O microfone também é capaz de detectar várias pessoas diferentes em uma sala (só não se sabe se a precisão é perfeita, já que é comum, por exemplo, irmãos com vozes parecidas). Contudo, estudos estão sendo realizados para aperfeiçoar esses dispositivos para serem aplicados também em situações em que seja necessário o reconhecimento por voz. Possui ainda um processador e software próprio.

[74] Cf.: DANIEL FRANKE. 2011 Transmediale Award – Nominated for Spatial Sound Sculpture. Disponível em: <http://www.daniel-franke.com/unnamed_soundsculpture.mov>. Acesso em: 03/06/2012. Ao fundo, Julia Laub dança enquanto seus movimentos são capturados pelos aparelhos Microsoft Kinect, dispostos à frente dela, e, mais ao lado, transmitidos para o computador, no qual Cedric Kiefer observa.



Making of de Unnamed Soundsculpture. [75]

Aos dados obtidos, através da captura dos movimentos, foi aplicado um efeito que simula areia. Ao todo foram 22 mil pontos de "areia" que, aglomerados, formavam agora a escultura, que dança. A essa escultura foi aplicado o efeito que gera o movimento desses grãos, simulando o efeito da gravidade, o que dá a impressão de que a figura virtual se desfaz conforme realiza sua dança, e se refaz através da base de areia que se forma aos seus pés, que a recompõe de maneira contínua.

É comum ter a sensação, vendo apenas o vídeo, de que há mais de uma pessoa dançando. Isso se dá pela aplicação de um recurso que, seguindo a frequência da música, desacelera, congela, acelera alguns movimentos, proporcionando a simulação de sobreposição de imagens. Daí se chocam pernas e braços, perdendo-se, em alguns momentos, os contornos que caracterizam a figura. Ao mesmo tempo, tais contornos se tornam mais evidentes e se sobrepõem.

[75] Cf.: ONFORMATIVE. Unnamed soundsculpture – documentation. Project by Daniel Franke & Cedric Kiefer. 20 mar. 2012. Disponível em: <http://vimeo.com/38850289>. Acesso em: 18/05/2012. Acima, à esquerda, Julia Laub dançando; à direita, em tempo real, a captura dos movimentos sendo feita. Abaixo, à esquerda e à direita, os movimentos sendo tratados com a aplicação dos softwares.

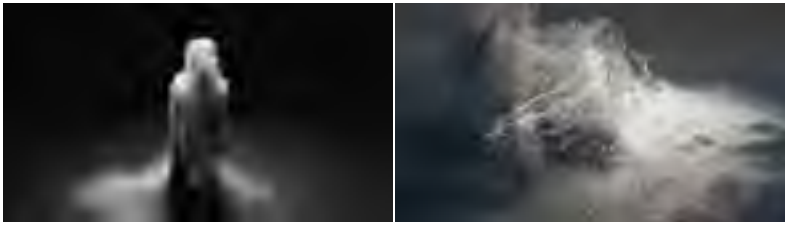


Unnamed Soundsculpture (em 2’26’’, 3’18’’, 3’43’’ e 3’48’’).[76]

A imagem tridimensional permitiu um tratamento completamente livre da câmera digital e de suas limitações de perspectiva. Foram também aplicados efeitos de mixagem e tratamento da imagem baseados no som. Isso quer dizer que, conforme a frequência, variação de tons, entre outros, as imagens se alteram. Esses recursos possibilitam uma simples modificação aleatória da música, podem sempre criar novas versões do vídeo, cada um oferecendo uma composição diferente da apresentação gravada. A multidimensionalidade da escultura sonora já está contida em todos os movimentos da performer, como as imagens desaa câmera, e permite que uma extensa gama de possibilidades de perspectiva seja explorada.

O que torna possível visualizar o corpo é o movimento que ele executa, é a dança. É justamente o movimento efervescente que desencadeia o processo de reaglomeração dos grãos e os expulsa para a expressão, para o estético. A complexa dinâmica dos movimentos do corpo também é, no nosso entender, fortemente autorreferencial: eles apresentam a dinâmica que constitui as imagens e os vídeos na ambiência digital, e as imagens se reconstroem constantemente, desintegram-se e se reconstituem num processo de devir. E a cada nova recomposição a imagem se torna outra imagem, mas sem deixar de ser o que é em sua constituição. Ela se realinha.

[76] Cf.: DANIEL FRANKE. Unnamed soundsculpture. Project by Daniel Franke & Cedric Kiefer. 20 mar. 2012. Disponível em: <https://vimeo.com/38840688>. Acesso em: 19/05/2012.



Unnamed Soundsculpture (em 2’26’’, 3’18’’, 3’43’’ e 3’48’’).[77]

Consideramos também autorreferente por tratar da constituição por pontos, como explicado anteriormente. O processo de captura da imagem e do movimento se faz através dos pontos, da projeção em infravermelho de pontos sobre superfície, gerando, a partir daí, a superfície artificial que simula a junção dos pontos. Aqui a junção também constitui a forma, o volume, e seu movimento melhor define seu contorno. Baseado nos estudos de Flusser[78], Daniel Franke faz referência comparativa da obra à pintura para explanar a questão da composição pontilhada da imagem.

> Similar à pintura, um único ponto pode parecer ser ainda algo muito abstrato, mas quando este ponto é ligado a mais pontos, a imagem parece algo mais complexo e concreto. O mais perfeito e complexo dos “mundos alternativos” projetamos (Vilém Flusser) quando aproximamos seus elementos pontuais, para o mais tangível que se tornem. Um corpo digital, que consiste de 22 000 pontos, parece assim tão real que vem à vida novamente.[79] (FRANKE, s/d)

Também localizamos referência nítida ao potencial rizomático dos seres nesse momento tratado, aqui representado não pelo potencial de ligação de pontos, mas, acreditamos, pela capacidade de se reconstruir através de seus movimentos, de se reestruturar, se perder e se reencontrar de diversas maneiras em diversos platôs (plataformas vibratórias) de frequências musicais alternadas às oscilações de sons e às alternâncias de tons, autônomas ao protagonista, que se lança às

[77] Cf.: DANIEL FRANKE. Unnamed soundsculpture. Project by Daniel Franke & Cedric Kiefer. 20 mar. 2012. Disponível em: <https://vimeo.com/38840688>. Acesso em: 19/05/2012.

[78] Pela citação, acreditamos referir-se ao livro “O mundo codificado: por uma filosofia do design e da comunicação” (São Paulo: Cosac Naify, 2007). Contudo, Daniel Frank não faz referência bibliográfica à citação.

[79] Tradução livre do original: “Similar to painting, a single point appears to be still very abstract, but the more points are connected to each other, the more complex and concrete the image seems. The more perfect and complex the ‘alternative worlds’ we project (Vilém Flusser) and the closer together their point elements, the more tangible they become. A digital body, consisting of 22 000 points, thus seems so real that it comes to life again.”

variantes para que essas plataformas e seus movimentos não deixem cessar sua contínua mudança.

Pensamos que sejam esses platôs de intensidades alteradas pela determinância dos sons e das variantes que os constituem que inferem, seja mais significativamente ou mais simbolicamente, nessas reterritorializações. Ao falar sobre rizoma, seu autor define:

> Ele não é feito de unidades, mas de dimensões, ou, antes, de direções movediças. Ele não tem começo nem fim, mas sempre um meio pelo qual ele cresce e transborda. Ele constitui multiplicidades lineares a *n* dimensões, sem sujeito nem objeto, exibíveis num plano de consistência e do qual o Uno é sempre subtraído (*n*-1). Uma tal multiplicidade não varia suas dimensões sem mudar de natureza nela mesma e se metamorfosear. Oposto a uma estrutura, que se define por um conjunto de pontos e posições, por correlações binárias entre estes pontos e relações biunívocas entre estas posições, o rizoma é feito somente de linhas: linhas segmentaridade, de estratificação, como dimensões, mas também linha de fuga ou de desterritorialização como dimensão máxima segundo a qual, em seguindo-a, a multiplicidade se metamorfoseia, mudando de natureza. (DELEUZE, GUATTARI, 2000, p. 32)

Pensamos que esse trânsito seja interesse também aos artistas, e ele não é resultante da constituição de pontos. Observar essas transformações em processo contínuo, sofrendo inferências das variáveis aleatórias, e ao mesmo tempo buscando justamente essas variantes para se expor a elas como uma necessidade de reformulação, traduz-se nos movimentos, na busca de lançar-se ao inesperado, e se perder, reagir, reconstruir depois dele. Mesmo porque, na ausência dele (do som), passa-se a não mais existir. Como é representado na obra, ao ser cessado o som, para-se o movimento, e a figura se desfaz – todos os seus 22 mil pontos não lhe representam mais, são apenas um aglomerado disforme e imóvel que desaparece em sua insignificância, desintegra-se e desmaterializa-se. O movimento provoca as reconstruções, mas o que provoca o movimento?

A nosso ver, o movimento é resultante da resposta ao chamado do som. Os estouros, as implosões, são traduzidos em movimento, que é impulsionado pelo som que a bailarina ouve, que a estátua “sente” e que incide e reincide sobre ela.

> Todo rizoma compreende linhas de segmentaridade segundo as quais ele é estratificado, territorializado, organizado, significado, atribuído, etc.; mas compreende também linhas de desterritorialização pelas quais ele foge sem parar. (DELEUZE, GUATTARI, 2000, p. 18)

Tanto em sua concepção – foi feita a captura dos movimentos da performer ao som – quanto na tridimensionalidade criada para representar esse movimento, são os elementos sonoros que provocam alterações na escultura através dos efeitos, programados para isso.



Making of de Unnamed Soundsculpture, com simulação de possibilidades de representação mediante aplicação dos softwares.[80]

Assim, a bailarina codificada e transformada em estátua, em outra coisa que não mais uma bailarina, passa a ser constituída de areia, gotas, espuma, líquido, gosma ou por qualquer outra representação de materialidade que não é conceitualmente composta por pontos. É constituída por movimento, sons, e esses contínuos "ir e vir", em loops aparentemente descoordenados e ao mesmo tempo impulsionados, coexistem numa frequência específica que é determinada pelo som.

Assim, concluímos que o modo autômato rizomático, por assim dizer, é antes de qualquer coisa um modo programado dentro de um limite de possibilidades que o computador desempenha, dentro do repertório utilizando a capacidade rizomática, isto é, ele possibilita que

[80] Cf.: ONFORMATIVE. Unnamed soundsculpture – documentation. Project by Daniel Franke & Cedric Kiefer. 20 mar. 2012. Disponível em: <http://vimeo.com/38850289>. Acesso em: 18/05/2012.

o trânsito de desequilíbrio e reequilíbrio proporcionado pelo sistema resulte também numa ressignificação sígnica.

Referências

ABI-SÂMARA, Raquel; FLUSSER, Vilém. **O mundo codificado:** por uma filosofia do design e da comunicação. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

DANIEL FRANKE. 2011 Transmediale Award – Nominated for Spatial Sound Sculpture. Disponível em: <http://www.daniel-franke.com/unnamed_soundsculpture.mov>. Acesso em: 03/06/2012.

_____. Unnamed soundsculpture. Project by Daniel Franke & Cedric Kiefer. 20 mar. 2012. Disponível em: <https://vimeo.com/38840688>. Acesso em: 19/05/2012.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**. Vol. 1. São Paulo: Editora 34, 2000.

FRANKE, Daniel. **Unnamed soundsculpture**. s/d. Disponível em: <http://daniel-franke.com/unnamed_soundsculpture/>. Acesso em: 19/05/2012.

LAURENTIZ, Silvia. Uma aproximação da cibernética pela poesia digital. **ARS**. São Paulo, v. 4, n. 8, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-53202006000200011>. Acesso em: 03/04/2012.

MARKUS KISON. Disponível em: <http://www.markuskison.de/>. Acesso em: 20/05/2012.

ONFORMATIVE. Disponível em: <http://www.onformative.com/>. Acesso em: 20/05/2012.

_____. Unnamed soundsculpture – documentation. Project by Daniel Franke & Cedric Kiefer. 20 mar. 2012. Disponível em: <http://vimeo.com/38850289>. Acesso em: 18/05/2012.

SANTAELLA, Lúcia. O homem e as máquinas. In: DOMINGUES, Diana (Org.). **A arte no século XXI:** a humanização das tecnologias. São Paulo: Ed. Unesp, 1997.

_____. Panorama da arte tecnológica. In: LEÃO, Lucia (Org.). **O chip e o caleidoscópio**. São Paulo: Senac, 2005.

WIENER, Norbert. **Cibernética e Sociedade:** o uso humano de seres humanos. Tradução de José Paulo Paes. 5ª ed. São Paulo: Cultrix, 1973.

O corpo de ORLAN: território simbólico e suporte para a constituição de suas experiências estéticas

Isabel Orestes Silveira[81]

Introdução

ORLAN, nome artístico utilizado em letras maiúsculas por Mireille Suzanne Francette Porte, uma mulher francesa nascida em 1947 na cidade de Sant-Etiénne. ORLAN é um nome escolhido por não ser nem masculino nem feminino, mas contém a intenção de transgredir e ficar à margem dos tabus e paradigmas de gênero. A artista faz do seu corpo um território para o desenvolvimento de sua arte, num esforço de superar a separação binária que dicotomizou cultura/natureza, corpo/espírito, espírito/matéria... algumas das características do pensamento ocidental.

Trata-se de uma mulher que assume como importante a pluralidade constitutiva da vida social sob todas as suas formas, e que compreende a vida feita pelas misturas, pelos ajustes, pela desordem e contestação, pelo acolhimento do diferente, pela intromissão do estranho. Enfim, assume o corpo como sendo um território para a comunicação de seu pensamento, que opera no fluxo entre a razão e a sensibilidade.

O objetivo desta reflexão é observar o modo como ORLAN foi modificando seu corpo e utilizando-o como uma linguagem capaz de comunicar, com veemência, diferentes denúncias sociais relativas ao universo feminino. Interessa observar a insistência histórica da presença e percepção do corpo feminino como objeto de interesse da pintura – e da escultura – na tradição da arte europeia. Por isso, problematiza-se o corpo de ORLAN como linguagem capaz de gerar significados e, principalmente, como território e suporte para a arte contemporânea.

Nesse viés, o corpo de ORLAN, entendido como material humano e sistema complexo, consiste em meio de desenvolver estratégias de permanência para gerenciar a complexidade biológica que lhe é própria, como também administrar outros subsistemas, a exemplo do sociocultural e do político.

Assim, nesta reflexão, intenta-se detectar o potencial criativo da artista, manifestado no encadeamento do gesto, da percepção e do pensamento de ORLAN e materializado em seu próprio corpo por meio de intervenções e experiências.

[81] Doutora em Comunicação e Semiótica: Signo e Significação nas Mídias - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Mestre em Artes Visuais - Instituto de Artes da UNESP.

Corpo, imagem que afeta e cria memória

A artista utiliza o corpo como suporte para sua arte, em uma prática conhecida como *Body art* – manifestação que surgiu no final da década de 1960. Conforme definição presente na Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras (2017):

> A *body art*, ou arte do corpo, designa uma vertente da arte contemporânea que toma o corpo como meio de expressão e/ou matéria para a realização dos trabalhos, associando-se frequentemente a happening e performance. Não se trata de produzir novas representações sobre o corpo - encontráveis no decorrer de toda a história da arte -, mas de tomar o corpo do artista como suporte para realizar intervenções, de modo geral, associadas à violência, à dor e ao esforço físico.

No caso de ORLAN, o corpo torna-se expressão para denunciar os dispositivos micropolíticos de resistência a uma determinada cultura instaurada que visibiliza o corpo feminino como objeto. Nesse sentido, seu corpo torna-se imagem capaz de modificar-se para incorporar múltiplas formas, tipos, modos, práticas, culturas, etnias... Tal atitude possibilita, ao corpo, a assunção de um papel singular, e por isso descarta-se a lógica cartesiana, que separa corpo e mente, como se houvesse uma cognição extracorpo.

Todo processo de criação em ORLAN é ato pensado, planejado e intencionado para afetar e criar memória no observador ou para provocar indignação como consequência de suas interferências em seu corpo. Isso pode ser visto em seus trabalhos conhecidos como *Tableaux vivants* (representações de personagens ou atores de determinadas obras de arte existentes e reconhecidas). Um desses trabalhos foi com a obra “A Grande Odalisca”, de Ingres (1814), em que o pintor exibe uma imagem irreal do corpo feminino, dada a grande projeção da coluna da protagonista. Jean-Auguste Dominique Ingres (1780-1867) foi um pintor francês que na obra supracitada destacou a realidade das representações de um corpo que é estigmatizado como ideal no imaginário coletivo. Corpo erótico, com pele perfeita e pleno de curvas, projetado para ser desejável e que contém os aspectos que funcionam como vetores da identidade feminina, marcando como deve ser um corpo de mulher, a imagem que se perpetua no imaginário coletivo, em diferentes culturas.



“A Grande Odalisca”, por Jean-Auguste Dominique Ingres. (FRANCONETI, 2016)



“La Grande Odalisque”, ORLAN, 1968. (COVERS & CITATIONS, s/d)

O processo de criação da artista envolve inúmeras operações no corpo, que supõem mudanças constantes ao apresentar-se em um determinado ambiente. O ambiente de igual modo altera-se e, continuamente, troca fluxos de comunicação e de informação com esse corpo. Nesse sentido, o corpo de ORLAN é uma espécie de mídia que se percebe existindo para transmitir mensagens impactantes.

De acordo com Harry Pross, “toda comunicação ou processo comunicativo começa no corpo e termina no corpo [...] O corpo é linguagem e, ao mesmo tempo, produtor de inúmeras linguagens com as quais o ser humano se vincula a eles, cultiva o vínculo, mantém relações e parcerias” (apud BAITELLO JUNIOR, 2005, p. 62).

É lícito aferir, portanto, que o ato de criação de ORLAN é também linguagem gerada por um corpo que admite um acontecimento interno (mental) que gera processos de movimento complexos que envolvem o conhecimento (linguagem e pensamento), a percepção[82] (consciente ou inconsciente), o aspecto psíquico e afetivo, como também o sistema sensomotor.

Em seus projetos, a artista padece as modificações propositais e intencionais que deseja vivenciar em seu corpo, como é o caso da ação conhecida como "Manifesto da Arte Carnal", em que ORLAN submete seu rosto a intervenções cirúrgicas, a fim de denunciar a estética feminina idealizada na História das pinturas europeias. A testa, a boca, as bochechas de ícones femininos do passado foram incorporadas em seu rosto. Assim, a manifestação que desejou comunicar foi o padrão de beleza, em contraste com a dor a que muitas mulheres se submetem. Em vez de fazer apenas o antes e o depois da operação, ela documenta via satélite, para as principais galerias de arte europeias, o passo a passo do processo cirúrgico e ainda o período pós-operatório, em que os hematomas e as cicatrizes se mostram.

Essa tentativa de comunicação é resultado de um movimento intenso que se opera no corpo e que busca conciliar gesto, percepção e pensamento. A visão sobre processos de criação deve ser, então, encarada nesse contexto. A produção criativa torna-se ato sofisticado que aponta para uma performance totalmente simbólica, capaz de gerar uma memória no corpo da artista e memória também para o receptor, que, ao observar a mensagem transmitida por ela, não deixa de ficar impactado.



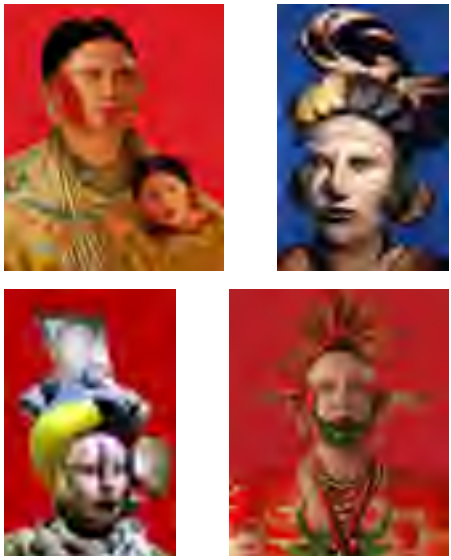
ORLAN em centro cirúrgico organizado cenicamente para sua aparição e intervenção cirúrgica. (MOOS, 1996)

[82] "Para Peirce, não há, nem pode haver, separação entre percepção e conhecimento." (SANTAELLA, 1994, p. 16) O conhecimento é mediado por signos, a semiótica de Peirce apresenta-se como "uma teoria do conhecimento".

O ser humano, na condição de espécie, tenta adaptar-se ao meio ambiente, buscando sempre "autonomia e memória"[83], na tentativa de permanecer no tempo (VIEIRA, 2008, p. 19). No caso de ORLAN, a comunicação processa-se no e pelo corpo autônomo, que gera memória.

A segurança da simetria é trocada pela aventura do disforme. Tem-se uma construção de comportamento que parece e pode soar como atitude louca, mas é, na verdade, o corpo posto na berlinda, mas não para ser esculpido, construído para ser desejado. Ao contrário, trata-se de uma atitude em que o corpo é fisicamente liberto para ser e comunicar o que desejar.

O que está envolvido são as criações de imagens, personagens, identidades e tantas ORLANs que se traduzem pela mediação do corpo, pela ambientação dos lugares, que são, de igual modo, especialmente elaborados como táticas de representação e manifestação de um determinado pensamento e intenção.



Representações das minorias étnicas.
(ORLAN EN CAPITALES, 2017)

[83] A vida humana, mesmo sendo um sistema frágil, cria alternativas para sua sobrevivência. A visão sistêmica do mundo aponta características básicas e gerais de todos os sistemas: permanência no tempo, meio ambiente, autonomia, sensibilidade, memória. Convém destacar que o ato criativo apresenta um alto nível de complexidade e tende, *ipso facto*, a criar mecanismos para permanecer no tempo. (VIEIRA, 2008)

O modo de pensar clássico, que perpetua os princípios unitários e totalizantes, não aceita a oposição, as ambiguidades e as ambivalências. Ao contrário, é ávido pela essência, pela pureza, pela identificação do igual, motivo pelo qual exclui o diferente, rejeita o provisório, o efêmero, o superficial. E, nesse caso, ao buscar uma "identidade", ORLAN questiona o conceito de origem, de discriminação, entre outros aspectos que se perpetuam na mentalidade excludente.

Por essa razão, a proposta de ORLAN é buscar uma identificação com imagens de minorias sociais. Essa ação é bem diferente de identidade. Embora o termo "identificação" encontre pressupostos amplos extraídos da psicanálise, toma-se aqui o termo de empréstimo na tentativa de ajustá-lo à pertinência do enfoque, isto é, pretende-se esboçar um pensamento semiótico, na medida do possível, visto que em ambas as áreas, quer na psicanálise, quer na semiótica, o termo precisa ainda ser mais bem explorado.

Então, assume-se, por um lado, a dificuldade de tratar claramente da identidade e da identificação, mas, por outro, não se quer perder de vista que nas atuações, performances, camuflagens e cirurgias ORLAN traz à baila tais questões, por isso, não se pode ignorá-las.

Essa reflexão pede certo número de advertências iniciais, visto que o próprio Freud (1973, p. 3101) admitiu o desconforto por não haver dedicado, em psicanálise, atenção suficiente à delimitação de alguns conceitos, entre os quais o de "identificação". As concepções sobre os temas são por vezes intrincadas, bastante obscuras e confusas, de modo que se tentará obter um ganho de sentido a respeito dos conceitos em foco.

A identidade aproxima seu examinador da noção de permanência de si, de continuação, abarcando o efeito ilusório de sentido do absoluto, da origem. Isso se funde em discursos e práticas sociais que evocam a negação da diferença. Por outro lado, a identificação parece apontar para a incompletude da identidade, pois se caracteriza por ser parcial e altamente limitada, contentando-se em tomar um traço da pessoa ou do objeto. Por isso, não se trata de uma cópia ou uma assimilação completa ou total do outro.

O pensamento freudiano tem comparado esse limiar da identificação à "incorporação oral, canibal, de outra pessoa" (FREUD, 1973, p. 3.136). A interpretação de Freud quanto à identificação estaria ligada à "ramificação da primeira fase, a fase oral da organização da libido", durante a qual a criança identifica-se ao objeto ansiado e estimado, "comendo-o" e, ao assim fazer, apropriando-se parcialmente dele (nesse caso, a mãe).

Pode-se dizer que as atuações de ORLAN também caminharam pelo discurso envolvendo simbolicamente o ato antropofágico de "deglutir" o outro. Essa metáfora foi e ainda é utilizada por diferentes teóricos quando se pretende explicar a apropriação do que é alheio.

Trata-se de reavivar na memória o ritual dos antropófagos[84], indígenas brasileiros que acreditavam que, devorando o inimigo, incorporavam em si próprios as características positivas deles, como a força, a vitalidade, a coragem. Dessa forma, o outro constitui o "eu", pois este interioriza aquele e, assim, constitui o seu próprio discurso. Na identificação, ORLAN assimila um aspecto, uma propriedade ou um atributo do outro e transforma-se à medida que é também transformada.

Aplicada ao processo de criação de ORLAN, "a inclusão do alheio" manifesta a relação simbólica da identificação como um processo ativo, que pode substituir o conceito de identidade por outro – pelo ato antropofágico. Na identificação, a artista reveste-se do sentimento de empatia e acolhe os aspectos socioculturais de pessoas tão díspares para representar. Busca produzir intervenções seguras que convidam o espectador a realizar associações, oposições, expansões, análises e às sínteses e toda sorte de abertura que convoque a participação do olhar do outro.

Nesse curto espaço de reflexão sobre ORLAN, ficam inúmeras questões para pensar, que podem se desdobrar em novas perspectivas de análise. Aqui, foi possível apenas exercer a tentativa de compreender a arte e a comunicação da artista e seu processo de criação. Fica o esforço de investigar o pensamento da artista, que indaga a realidade e permite fundi-la no seu corpo, transformando-o de forma radical. Essas transformações acompanham o ritmo dos humores de seu corpo, que revela o que deseja comunicar.

Considerações finais

O modo de proceder reflexivo e crítico de ORLAN evidencia uma comunicação que tem o seu corpo como suporte e cultivo da arte. O recorte proposto evidenciou apenas algumas das experiências estéticas da artista, as quais tornam indissociáveis as subjetividades do pensamento da artista e a presença do espectador, que é posto em

[84] Gonçalves Dias escreveu, em 1968, o poema "Juca Pirama" (na língua Tupi, significa "o que há de ser morto") e nele narra a história do guerreiro Tupi, que é capturado pelos antropófagos da tribo dos Timbiras. Ao perceber o medo e o choro do guerreiro Tupi, os Timbiras abortam o ritual, pois se recusam a comer um covarde. Diferentemente de um canibal (que come carne humana, como os índios Aimorés, citados no poema), os Timbiras proclamam: "[...] nós outros, fortes Timbiras, só de heróis fazemos pasto." Libertaram vivo e humilhado o guerreiro Tupi, dizendo: "[...] parte; não queremos com carne vil enfraquecer os fortes." Oswald de Andrade, em seu Manifesto Antropófagico (1922), utiliza-se também dessa metáfora quando pretende despertar todos à importância de "devorar" os elementos existentes na cultura ao apropriar-se do que é alheio, isto é, das culturas diferentes, aprendendo com elas a ponto de ser por elas também transformado. Na linguagem literária oswaldiana, percebe-se um aproveitamento dos elementos da fala popular, da culinária, do jornal e de outras séries sígnicas da cultura, as quais traduzem em uma concepção poética a antropofagia como metáfora para o entendimento da realidade cultural brasileira.

cena no ato de ver. Este se sente desafiado a, no mínimo, esboçar uma reação e, por que não dizer, surpreender-se ou até criar memórias da ação da protagonista ou pela composição performática e visual que ela convoca.

A proposta estética de ORLAN nos surpreende como subversão da realidade, ao criar novas significações no plano comunicacional. De modo singular, incita uma mutualidade, um estado de arte daquele que faz e daquele que vê.

Tais considerações deixam abertas possiblidades para futuras pesquisas e proporcionam um olhar completamente atípico sobre questões tão caras, como por exemplo o corpo como território que se constitui através das relações consigo mesmo e com o outro. Um corpo feminino que reafirma seu lugar de existência para ser respeitado.

Referências

BAITELLO JUNIOR, Norval. **A era da iconofagia**. Ensaios de comunicação e cultura. São Paulo: Hacker Editores, 2005.

COVERS & CITATIONS. **Jean Auguste Dominique Ingres, 'Grande Odalisque'**. s/d. Disponível em: <http://search.it.online.fr/covers/?p=45>. Acesso em: 10/10/2019.

ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. **Body Art**. 05 ago. 2017. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/termo 3177/body-art>. Acesso em: 04/10/2019.

FRANCONETI, Marina. **Obra de arte da semana:** A Grande Odalisca, de Ingres. 18 out. 2016. Disponível em: <https://artrianon.com/2016/10/18/obra-de-arte-da-semana-a-grande-odalisca-de-ingres/>. Acesso em: 04/10/2019.

FREUD, Sigmund. Nuevas lecciones introductorias al psicoanálisis (1933). In: FREUD, Sigmund. **Obras completas**. Tradução de Luis Lopez Ballesteros y de Torres. 3ª ed. Madrid: Biblioteca Nueva, 1973.

MOOS, David. Memories of Being: ORLAN's Theater of the Self. **Art & Text**. v. 54, 1996. Disponível em: <https://web.stanford.edu/class/history34q/readings/Orlan/Orlan.html>. Acesso em: 10/10/2019.

ORLAN EN CAPITALES. Catalogue de l'exposition. Maison Européenne de la Photographie à Paris, 19 avril au 18 juin 2017. Disponível em**:** <https://www.amazon.ca/ORLAN-EMCAPITALES-FR-ANG/dp/2370740523>. Acesso em: 10/10/2019.

SANTAELLA, Lucia. **Estética de Platão a Peirce**. São Paulo: Experimento, 1994.

VIEIRA, Jorge. **Teoria do conhecimento e arte:** formas de conhecimento – arte e ciência – uma visão a partir da complexidade. Fortaleza: Expressão, 2008.

Grafite e identidade feminina: cultura, cidadania e mensagem da cidade

Mirtes de Moraes[85]
Rosana Bignami[86]
Leslye Revely[87]
Paula Renata Camargo de Jesus[88]

Arte Urbana

Este estudo se inicia a partir da reflexão da expressão Arte Urbana, que consiste em manifestações artísticas ao ar livre, ocupando lugares públicos, que transmitem mensagens no ambiente da cidade, portanto, dialogam com todos que a frequentam. O grafite, linguagem que se expressa como uma extensão dos muros, que são o seu principal suporte, será estudado por se tratar do lugar principal onde a artista tomada como objeto de análise escolheu expor sua arte. Para além do grafite, outros suportes são importantes na arte urbana, como objetos, pôsteres, estênceis, esculturas.

> O grafite não possui um emissor reconhecido, não se dirige a ninguém em particular, não concede nenhuma garantia em sua elaboração ou sua permanência, nem sequer quanto a seus efeitos. À primeira vista, apresenta-se como um ato do acaso, no qual o risco, a incerteza em sua elaboração e a imprevisibilidade de seus resultados constituem praticamente sua descarga determinante. (SILVA, 2014, p. 23)

O grafite, todavia, na sua constituição, não se pauta por mensagens totalmente espontâneas, uma vez que se configura como manifestação social, por isso, acaba abrangendo conteúdos de cunho crítico, pessoal e social escolhidos ou idealizados pelo artista emissor.

[85] Doutora em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM) - Centro de Comunicação e Letras: Curso de Graduação de Jornalismo e de Publicidade e Propaganda. Pesquisadora Colaboradora da ECA-USP - Departamento Jornalismo e Editoração (CJE). E-mail: <mirtes@mackenzie.br>.
[86] Doutora em Letras pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Mestre em Comunicação Social pela Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. Professora da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM) - Centro de Comunicação e Letras: Curso de Graduação de Publicidade e Propaganda e Curso de Licenciatura em Letras (EAD). E-mail: <rosanabignami@gmail.com>.
[87] Doutoranda em Educação, Arte e História da Cultura - Universidade Presbiteriana Mackenzie. Mestre em Artes - UNESP. Professora da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM) - Curso de Publicidade e Propaganda e da FECAP - Fund. Escola de Comércio Álvares Penteado. E-mail: <leslye.revely@gmail.com>.
[88] Doutora em Comunicação e Semiótica - Pontifícia Universidade de São Paulo. Mestre em Comunicação Social - Universidade Metodista de São Paulo. Professora da Universidade Presbiteriana Mackenzie e da UNISANTA. Líder do grupo de pesquisa do CNPq Pario Criação Publicitária. Publicitária. E-mail: <paularcj@gmail.com>.

Segundo Santos e Crepaldi (2018), esse é o caso das grafiteiras que estão ocupando espaços na urbe por meio dessa técnica e que apresentam também, além de novas possibilidades do grafite, temas essenciais relativos à expressão das identidades.

> A palavra grafite vem do italiano *sgrafitto*, que significa rabisco, ranhura. Existe desde a arte considerada primitiva, onde o homem tinha seus registros nas rochas, a arte rupestre. Conforme Ganz (2016), desde o início do século 20, essa temática ganhou espaço nos estudos acadêmicos, começando por desenhos feitos em portas de banheiros até escritos como forma de propaganda para incitar o ódio contra os judeus, e as consequentes resistências ao nazismo, como o grupo Rosa Branca, na Alemanha, conhecido por meio de folhetos pintados contra Hitler, em 1942. Nos movimentos sociais dos anos 1960 e 1970, os manifestantes expressavam suas novas ideias com pôsteres e palavras colocados na calada da noite nos muros da cidade, em Paris. Assim, desde sempre o grafite é visto como um movimento com caráter efêmero, de resistência e ruptura. (SANTOS, CREPALDI, 2018, p. 48-49)

O grafite, juntamente com a pichação, é uma forma de expressão textual que se manifesta no espaço urbano. Fundamentalmente obra de texto visual, assume algumas vezes na sua constituição também formas textuais verbais, tornando-se, dessa forma, obra sincrética. Como toda expressão que ocupa o espaço urbano, é alvo das mais variadas transformações, quer relativas às intempéries, quer às intervenções voluntárias da população.

O grafite difere da pichação pela sua forma criativa e pela linguagem, no entanto, a intencionalidade muitas vezes permanece a mesma. A pichação é um "ato essencialmente transgressor, efêmero, antagônico que pode ser individual ou coletivo. É um movimento fechado em si mesmo, pois um não praticante dificilmente compreende o que está escrito" (VIEIRA, 2015, p. 19). A pichação normalmente é fundamentada no uso das *tags* (*signatures* dos pichadores). Trata-se de um ato bastante complexo quanto aos seus significados e amplo quanto à intenção do que quer expressar, uma vez que a expressão da transgressão na forma de texto verbal está inserida em um contexto multiforme de relações sociais compostas por inúmeros elementos. De fato, a complexidade das relações sociais do campo da pichação pode ser decupada em alguns termos do vocabulário específico dos pichadores, cujos valores, práticas e comportamentos delineiam esse universo: "gangues e grife [...]; rolê [...]; quebrada [...]" (LASSALA, 2014, p. 41).

O grafite, por outro lado, nem sempre é associado ao ato da transgressão, sendo frequentemente interpretado como uma modalidade artística. Embora seja considerado “mais” arte do que a pichação, o grafite encontra o seu lugar como expressão que também dialoga com a ocupação e o uso dos espaços urbanos, de uma forma que pode ser também transgressora, efêmera e antagônica. Da mesma forma que a pichação, o grafite exterioriza o desejo de delimitar identidades, demarcar territorialidades e caracterizar um discurso.

Apesar disso, embora guardem características em comum, o ato constitutivo da pichação é fundamentalmente diferente do ato constitutivo do grafite. Enquanto a pichação é impulsiva, o grafite costuma ser gestado, ou seja, passa por um processo de criação e de organização das ideias a serem expressas. No entanto, mesmo que sejam distintos no ato da criação, ambos podem ser analisados como forma de resistência ou de resposta aos processos de exclusão e como expressão política, uma vez que dialogam com o uso das cidades, com as suas variadas constituições, demarcações, definições e decisões.

É fato que a cidade é construída para atender aos interesses de determinados segmentos da população. As decisões políticas, calcadas em ideologias, definem a usuariedade do espaço urbano. Por outro lado, o cidadão tem livre-arbítrio para se relacionar com a cidade, estabelecendo diálogo com a urbe, muitas vezes questionando o que foi demarcado. O grafite, assim, pode ser compreendido como “um exercício de cidadania” (LAGES E SILVA, 2004).

> O Graffiti e a pichação criticam a estrutura da cidade, suas territorialidades, suas regulamentações, seus espaços definidos de expressão, comunicação e diálogo, e constituem linhas de fuga e resistência dentro das propostas padronizadas, funcionais e restritivas de organização urbana. (FURTADO, 1994, p. 1294 apud HYPOLITO, ROCHA, 2013)

Vieira (2015) destaca que, embora o grafite e a pichação sejam obras distintas, quanto à sua concepção e ao ato criativo, existe uma dificuldade em se distinguir o autor como pichador ou grafiteiro. Tal classificação dependeria muito mais do contexto em que está inserido do que do ato criativo em si ou do uso da linguagem. Do ponto de vista da ocupação do espaço público, tanto a pichação como o grafite podem ser entendidos como ação de vandalismo, por existir ainda uma intensa confusão quanto às terminologias e quanto à compreensão do que é “grafite, pichação, arte de rua e a dificuldade de classificar essas manifestações como arte, escrita, intervenção, protesto” (LASSALA, 2014, p. 10). O fato é que a pichação e o grafite são ocupações territoriais que geram interlocuções variadas, sendo que seus autores podem ser

punidos e suas obras, eliminadas, principalmente por determinação no âmbito das políticas públicas.

Considerando essa linguagem no cenário de algumas capitais do Brasil, ocupadas majoritariamente por artistas masculinos, o recorte que se pretende neste estudo tem por enfoque a investigação das grafiteiras, para entender como se dá essa expressão de protagonismo feminino. Assim, a seguir, estão descritos os trabalhos de quatro artistas atuantes no cenário do grafíte contemporâneo e suas respectivas análises, que procuraram decompor conteúdos significativos de suas abordagens e temáticas. São elas: Karen Dolorez, Panmela Castro, Simone Sapienza e Evelyn Queiroz.

(Trans)Bordando: corpos marcados demarcando espaços na cidade

O prefixo *trans,* segundo o dicionário Houaiss, exprime diferentes significados, que podem indicar travessia, deslocamento ou mudança de uma condição para outra, sendo que aqui, neste trabalho, o prefixo acompanha o gerúndio do verbo bordar.

O trabalho de linha e agulha, que era majoritariamente realizado no espaço privado, ganha novos contornos sendo exposto na rua. O projeto a ser analisado neste estudo chama-se "#asfloresdapele", de Karen Dolorez. Nele a artista une a linguagem da fotografia com o crochê, tendo o espaço das ruas como suporte. No formato de "lambe-lambe" com a aplicação de flores de crochê, imagens de mulheres foram espalhadas por São Paulo.

O trabalho de linhas e agulhas sobre tecido foi introduzido culturalmente e tradicionalmente desde a infância feminina. Através da escola e da família, foi se ensinando às meninas de tempos remotos que o ser feminino estaria associado ao manuseio das linhas e agulhas. Percebe-se que esse tipo de dote feminino se desdobra em algumas características como paciência, recato, introspecção e capricho.

Esses adjetivos marcadamente femininos tinham como alicerce a questão biológica, postulando características sobre a cultura e o comportamento social. Biologicamente, o corpo feminino está inscrito no sexo feminino, cujo aparelho reprodutor se encontra no interior de seu corpo (de forma contrária ao aparelho reprodutor masculino, em que são externados os órgãos). Dessa forma, a localização interna permitiu uma possível associação a uma natureza própria da mulher, a "natureza feminina", e a esse feminino que gera e nutre buscou-se ajustar um modelo de pensamento que redimisse a mulher de possíveis acessos libidinosos e a direcionasse às suas características intrínsecas, ressaltando sentimentos de compaixão e ternura (MORAES, 2005).

Assim, é possível acompanhar o caminho em que o sexo, seja ele feminino ou masculino, deixa de ser pensado como significante e passa a ser pensado como significado, demarcado por características generalizantes do que é ser mulher e do que é ser homem.

Subvertendo hierarquias e sentidos generalizantes, é possível alinhar pontos com a arte, buscando encontrar novos olhares para se pensar sobre os sentidos tradicionalmente atrelados aos papéis femininos, propiciando tecer críticas às hierarquias dos gêneros que vigoram nas práticas cotidianas com seus trabalhos de agulhas, panos e linhas.



Intervenção #asfloresdapele da artista Karen Dolorez na Av. Angélica (São Paulo).[89]

A fotografia contém uma das intervenções da artista, que foi colada na Avenida Angélica, no bairro de Higienópolis, município de São Paulo. A imagem destoa dos transeuntes e veículos. Não é comum ver um corpo de mulher com os seios desnudos nas ruas da cidade. A imagem ainda se fortalece pela presença das flores em crochê. A imagem insólita por si só chama a atenção, mas para reforçar o olhar de quem passa por ela a artista escolheu um lugar proposital, isto é, está colada acima da palavra *VER*, o que faz dela algo a ser observado.

> Essas árvores de gestos se movimentam por toda a parte. Suas florestas caminham pelas ruas. Transformam a cena, mas não podem

[89] Cf.: KAREN DOLOREZ. #asfloresdapele. s/d. Disponível em: <http://dolorez.com.br/projetos#/aflordapele>.

> ser fixadas pela imagem em um lugar. Se fosse necessária, apesar de tudo, uma ilustração, seriam as imagens-trânsito... (CERTEAU, 2014, p. 169)

Michel de Certeau chama de “árvores de gestos” (expressão extraída de Rilke) figuras dessa metamorfose estilística do espaço. Essas imagens podem, segundo o autor, ser observadas ou ignoradas, mas, quando as imagens são percebidas pelo ato do andar, o espaço passa a ser pensado como apropriação.

Embora o espaço das ruas seja um espaço múltiplo – pessoas trabalhando, passeando, dormindo, carros parados e em movimento –, as formas de intervenção urbana podem ser observadas como uma experiência estética que procura produzir novas maneiras de perceber o cenário urbano e criar relações com a cidade que não a da objetividade funcional que aplaca o cotidiano das pessoas.

O corpo feminino é marcado como forma objetificada, ou seja, transforma uma pessoa que é dotada de sentimentos em um objeto sexual, que serve exclusivamente para o prazer sexual. Esse sentido foi por muito tempo produzido e reforçado pela mídia, pela publicidade, pelos filmes e pelas revistas. Podem-se observar várias consequências dessa cultura da objetificação. De um lado, a própria mulher se vê vítima do sistema de construção imagética, podendo ter vergonha do corpo (comparado ao modelo idealizado pela mídia) ou mesmo apresentar distúrbios alimentares, como anorexia e bulimia. E, por outro lado, pode-se perceber uma cultura do estupro, notada pelo número alarmante de atos de violência e feminicídios, em que o corpo feminino é determinado por um controle do homem, a quem deve satisfazer e honrar – quando esse corpo escapa das “ordens estabelecidas”, é acometido por ações violentas. A violência sobre o corpo feminino também pode se dar de formas mais sutis, sem deixar marcas visíveis, mas deixando marcas psicológicas, produto de muitos relacionamentos abusivos.

Karen Dolorez utiliza o corpo como lugar de protesto, objeto de expressão e metáfora da sociedade. São usadas diferentes linguagens através do têxtil, onde o corpo se manifesta e, no mesmo movimento, se posiciona questionando padrões sociais naturalizados. Assim, as imagens colocadas nos espaços públicos podem ser lidas como formas de comunicação em que o corpo feminino ocupa um lugar de contestação. Pode-se perceber que os trabalhos da artista buscam lutar contra o machismo institucionalizado.



Intervenção #asfloresdapele da artista Karen Dolorez na Pça da Bandeira (São Paulo).[90]

As imagens coladas nos espaços das ruas buscam promover um processo de empoderamento feminino através da comunicação visual. Muitas pessoas, ao olharem as imagens, podem se identificar, e a partir desse movimento indagações tendem a surgir, assim como um encorajamento para falar sobre os abusos sofridos em relação aos seus corpos. Desse modo, a comunicação da artista se converte em uma ação ativista em defesa do corpo feminino. Ao empregar como título a hashtag "#asfloresdapele", é possível perceber ainda a preocupação da artista com os meios de comunicação, por meio do hiperlink indexado por motores de busca na internet, permite-se assim que a rede amplie as conexões.

Vive-se a era dos ativismos sociais, vozes que reverberam, encontrando nas redes sociais um espaço de luta contra forças opressoras. Nesse campo, os coletivos ativistas aparecem e se fortalecem como uma nova forma cultural. Assim, de acordo com Martin-Barbero (2013), a comunicação torna-se uma questão de mediação, em que o primordial nas pesquisas não se encontra entre os meios, mas nas relações sociais por meio dos processos de recepção.

Um movimento que vem ganhando grande representação nas redes sociais é o feminismo. Sabemos que o feminismo é um movimento social que se estabelece na sociedade já há longa data, já no final do século XIX algumas mulheres começaram a repensar seu papel social, reivindicando igualdade de direitos políticos, civis e educacionais. Uma das questões que ganhou popularidade foi a organização do movimento sufragista, que lutava pelo direito das mulheres ao voto. Apesar do envolvimento de muitas mulheres nessas causas, poucas foram as repercussões no momento.

[90] KAREN DOLOREZ. #asfloresdapele. s/d. Disponível em: <http://dolorez.com.br/projetos#/aflordapele>.

No entanto, pode-se observar que as novas tecnologias ligadas à internet propiciaram inúmeras possibilidades para que esse movimento crescesse, e desde então muitas mulheres puderam compartilhar suas histórias e, por meio de relatos pessoais, começaram a se sentir acolhidas, identificando-se umas com as outras. Nesse movimento crescente, questões como vergonha, medo e preconceito passaram a ganhar espaço para problematizações. As redes feministas afirmam que a internet vem colaborando para a popularização do feminismo – salientam, por exemplo, que as mídias sociais são ambientes que fortalecem o assunto e favorecem uma mudança cultural.

Dessa forma, as redes de relacionamento social construídas na internet podem ser vistas como componentes importantes daquilo que a teoria política tem chamado de esfera pública. Pessoas comuns compartilham opiniões e contribuem para construir uma rede de solidariedade a partir de defesas e críticas do seu mundo ideológico. Desse modo, dialogando com a perspectiva habermasiana, as redes sociais na internet podem ser vistas como cenários da manifestação e existência do "mundo da vida". (HABERMAS, 1997, p. 92)



Intervenção #asfloresdapele da artista Karen Dolorez.[91]

[91] Cf.: KAREN DOLOREZ. #asfloresdapele. s/d. Disponível em: <http://dolorez.com.br/projetos#/aflordapele>.

Embora sejam mulheres sem rosto, as imagens de Karen Dolorez buscam trabalhar com o corpo como forma de identidade feminina. E também como forma de identidade feminina flores são trabalhadas pela artista com a experiência estética da técnica do crochê. As flores e o método utilizado para fazê-las promovem uma aproximação com as formas idealizadas de construção do universo sensível do feminino, e ao mesmo tempo as flores e o crochê são repensados, ocupando outro papel social: o de crítica.

Os espaços públicos ficam assim "encarregados" de denunciar formas de hostilidade que muitas mulheres vivenciam. Com isso, a condição feminina passa a sofrer um questionamento no espaço, justamente esse espaço público que foi ocupado por uma artista/mulher para mostrar suas expressões artísticas, embora historicamente tenha se construído como espaço de poder, de domínio e de apropriação masculina. Ao escolher as ruas da cidade de São Paulo para mostrar o seu projeto artístico, a artista promove também um questionamento sobre o espaço público.

Grafites de Panmela Castro: pleitos feministas e intolerância

Este estudo parte do interesse em refletir sobre o grafite como linguagem, sua temática e sua inserção no espaço urbano. A questão essencial do trabalho é compreender em que medida o grafite expressa identidades e se insere no lugar como forma de resistência, tensionando alteridades. Para fins do estudo, portanto, a escolha da temática foi movida pelo interesse em analisar a expressão da identidade no grafite. Nesse sentido, foi escolhido um conjunto de grafites da artista visual Panmela Castro (conhecida por Anarkia Boladona), por retratarem a temática do feminino e do feminismo, por meio de um trabalho que trata da violência contra a mulher, do corpo feminino e da mulher na sociedade.

Panmela Castro (Rio de Janeiro, 1981) é mestre em Artes pelo Instituto de Artes da UERJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), realizou projetos em mais de 15 países, recebeu inúmeros prêmios e teve seu trabalho exposto em renomadas instituições. Panmela começou sua expressão artística como pichadora nas regiões periféricas do Rio de Janeiro. Seu diálogo com a urbe manifesta-se pelo uso temático do feminino marginalizado e pela expressão do feminismo da atualidade.

A relevância da reflexão vincula-se principalmente ao fato de que o grafite como linguagem urbana é essencialmente um domínio marcado pelo masculino, sendo que a inserção do feminino no grafite ocorreu tanto como forma de ocupar os espaços quanto como manifestação identitária. Esse impulso pode ser observado frequentemente nas falas

das grafiteiras ao se referirem à ocupação de um espaço que antes era dominado somente por homens. É o caso deste comentário de Panmela Castro:

> Eu comecei a pensar que o contexto da arte era mais importante do que a arte em si e por isso comecei a me vestir hiper feminina, como em uma caricatura com esses vestidos de babado e flores no cabelo justamente para confrontar as leis que os machos impunham ao graffiti. Foi aí que o meu trabalho de performance com o corpo e o feminino começou.

No Brasil a ocupação da mulher no grafite ocorreu de forma tardia se comparado a outros países. Foi somente a partir dos anos 2000 que de fato as grafiteiras começaram a ter seus trabalhos reconhecidos, portanto, o feminino no grafite é uma forma de expressão bastante recente (SANTOS, CREPALDI, 2018). Com a ocupação feminina, o grafite ganhou outras cores e outra temática.

A presente reflexão visa considerar o grafite como expressão política que dialoga com a cidade, ocupando espaços de resistência fundamentais para processos identitários de determinados segmentos da população. Por serem identitários, constituem ocupações que tensionam alteridades. Política no presente trabalho designa as manifestações humanas pelo exercício do poder, posto que poder constitui toda relação social (FOUCAULT, 1979), de tal forma que faz parte da complexidade do poder a própria resistência a ele. Para Foucault, as resistências ao poder visam assegurar a liberdade, por meio da qual os indivíduos exercem as suas individualidades e as suas identidades:

> [...] o que eu quero analisar são práticas, é a lógica imanente à prática, são as estratégias que sustentam a lógica dessas práticas e, por conseguinte, a maneira pela qual os indivíduos, livremente, em suas lutas, em seus afrontamentos, em seus projetos, constituem-se como sujeitos de suas práticas ou recusam, pelo contrário, as práticas que se lhe são propostas. (FOUCAULT, 1994 apud BRANCO, 2001, p. 243)

É preciso dizer, além disso, que as relações de poder são criadas em trocas simbólicas em que a linguagem é o elemento estruturante, permitindo expressar o que se quer dizer no âmbito de um campo dialético, campo esse em que o Outro também visa ter essa liberdade de expressão. Pode-se considerar que a tolerância é, do ponto de vista filosófico, “uma virtude política nas nossas relações com pessoas

diferentes ou de origens diferentes" (HABERMAS, 1997). O seu oposto, a intolerância, do ponto de vista psicanalítico, é um processo de estigmatização do Outro por meio das diferenças, com consequente estranhamento e segregação. A intolerância seria um reconhecimento de um "não eu" cujo ponto de partida seria sempre "negativo"; por outro lado, a "tolerância implica algo que as pessoas não aprovam, mas não podem evitar" (FANTINI, 2015), deixando que ocupem também um espaço em suas relações. A intolerância, ao contrário, seria uma incapacidade de lidar com a diferença.

Como corpus de análise sobre o grafite, a expressão política da identidade e a intolerância, foram escolhidos excertos da obra da artista visual Panmela Castro que foram publicados no seu portfólio disponível online e nas suas redes sociais. Neste trabalho, foram escolhidos os grafites sincréticos, ou seja, que contêm texto visual e texto verbal.

A obra de Panmela Castro se caracteriza pelo uso de cores fortes (quentes, intensas), rostos e corpos femininos que se sobrepõem e se fundem entre si, flores e grafismos. Fundamenta-se pelas temáticas que abarcam o feminino e o feminismo e compõe-se de obras visuais, verbais e performáticas. Do ponto de vista textual, observa-se a busca por uma expressão identitária por meio do grafite, que se revela no uso das formas e dos corpos femininos, dos objetos das mulheres, do simbolismo cultural associado às mulheres e da exteriorização dos pleitos feministas.

É, em primeiro lugar, a própria autora que se define feminina e feminista. Alinhado abaixo de uma de suas obras, em um texto verbal, Panmela Castro revela: "*The only thing I'm sure I am that I'm a feminist. [...] Sometimes people want to tell me what I have to do be a feminist, but to be a feminist is exactly to do whatever I want. [...] For No More people telling me what I have to do*." (PANMELA CASTRO, s/d) Em outro texto explora um símbolo feminino, o vestido, e por meio dele explica o universo feminista.

> O vestido é um símbolo do feminino, apenas mulheres o usam. Seu gigantismo aparente em minha obra simboliza um fardo. Caminhar arrastando uma longa cauda pintando o chão da cidade de vermelho sangue é mapear metaforicamente a morte dessas que morrem todos os dias pelo simples fato de serem mulheres, sejam estas com vaginas ou não. (PANMELA CASTRO, s/d)

Sobre uma das paredes laterais do Palacete Scarpa (sede da Secretaria da Cultura e Turismo de Sorocaba, SP) observam-se duas

metades de rostos femininos com expressão fria e olhar atento. Os rostos são retratados pelas cores fortes e quentes que frequentemente a artista utiliza nos seus grafites. Entre as metades das faces surge uma flor-vagina, desenho que caracteriza a produção da artista Panmela Castro.

O grafite, batizado de "Femme Maison" (2017), despertou o interesse de vereadores da Câmara Municipal de Sorocaba, que levaram a discussão em plenária, tendo sido deliberada a destruição do grafite, apontada pelos vereadores como um ato que atacava a moralidade, mediante a cobertura de uma camada de tinta cinza sobre a obra. Segundo a artista, esse tipo de reação está relacionado às questões identitárias de gênero, em que os papéis esperados das mulheres diferenciam-se dos papéis esperados dos homens. Em entrevista ao jornal *O Globo* (GOBBI, 2017) Panmela afirmou: "Sorocaba tem vários obeliscos, mas ninguém acha que eles são símbolos fálicos e devem ser derrubados por isso. Mas quando é algum tipo de representação do sexo feminino, é proibido."

Em que medida reações como essa podem ser consideradas exemplos de intolerância? Se considerarmos que a intolerância decorre de uma tensão entre a identidade e a alteridade, em que a alteridade não reconhece a expressão de uma identidade, pois fez algo diferente, e isso, de certa forma, colidiu com algum valor moral da alteridade (BARROCO, 2014), podemos, sim, afirmar que a reação foi uma demonstração de intolerância. No caso específico, podemos afirmar que a reação de intolerância partiu de uma instituição que tem poder para definir o uso do espaço público, cerceando, portanto, o grafite como expressão identitária. Em outras palavras, não houve o acolhimento identitário expresso no grafite feminino/feminista.

Em 2015, Panmela Castro realizou um grafite na Lapa (Rio de Janeiro) intitulado "Meu corpo, minhas regras". O grafite retrata um rosto feminino que olha de frente para quem o observa. As cores são vibrantes, quentes e destacam-se no muro da cidade. No lugar de um dos olhos, uma maçã-vagina. Os cabelos são ondulados e aparentam estar soltos ao vento. O olhar é direto, observa-se também o nariz e a boca. Na parte inferior, logo abaixo do texto visual, a expressão verbal, em pixo: "MEU CORPO, MINHAS REGRAS. #XOMACHISMO".

Segundo a própria artista, o grafite cobriu outro grafite que havia no espaço e que representava Bezerra da Silva. O novo grafite feminino e feminista elaborado por Panmela Castro não foi aceito, tendo sido vandalizado. A vandalização foi feita com tinta branca e tomou toda a extensão do grafite da artista. A camada de tinta, em pichação, que a arte recebeu desconfigurou o rosto da mulher retratada. O grafite, assim desconfigurado, perdeu o efeito quente da cor e do olhar que estava dirigido para o observador.

O vandalismo, mediante a sobreposição de uma camada de tinta que aparenta ter a forma de um “X”, pode ser interpretado simbolicamente como um corte que procura ferir o feminino e o feminismo, denotando uma tensão “eu”/“outro”. Essa tensão, que por sua vez reflete intolerância, poderia ser explicada por aquilo que a psicanálise estudou profundamente: o outro é estigmatizado a partir de pequenas diferenças, que levam ao estranhamento, à intolerância, à violência (FANTINI, 2015).

Sucessivamente, o grafite recebeu uma terceira camada, por meio de uma nova pichação. Dessa vez, o texto verbal retomava a proposta temática, confirmando a tensão existente entre identidade/alteridade nas questões identitárias do feminino/feminismo: “NINGUÉM RESPEITA AS MULHERES NESSE PAIS! BANDO DE MACHISTAS!”

Observa-se, por conseguinte, que o grafite como expressão identitária e política pode gerar tensões na relação com a alteridade, e as tensões podem se expressar por meio da intolerância, do estranhamento e, consequentemente, da negação da identidade.

Ícones e a mulher: obras da grafiteira Siss

No Brasil, em São Paulo, o cenário da arte de rua é predominantemente masculino, mas de uma década para cá as mulheres vêm aparecendo nesse tipo de expressão. Existem coletivos e grupos, por exemplo, organizados de maneira independente, que de alguma maneira ajudam no fortalecimento dessa expressão artística. Um exemplo é o coletivo Efêmmeras, que reúne mulheres artistas que têm a rua como plataforma de trabalho. A ideia é mostrar, em um único site e redes sociais, artistas que podem ter seu trabalho contratado por empresas e exposições de arte**.**

A artista Siss, que pertence a esse coletivo, é um exemplo das pioneiras dessa manifestação artística na cidade. Simone Sapienza, formada em Propaganda, é artista plástica desde 1995 e se dedica ao grafite desde 2010, sendo suas técnicas predominantes o estêncil e a serigrafia. A temática de suas obras são ícones e super-heróis em situações humanas, unificando imagens com textos verbais. A escrita, conforme a própria artista afirma em entrevista ao site Arte Fora do Museu, é essencial para deixar sua marca.

A seguir, algumas obras selecionadas para análise nesta pesquisa permitem verificar sua abordagem estética e conceitual sobre a mulher, a associação de novos ícones a sentidos diferentes e a mensagem crítica do trabalho da artista.



Obra pública de Siss.[92]

A obra observada traz como ícone a Mulher Maravilha interpretada pela atriz norte-americana Linda Carter, com seus poderes em mãos, que são suas latas de tinta em spray, feita na Comunidade D'avó, em São Miguel, São Paulo - SP. Siss capta nossa atenção para um símbolo cultural da mulher poderosa e especifica a qual poder está se referindo. As latas de spray são as armas da artista para se colocar na sociedade. E ainda acrescenta um título, acima da cabeça, em que desloca o sentido da sigla TPM, do universo feminino, que seria interpretado, a priori, como tensão pré-menstrual, para Tô Pintando o Muro. Dessa forma, há um deslocamento de sentido para o que a artista quer anunciar, algo como "aqui mulher também grafita, e esse é o seu poder".

Numa outra obra há a representação de outra atriz americana, Jessica Lange, com o seu mini King Kong. O convencional, conforme referência do filme, seria termos a imagem de um grande King Kong, que, com sua imagem vultosa, roubaria a cena e carregaria a mulher nas mãos. Nessa obra, Siss mais uma vez subverte os códigos, é a atriz que está no controle, não só do animal, mas também da cidade que ela observa.

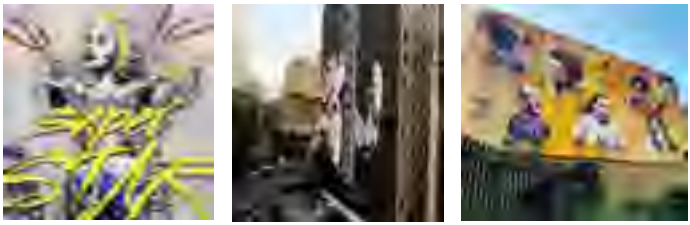
Outra obra icônica de Siss trabalha com a figura da escritora, filósofa e ativista feminista Simone de Beauvoir (1908-1996). A obra, intitulada Simone de Bom Voar, carrega, além do rosto da mulher em tamanho gigante, a frase "Não tenho Papanicolau na língua". A partir disso, podemos fazer várias interpretações, entre elas a de que não haveria exames a realizar na minha língua para detectar qualquer coisa, já que me expresso livremente.

Siss, em entrevista ao site Arte Fora do Museu, comenta que, ao utilizar ícones da sua geração e dialogar com a atual, está fazendo novas conexões com o intuito de descompor a sociedade e provocar

[92] Cf.: SIMONE SISS. Disponível em: <www.siss1.com.br>.

novos conteúdos com relação à mulher, seus direitos e à sociedade, trazendo velhos ícones pode ajudar nessa comunicação.

Para finalizar esse primeiro mapeamento acerca da artista Siss, a partir do qual esta pesquisa pretende dar continuidade à abordagem proposta, vale trazer alguns exemplos do seu discurso sendo aproveitado por marcas. Vemos a seguir três exemplos:



Obras de Siss.[93]

A primeira obra trata-se de uma ilustração que foi escolhida pela cantora americana Madonna, em 2012, para estampar a capa do seu single "Superstar", selecionada através de um concurso promovido pelo MIS - Museu da Imagem do Som, que reuniu 30 grafiteiros, entre eles, somente duas mulheres. Madonna é uma mulher conhecida por lutar pelos direitos das minorias e principalmente das mulheres, assim a imagem, agora sem a Mulher Maravilha, mas com a própria Madonna com a lata de spray, ilustra a força e o poder da cantora, junto com o título da capa.

A segunda obra trata-se de um mural feito em 2016 a pedido da marca Greenpeace. O mural fica no Viaduto Nove de Julho, em São Paulo, e tem 37 metros de altura por 12 de largura, intitulado "Salve os Tapajós". Nessa obra vemos uma menina indígena e uma frase: "Achei o último igarapé dentro do meu coração e nele lavei minha alma". No mural, Siss colabora com o pedido de socorro das comunidades indígenas a respeito de um olhar social para essa minoria que sofre com desmatamentos, negação de direitos e tem sua imagem devastada devido ao desleixo das autoridades com a relação às suas causas.

Na última obra, um mural da Siss com outra grafiteira, Thais Gil, na Rua Antonio Carlos, travessa da Rua Augusta, que não só decora a lateral do restaurante La Guapa, da chef Paola Carosella, mas também estampa rostos de grandes personalidades mulheres de todas as áreas:

[93] Cf.: WIKIPÉDIA. A enciclopédia livre. Superstar (canção de Madonna). s/d. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Superstar_(can%C3%A7%C3%A3o_de_Madonna)>. THAÍS GIL (@thaisgil.asl). Instagram. Disponível em: <https://instforgram.online/hashtag/thaisgil>. ASSIS, Tatiane de. Salve os Tapajós. **Veja São Paulo**. 13 abr. 2018. Disponível em: <https://vejasp.abril.com.br/atracao/salve-os-tapajos/>.

Elza Soares, Hebe Camargo, Marielle Franco, Marta, Ivone Lara, Maria da Penha e Roberta Close. Mulheres essas que são símbolos históricos de diversidade de gênero, figurando ainda exemplos de mulher negra, mulher no futebol, mulher na política, mulher ativista, mulher trans, enfim, todas carregam um conteúdo de luta e pensamento relativos a direitos e igualdade de gênero. O restaurante La Guapa, o Greepeace, a Madonna, ao utilizarem a obra da Siss, associam seu posicionamento de comunicação com as causas e o discurso da artista.

Portanto, nessas últimas obras, observamos o grafite com todas as suas características de transgressão e arte sendo utilizado para expor mensagens na área da comunicação, reforçando a potência da artista e ainda expandindo a visibilidade das mensagens para diversos públicos, indo além dos pedestres no espaço público.

Grafite e publicidade: a arte de persuadir

Nas ruas das cidades, centro e periferia, o grafite está presente e apresenta sua diversidade de traços e artistas. Segundo Martin-Barbero (2013, p. 277), é nas ruas, junto à massa, que, "lugar de reconhecimento, o bairro nos coloca na pista da especificidade de produção simbólica dos setores populares da cidade [...] a rua não é mero espaço de passagem, e sim de encontro [...]". Portanto, entre os produtos da criatividade estética popular na cidade, talvez o grafite seja o que apresenta uma transformação sintomática das mudanças em curso no modo de existência do popular urbano. (MARTIN-BARBERO, 2013, p. 278)

Segundo Santaella (1995), "O espectro da arte urbana é vasto, desde suas formas mais populares até as interferências que fazem uso das tecnologias mais complexas da atualidade. A forma popular bem conhecida é a do grafite e dos murais, arte das ruas por excelência". Para ela, as linguagens e técnicas empregadas nas intervenções são heterogêneas, com inserções variadas no ambiente urbano, até a criação de novas paisagens urbanas, mesmo que a preço da efemeridade (SANTAELLA, 1995). Já para Canevacci (1997), a cidade se comunica também por meio de cores. E, nesse sentido, não existe uma única cor, ao contrário, todas as cores da cidade foram criadas pelas mãos do homem urbano. É na paisagem urbana, junto aos signos, que a comunicação se estabelece. E o grafite é linguagem, comunica-se enquanto manifestação cultural, comunica-se também por meio da publicidade.

Apesar do predomínio de grafiteiros, por ser ainda um ambiente masculino, o grafite conta com muitas mulheres artistas. Muitas delas fazem parte de coletivos femininos, outras representam a luta por igualdade de gênero. Outras ainda preferem abordar temas relacionados ao universo feminino. Nesse âmbito, a artista grafiteira

paulistana Evelyn Queiróz, também conhecida por Negahamburguer, merece destaque. A artista iniciou sua trajetória em 2009.

Retratando a mulher como ela é, Negahamburguer expressa sua arte na forma de aquarelas, grafites, *stickers* e lambe-lambes. Seu trabalho está nas ruas, mas também no ambiente digital, inclusive na publicidade. A conhecida grafiteira retrata a mulher em sua essência, ou seja, a mulher real: baixa, alta, magra, gorda, com celulite... Não importa. Para a artista, cada mulher é única. E, ao retratar essa mulher nos muros da cidade, a linguagem do seu trabalho dialoga com cada uma delas.

Negahamburguer une arte ao ativismo político feminista e negro. Sua arte, sobretudo nos muros da cidade, é uma ferramenta de combate à violência contra a mulher e um manifesto contra os padrões de beleza colocados pela própria mídia.



Grafite em muro e ilustração de *portfolio* da artista de Negahamburger.[94]

Na imagem apresentada observa-se junto às imagens coloridas e significativas para o universo da mulher a linguagem verbal. Imagem e palavras se complementam, apresentam-se por meio de manifestação social, cultural, crítica. A frase em tipografia manuscrita assume um caráter de assinatura, legitimando o trabalho crítico e autoral da artista. Na frase “Não deixe a mídia alisar sua história”, escrita dentro do espaço ocupado pelo cabelo crespo, a oposição se faz presente. O verbal é também imagem. Portanto, verbal e visual se completam, formando uma mensagem criativa, direta e provocativa. O grafite de Negahamburguer quer incomodar, provocar e fazer refletir.

[94] Cf.: NEGAHAMBURGUER (@negahamburguer). Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/BzJV2jbFYLw/?igshid=lk58h5z9gewq>.

Por meio da oportunidade que oferece, o grafite se aproxima da publicidade. E por isso mesmo a artista foi escolhida pela marca Skol para participar do projeto Reposter. As marcas se aproximam dos traços urbanos e investem em instalações e intervenções nas ruas da cidade. Rocha (2006, p. 13), ao se referir à publicidade, afirma que essa é o "conjunto de valores que perpassa realidades locais, definindo práticas e fazendo com que indivíduos e grupos convivam com experiências diferenciadas de consumo". É nesse sentido que a publicidade contribui enquanto cultura e linguagem da sociedade. "A publicidade, em certo sentido, é um código cultural capaz de expressar uma complexa pluralidade de mensagens" (ROCHA, 2006, p. 13).

A publicidade é intencional e sua função primordial é levar o consumidor ao produto, por meio de mensagem persuasiva. Para tal, a publicidade bebe da fonte do cotidiano, busca retratar as pessoas em seus anúncios, causando empatia. "Por representar o real, o cotidiano dos indivíduos, seus hábitos de consumo, a publicidade tem seu caráter verossímil, parece ser real, mas não é o real, como uma ficção." (TRINDADE, 2012, p. 39)

Ao realizar o projeto Reposter, em 2007, a marca de cerveja Skol assume o *slogan* "Redondo é sair do seu passado", ao reconhecer que errou ao utilizar mulheres como objeto em suas campanhas. O projeto convidou ilustradoras mulheres para recriarem antigos anúncios, dando um novo olhar, ou seja, uma interpretação própria de como as próprias mulheres gostariam de ser representadas. Segundo a agência responsável pelo projeto, a F/Nazca S&S, a proposta foi buscar artistas mulheres engajadas em questões feministas, que pudessem compartilhar das visões atuais da Skol a respeito da diversidade e da sociedade. Foram escolhidas as artistas Eva Uviedo, Elisa Arruda, Carol Rosseti, Camila do Rosário, Manuela Eichner, Tainá Criola, Sirlaney Nogueira e Evelyn Queiroz, a Negahamburguer (SACCHITIELLO, 2017).

Negahamburguer criou as propostas observadas a seguir. Nelas, as mulheres negras merecem destaque. Com cabelos armados e coloridos, gordinhas e descoladas (brincos grandes, óculos em tamanho exagerado), as ilustrações mostram a naturalidade e força da mulher. Empoderadas, seguram o produto, lata ou garrafa, como quem escolhe e consome sua própria marca. As cores predominantes são as da Skol: vermelho e amarelo. O verbal vermelho sobre o fundo laranja é o *slogan* do projeto, ou seja, "Redondo é sair do seu passado", uma versão modificada do *slogan* "Redondo é sair do seu quadrado", utilizado pela marca em campanhas atuais. O símbolo que representa o sexo feminino está presente na saia e na blusa, nos respectivos cartazes.



Projeto Reposter da Skol.[95]

O projeto teve sucesso e foi bem aceito pelo público feminino. Ao reconhecer o trabalho das artistas mulheres, a publicidade estreitou a relação com a arte, sobretudo com as próprias ilustradoras que estabeleceram um diálogo entre marca e consumidoras. Esse foi um dos inúmeros projetos realizados pela grafiteira Negahamburguer, que segue realizando trabalhos nos muros de São Paulo, assim como em diferentes plataformas.

Considerações finais

De modo geral, as intervenções urbanas provocam uma ação conjunta entre diferentes moradores numa única cidade, promovendo em grande parte um diálogo com vários movimentos da sociedade (cultural, artístico, publicitário e social). Todas as obras apresentadas neste trabalho podem ser vistas como instrumentos através dos quais se intenciona colocar em pauta questões que merecem visibilidade no espaço público. O artigo se propôs a refletir essencialmente sobre o grafite e a temática relativa ao feminino/feminismo.

Karen Dolorez, no uso do lambe-lambe, exalta o corpo feminino, colocando-o em evidência na imagem em preto e branco para ressaltar o crochê (símbolo histórico e cultural vinculado a uma tarefa doméstica introvertida e oprimida) em linguagem de expressão com cor, textura

[95] Cf.: SACCHITIELLO, Bárbara. Skol assume passado machista e ressalta a importância de evoluir. **Meio & Mensagem**. 09 mar. 2017. Disponível em: <https://www.meioemensagem.com.br/home/comunicacao/2017/03/09/skol-assume-passado-machista-e-ressalta-a-importancia-de-evoluir.html>. Acesso em: 17/08/2019.

e plástica, cobrindo, mas ao mesmo tempo enaltecendo o órgão sexual feminino, coberto de tecido e linha de forma poética e viril, transbordando em arte a beleza da mensagem e colocando no espaço público a possibilidade de novos olhares para esse corpo. A hashtag "#asfloresdapele" colabora para levar a mensagem das ruas para o mundo virtual.

Do mesmo modo, as obras de Panmela Castro nos mostram o grafite como expressão identitária e política que, mediante a ocupação de espaços públicos, gera tensões na relação com a alteridade. As tensões podem ser institucionalizadas ou se revelar por meio de grupos estabelecidos no território, estando no bojo de ações de intolerância, gestadas a partir do estranhamento e da negação do diferente. Observa-se que a intolerância procura eliminar ou destruir o outro numa relação de identidade/ alteridade, identidade que, por sua vez, resiste e teima em ocupar os espaços, expressando sua liberdade.

A exemplo disso, vimos nas obras da artista Panmela Castro que, a partir das camadas de mensagem após a obra primária, percebe-se a resposta da rua, bem como a contrarresposta da artista em devolutiva a um comportamento de total intolerância. Aqui, o espaço dialógico das ruas gera tensão e estranhamento, que, através da expressão efêmera do grafite, permite estudar a intolerância e a afirmação de identidade de uma cultura.

Assim, estudar o grafite é considerar necessariamente seu contexto e suas técnicas. E, indo mais além, conforme mostram as obras da Siss, podemos observar essas mensagens sendo apropriadas pela comunicação e pela mídia em geral. Dessa forma, a expressão pode ser potencializada como ferramenta de comunicação e até como afirmação de posição em relação a determinados assuntos.

Ao estampar com sua estética do estêncil a capa do CD da cantora Madonna, por exemplo, a artista acessa um ambiente de comunicação de massa internacional e leva sua linguagem das ruas para um grande público, que ainda está sendo impactado pela questão de gênero, no caso, o poder heroico da Mulher Maravilha com suas latas de spray. A artista, ao utilizar ícones do universo popular, subverte códigos culturais conhecidos em mensagens de voz e poder na sua relação com as questões e necessidades do universo feminino.

Com Negahamburguer, pode-se observar também que é na paisagem urbana que a comunicação se estabelece, e o grafite é linguagem e se comunica enquanto manifestação cultural, estendendo seus conteúdos para a publicidade. Com suas obras, Negahamburguer quer incomodar, provocar e fazer refletir. Sua manifestação nas ruas, com seus corpos de mulher negra, com formato curvilíneo e seu empoderamento, foi aproveitada pela marca Skol por meio do Projeto Reposter, de 2017. Com a ideia de estabelecer um diálogo com a consumidora, a empresa convidou apenas artistas mulheres engajadas

com a temática para uma ação em que procurava “se desculpar” com o público feminino, após suas mensagens anteriores revelando a figura da mulher como objeto. Assim, com as imagens de Negahamburguer nos novos pôsteres da campanha, o grafite foi aproveitado como expressão de ruptura, e novas imagens da mulher surgiram para se associar ao produto e alcançar novos públicos.

O estudo aqui empreendido apenas se inicia, com esses quatro exemplos de artistas e suas expressões – pretende-se continuar investigando e mapeando as mensagens propostas por essas grafiteiras. A ideia é continuar com os estudos sobre as ruas e sobre como as demais formas de comunicação se apropriam dessas mensagens para propagar e ampliar as discussões acerca da identidade feminina, da cidadania e da cultura, deixadas como formas de mensagem pela cidade. O que se nota é que as artistas e as obras estão em crescimento constante, e isso permite cada vez mais observar esses materiais para ampliar o debate.

Referências

ARGUELLO, L.; CREPALDI, L. Artistas grafiteiras e os muros da cidade: uma análise das rupturas da arte. In: SAKAMOTO, Cleusa K.; GIORA, Regina Célia F. A. (Orgs.). **Rupturas:** olhares criativos e novos tecidos conceituais. São Paulo: Gênio Criador, 2018.

BARROCO, Maria Lucia S. Reflexões sobre liberdade e (in)tolerância. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n. 119, p. 468-481, jul./set. 2014.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

CANCLINI, Néstor García. **A cultura política:** entre o midiático e o digita. Conferência magna proferida no Encontro Nacional de Bibliotecas Populares da Argentina. Buenos Aires, 03 mai. 2007.

_____. **Consumidores e cidadãos**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

_____. **Culturas híbridas:** estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Edusp, 2015.

_____. **A sociedade sem relato:** antropologia e estética da iminência. São Paulo: Edusp, 2016.

CANEVACCI, Massimo. **A cidade polifônica** - ensaio sobre a Antropologia da Comunicação Urbana. São Paulo: Nobel, 1997.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** São Paulo: Paz e Terra, 2013.

_____. **Redes de indignação e esperança:** movimentos sociais na era da Internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.

CASTRO, Ana Lúcia de. **Culto ao corpo e sociedade.** São Paulo: Annablume, 2007.

CERTEAU, Michel de**. A invenção do cotidiano:** artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2014.

CHAHINE, Nathalie. **Beleza do século**. São Paulo: Cosac & Naify, 2000.

CORREIA, Pedro Miguel Alves Ribeiro; MOREIRA, Maria Faia Rafael. Novas formas de comunicação: história do Facebook - Uma história necessariamente breve. **ALCEU**. Rio de Janeiro, v. 14, n. 28, p. 168-187, jan./jun. 2014. Disponível em: <www.revistaalceu.com.puc-rio.br/media/alceu%2028%20-%20168-187.pdf>.

CRESPO, Jorge. **História do Corpo.** Lisboa: Bertrand Brasil, Difel, Fundo de Fomento do Desporto, 1990.

FANTINI, João Ângelo. Raízes da Intolerância: a segregação imaginária do outro. **SIG Revista de Psicanálise**. Porto Alegre, v. 4, n. 6, jan./jun. 2015.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1986.

GANZ, Nicholas. **O mundo do grafite**. Arte urbana dos cinco continentes. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2014.

GRANDO, José Carlos (Org.). **A (des)construção do corpo**. Blumenau: Edifurb, 2001.

GREINER, Christine. **O corpo**. Pistas para estudos indisciplinares. São Paulo: Annablume, 2005.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

LAJES E SILVA, Rodrigo. Escutando a adolescência nas grandes cidades através do grafite. **Revista Psicologia: Ciência e Profissão**. Brasília, v. 24, n. 4, p. 2-11, 2004.

LASSALA, Gustavo. **Em nome do pixo.** A experiência social e estética do pixador e artista Djan Ivson. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2014.

MARTIN-BARBERO, Jesus. **Dos meios às mediações** – Comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013.

_____. **A Comunicação na educação**. São Paulo: Contexto, 2014.

MATOS, Maria Izilda Santos. **Por uma história da mulher**. São Paulo: Educ, 2000.

MORAES, Mirtes. Criar ao peito – permanências e mudanças no ato de amamentar. São Paulo, 1899-1930. **Projeto História**. São Paulo, n. 25 - Corpo e Cultura, 2002.

_____. **Tramas de um Destino:** maternidade e aleitamento - São Paulo, 1899-1930. Tese (Doutorado em História), PUC-SP, São Paulo, 2005.

_____. "Prefácio". In: SCHWARTZ, Rosana M. P. B.; BETTINI, Lucia Helena; GARCIA, Bethina Oger (Orgs.). **Territórios e Territorialidades:** Estudos Interdisciplinares. São Paulo: O Gênio Criador, 2019.

NUNES, Silvia Alexim. **O corpo do diabo entre a cruz e a caldeirinha**. Um estudo sobre a mulher, o masoquismo e a feminilidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

PELBART, Peter Pal. **Vida Capital**: ensaios de biopolítica. São Paulo: Iluminuras, 2011.

RAGO, Luzia Margareth. **Do cabaré ao lar**. A utopia da cidade disciplinar - Brasil: 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

RECUERO, Raquel. **A Conversação em rede**: comunicação mediada pelo computador e redes sociais na internet. Porto Alegre: Sulina, 2012.

ROCHA, Everardo. **Representações do consumo** – estudos sobre a narrativa publicitária. Rio de Janeiro: Maud, 2006.

SACCHITIELLO, Bárbara. Skol assume passado machista e ressalta a importância de evoluir. **Meio & Mensagem**. 09 mar. 2017. Disponível em: <https://www.meioemensagem.com.br/home/comunicacao/2017/03/09/skol-assume-passado-machista-e-ressalta-a-importancia-de-evoluir.html>. Acesso em: 17/08/2019.

SANTAELLA, Lucia. O exoimaginário urbano. **RUA**. Campinas, v. 1, n. 1, mar. 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8652399>. Acesso em: 22/05/2019.

_____; NOTH, Winfried. **Imagem:** cognição, semiótica, mídia. São Paulo: Iluminuras, 1998.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi (Org.). **Políticas do corpo**. São Paulo: Estação Liberdade, 1995.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

SILVA, Armando. **Atmosferas urbanas:** grafite, arte pública, nichos estéticos. São Paulo: Edições Sesc, 2014.

SWAIN, Tânia Navarro. Quem tem medo de Foucault? Feminismo, corpo, sexualidade. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 4** – Cultura, política e sexualidade no século XXI. Florianópolis, 2000.

TRINDADE, Eneus. **Propaganda, identidade e discurso:** brasilidades midiáticas. Porto Alegre: Sulinas, 2012.

VIEIRA, Bárbara Costa. **Graffiti e Pixação:** processos de apropriação e resistência. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais), Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

Webgrafia

ARTE FORA DO MUSEU. **Siss**. s/d. Disponível em: <https://arteforadomuseu.com.br/artistas/siss/#section=videos>.

ASSIS, Tatiane de. Salve os Tapajós. **Veja São Paulo**. 13 abr. 2018. Disponível em: <https://vejasp.abril.com.br/atracao/salve-os-tapajos/>.

DÁVILA, Marcos. Elogiada por Madonna, Simone Siss desenha temas femininos nas ruas. **Revista SãoPaulo** - Folha de S. Paulo. 05 out. 2014. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/saopaulo/2014/10/1526719-elogiada-por-madonna-simone-siss-desenha-temas-femininos-nas-ruas.shtml>.

GOBBI, Nelson. 'Ninguém vê obeliscos de Sorocaba como símbolos fálicos', protesta grafiteira censurada. **O Globo**. 11 dez. 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/artes-visuais/ninguem-ve-obeliscos-de-sorocaba-como-simbolos-falicos-protesta-grafiteira-censurada-22178665>.

INSTITUTO PIPA. **Panmela Castro**. jul. 2019. Disponível em: <http://www.premiopipa.com/panmela-castro>.

KAREN DOLOREZ. **#asfloresdapele**. s/d. Disponível em: <http://dolorez.com.br/projetos#/aflordapele>.

NEGAHAMBURGUER (@negahamburguer). Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/BzJV2jbFYLw/?igshid=lk58h5z9gewq>.

PANMELA CASTRO. **Panmela** Castr. s/d. Disponível em: <https://panmelacastro.com/bio-and-curriculos>.

SIMONE SISS. Disponível em: <www.siss1.com.br>.

THAÍS GIL (@thaisgil.asl). Instagram. Disponível em: <https://instforgram.online/hashtag/thaisgil>.

WIKIPÉDIA. A enciclopédia livre. Superstar (canção de Madonna). s/d. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Superstar_(can%C3%A7%C3%A3o_de_Madonna)>.

Setting, um território de diversidade

Jane Botelho Fernandez[96]

Introdução

> *"É importante passear pela paisagem de nossa vida sem nos assustarmos demasiadamente com os minotauros que vivem em nossos labirintos e sem nos encantarmos infantilmente com as águias que circunvoam nosso mundo mais ensolarado. Uns e outros somos nós."* (TONIN, 2002, p. 13)

"Diversidade" é o termo que nos permite indicar, marcar ou falar da variedade, pluralidade e diferenciação cultural, social e religiosa, entre outras dinâmicas dos humanos. Na natureza os outros seres vivos lidam bem com as diversidades, portanto, precisamos aprender mais com a biodiversidade e, quem sabe, deixar um legado mais equilibrado para as futuras gerações. Espera-se que a leitura deste capítulo colabore para a busca de uma melhor qualidade de vida para nós e para nossos filhos e netos.

Vale lembrar que, desde a origem da humanidade, a "diversidade" está ameaçada, há uma guerra visível, invisível e permanente pelo poder e dominação dos governos. Por exemplo, a liderança de Alexandre, o Grande, por volta do ano 356 a.C., contexto em que os gregos tinham uma visão de assimilação e colonizadores culturais levaram para a região seu idioma, arte, arquitetura, literatura e filosofia, que ficou conhecido como Helenismo[97], sendo que a resistência ao estilo de vida helenista era vista pelos reis gregos como rebelião. De um lado, os gregos, de outro, os romanos avançavam em suas conquistas geográficas, abrindo caminhos e estradas até as primeiras embarcações, ampliando e pulverizando conhecimento, usos e costumes.

Outro episódio terrível de se digerir até hoje por qualquer ser humano foi o holocausto, ocorrido na primeira metade da década de 1940. Ação oposta do que entendemos ser o respeito pela diversidade, pois a intenção dos dois exemplos citados foi o estabelecimento de uma homogeneização seguida de dominação.

Consideremos também que, no final do século XX e início do século XXI, surgiu a globalização, um dos processos de aprofundamento

[96] Mestre em Educação, Arte e História da Cultura - Universidade Presbiteriana Mackenzie. Psicóloga, Licenciatura/Bacharel Clínica Psicanalítica. Membro Plena do Corpo de Psicólogos e Psiquiatras Cristãos - CPPC. Focalizadora em Dança Circular Sagrada. Pesquisadora CNPq, Grupo de História, Cultura e Mídias. E-mail: <janebfz@terra.com.br>.

[97] O período helenístico (ou Helenismo) foi uma época da história compreendida entre os séculos III e II a.C. na qual os gregos estiveram sob o domínio do Império Macedônico.

internacional da integração econômica, social, cultural e política, iniciada pelos povos europeus, que teriam sido impulsionados pela redução de custos dos meios de transporte e comunicação dos países.

Diante da diversidade aqui posta, pode a globalização se tornar um perigo para a preservação da diversidade cultural, sendo ela uma força poderosa no novo sistema mundial? O que sabemos é que, sempre que as diversidades culturais serviram para somar, e não para dividir, tanto no mundo antigo como na sociedade atual, significou progresso e avanço em todas as áreas importantes, a saber, na ciência, saúde, educação e arte. A globalização continuará sendo determinante no curso da história futura da humanidade. E, sem dúvida, ela nos coloca tanto desafios como oportunidades.

Outro fato histórico importante para compreender nossa atualidade em relação a valores, afetos e desafetos, como um novo paradigma religioso que se deu no século XVI, é a reforma Protestante liderada por Martinho Lutero.[98] O cristianismo se tornou uma grande possibilidade de se viver de fato a diversidade, inclusive com a queda do muro de separação sobre o que é sagrado e o que é profano, haja vista que o dualismo de dois mundos tinha compartimentalizado a fé e criado uma esquizofrenia teológica. Como psicóloga, tenho acompanhado muitos que vivem a esquizofrenia como resultado dessa imposição do que é sagrado ou profano, prevalecendo nesse caso normas e leis externas e internas que não têm sentido, impedindo essas pessoas de estabelecer relacionamentos e convivências saudáveis.

Carvalho (2018), em seu livro "Metanoia", nos situa historicamente sobre os escritos de Martinho Lutero, John Calvino e John Knox, os quais abraçaram a ideia bíblica da dignidade do trabalho e introduziram na Europa a visão radical de que a vocação de um lavrador ou de um pedreiro seria tão digna quanto a de um sacerdote ou monge. Essa experiência libertadora se dá no individual e tem suas repercussões no coletivo. A visão de não mais dualismo entre sagrado e profano é apontada pelo sociólogo Max Weber (1864-1920) como fundamento ético, encarada pelos protestantes com significação religiosa. E essa visão forjou a alma de grandes nações, como Inglaterra, Suíça, Dinamarca, EUA, Holanda e Alemanha, entre outras.

Partindo do fato de que somos uma nação que nasce híbrida, como brasileiros também podemos beber dessa fonte libertadora e usufruir das águas límpidas e correntes advindas dessas nações, as quais estão presentes em estados, cidades e bairros do Brasil, como o município de Holambra, com flores e costumes dos holandeses, e Campos do Jordão, uma cidade com arquitetura dos Alpes suíços.

[98] Martinho Lutero (1483-1546) foi um sacerdote católico alemão, o principal personagem da Reforma Protestante realizada na Europa no século XVI, que contestava o poderio da Igreja Católica, o comércio de cargos eclesiásticos, a venda de dispensas, de indulgências e de relíquias sagradas.

Sim, essas águas são as águas da diversidade, em seu mais amplo aspecto, e possíveis territórios "*setting*", que fazem parte da construção histórica, social e cultural do nosso país.

É possível experimentar essa diversidade através da arte de dançar. A dança circular sagrada, por exemplo, tem em seu repertório musical e coreográfico os diferentes ritmos e compassos de todas essas nações mencionadas. A dança é como uma viagem, em que é possível visitarmos várias nações.

Da roda e da circularidade emanam reconhecimento e culturas, colocando todos por igual, pois ninguém na roda fica para fora ou para dentro, de mãos dadas, com suas diversidades, todos alinham-se para que a dança aconteça. Assim também pode ser na roda da vida. Por alguns momentos podemos nos sentir holandeses, americanos, alemães, como nordestinos, cariocas, enfim, bailarinos que, ao som de uma melodia, unificam subjetividades e passos. A presença plena é requisitada, e então podemos entender o que Bernhard Wosien (2000, p. 65), o criador da dança circular sagrada, sugere quando diz "A dança é menos pedagógica (como disciplina científica), mas sobremaneira, formação humana".

No início do primeiro século da era cristã, um homem chamado Paulo de Tarso já proclamava sobre a diversidade: "Não há judeu nem grego; não há escravo nem livre; não há homem nem mulher; porque todos vós sois um em Cristo Jesus." (Gálatas 3:28) Inspirado por Jesus, o precursor de uma nova ordem mundial, o qual viveu há mais de dois mil anos atrás e continua sendo ouvido e seguido como exemplo de diversidade cultural e social da humanidade, em seus ensinamentos declara: "Para que todos sejamos Um." (João 17:21)

Considerando que a globalização, bem como a Reforma Protestante dizem respeito a um macroencontro de microencontros, um ser humano com outro ser humano onde existe um "sopro" de vida, portanto, há um encontro a três em que se prevê uma comunicação através da fala, de atitudes e ações, culminando em comunhão, sendo então possível não anular o ser nem o DNA de cada um.

Não existe um único encontro neutro ou passivo quando se trata de pessoas vivas, munidas de alteridades, subjetividades, crenças e ideologias, de modo que, em uma proporção maior ou menor, os resultados desses encontros envolverão a todos. "O rabino e filósofo inglês Jonathan Sacks afirmou que, apesar do abismo entre duas culturas, hoje elas se relacionam proximamente e que o mundo ocidental nasceu do encontro de duas civilizações antigas: Atenas e Jerusalém." (CARVALHO, 2018, p. 31)

O resultado da descoberta e aproximação de povos foi uma "ameaça", que ocorreu sutilmente ou bruscamente, trazendo alterações e até a perda de costumes tradicionais e típicos de cada sociedade. A questão é que, para não prevalecerem somente características globais,

pesquisas, livros, filmes, novelas etc. têm colaborado para que sejam conhecidas e reconhecidas as características tradicionais dos povos, que a cada dia estão mais acessíveis a toda a população, a qual passa a conhecer, através desses meios de comunicação, usos e costumes de outras sociedades do presente e do passado, às vezes até muito distantes geograficamente, assim contribuindo para uma melhor compreensão e aceitação das diversidades.

Porém, é preciso considerar que a comunicação conta com a mediação da imprensa e, em sua maioria, do discurso médico, realidade presente ao longo dos séculos no Brasil e no mundo. Narrativas que atuam como fator decisivo e muitas vezes são manipuladoras, vão deliberando normas e condutas e até interferem na concepção de desejo das pessoas. Inclusive sobre o suicídio e o corpo de quem decide por uma morte voluntária: “Entre os conhecimentos e discursos que participaram da configuração histórica daquilo que passou a ser visto, pensado e aceito como verdadeiro, a medicina e a imprensa se destacaram, sobretudo no agenciamento e enunciados de tipos.” (PRIORE, 2011, p. 214)

Atualmente a sociedade se comunica a partir da imprensa, do rádio, da televisão e, por último e explosivamente, das mídias sociais e suas múltiplas possibilidades. “Mídias”, termo utilizado no mesmo sentido de imprensa, grande imprensa, jornalismo, meio de comunicação, veículo. Às vezes é citado no plural, mídias, palavra que tem origem latina. No Brasil esse termo chega na década de 1990.

Com a mídia, nos deparamos com uma velocidade real de notícias e informações que por vezes até assusta. Mas parece que já estamos acostumados com a rapidez e a liquidez com que tudo acontece. Separar um tempo para pensar, meditar, ler, dançar, cantar e escrever requer esforço, o que não é comum diante de tanta facilidade e “fast-foods” oferecidos pelas mídias e em todos os territórios que nos cercam. Resultado: a população mundial está “emburrecida”, sedentária e obesa.

São tantas opções, informações e oportunidades que acabamos passando rapidamente por tudo e, o que é pior, por todos. Não há tempo para nossos relacionamentos mais importantes, inclusive conosco mesmo. Cada vez mais clínicas e hospitais recebem pessoas fraturadas, quebradas, enfartadas, angustiadas, surtadas... E, após uma anamnese (relato narrado pelo paciente sobre determinado mal-estar ocorrido, para que o profissional da saúde faça o diagnóstico), fica nítido que se trata de mais um “atropelamento de si mesmo”, cansaço e sobrecarga da vida. Portanto, é preciso investir em profissionais capazes de lidar com os que se apresentam com a doença “cansaço”, cansaço da vida, estresse, espalhados por todos os territórios da cidade.

É o que Byung-Chul Han (2014) retrata de forma simples e profunda em seu livro "Sociedade do cansaço", que se diferencia por apresentar um sujeito que nos faz questionar as verdadeiras causas e sintomas desse cansaço, pois diz respeito a uma exigência não mais de fora, mas principalmente interna desse indivíduo que concorre consigo mesmo:

> Problemática não é a concorrência entre os indivíduos, mas o fato de se tornarem a si mesmos como referência e se aguçar neles, assim, sua concorrência absoluta. O sujeito de desempenho concorre consigo mesmo e, sob uma coação destrutiva, se vê forçado a superar constantemente a si próprio. Essa auto coação, que se apresenta como liberdade, acaba sendo fatal para ele. (HAN, 2014, p. 99)

A palavra "estresse" vem do inglês "*stress*" e foi utilizada pela primeira vez na área da saúde em 1926 por Hans Selye (1907-1982), para designar um conjunto de reações específicas que ele havia observado em pacientes que sofriam das mais diversas patologias. Os sintomas que as pessoas apresentam geralmente são múltiplos e, na maioria das vezes, estão relacionados a uma vida acelerada, vivem uma pressa a ponto de não ter tempo de dormir, comer, rezar. E, na tentativa de usufruir de tudo que a mídia e a imprensa velozmente oferecem, ficam *"imprensados*" em suas escolhas:

> Mas é conveniente lembrar que, mesmo ferido, o nosso coração não é um bonde no qual todo mundo entra e sai à vontade. Ter pudor da própria dor e intimidade é demonstração de maturidade e dignidade. Não adianta jogar palavras ao vento. Ferida de coração se cura com bondade de coração, e não com desqualificada e deslava publicidade. (TONIN, 2002, p. 17)

A preocupação com o progresso foi um alerta de Walter Benjamin[99] (1892-1940), ao relatar as possíveis consequências negativas do avanço da imprensa. Quando os jornais e as revistas passam a ser produzidos num tempo veloz e em grande quantidade, ele questiona: será que isso afetará a leitura e a reflexão necessária sobre uma notícia? Benjamin também escreve sobre a fumaça e a velocidade dos carros, que em sua época iniciavam a circulação nas ruas. Hoje também estamos preocupados e questionando a qualidade de vida que temos e o "peso" que tal progresso continua a trazer em meio à velocidade das notícias e à poluição que mata.

[99] Filósofo, ensaísta, crítico literário e tradutor alemão. Deixou vasta obra literária, além de ter contribuído para a teoria estética, para o pensamento político, para a filosofia e para a história.

A despeito de todas essas inquietações, aqui trazidas à tona para uma reflexão e possível mudança de atitude, infelizmente, o resultado de todas essas influências midiáticas é a dominação exercita por uma sociedade "embranquecida" e elitizada. Apesar de tantos avanços tecnológicos, é fato que as igualdades sociais ainda estão longe de se tornarem uma realidade. Precisamos avançar como humanos e tornar a humanidade de fato mais humana.

Mas, com o intuito de tentar preservar as riquezas culturais dos países, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) criou, em 02 de novembro de 2001, a "Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural", que diz:

> A Declaração da UNESCO sobre Diversidade Cultural reconhece as múltiplas culturas como uma herança comum da humanidade e é considerada o primeiro instrumento que promove e protege a diversidade cultural e o diálogo intercultural entre as nações, que consistem a particularidades dos povos como a linguagem, as tradições, a culinária, a religião, os costumes, o modelo de organização familiar, a política, entre outras características próprias de um grupo de seres humanos que habitam um determinado território.

É preciso fazer valer essa declaração, mesmo após tantos anos, e admitir os efeitos presentes até hoje em relação ao processo de territorialização, através da colonização dos índios e da "adaptação" dos escravos africanos com a chegada das expedições no território Brasil, já que essa experiência "fundante" fará parte da nossa realidade para sempre, como pátria e nação, em âmbito pessoal e coletivo. Informação importante para o estabelecimento dos tipos de *setting*/ território de diversidade aqui apresentados.

Este capítulo tem como objetivo apresentar tipos de *settings*/ territórios de diversidades e fazer um breve relato sobre como encontros e desencontros no(s) *setting*(*s*) trarão à tona situações do passado, as quais interferem no presente e no cotidiano das pessoas envolvidas, e influenciarão os territórios e territorialidades futuras. Focaliza ainda os aspectos que envolvem as diversidades de uma sociedade e o quanto essas influências conscientes ou inconscientes, bem como os arquétipos podem afetar a afetividade, o amor e a esperança de uma pessoa, em detrimento do "mal-estar" instalado em nível individual e social.

Para abordar os tipos de *setting*[100], veremos neste trabalho que existem vários "cenários" que têm contribuído para o equilíbrio e a saúde mental das pessoas. Os *settings* podem ser de atendimento

[100] *Setting* é uma palavra do inglês que significa "cenário" e é usada no teatro brasileiro com o mesmo sentido.

clínico individual, familiar ou de grupos, sistemas educacionais ou de saúde, bem como de comunidades religiosas, instituições corporativas etc. Consistem em espaços planejados que se tornam territórios onde o bem-estar prevalece a partir das práxis, que, em âmbito geral, podem ser chamadas de terapêuticas, pois têm o intuito de colaborar para a saúde integral da pessoa ou do grupo.

O *setting*, sendo um território que acolhe o indivíduo, sua identidade/território, permite que este seja capaz de perceber, dialogar e elaborar sentimentos e comportamentos muitas vezes incompreendidos, inaceitáveis, por si mesmo e ou por aqueles que o cercam, como familiares, colegas de trabalho, comunidades, espaços educacionais...

Considerando que esses mais variados tipos de relacionamento são dinâmicos, estão sob as influências das vicissitudes da vida, como acidentes e catástrofes. Precisam ser considerados como dispositivos frente às experiências de vulnerabilidade, sabendo-se que as eventuais mudanças podem gerar crescimento ou paralisar a pessoa, reação que certamente terá implicações no meio onde esse sujeito está inserido, como também deixará um legado e consequências positivas e negativas, as quais chamaremos aqui de “diversidades internas”, que criam as *adversidades* internas e podem encontrar nos *settings*/territórios um novo caminho.

Numa abordagem clínica, ao entrar na sala preparada, pense como sendo uma “moldura de arte” e como uma tela, as mãos do que atende e as do atendido se unem para juntos “pintarem” a vida que ali chega. E, a partir de uma queixa e escuta, juntos, o que fala e o que ouve, são capazes de compor novas formas e cores, as lembranças, os sentimentos e ideias podem ser redesenhados, aperfeiçoando e elaborando a história do paciente, ambos considerando sua integralidade. Ou seja, estamos num encontro em que o diálogo se dá em três dimensões e é preciso fazer uma escuta do corpo, da alma e do espírito. Uma relação ontológica.

Consideramos neste trabalho que os aspectos da espiritualidade são uma experiência existente em toda a humanidade. Espiritualidade é quase como a arte que se expressa das mais belas formas e ao mesmo tempo é única, nós somos a arte e o artesão é Deus. Espiritualidade e arte estão espalhadas por muitos territórios quer se caracterizam por sagrados ou não. Assim como a arte, que pode tocar em nossos sentidos de forma surpreendente, assim é quando somos tocados em nosso ser integral.

No *setting* clínico a espiritualidade estará presente pelo viés da subjetividade, com ideias e crenças arquetípicas e geracionais. Como no DNA, no qual as características biológicas de uma pessoa seguem um padrão geracional, assim também as características subjetivas, conscientes ou não, podem seguir um padrão geracional e precisam da

"escuta" de um especialista, que pode ser um psicólogo, psicanalista ou terapeuta.

Ao sair do *setting*/território e abrir a porta novamente de volta para o mundo, é esperado que o paciente esteja com mais condições de lidar com as suas diversidades existenciais e possa transitar e conviver consigo mesmo e em seus relacionamentos de uma maneira mais saudável, possibilitando que as diversidades sejam cada vez menos razão de adversidade, pessoal e coletiva.

Seja qual for a diversidade que esse sujeito seja capaz de admirar, adentrar com um novo olhar de dentro para fora, como pôde vivenciar no *setting* terapêutico, e encontrar um sentido para seu sofrimento, ainda que seja uma experiência imbuída de dor e traumas, considerando a resiliência como um bom caminho para amadurecer. Sempre será possível um ressignificar interno. Longe de ilusões, da pretensão de ser perfeito, e sim "aberto" para compreender e ampliar seu universo e dos que o cercam.

Compreende-se aqui que o *setting*/território tem outros formatos: rodas de conversa, danças, grupos de estudos acadêmicos, religiosos, encontros formais, informais, dos mais diferentes tipos, que podem se tornar uma possibilidade terapêutica, logo, acolhedora e transformadora.

Na introdução do texto de Pablo Castanho sobre como trabalha um analista ao coordenar um grupo, lemos que, tal como um psicanalista em atendimento individual, o(s) coordenador(res) de um grupo propõe(m) um dispositivo, sustenta(m) e intervém(êm) no processo através de interpretações, manejos e presença reservada. "Como é possível além dos grupos exclusivamente verbais, entendemos a necessidade de refletir sobre a utilização de outras estratégias grupais." (CASTANHO, 2014, p. 41)

Atuando na clínica nos últimos 20 anos e há mais de 30 anos coordenando grupos de jovens, casais, crianças, profissionais da saúde, educação, em territórios religiosos, praças públicas e outros, tenho clareza de que essa dinâmica compreendida como um fenômeno é muito conhecida por todos os que trabalham em grupos de diferentes referências. "O grupo possui grande potencial para um trabalho de ressignificação." (CASTANHO, 2014, p. 54) Essa união do grupo e um analista é sempre muito fecunda e nos enche de esperança na manutenção e melhoria que o território/identidade pode receber, contribuindo para um processo de amadurecimento pessoal e coletivo.

Nos *setting*/território é necessário considerar utopias, ideologias, epistemologias e cosmovisões existentes individualmente, institucionalmente ou no grupo ali formado, sendo que no caso de grupos a proposta pode envolver um único encontro ou vários, quando se tratar de um curso, vivências semanais, mensais etc. Visando *insight*, sempre que possível.

Um *insight* significa clareza súbita na mente, no intelecto de uma pessoa: estalo, luz. Pode ser também a compreensão e até a solução de um problema, um *insight* pode ocorrer em qualquer momento! Essa é a mensagem importante que pretendo deixar neste trabalho. Que esta leitura possa se tornar uma possibilidade terapêutica, pois, como um sábio amigo me ensinou, a Bíblia é um livro que me lê, assim, de forma mimética, desejo que esta leitura, como outras de qualidade e valor, seja capaz de ser lida e de nos ler, numa interação entre a mensagem que se recebe e a mensagem que se revela. Propiciando assim ajustes cognitivos, emocionais e comportamentais a partir da interação com a leitura. Afinal, "O maior explorador da terra não faz nenhuma viagem tão longa como aquele que desce ao fundo do seu coração" (TONIN, 2002, p. 14).

Considerando que o ser humano é constituído e construído de valores e crenças resultantes de todos os relacionamentos, bem como de influências geracionais, o *setting*/território pode se tornar um "lugar" importantíssimo em suas idas e vindas, chegadas e partidas de si mesmo. Vale lembrar que viagens, passeios na rua de casa ou em outro país também podem servir como *setting*/território de diversidade, o "encontro" com construções históricas, museus, praças, templos sagrados, edifícios, montanhas, rios e mares pode provocar efeitos e ampliar a visão sobre diversidade.

A capacidade humana de contemplar a natureza e a comunhão com pessoas tornam possível um retorno ao equilíbrio espiritual e emocional, mesmo em tempos de tantas preocupações e descrenças, sendo que todos que desejarem podem ser um agente ativo no equilíbrio de outros territórios: "Quem quer aquecer o mundo, deve trazer dentro de si uma grande fornalha." (Phil Bosmans, 1932, mestre espiritual flamenco, apud TONIN, 2002)

Como profissional da saúde e educadora, tenho acompanhado centenas de casos de pessoas individualmente e no coletivo que se tornam "arquitetos" de espaços interiores, como nos escreve Sloterdijk[101], filósofo alemão (72 anos), "interessado em pensar os espaços interiores, sua arquitetura, seu design e sua conformação, isso pela simples razão de que seres humanos, desde que temos notícias deles, sempre existiram no interior desses espaços" (PESSANHA, 2018, p. 43).

[101] Filósofo alemão (72 anos), é um dos mais conhecidos e lidos filósofos na contemporaneidade. Tornou-se o maior best-seller alemão de filosofia desde a Segunda Guerra Mundial.

Pensar nesses diferentes tipos de *setting* como território que contempla, questiona e busca tornar a diversidade uma possibilidade de avanço da humanidade me traz uma distinção muito coerente do psiquiatra José Carlos Hernandez (1999), em seu livro "Uma viagem ao coração de si mesmo": todas as pessoas têm encontros horizontais na roda da vida, uma circularidade, uma horizontalidade em que busca ou acontece um encontro com um outro igual a si, mas há um outro diferente de tudo e de todos que só encontramos na relação vertical, o que pode nos situar enquanto humanos e como seres eternos. Esse encontro é com o doador do sopro da vida.

Aí está a mais verdadeira e ampla condição humana posta a partir da diversidade: o fato de todos nascermos sem saber de onde viemos nem até quando existiremos ou quando morreremos. Ainda, saber que todo ser humano um dia, independentemente de raça, sexo e cor, iniciou a vida num útero materno, lugar fechado, protegido, agasalhado no regaço da sua primeira "casa". (PESSANHA, 2018, p. 46)

O ser humano traz dentro de si um "sopro" de vida e, ao responder a esse sopro no nascimento, torna-se imagem e semelhança de Deus, segundo os textos bíblicos narrados no livro de Gênesis, capítulo 1:26: "E Deus disse: façamos o ser humano à nossa imagem, conforme a nossa semelhança", "[...] Então o Senhor Deus formou o homem do pó da terra e lhe soprou nas narinas o fôlego de vida, e o homem se tornou um ser vivente" (Gênesis 2:7). Colocou-o num território chamado Jardim do Éden, na direção do Oriente (Gênesis 2:8).

Ser portador de um sopro, nascer e seguir na vida é estar em constante processo de descobertas e escolhas. "Fomos criados à imagem de Deus, resta a nós nos tornar sua semelhança. Somos autores de nós mesmos. [...] somos sujeitos [...] Dar à luz a nós mesmos." (MIRANDA, 2014, p. 100) É preciso aprender a lidar com afetos e desafetos, e saber que às vezes nada faz sentido, então pode ser bom lembrar o que escreve C. S. Lewis: "Se eu encontro em mim um desejo que nenhuma experiência desse mundo possa satisfazer, a explicação mais provável é que eu fui feito para um outro mundo."

Ao considerar essa frase de Lewis no *setting* clínico, não se trata de casos só de pacientes psicóticos ou pessoas alienadas na sociedade, mas também de pessoas como eu e você, podemos encontrar na crença, na fé e perenidade uma lógica para as coisas sem sentido.

O psiquiatra e sobrevivente do holocausto Dr. Viktor Emil Frankl (1905-1997), ao criar, exercer e deixar como legado a Logoterapia, torna a busca por um sentido de vida uma realidade possível,

independentemente de todas e quaisquer circunstâncias, sendo ele mesmo exemplo da eficácia dessa abordagem, bem como um exemplo para todos os que se submeteram e se submetem a essa terapêutica, em que pacientes e profissionais que atuam se beneficiam.

Os *settings*/territórios de diversidade aqui mencionados podem ser comparados a uma construção onde os materiais utilizados são ideias, pensamentos, sentimentos e traumas misturados com o desejo de elaborar de dois ou mais seres humanos. É importante salientar que, como em qualquer construção, é preciso existir espaço vazio, saber que é entre as paredes e a mobília que podemos transitar. A falta, o vazio e o silêncio são fundamentais em todas as dinâmicas objetivas e subjetivas, como o mistério, a não resposta, o não passível de explicação, de intervenção e de dominação. É justamente nesses espaços vazios e de silêncio que pode brotar um novo e jamais existente território/ identidade de uma pessoa que dê sentido e até torne fecundas algumas experiências não desejadas.

É necessário compreender que somos incompletos à espera de um novo dia, um novo espaço, que poderá nos surpreender e nos completar.

Aprender a acreditar, se lançar ao vazio, ao silêncio, à falta do que ainda está por vir, essa experiência é uma necessidade do ser humano. Mesmo que seja um pequeno raio e às vezes até bem passageiro, o que em um processo terapêutico chamamos de "*insight*": uma luz no fim do túnel, um farol que surge em meio à tempestade e o qual não pode ser desprezado, pelo contrário, é preciso estar vivo e agarrar, pois talvez aí esteja uma "sementinha", uma ideia nova para ser plantada, regada e, no tempo certo, colhida, atento ao fator "tempo" para que o fruto dessa experiência seja usufruído pela pessoa e por todos que a cercam. Normalmente o *insight* é individual, mas os benefícios se estendem a outros – como em uma árvore que, ao se constituir em suas raízes saudáveis, é capaz de produzir a sombra, os frutos e a beleza a todos que se aproximam.

O que a mídia, amigos, profissionais da saúde, familiares e professores dizem é que é preciso coragem e ânimo para levantar do "sofá" da dúvida, da amargura, da ira e da ingratidão. Sair do "sofá" em busca de um "*setting*", pois, independentemente da abordagem, se a proposta é em grupo ou individual, o que realmente importa é a decisão

de que é preciso buscar alternativas saudáveis e terapêuticas para ser ampliada, transformada e então ver e viver os milagres do cotidiano (CERTEAU, 2003, p. 77) [102].

"Se percebemos que a vida realmente tem um sentido, percebemos também que somos úteis uns aos outros. Ser um ser humano é trabalhar por algo além de si mesmo." (FRANKL, 1991)

O feminino no *setting* da diversidade

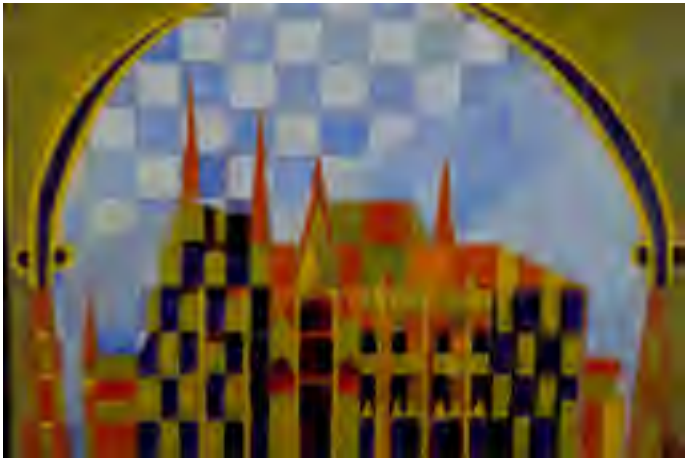
As experiências de transformação que se tornaram inspiração a partir da diversidade representada no feminino são inúmeras, atentarei a três mulheres que "chegaram" até o meu *setting*/território de diversidade nesses últimos meses, através da saúde mental, da arte e da crença. Mulheres que também me inspiraram a escrever este capítulo. Iniciaremos com uma poesia de Nise da Silveira:

> Não se curem além da conta.
> Gente curada demais é gente chata.
> Todo mundo tem um pouco de loucura.
> Vou lhes fazer um pedido:
> Vivam a imaginação, pois ela é a nossa realidade mais profunda.
> Felizmente, eu nunca convivi com pessoas ajuizadas.
> É necessário se espantar, se indignar e se contagiar, só assim é possível mudar a realidade.

Nise (1905-1999) foi uma das primeiras mulheres a se formar em medicina no Brasil e era a única no rol de funcionários do Hospital Psiquiátrico Pedro II, localizado no Rio de Janeiro. Lá revolucionou o modelo de atendimento através da arte ao conseguir, após muitas lutas e adversidades, implantar seu trabalho com a terapia ocupacional, no ano de 1944, intensificando em 1947, até sua aposentadoria compulsória, em 1974. Contribuindo para a humanização dos doentes mentais, sua práxis é modelo até hoje para todos que trabalham com saúde mental. Essa mulher é reconhecida mundialmente.

No dia 22 de setembro de 2018, a Sociedade dos Amigos do Museu de Imagens do Inconsciente lançou o projeto de expansão do museu com mais de 400 mil obras de arte dos clientes, doentes mentais e ex-residentes no Hospital Pedro II. Pacientes que foram atendidos pela psiquiatra Nise da Silveira e por outros profissionais que a sucederam com o trabalho de terapia ocupacional.

[102] Historiador e erudito francês. Intelectual jesuíta, dedicou-se a estudos nas áreas da psicanálise, filosofia, ciências sociais, teologia, teoria da história, entre outras.



Obra do paciente esquizofrênico Carlos Pertuis. (BIERNATH, 2017)

Na cidade de Guarulhos, cerca de 22 jovens e eu estamos elaborando um projeto de um *setting*/território de diversidade em que propomos uma Galeria Interativa, inspirados também por essa médica psiquiatra. Esse projeto diz respeito a uma galeria de "portas abertas" que espera explorar trocas e experiências, o convívio com o diferente, com base no respeito e na gentileza, bem como propiciar a construção de conteúdo ou atividade que cause impacto social. O objetivo é desenvolver um espaço para diálogos saudáveis e interação entre pessoas distintas, construir uma cultura de paz, gentileza, ideias, respeito, senso de comunidade e resiliência, visando a promoção da saúde mental.

O *setting*/território da diversidade, enquanto espaço de reflexão e ação, poderá ser mais uma possibilidade contra o racismo, a xenofobia e formas correlatas de discriminação. Haja vista que "A maioria da população não branca ainda apresenta baixo poder aquisitivo, menos acesso à educação, saúde, justiça, moradia, cultura e lazer" (SCHWARTZ, SILVA, MORAES, 2018, p. 23).

O curso "Sagrado feminino no cristianismo", ministrado pela professora Lidice M. P. Ribeiro, no Museu de Arte Sacra de São Paulo, no mês de agosto de 2019, permitiu a reflexão sobre inúmeros casos de superação em meio a adversidades, e ficou nítido que a luta pelo respeito quanto às diversidades das mulheres continua. Destacarei uma experiência de *setting*/território vivida por Maria, mãe de Jesus, e o seu cântico, sugerindo uma releitura para este trabalho. Esse cântico, em sua essência, é o relato de uma mulher que, ao receber a notícia de que teria um filho, e de que esse filho se chamaria Jesus e seria o salvador do mundo, responde com um canto. Fato que marca um novo

tempo em toda a humanidade, pois a história ensinada nas escolas e nas universidades traz em seu conteúdo o ocorrido (a.C. e d.C.) antes e depois de Cristo.

O nascimento de Jesus foi um marco, a partir do qual, juntamente com a era cristã, deu-se início a um novo paradigma de valores e éticas. Essa revolução inicia-se com uma experiência artística, que é o cântico de Maria, como ouvimos Henrique Vieira[103] em uma de suas entrevistas com Caetano Veloso dizer poeticamente, afirmando ainda que, no seu âmago, esse canto diz respeito a empoderamento feminino, diversidade e justiça social. Cantado por Maria, uma adolescente pobre que nasce em uma sociedade patriarcal, vivendo no interior de um distrito chamado Galileia, cujo povo sofria preconceito.

Essa mulher recebe a visita do anjo Gabriel, isso é revolucionário, o anjo vai até Nazaré e fala direto com ela, uma mulher que, na sua individualidade, sofria por sua condição social. Mas o anjo diz: "Maria, você é feliz e, ao receber essa verdade para si, inicia-se o conceber de Jesus, que se dá a partir do corpo de uma jovem." O nascimento de Jesus acontece em um território totalmente improvável, de muitas vulnerabilidades e em condições precárias. Ele é colocado numa manjedoura e recebe a visita de reis do Oriente, que, num ato ecumênico, celebram a comunhão e a diversidade. José e Maria, avisados por um anjo, fogem com o menino para a África e se instalam no Egito, onde as fronteiras estavam abertas para receber esses imigrantes e suas diversidades. Após alguns anos, a família volta para sua cidade de origem.

O cântico, registrado no evangelho de Lucas, como uma resposta do encontro de Maria com o anjo Gabriel, acontece num "*setting*/território de diversidade".

O Cântico de Maria

Então disse Maria:
"Minha alma engrandece
ao Senhor
e o meu espírito se alegra
em Deus,
meu Salvador,
pois atentoupara a humildade
da sua serva.
De agora em diante,
todas as gerações
me chamarão
bem-aventurada,
pois o Poderoso fez
grandes coisas em meu favor;

[103] Professor, cientista social, historiador, teólogo, pastor e ator.

santo é o seu nome.
A sua misericórdia estende-se aos que o temem,
de geração em geração.
Ele realizou poderosos feitos com seu braço;
dispersou os que são soberbos
no mais íntimo do coração.
Derrubou governantes
dos seus tronos,
mas exaltou os humildes.
Encheu de coisas boas
os famintos,
mas despediu de mãos vazias os ricos.
Ajudou a seu servo Israel,
lembrando-se
da sua misericórdia
para com Abraão
e seus descendentes
para sempre,
como dissera
aos nossos antepassados.



"A Anunciação", de Leonardo da Vinci, pintada
entre os anos 1472 e 1475.[104]

Por fim, segue o exemplo dos benefícios de um *setting*/território da arte, a história de Lavínia Fontana, à qual tive acesso ao visitar e refletir sobre as telas e materiais artesanais expostos no MASP - Exposição Histórias das Mulheres Artistas até 1900, com curadoria de Julia Bryan-Wilson, Lilia Moritz Schwarcz e Mariane Leme.

[104] "A Anunciação" é um óleo sobre madeira e representa os primeiros passos de Leonardo da Vinci na pintura, apesar de nem todos concordarem com o veredicto. WIKIPÉDIA. A enciclopédia livre. A Anunciação (Leonardo da Vinci). Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/A_Anuncia%C3%A7%C3%A3o_(Leonardo_da_Vinci)#/media/Ficheiro:Annunciation_(Leonardo)_(cropped).jpg>.

> Lavinia Fontana é considerada a primeira artista a trabalhar a mesma esfera de pintores homens do Renascimento.Conquistou fama em Bolonha,um dos mais intensos ambientes artísticos do século 16.Recebeu as primeiras lições de seu pai,o pintor próspero Fontana (1512-1579),mas logo adotou um estilo bastante próprio ao assumir um colorido que aproximava sua obra da escola veneziana.Aos 25 anos aceitou casar-se com o também pintor Gian Paolo Zappi, sob a condição de que pudesse seguir atuando profissionalmente.Em um arranjo pouco usual à época,foi Zappi quem abandonou sua carreira para servir de auxiliar no ateliê da esposa,além de assumir a criação dos onze filhos do casal.Em 1603 a convite do Papa Clemente VIII (1536-1605),Fontana mudou-se com a família para Roma,onde tornou-se pintora da corte papal e ingressou na Academia di San Luca. A maior parte de sua produção é composta de retratos,mas a artista também se destacou nas pinturas de temáticas religiosase mitológicas. (LEME, PEDROSA, RJEILLE, 2019, p. 88)



Retrato de uma nobre da família Gonzaga ou San Vitale, sem data.[105]

Essa mulher também viveu além do seu tempo e representa tantas que conheço, atendo e com as quais compartilho a vida nos *settings*, nos mais diversos territórios. Lavínia com certeza tem muito a nos dizer enquanto mulher, quando pôde "aceitar" casar e não ser

[105] Oléo sobre tela, 68,5 x 58,5 cm. Coleção Piacenti Art Gallery, desde 1875, Londres, Inglaterra. Cf.: INSTARIX. Disponível em: <https://www.instarix.org/media/2128122959421046645>.

obrigada a um casamento. Ao impor sua condição de continuar sua profissão, consegue destacar-se com dedicação e determinação, amar e ser mãe de 11 filhos.

Com certeza nenhum de nós tem noção do que seria nos dias de hoje ser mãe de 11 filhos. À parte das realidades e dos contextos da época, o que podemos ressaltar é que, por trás de todo esse sucesso, essa mulher não só levanta do sofá, mas decide por caminhos e rumos que envolvem toda a sua família, de forma intensa, e chega no capítulo deste livro, escrito em setembro de 2019, como inspiração do feminino no *setting*/território da diversidade.

> [...] analisar a nossa existência é trazer à baila aquilo que se encontra oculto. Em um texto de Heidegger intitulado "A origem da Obra de Arte", ele inicia com duas frases que servem de base para amadurecer a compreensão sobre a criação artística: "O artista é a origem da obra. A obra é a origem do artista" (HEIDEGGER, 1990, p. 4). Essa relação mútua entre artista e obra, em que não existe sujeito nem objeto, faz com que haja uma circularidade entre eles, cujo fundamento está na própria arte. (ARAUJO, 2018, p. 183)

Concluindo, segue mais uma narrativa de um encontro horizontal em que a verticalidade é declarada de maneira sutil e perene em um *setting*/território em alguma floresta, e delicadamente nos dá uma lição de fé e esperança, diante de uma das nossas mais profundas e iminentes questões existenciais: o pertencimento. Boa leitura!

> Disse o tico-tico para o pardal:
> - Eu realmente gostaria de saber
> Porque esses seres humanos
> Ficam tão ansiosos e preocupados.
> O pardal respondeu ao tico-tico:
> - Amigo, eu penso que deve ser porque
> Eles não devem ter um Pai celestial
> Como aquele que cuida de você e de mim.
> (Elizabeth Cheney[106], 1983, apud BOOM, 2013, p. 282)

Referências

ARAUJO, Paulo Roberto Monteiro de. A cultura da mídia e a Contemporaneidade. In: SCHWARTZ, Rosana M. P. B.; SILVA, Marcio José (Orgs.). **Manipulações midiáticas em perspectiva histórica:** historiografia da mídia. Curitiba: Appris, 2018.

[106] Nascida em 28 de julho de 1966, comumente chamada Liz Cheney, é advogada e comentarista política americana.

BIERNATH, André. Você precisa conhecer a história de Nise da Silveira. **Veja Saúde**. Túnel do Tempo. 02 abr. 2017. Disponível em: <https://saude.abril.com.br/blog/tunel-do-tempo/voce-precisa-conhecer-a-historia-de-nise-da-silveira>.

BOOM, Corrie Ten. **Dia a dia com Corrie Ten Boom**. Curitiba: Publicações Pão Diário, 2013.

CERTEAU, M. **A invenção do Cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 2003.

DEL PRIORE, Mary; AMANTINO, Marcia (Orgs.). **História do Corpo no Brasil**. São Paulo: Ed. Unesp, 2014.

FRANKL, V. **Em busca do sentido de vida**. Editora São Paulo: Vozes, 1991.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. São Paulo: Vozes, 2014.

HERNANDEZ, José C. **Uma viagem ao coração de si mesmo**. Guia de leitura Bíblica. Curitiba: CPPC, 1999.

INSTARIX. Disponível em: <https://www.instarix.org/media/2128122959421046645>.

LEME, Mariana; PEDROSA, Adriano; RJEILLE, Isabelle (Orgs). **Histórias das mulheres, histórias feministas**. São Paulo: MASP, 2019.

MASINI, Elcie F. S. (e colaboradores). **Contemporaneidade:** percepção e crítica, ou padronização e comodismo? São Paulo: Liber Ars, 2018.

MIRANDA, E. Eduardo de. **Corpo:** território do Sagrado. São Paulo: Loyola, 2000.

PESSANHA, Juliano G. **Recusa do não-lugar**. São Paulo: Ubu, 2018.

PRIORE, Mary Del; AMANTINO, Marcia (Orgs.). **História do Corpo no Brasil**. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

RIBEIRO, Lidice M. P. R. **Curso "Sagrado Feminino no Cristianismo"**. São Paulo: Museu de Arte Sacra, 2019.

SCHWARTZ, Rosana M. P. B.; SILVA, Marcio J. (Orgs.). Manipulações midiáticas em perspectiva histórica - Historiografia da Mídia. Curitiba: Appris, 2018.

_____; SILVA, Marcio José; MORAES, Mirtes de. **Empoderadas, sempre**. São Paulo: Chiado, 2018.

SOCIEDADE BÍBLICA DO BRASIL. **Bíblia de Estudo Conselheira**. São Paulo, 2019.

TONIN, Neylor J. **Vida mais vida**. Psicologia e Espiritualidade. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

WIKIPÉDIA. A enciclopédia livre. **A Anunciação** (Leonardo da Vinci). Disponívelem:<https://pt.wikipedia.org/wiki/A_Anuncia%C3%A7%C3%A3o_ (Leonardo_da_Vinci)>.

WOSIEN, Bernhard. **Dança:** um caminho para a totalidade. São Paulo: Triom, 2000.

Desfiles, crimes e fantasias: a representação de travestis em matérias da Folha de S. Paulo entre 1968 e 1978

Victor Melo[107]

O período entre 1968 a 1978 foi de muitos embates para diferentes setores do Brasil, em decorrência do embrutecimento da ditadura civil militar brasileira. Esse fato político teve efeitos nas formas de representação não apenas institucionais, mas também na mídia e no cotidiano da população. A intervenção do governo federal, por meio de instrumentos de censura e perseguição a jornalistas, opositores e grupos minorizados, entre outras consequências, levou ao fechamento de jornais e espaços de entretenimento, além de prisões arbitrárias de frequentadores de locais considerados imorais por parte das autoridades, como travestis, homossexuais, negros e trabalhadores pobres.

Procura-se no presente estudo, por meio das notícias publicadas no Primeiro Caderno da Folha de S. Paulo, já então significativa para o segmento no país, compreender a relação entre esse contexto de repressões e a forma como as travestis são representadas ao longo do período. Dessa forma, por meio da busca pela palavra-chave "travesti" em acervo digital do veículo de comunicação, observa-se a possível existência de temas recorrentes associados ao termo e, por meio de amostra, analisa-se o conteúdo dos textos do jornal e significados atribuídos pelas publicações, identificando convergências ou diferenças de elementos entre as coberturas.

Antes da censura

Ao longo da Segunda República do Brasil, o mercado jornalístico passava por alguns desafios. Embora o período democrático fosse oportuno para o lançamento de novas publicações, algumas delas fecharam com o passar do tempo devido a dificuldades financeiras, segundo Marialva Barbosa (2007) em estudo sobre a história do segmento no país. Outras se tornaram grandes corporações, caso das *Folhas*.

Carlos Guilherme Mota e Maria Helena Capelato (1981), em livro sobre a história do veículo de comunicação, escrevem que a primeira edição do jornal foi criada na década de 1920 como *Folha da Noite*. Pouco tempo depois, surgiria também a *Folha da Manhã*, seguida da *Folha da Tarde*. E, por fim, todas foram unificadas como *Folha de S.*

[107] Victor Melo Pereira é mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História Social na Universidade de São Paulo (PPGHS-USP) e bacharel em Jornalismo pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM). Pesquisa temas relacionados à diversidade sexual e de gênero no jornalismo brasileiro e história contemporânea. Atua também como redator de conteúdo com foco em canais digitais. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2160238852867419>.

Paulo, em 1960. De acordo com os autores, o número de assinantes chegou a 94 mil em 1969, contando com mais de 100 veículos para distribuição, reportagem e prestação de serviços. A tiragem, em 1970, seria de 183 mil exemplares por dia, número significativo para a época. Foi também durante a década de 1960 que a Folha de S. Paulo se consolidou como um jornal representante da classe média urbana, devido tanto à demanda desse público quanto ao posicionamento a favor de melhorias nos serviços públicos disponíveis à população.

Alguns aspectos do período democrático afetariam também outros setores e a vida cotidiana. Entre eles, a chegada da televisão ao Brasil, mudando alguns dos costumes de parte da população, e a popularização das "*boîtes*", danceterias que seriam antecessoras das atuais "boates". Esses espaços eram frequentados por quaisquer indivíduos interessados em entretenimento e diversão, entre os quais travestis, homossexuais, negros e grupos populares, segundo o historiador James Green no livro "Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX" (1999). Além das boates, outros lugares frequentados pelas travestis ao longo dos anos 1960 eram os desfiles de carnaval e os espetáculos de dança e teatro. Ao longo da década, algumas ficaram famosas pelas apresentações que realizavam, tanto no Brasil quanto no exterior.

Green (1999) dedica em sua obra um capítulo inteiro à importância dessa festividade para as travestis e os homossexuais brasileiros nesse período. O autor escreve que, a partir da década de 1950, os desfiles realizados por esses grupos se transformaram em grandes negócios no país, atraindo turistas e mobilizando públicos de alta e de baixa renda. Dois deles, o Baile dos Enxutos e o Baile das Bonecas, tinham tanta relevância que disputavam clientes de elite, reunindo milhares de participantes, contavam inclusive com a cobertura de jornais como o *Última Hora* e *Manchete.*

Em 1964 teve início a ditadura civil militar brasileira. Manifestações de oposição e reivindicação de direitos foram organizadas, e o clima se acirrou em dezembro de 1968, quando foi decretado o Ato Institucional nº 5 (AI-5). Alguns dos efeitos dessa ação foram a cassação de direitos políticos e a imposição de formas de censura institucional. O Estado brasileiro passava a ter cada vez mais controle sobre os costumes e os comportamentos da população, por meio de delegacias, leis e decretos utilizados para reprimir aspectos considerados imorais pelas autoridades.

Os desfiles de carnaval

No início de 1968, é perceptível nos textos da Folha de S. Paulo a animação em relação aos eventos de travestis realizados no período do carnaval. Uma reportagem de 26 de fevereiro de 1968, intitulada

“Enxutos brigam por resultados”, retrata um desentendimento ocorrido no desfile de fantasias do Baile dos Enxutos:

> Gildo, ganhador do prêmio de quatro mil cruzeiros novos, com sua fantasia arlequim; e Sofia, com SANGRI-LÁ, segundo colocado com premio de três mil cruzeiros novos, foram acusados de fraude e poderão ser desclassificados se fôr comprovado, mediante exame medico legal serem realmente do sexo feminino – o que invalidaria o concurso destinado exclusivamente a homens. (FOLHA DE S. PAULO, 26/02/1968, p. 8)

Apesar do início chamativo, o restante da matéria dá um tom mais alegre ao evento, como na retranca seguinte, colocada como “O PUBLICO VIBROU”:

> Quinze travestis desfilaram perante um publico ululante, que aplaudia e vaiava os concorrentes, entre os quais cinco peruanos chegados ao Rio, como turistas em avião particular, e dois venezuelanos, além de uruguaios e argentinos. (FOLHA DE S. PAULO, 26/02/1968, p. 8)

Nota-se como, neste texto, são enfatizados elementos que reforçam o luxo e a pomposidade da celebração, enumerando a quantidade de participantes do desfile e a presença de estrangeiros. Há o cuidado inclusive de mencionar que dois deles teriam chegado “em avião particular”, significando, portanto, que o público seria composto de representantes de alto poder aquisitivo.

Mais adiante, há uma entrevista com Li Rebacha, “célebre como travesti, internacionalmente conhecido como artista imitador das cantoras Ima Sumac e Libertad Lamarque, que teria afirmado tomar hormônios femininos para “modelar a forma”. Em seguida, na retranca “A COMPETIÇÃO”, lê-se:

> As poucas mulheres que compareceram ao baile dos enxutos procuravam se tornar mais femininas, para enfrentar a curiosidade dos homens, feridas que estavam em sua vaidade.
> Havia também enorme quantidade de mulheres masculinizadas, que se confundiam com os travestis.
> O peruano Li Rebacha estava preocupado com um problema que deveria ser comum aos demais travestis: na hora de ir aos toaletes, não saberiam a qual recorrer, ao dos homens ou aos das damas? A solução foi abrigá-los nos camarins do teatro, onde dispunham de um banheiro especial para os sexos que escolheram. (FOLHA DE S. PAULO, 26/02/1968, p. 8)

Nessa parte da matéria, assim como no começo, percebe-se que o texto é organizado de modo que “mulheres” e “travestis” se tornam termos excludentes um do outro. Ao dizer “as poucas mulheres”, infere-

se que as personagens nesse caso não são as travestis, algo reforçado na utilização do artigo "o" para se referir tanto a Li Rebacha quanto "aos demais travestis".

Na matéria consta também que as travestis presentes não saberiam exatamente a qual banheiro deveriam ir, o que, presumindo-se que o fato não tenha sido distorcido, leva a crer que haveria certa confusão quanto à própria identidade. Com esse "desnorteamento" das participantes, a "solução" para esse problema binário teria sido, então, o improviso de um *terceiro banheiro,* que poderia ser usado em comum por quem se identificasse com esse "terceiro sexo", expressão inclusive utilizada em alguns jornais da época para citar a questão.

A participação das travestis nos carnavais é uma das principais temáticas em que elas aparecem no final da década de 1960. Entretanto, segundo Green (1999), essa animosidade na publicização dos desfiles e bailes se manteria até 1969. Devido à censura e aos controles impostos por meio do Ato Institucional nº5, até mesmo os nomes dos bailes passariam a ser omitidos nos cartazes publicitários, dificultando a divulgação e os tornando reconhecíveis apenas por quem estivesse familiarizado com as características visuais dos anúncios.

Benjamin Cowan (2014), em artigo publicado na coletânea "Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade", escreve que, em oposição aos movimentos sociais organizadores de manifestações e reivindicadores de direitos civis no final da década de 1960, principalmente a partir de 1968, alguns especialistas e agentes de segurança da época associariam com frequência quaisquer inconformidades em relação aos padrões de gênero e sexualidade a subversões políticas. Eles não discerniam identidade de gênero de sexualidade, chamando-os todos de "homossexuais", os quais estariam associados às feministas, aos anarquistas e aos comunistas com o suposto objetivo de destruir o sistema e a moralidade da sociedade ocidental.

A mudança de tom é perceptível nas matérias produzidas a partir de então. Entre elas, serve de exemplo uma cobertura publicada em 12 de fevereiro de 1969, sobre os preparativos para os desfiles de carnaval do Rio de Janeiro. São mencionados dados sobre as vendas de ingressos, policiamento nas ruas, entre outras informações relativas à movimentação e à segurança da cidade. Ao final da notícia, é adicionada uma retranca intitulada "PERNAMBUCO SEM REI MOMO":

> Ninguém sabe até agora se o carnaval de Pernambuco este ano terá Rei Momo ou não, pois os diretores dos clubes sociais proibiram a entrada do atual Rei, o "travesti" baiano Mendez, por considerá-lo "sem condições morais para o cargo". A Comissão organizadora do Carnaval ainda não sabe se mantem Mendez no trono, ou se cassa de vez seu mandato. Mendez, o principal interessado em toda essa

> historia, ainda não se pronunciou oficialmente. A ultima vez que falou foi para criticar o Sport Club do Recife. “Eu, um intelectual, formado em Ciencias Sociais, estou cansado de ser Rei Momo dessa gente”, disse Mendez. (FOLHA DE S. PAULO, 12/02/1969, p. 6)

Assim como na matéria do ano anterior, é perceptível a utilização do artigo masculino para se referir à travesti. Entretanto, comparando os fatos entre os dois carnavais, a participação e a recepção já não parecem tão alegres ou convidativas. Se no Baile dos Enxutos do Rio de Janeiro de 1968 elas eram a atração principal, razão pela qual turistas faziam caras viagens internacionais para presenciar o evento, o cenário representado em 1969, dessa vez nos desfiles de Pernambuco, demonstra grande tensão. A Comissão não deseja se associar à travesti Mendez, utilizando um argumento moralista, e ela, incomodada, também já não quer mais se associar ao clube. Além disso, enquanto na reportagem do ano anterior as travestis seriam o foco da cobertura inteira, nessa uma única é apresentada apenas ao final, como mera observação acrescentada, passível de exclusão do texto sem perda de sentido caso a demanda o exigisse.

O tom divertido ou positivo associado à participação das travestis nos carnavais parece só tornar a aparecer em meados da década de 1970. Em cobertura de duas páginas sobre as festividades, a Folha de S. Paulo inicia uma matéria em 10 de fevereiro de 1975 sobre a cidade de São Vicente da seguinte forma:

> Muita animação, travestis dos mais variados tipos, carros alegóricos satirizando filmes, emissoras de televisão e a crise do petróleo, além de faixas criticando os problemas da cidade, marcaram o 39º desfile do bloco carnavalesco “Baianos sem Tabuleiro”, sábado pelas ruas de São Vicente. Liderado pelo travesti-vedete “Mafalda”, maquiada de peruca loira e trajando pariô sobre tanga, o desfile saiu do campo do São Vicente AC, passou por várias ruas do centro, congestionando todo o trânsito, até atingir a praia do Gonzaguinha, onde terminou com o tradicional banho. (FOLHA DE S. PAULO, 10/02/1975, p. 7)

Alguns aspectos na organização do texto chamam atenção, se comparados às matérias anteriores. O primeiro consiste no fato das travestis aparecerem logo no início da notícia, diferentemente da matéria do Rei Momo. O segundo diz respeito ao próprio desfile ser liderado por uma travesti, chamada de Mafalda. O terceiro é relativo ao contexto como um todo.

Não há menção ao policiamento local ou a nenhum tipo de controle estatal sobre a festividade, que para o trânsito e termina em um banho na praia. Além disso, as críticas sociais também aparecem no desfile, segundo o jornal. Todos esses elementos demonstram certo

abrandamento no controle exercido sobre a festa, ou ao menos na praia de São Vicente.

Criminosas e violentas

Fora do período do carnaval, as travestis são retratadas principalmente em notas policiais, representação que seria predominante de 1969 até meados da década de 1970. Exemplo disso é uma notícia curta, de 18 de maio de 1969, contendo apenas dois parágrafos e informando que "A Polícia carioca continua a prender homossexuais na tentativa de descobrir assaltantes de bancos" (FOLHA DE S. PAULO, 18/05/1969, p. 19).

De acordo com a matéria, as autoridades estariam procurando por uma travesti chamada Consuelo, citada no texto também como Valdeci Agostinho, que seria chefe de uma quadrilha de assaltantes de bancos. É informado que 500 homossexuais teriam sido detidos nos quartéis da Polícia Militar e da Polícia do Exército, e finaliza dizendo que "quase todos os locais frequentados por homossexuais já foram vasculhados pelas autoridades" (FOLHA DE S. PAULO, 18/05/1969, p. 19). A matéria não menciona se a detenção de centenas de homossexuais teria ocorrido visando descobrir possíveis relações entre a travesti e eles ou devido a um suposto desconhecimento das autoridades a respeito da diferença entre ambos.

Intitulada "Ladrões agem em toda a Capital", uma reportagem de 24 de julho de 1971 se inicia da seguinte forma:

> Apesar da ação policial, através da RONE, da RUDI, das Delegacias e da Policia Militar, a que ontem à noite se juntou a Divisão de Crimes Contra o Patrimônio, do DEIC, que realizou uma "blitz" nas quatro zonas em que está dividida a Capital, nas últimas horas verificaram-se vários assaltos. (FOLHA DE S. PAULO, 24/07/1971, p. 8)

O texto descreve então um caso que teria ocorrido em um escritório de representações comerciais no centro de São Paulo. Nas retrancas seguintes, narra em detalhes outros crimes em locais como casas lotéricas, um depósito de bebidas, uma fábrica, uma barraca de frutas e duas ruas. Os títulos dados às retrancas são, respectivamente, "Casas Lotericas", "Prataria", "Em dois assaltos, Cr$ 36 mil", "Travesti", "Menor" e "Sem o carro" (FOLHA DE S. PAULO, 24/07/1971, p. 8).

Nota-se que, para alguns dos crimes, o destaque dado se relaciona aos bens levados, com exceção de dois deles, nos quais a atenção é dada a perfis determinados: a travesti e o menor de idade. A travesti, cujo nome não é mencionado, estaria acompanhada de dois homens durante o assalto à barraca de frutas, no bairro do Ipiranga, em São Paulo. Quanto ao menor de idade, conforme o leitor descobriria apenas ao ler o texto, seria, no caso, a vítima, assaltada durante a

madrugada por quatro homens, e não o criminoso. Percebe-se haver uma preocupação ou ao menos tentativa de chamar atenção não apenas para os bens passíveis de serem levados, mas também para determinados indivíduos que aparentemente representariam um risco à segurança.

Analisando a reportagem como um todo e a correlação entre os elementos, o texto leva a entender que a cidade inteira estaria dominada por criminosos. Afinal, a situação é apresentada de forma genérica, com ladrões em "toda" a Capital, e não em pontos específicos. Além disso, a dificuldade em conter esse cenário também parece ser o condutor desde o início, pois, "apesar" da atuação dos órgãos de segurança, a criminalidade ainda assim se sobreporia a esses esforços.

Os textos são ricos em dados específicos, como nomes das ruas e números dos estabelecimentos onde os crimes teriam ocorrido, além da quantia em cruzeiros dos bens roubados. O relato do escritório de representações menciona inclusive que os "oito" criminosos envolvidos no caso teriam usado "lenços e meias femininas à guisa de máscaras", além de "armas automáticas, facas e cassetetes" (FOLHA DE S. PAULO, 24/07/1971, p. 8).

Outro exemplo em que consta a representação da travesti como assaltante aparece na matéria de 17 de janeiro de 1972, intitulada "Mulata era travesti e surrou dois". Essa, em tom mais literário e humorístico que a do ano anterior, conta sobre dois jovens que estariam em um restaurante na zona norte de São Paulo, onde, segundo o jornal, "eram muitos os que pretendiam conquistar a moça", chamada Angela Maria. Ela teria se aproximado deles e os chamado para dormir em casa, em uma favela próxima. Ao chegar ao local, as vítimas teriam se deparado com três homens com pedaços de pau no quarto:

> Ao perceberem que seriam vítimas de um assalto, os dois rapazes tentaram fugir, mas a falsa mulata, que era o travesti "Angela Maria", aplicou-lhes violenta surra de capoeira. José e Leivino perderam 35 cruzeiros, os relógios e as roupas, ficando apenas de cuecas. (FOLHA DE S. PAULO, 17/01/1972, p. 8)

O texto segue repetindo a cena com diferentes modos de narrar. Observa que José teria tentado fugir, mas Angela Maria, "antes meiga e romântica", já "sem a peruca feminina", aplicou nele um golpe de capoeira. Leivino "entrou na briga e no primeiro tombo feriu-se numa das mãos". Por fim, Angela "promoveu um festival de martelo, meia-lua e rabo-de-arraia, conhecidos Golpes de Capoeira". (FOLHA DE S. PAULO, 17/01/1972, p. 8)

A notícia apresenta um tom irônico. Afinal, a imagem meiga de Angela se desfaz logo em seguida com golpes de capoeira, expressão que se repete várias vezes ao longo do texto. O desfecho

das personagens é, por fim, com um "festival" de mais golpes. Apesar da linguagem, percebe-se que a travesti aparece nessa notícia mais parecida com a suposta ladra de frutas do ano anterior do que com as dançarinas do final da década de 1960. O elemento do espetáculo reaparece com sutileza na figuração do "festival". Mas o que a travesti promove aos presentes nesse caso é, em vez de divertimento, violência.

Em estudo sobre a repressão às travestis em São Paulo na década de 1970, o historiador Rafael Freitas Ocanha (2014) escreve que o período teria sido, simultaneamente, marcante devido à popularização da terapia hormonal e à primeira cirurgia de redesignação sexual feita no Brasil, mas também de bastante violência policial contra essa população. Em meados da década, eram realizadas na cidade rondas policiais de combate ao que seria considerado "vadiagem" pelas leis vigentes, com enfoque particular nas populações negras, travestis e homossexuais. O autor cita que, somente entre dezembro de 1976 e julho de 1977, 460 travestis foram sindicadas e obrigadas a apresentar documentos comprovando ter emprego formalizado.

Uma matéria de 18 de dezembro de 1977 ilustra isso. Intitulada "A polícia preocupada com os 'travestis' na cidade", inicia-se informando que: "Uma nova técnica para evitar a presença cada vez mais constante de travestis, no centro da cidade, está sendo empregada pelo 4º Distrito Policial". Descreve então que as prisões ocorreriam nas sextas-feiras e sábados, caso as travestis não apresentassem registro em carteira de trabalho. Segundo a matéria, elas seriam soltas no dia seguinte:

> A tática pretende evitar sua ação, exatamente nos dias de maior movimentação da vida noturna da cidade. A polícia ficha o travesti, para ter um controle do número deles (o que tem demonstrado que a maioria provêm de outros Estados) e pretende manter um cadastro atualizado para descobrir uma formula de impedir tal migração. (FOLHA DE S. PAULO, 18/12/1977, p. 35)

Em seguida, escreve que elas "estão tomando conta da cidade. A maior concentração, por enquanto, continua no centro". O texto relaciona os ocorridos ao Baile dos Enxutos, mencionando que teria sido fechado há pelo menos uma década no "antigo teatro Paramont, da Brigadeiro Luís Antônio", "para salvaguardar os bons costumes". Informa então que as ações policiais causaram uma desconcentração de travestis, as quais passariam a ocupar outras regiões da cidade e a brigar com outras mulheres devido à disputa por pontos de prostituição:

> O que parecia ser o fim dos poucos travestis de São Paulo acabou se transformando, como diz experimentado policial, "na maior praga da cidade". Os rapazes trejeitosos, às vezes bem vestidos, bem pintados e com os corpos tratados tal qual as mulheres, tomaram de assalto a grande cidade. (FOLHA DE S. PAULO, 18/12/1977, p. 35)

Na retranca seguinte, intitulada “REPRESSÃO”, explica o processo na delegacia. Descreve que os policiais as encaminhariam para “exames médicos de aptidão física para o trabalho, no IML”. Se demonstrada capacidade de trabalhar, “os homossexuais são advertidos e assinam um termo de compromisso, obrigando-se a conseguir trabalho em 30 dias”. Caso não conseguissem, seriam “autuados em flagrante, por infração ao artigo 59 das contravenções penais, que trata da vadiagem”. (FOLHA DE S. PAULO, 18/12/1977, p. 35)

Por fim, menciona uma “Operação Travesti”, ação empreendida por policiais “há meses, com o emprego até de cães, policiais civis e militares, que teria resultado em dezenas de recolhimentos”. Em contrapartida, as travestis presas “promoveram um tumulto que só foi sufocado com a presença de caminhões do Corpo de Bombeiros, cujos soldados lançaram jatos d’água sobre eles”. (FOLHA DE S. PAULO, 18/12/1977, p. 35)

Uma parte dessa matéria é bastante similar ao enfoque da cobertura sobre os assaltos de 1971: as travestis estariam, para o jornal, “tomando conta da cidade”, embora os dados mencionados ao longo do texto se refiram especificamente ao centro e às regiões de prostituição de São Paulo. Ao citar um policial não identificado, diz ainda que as travestis seriam uma praga, reforçando que se tratava de algo que se espalharia por todos os lados e acrescentando um significado pejorativo ao contexto. Aparece também, ao final da matéria, confusão em relação às diferenças entre gênero e sexualidade. Ao descrever o processo de repressão policial, trata “os homossexuais” como sinônimo de travesti, evidenciando incompreensão acerca da questão.

Curiosamente, a palavra “assalto” também aparece nesse texto, embora de modo diferente daquele recorrente nas coberturas. Nesse caso, significa que a ocupação das travestis nas outras regiões era um acontecimento inesperado. As travestis são novamente relacionadas aos assaltos, seja em sentido literal, seja figurado. Quando não estariam roubando pertences, causariam, ainda assim, “surpresas” a quem as visse.

A reportagem possui algo em comum também com a cobertura de 1972, sobre a capoeirista: os ambientes marginalizados em que viviam. Angela Maria era negra e moradora de uma favela da zona norte de São Paulo. As detentas de 1977 eram frequentadoras e trabalhadoras de regiões de prostituição, principalmente imigrantes.

Embora não constem muitas informações sobre Consuelo, suposta líder de quadrilha, e a participante do caso da barraca de frutas, é possível fazer um comparativo, ao menos com as coberturas dos carnavais do final dos anos 1960 e com as notícias de crimes do início da década de 1970. Enquanto no primeiro contexto as travestis são apresentadas como figuras luxuosas e associadas aos grandes espetáculos, as do segundo aparecem em meio à pobreza e à

violência. É possível, e bastante provável, que as travestis referidas em ambos os casos não fossem as mesmas. Entretanto, percebe-se um deslocamento do olhar não somente das autoridades policiais, mas também das próprias notícias jornalísticas nesse período de tempo.

Disfarces e fantasias

Em algumas ocasiões, o termo "travesti" é utilizado não apenas para se fazer referência à identidade de gênero, ainda que esse conceito não fosse amplamente difundido no período, mas também como sinônimo de algo disfarçado ou fantasiado. Há casos em que é usado de forma pejorativa pelos autores para criticar ações ou mesmo adversários dos quais discordam.

Exemplo disso é uma crítica publicada pelo jornalista Perseu Abramo em 24 de janeiro de 1973, a respeito do Decreto Federal 68.908. O autor escreve que, por conta dessa medida, os exames avaliadores das habilidades dos candidatos ao ensino superior teriam se transformado em "vestibulares automáticos", os quais os classificariam sem muitos critérios:

> O primeiro fato que se pode observar é o de que a vigência do decreto encorajou a proliferação de escolas superiores particulares. Empresarios "travesti" de educadores lançaram-se ao novo mercado com a mesma avidez e com a mesma segurança com que outros empresarios se lançam aos mercados nem menos nem mais tranquilos da habitação ou dos generos alimentícios de primeira necessidade. Ninguem, que tenha algum mínimo de poder de consumo, pode deixar de comer, ou de morar, e agora, com a espantosa publicidade posta à disposição da "educação", ninguem com um mínimo de poder aquisitivo deixará de matricular-se automaticamente num estabelecimento que lhe há de garantir, quatro, três ou dois anos depois, um Diploma Universitario, ou um Canudo de Papel, nas irreverentes mas perspicazes vozes da música popular. (ABRAMO, 18/12/1977, p. 13 – grifo nosso)

Nota-se que o foco do texto está na possível redução da qualidade do serviço prestado pelas instituições de educação superior. No decorrer da análise, Abramo menciona contratações que as faculdades fariam às pressas e com pouca exigência de qualificação de professores para a elaboração dos processos seletivos. É perceptível certa oposição entre o sistema empresarial e o educacional no texto, uma vez que o empresário é apontado como um sujeito que fingiria preocupação com a educação, enquanto o real interesse seria o lucro. Os problemas ocorridos no processo e os efeitos sociais causados, ou seja, aprovação automática de candidatos sem qualificação comprovada, indicam que o empresário travestido de educador não

seria mera fantasia, mas a representação de algo visto pelo autor como negativo e prejudicial ao sistema.

Em seção de notas regionais, em 6 de fevereiro de 1975, a Folha de S. Paulo noticia que na cidade de Ipauçu ocorreria, dali a três dias, uma partida de futebol "diferente", entre os times das "Puras" e das "Virgens": "É que os jovens da sociedade decidiram fazer um carnaval fora do comum, travestindo-se para jogar futebol [grifo nosso] e fazer evoluções no estádio", explica. Acrescenta, adiante: "Com essa animação, o carnaval começará dia 7, quando haverá baile de gala no Ipauçu Clube, especialmente decorado para essa noite". Observa haver prêmios para o melhor folião, o melhor bloco e a melhor fantasia, e finaliza observando que "A população ainda não se definiu quanto ao 'futebol travesti'; uns apoiam, outros condenam a iniciativa". (FOLHA DE S. PAULO, 06/02/1975, p. 25)

Por se tratar de uma partida descrita como "diferente" e "fora do comum", com decoração "especial", e tendo em vista a aparente falta de familiaridade da população, bem como a referência ao concurso de "fantasias", é possível entender que seria apenas uma partida de homens cisgêneros usando roupas consideradas femininas. Nota-se como todos os elementos aparecem correlacionados entre si: a representação do gênero oposto é vista como fantasia, e esta, por sua vez, seria sinônimo de travestilidade. Os três, gênero-fantasia-travesti, seriam, segundo a matéria, indicadores de um adiantamento do carnaval. Verifica-se, portanto, uma interdependência ou impossibilidade de existência desse gênero-fantasia-travesti em outro cenário. Afinal, a travestilidade seria necessariamente componente do contexto carnavalesco.

Outro caso é uma correspondência de Nova York, escrita pelo crítico Paulo Francis e publicada em 22 de abril de 1978, sobre a nomeação de Robert Sayre para embaixador dos Estados Unidos no Brasil. O autor escreve que Sayre teria, em outras experiências de carreira, interferido nos planos de Richard Nixon a respeito de um suspeito de tráfico de drogas panamenho. Por conta disso, a nomeação estaria causando discussões no Senado estadunidense. Francis o defende:

> O que é inadmissível é que o Departamento de Estado seja cúmplice de raptos de cidadãos estrangeiros, atividade que o mesmo departamento recrimina quando exercida por terroristas sem escudos governamentais.
> Esse, em essência, é o caso contra Sayre, que o brucutu Jesse Helms quer transformar no de um "embaixador que desobedece às leis norte-americanas", um grotesco travesti da verdade. Se Robert Sayre será um embaixador eficiente no Brasil é uma questão aberta. Que o seu nome, porém, seja difamado no Congresso por que Sayre cumpriu seu dever é um absurdo. (FRANCIS, 22/04/1978, p. 5 – grifo nosso)

"Travesti", nesse texto, é um termo que aparece como o contrário de "verdade". Logo, uma mentira. Segundo Francis, Sayre havia impedido uma tentativa de sequestro no Panamá planejada pelo governo norte-americano, por isso, os políticos do país tentariam desqualificá-lo para o exercício da função de embaixador, dessa vez no Brasil. "O travesti", nesse caso, diz respeito à situação de manipulações e sabotagens articuladas no Congresso para a derrubada do profissional.

O texto de Francis se assemelha ao de Abramo em alguns aspectos, apesar dos cinco anos de diferença entre as publicações. Ambos apresentam o conceito de "travesti" como um tipo de ameaça a algo aparentemente idealizado. Para Abramo, "o travesti" do empresário impediria a concretização de um sistema educacional justo; para Francis, de um sistema político ético. "Os travestis" seriam obstáculos a projetos eficientes de sociedade. Isso não deixa, inclusive, de ter relação com os jogadores de futebol fantasiados. Uma vez que sua travestilidade seria necessariamente dependente do carnaval, infere-se também a existência de um determinado sistema ou modo de organizar as coisas em que a figura da travesti, ainda que mera fantasia, não faria sentido ou não teria coerência em outro contexto.

As reportagens dos "disfarces" convergem com o modo como as notícias criminais são retratadas, uma vez que as personagens travestis aparecem como "ela" e como "ele" em simultaneidade, além de as narrativas, em alguns casos, chegarem a uma espécie de "clímax" em que dão a entender que as travestis teriam escondido a identidade. Consuelo seria ao mesmo tempo Valdeci, liderando uma quadrilha; Angela Maria, assaltante capoeirista com três homens; a anônima da barraca de frutas, ladra com dois acompanhantes. Elas estariam disfarçadas de algo que não seriam, com planos elaborados para se apropriar dos bens de indivíduos desavisados, por isso, pela óptica dos jornais, no mínimo seriam passíveis de desconfiança.

Conclusão

A partir do material coletado, é possível notar algumas nuances na aparição das travestis brasileiras nas notícias e reportagens da Folha de S. Paulo publicadas no período analisado. A princípio, chama atenção a cobertura dada aos desfiles de carnaval no final da década de 1960. Após compreensão, por meio de bibliografia específica, da grandiosidade dos eventos que ocorriam na época, pode-se supor que a representação acompanhava relativamente a dimensão dos fatos.

Entretanto, as bruscas mudanças de abordagem e então desaparecimento dessas coberturas nos anos seguintes, consoante o embrutecimento da ditadura civil militar, são dados que se sobressaem tanto quanto os eventos noticiados, e instigam observação mais aprofundada. Somente por meio de trabalhos cuidadosos examinando os detalhes da questão, como os de James Green, Benjamin Cowan

e Rafael Freitas Ocanha, é possível interpretar a influência que as censuras institucionais e os controles morais tiveram na representação das travestis brasileiras seja no jornalismo, seja nos espaços de sociabilidade como um todo.

As notícias sobre travestis envolvidas em crimes não constituem novidade específica da década de 1970. Mesmo nos anos anteriores essas temáticas também apareciam nos jornais, sendo as mais recorrentes fora do período do carnaval. Entretanto, a partir de 1969, uma vez proibida a publicização de quaisquer materiais que as retratassem de maneira positiva, os crimes parecem se sobrepor. Além disso, surgem com características curiosamente comuns entre si, como as relações estabelecidas aos assaltos e os desfechos violentos dos casos.

Percebe-se ainda uma mudança no perfil das retratadas: se antes eram dançarinas e atrizes famosas, dessa vez as personagens seriam pobres, imigrantes e prostitutas. Esses fatores podem estar associados tanto às questões econômicas do período da ditadura civil militar brasileira quanto às motivações por trás do processo de publicação, ou seja, limitando as representações apenas a elementos negativos e relativos a ambientes marginalizados. Entretanto, uma possibilidade não exclui a outra, uma vez que todo o processo de redação e publicação envolve fatores tão complexos que muitas vezes escapam até mesmo à consciência do jornalista a respeito da própria produção.

Durante a pesquisa, foram encontrados dados que não se relacionam especificamente com a identidade das travestis, mas ajudam a compreender o contexto tão bem quanto o restante dos resultados. Os exemplos analisados nesse caso são correspondentes à utilização do termo “travesti” com sentido figurativo, significando uma espécie de disfarce ou farsa.

Esses casos aparecem com maior frequência em meados da década de 1970, curiosamente mesclando os sentidos pejorativos do período ditatorial com os elementos referentes à fantasia, possivelmente evocando a imagem das travestis dos bailes e desfiles, ainda que sem o luxo observado anteriormente. Essas informações permitem compreender que, afinal, “travesti” seria um termo associado coletivamente não apenas à identidade, e abrem margem para questionar, por exemplo, os impactos dessa figuração na realidade social. Contudo, enveredar por nesse aspecto demandaria maior aprofundamento não apenas historiográfico, como também sociológico e linguístico, fugindo, portanto, do objetivo deste estudo.

Esta análise não pretendeu fazer um levantamento a respeito do surgimento de determinados significados atribuídos às palavras, entretanto, suscita essa questão ao apontar mudanças ocorridas ao longo de um período particularmente sensível no que se refere a

censuras, repressões e imposições morais de comportamento. Espera-se, portanto, abrir caminho para essas discussões, principalmente quanto aos efeitos desses processos na vida social de travestis ainda nos dias de hoje.

Conforme observado nos resultados da pesquisa, certas significações ocorrem diretamente relacionadas ao contexto social e político contemporâneo, como no caso das censuras aos bailes de carnaval no final da década de 1960 e o impacto disso nas coberturas jornalísticas a partir de então. Mas, comparadas as dessa época em específico com aquelas de meados da década de 1970, percebe-se que os efeitos dessas violências permanecem de forma mais sutil no próprio modo de representá-las, ainda que com anos de diferença entre as publicações.

Referências

ABRAMO, Perseu. Vestibular automático. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 18 dez. 1977. Primeiro Caderno, p. 1-14. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/>. Acesso em: 17/10/2019.

ARAÚJO, C. As cotas para as mulheres e as eleições de 1996 e 1998: analisando os resultados e perspectivas. **Teoria & Sociedade**. Belo Horizonte: UFMG, out. 1999

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa**. Brasil 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

COWAN, Benjamin. Homossexualidade, ideologia e "subversão" no regime militar. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan. **Ditadura e homossexualidades:** repressão, resistência e a busca da verdade. São Paulo: Editora da Universidade Federal de São Carlos, 2014, p. 27-50.

FIORIN, José Luiz. **Linguagem e ideologia**. Princípios, n. 137. 8ª ed. São Paulo: Ática, 2010.

FOLHA DE S. PAULO. Enxutos brigam por resultados. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 26 fev. 1968. Primeiro Caderno, p. 1-8. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/>. Acesso em: 17/10/2019.

FOLHA DE S. PAULO. Escolas de samba do Rio prometem muitas surpresas para o Carnaval. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 12 fev. 1969. Primeiro Caderno, p. 1-20. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/>. Acesso em: 17/10/2019.

FOLHA DE S. PAULO. Polícia do Rio continua a busca aos assaltantes. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 18 mai. 1969. Primeiro Caderno, p. 1-40. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/>. Acesso em: 17/10/2019.

FOLHA DE S. PAULO. Ladrões agem em toda a Capital. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 24 jul. 1971. Primeiro Caderno, p. 1-16. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/>. Acesso em: 17/10/2019.

FOLHA DE S. PAULO. Mulata era travesti e surrou dois. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 17 jan. 1972. Primeiro Caderno, p. 1-12. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/>. Acesso em: 17/10/2019.

FOLHA DE S. PAULO. Ipauçu. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 06 fev. 1975. Primeiro Caderno, p. 1-28. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/>. Acesso em: 17/10/2019.

FOLHA DE S. PAULO. S. Vicente: festa nas ruas. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 10 fev. 1975. Primeiro Caderno, p. 1-8. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/>. Acesso em: 17/10/2019.

FOLHA DE S. PAULO. A polícia preocupada com os “travestis” na cidade. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 18 dez. 1977. Primeiro Caderno, p. 1-92. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/>. Acesso em: 17/10/2019.

FRANCIS, Paulo. Sayre no Senado norte-americano. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 22 abr. 1978. Primeiro Caderno, p. 1-30. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/>. Acesso em: 17/10/2019.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

GREEN, James N. **Além do carnaval:** a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: Unesp, 1999.

IBAM - INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. Documento 347. São Paulo, s/d, p. 25.

MOTA, Carlos Guilherme; CAPELATO, Maria Helena. **História da Folha de S. Paulo** (1921-181). São Paulo: Impres, 1981.

OCANHA, Rafael Freitas. As rondas policiais de combate à homossexualidade na cidade de São Paulo (1976-1982). In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan. **Ditadura e homossexualidades:** repressão, resistência e a busca da verdade. São Paulo: Editora da Universidade Federal de São Carlos, 2014, p. 150-174.

VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

Lugar de mulher é... na memória, na cultura, na história e na literatura: a representação do feminino nos cordéis de Jarid Arraes

Adriana Maria Gonçalves Chiaradia[108]

Introdução

A literatura de cordel, por muitas vezes, não foi privilegiada pelos estudos da comunicação e da história, até o surgimento da Escola dos Annales[109], pelo fato de se constituir em veículo de informação que apresenta a história cotidiana e o estabelecimento de formas de escritas populares.

As ramificações do Instituto Histórico e Geográfico, até 1930, por meio de seus estudiosos, afirmavam que os folhetos populares não resistiriam ao processo de modernização do Brasil. Um de seus expoentes,

> Silvio Romero[110] já dizia que os folhetos estavam condenados à morte por causa do advento e distribuição de jornais pelo interior do país. Porém, Silvio, não tinha razão. Depois, na década de 1930, outros pesquisadores afirmavam a mesma coisa, culpando desta vez, o rádio. Nos anos 1960, foi a vez da televisão. (LUYTEN, 2017, p. 7)

Já é século XXI e tudo nos indica que os cordéis estão longe de desaparecer. “A poesia ocupa um lugar de destaque, pela sua dinamicidade e força de expressão.” (LUYTEN, 2017, p. 13) E por esse motivo caiu na graça dos brasileiros de tal modo que atravessa

[108] Mestranda em Educação, Arte e História da Cultura - Universidade Presbiteriana Mackenzie.
Formada em Jornalismo pelo Centro Universitário Teresa D’Ávila - UNIFATEA (2008) e em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2017).

[109] A Escola dos Annales foi um movimento historiográfico surgido na França, durante a primeira metade do século XX. Desde o século XVIII, quando a História passou a ser notada como ciência, os métodos de se escrever e pensar sobre História conquistaram grande evolução. A historiografia passou por grandes modificações metodológicas que permitiram maior conhecimento do cotidiano do passado, através da incorporação de novos tipos de fontes de pesquisa. Ainda assim, no início do século XX, questionava-se muito sobre uma historiografia baseada em instituições e nas elites, a qual dava muita relevância a fatos e datas, de uma forma positivista, sem aprofundar grandes análises de estrutura e conjuntura. (GASPARETTO JUNIOR, s/d)

[110] Sílvio Vasconcelos da Silveira Ramos Romero, conhecido popularmente como Silvio Romero, foi crítico, ensaísta, folclorista, polemista, professor e historiador da literatura brasileira, nasceu em Lagarto, no Estado de Sergipe, em 21 de abril de 1851, e faleceu na cidade do Rio de Janeiro, em 18 de julho de 1914. Convidado a comparecer à sessão de instalação da Academia Brasileira de Letras, em 28 de janeiro de 1897, fundou a cadeira nº 17, escolhendo como patrono Hipólito da Costa. (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, s/d)

gerações, trazendo opiniões, críticas e posicionamentos de quem as escreve.

Esse gênero literário é tema que se impõe no cenário político e acadêmico, principalmente desde as últimas décadas do século XX, devido ao seu caráter de documento da história popular, distinto e engajado com a essência nacional.

No Brasil, desde o século XIX, apesar da perspectiva do Instituto Histórico e Geográfico em buscar o moderno no sentido linear evolucionista, românticos e folcloristas[111] tratavam o popular enquanto sinônimo de expressão de um povo. Românticos, por meio de um popular anônimo, reflexo da alma nacional, e folcloristas, sob a influência das teorias positivistas, um popular idealizado. Ambos consideravam cultura popular como alimento necessário para a construção da nação.

Não obstante, foram os intelectuais das gerações de 1920 e 1930[112] que iniciaram as definições mais precisas e legitimadoras do que seria, ou não, o popular brasileiro. Seus questionamentos incitaram à necessidade de compreender o que é cultura popular. Para Renato Ortiz (1992), é reduto da essência nacional, símbolo de resistência contra as invasões da cultura erudita estrangeira, alimento da herança luso-afro-ameríndia e revelador de questões sociais e políticas.

[111] Renato Ortiz distinguiu os românticos e folcloristas: "Os românticos são responsáveis pela fabricação de um popular ingênuo, anônimo, espelho da alma nacional; os folcloristas são os seus continuadores, buscando no Positivismo emergente um modelo para interpretá-lo [...]; O artista romântico, ao valorizar a força do Eu, introduz a noção de individualidade livre no domínio artístico. Os princípios estéticos deixam de ser decorrentes dos códigos consensuais, estabelecidos pelas instituições legítimas (Academia de Belas Artes e Literatura), para serem apreendidos pela sensibilidade do criador individual. O romantismo alivia os homens da herança tradicional. Este elemento propulsor, seu fundamento, no momento da consolidação da sociedade burguesa do século XIX, orienta o indivíduo na sua luta contra as restrições à imaginação. Os românticos irão contrapor-se à ideia de mercado cultural espaço no interior do qual suas individualidades se equivaleriam ao simples valor de troca. Sensíveis, reticentes, eles são críticos do capitalismo nascente [...] É somente na segunda metade do século XIX que os estudiosos da cultura popular vão considerar-se folcloristas. Esse neologismo inglês, cunhado tardiamente, não é apenas uma inovação terminológica – ele encobre uma disposição que redefine o estudo das tradições populares. Pode-se captar essa mudança quando focalizarmos a *Folklore Society*, criada na Inglaterra em 1878. A escolha não é arbitrária – são os ingleses que fundam a primeira associação de folclore cuja ambição é transformá-lo em uma nova ciência. A *Folklore Society* agrupava um conjunto de intelectuais e, através de publicações, palestras, congressos, pretendia organizar e divulgar o estudo da cultura popular de forma sistemática e dinâmica." (ORTIZ, 1992, p. 6, 18, 28)

[112] Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Menotti Del Picchia, Sérgio Milliet, Plínio Salgado, Manuel Bandeira, Ronald de Carvalho, Álvaro Moreira, Renato de Almeida, Ribeiro Couto, Guilherme de Almeida etc.

Configurou-se como categoria de análise[113] somente na década de 1960 pelos historiadores.

A manifestação popular literatura de cordel se tornou foco das atenções quando cresceu o entendimento, no meio acadêmico, de que ela constitui um registro/documento, uma fonte da história, que perpassa pelas teorias da antropologia, história cultural e ciências sociais. Compreende não apenas em seus textos os contextos históricos de suas criações, suas múltiplas formas narrativas, como também diálogos, significações e relações com a vida cotidiana. Ela ilumina os campos da história, da antropologia e da sociologia. Encaixa-se nos estudos interdisciplinares, porque propicia abordar conceitos sobre as potencialidades das manifestações populares enquanto políticas, culturais e sociais.

Este artigo aborda a representação do feminino na fonte "literatura de cordel", que por décadas foi ferramenta encontrada pelas culturas populares para se expressar, para comunicar, informar e formar. Ficou conhecida por esse nome pelo modo como eram vendidos os folhetos, inicialmente. Suspensos em barbantes, os folhetos manifestavam e manifestam ainda hoje o pensamento e o dia a dia do povo em poesia popular.

No "Prefácio à edição italiana" da obra "O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição", o autor Carlo Ginzburg cita Mandrou ao definir a literatura de cordel como "cultura imposta às classes populares":

> Essa literatura [...] teria alimentado por séculos uma visão de mundo banhada de fatalismo e determinismo, de maravilhoso e misterioso, impedindo que seus leitores tomassem consciência da própria condição social e política – e, portanto, desempenhando, talvez conscientemente, uma função reacionária. (apud GINZBURG, 1991, p. 18)

Na mesma obra, o autor traz outra percepção sobre a literatura de cordel, ao citar a pesquisadora Geneviève Bollème:

> A pesquisadora viu na literatura de cordel a expressão espontânea (ainda mais improvável) de uma cultura popular original e autônoma,

[113] A metodologia de análise de conteúdo se destina a classificar e categorizar qualquer tipo de conteúdo, reduzindo suas características a elementos-chave, de modo que sejam comparáveis a uma série de outros elementos. (CARLOMAGNO, ROCHA, 2016) Como Irving Janis sintetiza, em capítulo do célebre livro organizado por Harold Lasswell e Abraham Kaplan: "A análise de conteúdo fornece meios precisos para descrever o conteúdo de qualquer tipo de comunicação: jornais, programas de rádio, filmes, conversações quotidianas, associações livres, verbalizadas, etc. As operações da análise de conteúdo consistem em classificar os sinais que ocorrem em uma comunicação segundo um conjunto de categorias apropriadas." (JANIS, 1982, p. 53)

> permeada por valores religiosos. Nessa religião popular, concentrada na humanidade e pobreza de Cristo, teriam sido fundidos, de forma harmoniosa, o natural e o sobrenatural, o medo da morte o impulso em direção à vida, a tolerância às injustiças e a revolta com a repressão. (apud GINZBURG, 1991, p. 19)

Foram os povos ibéricos que trouxeram a literatura para o Brasil, embora esse tipo de texto já fosse conhecido na Europa desde o "início no século XVI, quando o Renascimento passou a popularizar a impressão dos relatos que pela tradição eram feitos oralmente pelos trovadores" (MELO, 2014).

> Na época dos povos conquistadores greco-romanos, fenícios, cartagineses, saxões etc., a literatura de cordel já existia, tendo chegado a Península Ibérica (Portugal e Espanha) por volta do século XVI.
> Na península, a literatura de cordel recebeu os nomes "pliegos sueltos" (Espanha) e "folhas soltas" ou "volantes" (Portugal). (SILVA, 2011, p. 11)

A literatura de cordel tem simplicidade na sua estrutura, prestigiando informações do cotidiano trazidas de forma clara, por meio de um vocabulário descomplicado. É escrita em forma de poesia rimada, o que facilita a assimilação do conteúdo pelo leitor.

Esse tipo de literatura oportuniza a pessoas com pouco acesso à informação ocupar a posição de autores e receptores desse conteúdo. É através do cordel que elas adentram o universo das letras, seja escrevendo ou vendendo os folhetos, seja ouvindo ou decifrando a literatura. E é por isso que a literatura de cordel atravessa gerações. Ora com lendas e manifestações religiosas, ora com acontecimentos políticos, econômicos e sociais. E, ao escrever um cordel baseado em algum desses fatos, o escritor registra um momento, documenta uma época. A partir daí, as gerações vindouras têm conhecimento sobre os fatos narrados por outra óptica, sob o olhar dos cordelistas.

Mais do que rimar palavras, o folheto traz nas suas estrofes o registro de um período. É um documento da história. "A literatura de cordel, por exemplo, nos leva a perceber algumas questões acerca da leitura de um texto literário com o olhar da história, podendo ser utilizado como fonte histórica." (NASCIMENTO, 2013, p. 3) Nesse sentido, o cordel traz uma bagagem cheia de acontecimentos, envolto em um contexto social, por isso, tem muito a dizer sobre a sociedade, revelando posicionamentos adotados à época ou a ideologia de seus autores.

Desse modo, os cordéis possibilitam uma nova visão dos acontecimentos, uma releitura da história feita por personagens reais, e não por um mero retransmissor de conteúdo. Além do que, muitas

das histórias retratadas na literatura de cordel não estão nos livros didáticos, exemplo disso são os cordéis de louvação, homenagem e os bibliográficos – estes abarcam as histórias retratadas por Jarid Arraes, que, embora remontem a parte da história do Brasil, não são encontradas em nenhum livro didático.

Isso posto, este artigo aborda a história de mulheres que ajudaram a escrever a História do Brasil, de modo a identificar nesses escritos a representatividade feminina na literatura de cordel, sob a óptica de Jarid Arraes. Explorar a literatura de cordel com esse intuito mostra a natureza da literatura como forma de crítica social e política, bem como permite examinar como a autora, objeto deste estudo, utiliza desse gênero literário justamente para criticar e emitir suas opiniões sobre questões sociais.

A representação do feminino nos cordéis de Jarid Arraes

Escritora contemporânea, Jarid Arraes nasceu em 1991, em Juazeiro do Norte, interior do estado do Ceará. Desde a infância, foi influenciada pelo avô e pelo pai, Abraão Batista e Hamurabi Batista, cordelistas e xilogravadores.

Aos 20 anos de idade, com a tecnologia à disposição, Jarid começou a publicar as primeiras produções em um blog intitulado "Mulher Dialética". Não demorou muito e se tornou colunista da Revista Fórum. A cordelista sempre se posicionou em seus escritos sobre questões envolvendo direitos humanos, como direitos LGBT e movimentos de luta contra o racismo.

A escritora fez parte de coletivos regionais em Juazeiro do Norte, como o "Pretas Simoa" e o "FEMICA" (Feministas do Cariri).

> Em julho de 2015, Jarid Arraes publicou "As Lendas de Dandara", seu primeiro livro em prosa e em edição independente que contou com ilustrações de Aline Valek. Em menos de 1 ano, a tiragem foi completamente esgotada e a obra foi republicada em dezembro de 2016 pela Editora de Cultura. O livro nasceu da necessidade de resgatar a história de Dandara dos Palmares, contada como esposa de Zumbi dos Palmares, e tem a proposta de misturar lendas e fantasia com fatos históricos sobre a luta quilombola no período da escravidão no Brasil. (ARRAES, s/d)

Aos 28 anos, "mistura em sua obra a bela tradição regionalista do cordel, uma grata herança de família, e questões políticas importantes que influenciam positivamente o pensamento do século XXI" (GUIMARÃES, 2017).

Em 2017, a cordelista lançou "Heroínas negras brasileiras em 15 cordéis", pela editora Pólen Livros. A obra reúne a biografia de 15 personalidades femininas e negras que ajudaram a escrever a história

do Brasil. Os textos são escritos em estrofes (sextilhas), especialidade de Jarid Arraes.

> "Fui reunindo as histórias dessas heroínas negras ao longo de 4 anos, pesquisando em trabalhos acadêmicos, conversando com pessoas que vivem nas regiões onde essas heroínas viveram e atuaram." (apud GUIMARÃES, 2017)

Na contracapa do livro, Jarid fala por que decidiu fazer essa pesquisa e então retratar essas histórias na literatura de cordel.

> Antes de chegar à idade adulta, nunca tinha ouvido falar de uma mulher negra que tivesse feito algo de importante na História. Durante toda a minha vida escolar e até mesmo nos conteúdos midiáticos de que me recordo, nunca me falaram de mulheres negras que fizeram grandes coisas pela humanidade ou que lutaram batalhas contra a escravidão no Brasil.
> Adulta, descobri nomes avulsos enquanto pesquisava sozinha, tentando resgatar minhas origens afrobrasileiras. O esquecimento dessas mulheres negras me fez decidir criar uma coleção de cordéis intitulada **Heroínas Negras na História do Brasil**. (ARRAES, 2017)

Desde então, a autora tem se dedicado a conhecer histórias das mulheres negras que escreveram a História do Brasil. Mas, mais do que pesquisar, ela se dedica a torná-las acessíveis através do cordel e fazer com que suas vozes sejam ouvidas. Assim, coloca a mulher negra em evidência, em um gênero literário que pouquíssimas vezes a trouxe como protagonista, e quando trouxe eram histórias cercadas de erotismo ou lendas.

Contudo, a falta de representatividade feminina, sobretudo da mulher negra, seja na História do Brasil, seja na literatura de cordel, pode ser explicada por séculos de história. Em uma breve análise, é possível identificar ao longo dos anos a discriminação contra a mulher em praticamente todos os segmentos.

> À mulher era vedada a participação no aprendizado da escrita e da leitura e a freqüência a aulas que não fossem as da prenda do lar. No fórum da história da vida privada, este autor [Chartier] ainda pontua que tanto a mulher quanto as crianças, na Idade Média, passam por despercebidas da vida social, ocupando espaço em segundo plano. Até mesmo nos relatos escritos, encontrados nos diários, e nas memórias dos homens da Idade Média, a caracterização do espaço privado, traz à baila um painel documental de depoimentos sobre a família, a mulher/ a esposa e a criança não satisfatório. (LINS, 2011, p. 03)

No entanto, Jarid Arraes, em suas criações, evidencia a mulher negra como protagonista de lutas que mudaram o rumo da História do Brasil. A autora, que é mulher, negra, nordestina e um dia não se viu representada na literatura de cordel nem nos livros didáticos, "se engajou para versejar outras, relegadas ao silêncio, à invisibilidade" (ARRAES, 2017, p. 11).

Entre as histórias contadas por Jarid, ela escolheu falar sobre Dandara dos Palmares. Parceira do guerreiro Zumbi dos Palmares, a história de Dandara é cercada de controvérsias. Na obra, Jarid comenta que a moça lutava capoeira e combateu nos diversos ataques a Palmares, no século XVII, em Alagoas. Entretanto, não há confirmação histórica sobre o nascimento de Dandara, não se sabe ao certo se ela nasceu no Brasil ou na África, mas é sabido que lutou contra a escravidão e participou ativamente da resistência do quilombo.

> Em 1678, Ganga Zumba, líder de Palmares e tio de Zumbi, teria assinado um tratado com o governo de Pernambuco que previa a libertação de prisioneiros palmarianos e a permissão para realizar comércio, em troca da entrega de escravos fugitivos em busca de abrigo. Dandara e Zumbi se opuseram ao pacto, sendo que Zumbi assumiu a liderança após a morte do seu tio. Dandara suicidou-se em 1694, jogando-se de uma pedreira para morrer em liberdade e não na condição de escrava. (ARRAES, 2017, p. 53)

Ao conhecer a história de Dandara, Jarid a transformou em estrofes, em literatura de cordel:

> Se você já ouviu falar
> Da história de Zumbi
> Peço então a sua atenção
> Pro que eu vou contar aqui
> Talvez você não conheça
> Por incrível que pareça
> Por isso vou insistir.
>
> O quilombo dos Palmares
> Por Zumbi foi liderado
> E nesse mesmo período
> Dizem que ele foi casado
> Com uma forte guerreira
> Que tomou a dianteira
> Pelo povo escravizado.
>
> Foi Dandara o seu nome
> Que é quase uma lenda
> Não há provas de sua vida
> E talvez te surpreenda

> Com um ar de fantasia
> De coragem e de magia
> Mas assim se compreenda [...] (ARRAES, 2017, p. 47-48)

Nessas três primeiras estrofes a escritora, inicialmente, começa apresentando Zumbi, líder quilombola brasileiro, que ficou conhecido nacional e internacionalmente pela luta contra a escravidão. Tudo isso para conseguir chegar a Dandara. Mulher que se dedicou à mesma luta, mas não teve o mesmo reconhecimento. Afinal, "o secundarismo apresentado pela imagem da mulher durou vários anos, mas não quer dizer que tenha acabado, pois, em algumas culturas, o homem ainda assume total poder sobre a mulher, ao ponto de representá-la perante a sociedade" (LINS, 2011, p. 5).

Cabe salientar que Jarid Arraes, assim como muitos cordelistas, utiliza a literatura de cordel para emitir suas opiniões, pensamentos e incitar debates acerca de questões sociais. Na obra "A presença de Rodolfo Coelho Cavalcante na moderna literatura de cordel", Curran traz uma passagem do jornalista brasileiro Ricardo Noblat, que comenta sobre o fenômeno do "repórter-escritor":

> Existem dezenas de poetas populares no Nordeste que fazem um jornalismo muito parecido ao praticado na redação dos jornais: narram os principais acontecimentos da sua cidade, região, país e mundo; interpretam-nos; opinam sobre eles; refletem e ajudam a formar a opinião pública; integram à vida nacional comunidades que ainda não foram devidamente atingidas pelos veículos convencionais de comunicação. (apud CURRAN, 1987, p. 215-216)

Assim são os folhetos. Através dos versos os autores encontram uma forma de materializar suas indignações, seus costumes e tantas histórias vividas e presenciadas. Histórias que às vezes ganham as páginas de um livro e tornam-se fontes oficiais, mas também viram cordéis, registrando a memória de um povo, por meio da cultura popular. "O cordel se revela, nesse contexto, uma outra versão não oficial para a mesma história, calcada na memória discursiva do povo nordestino, daí o sujeito-cordelista retomá-la como se fosse obra de sua memória individual." (FRANÇA, 2012, p. 2)

Segundo Antonio Candido, os quatro momentos da produção de um escrito são: a) o artista, sob o impulso de uma necessidade interior, orienta-se segundo os padrões da sua época, b) escolhe certos temas, c) usa certas formas e d) a síntese resultante age sobre o meio (CANDIDO, 2006, p. 30).

Assim acontece na literatura de cordel, haja vista que os folhetos atravessam gerações. São olhares dos autores sobre fatos históricos, sociais, econômicos, políticos e culturais, perpetuando-os no tempo.

As práticas e as normas se reproduzem ao longo das gerações na atmosfera lentamente diversificada dos costumes. As tradições se perpetuam em grande parte mediante a transmissão oral. Com seu repertório de anedotas e narrativas exemplares. (THOMPSON, 1998, p. 18)

Nesse sentido, ao falar da transmissão de um gênero literário de geração em geração, Antonio Candido define como "continuidade literária":

> Quando a atividade dos escritores de um dado período se integra em tal sistema, ocorre outro elemento decisivo: a formação da continuidade literária, espécie de transmissão da tocha entre corredores, que assegura no tempo o movimento conjunto, definindo os lineamentos de um todo. É uma tradição, no sentido completo do termo, isto é, transmissão de algo entre os homens, e o conjunto de elementos transmitidos, formando padrões que se impõem ao pensamento ou ao comportamento, e aos quais somos obrigados a nos referir, para aceitar ou rejeitar. Sem esta tradição não há literatura, como fenômeno de civilização. (CANDIDO, 2000, p. 24)

"O cordel funciona como crônica poética do povo nordestino e história nacional, relatada a partir de uma perspectiva popular." (CURRAN, 1998 apud PINHEIRO, LÚCIO, 2001, p. 69) Os poetas divulgam notícias e acontecimentos através de um diálogo descomplicado, em linguagem popular. "Numa mistura de fato e ficção, o cordel 'diverte, informa e ensina'." (p. 69) E foi isso que Jarid fez ao escrever um folheto sobre Dandara. A cordelista ensinou o leitor sobre a luta feminina acerca da escravidão.

> [...]
> Mas Dandara não queria
> Um papel limitador
> Ser a mãe que cozinhava
> Tendo um perfil cuidador
> As batalhas lhe chamavam
> E seus olhos despertavam
> Pelo desafiador.
>
> Guerrear pelo seu povo
> Era o que lhe motivava
> O sonho de liberdade
> Para todos cultivava
> Sendo muito decidida
> Era até envaidecida
> Pela força que ostentava.

Um fator que se destaca
Era o seu radicalismo
Pois não aceitava acordo
Com senhores do racismo
Que ofereciam terras
Para que acabasse a guerra
No interesse do cinismo.
[...] (ARRAES, 2017, p. 48-49)

O fato relatado por Jarid de que Dandara "não queria um papel intimidador", para a época em questão, era um verdadeiro ato de rebeldia contra o "sistema". Segundo Michelle Perrot, no século XIX, "homens e mulheres possuíam campos distintos de apresentação. Aos homens, o público, cujo centro é a política. Às mulheres, o privado, cujo coração é formado pelo doméstico e a casa" (PERROT, 2005, p. 459 apud LINS, 2011, p. 5).

E é por ocupar esse lugar à época que não se vê na literatura de forma geral histórias em que a mulher seja protagonista. No entanto, esse movimento vem mudando.

> Os movimentos feministas, no final do século XX, segundo Scott, evidenciavam uma espécie de história da mulher que, sem refletir sobre questões como progresso, autonomia e a imprescindível escolha que deverá haver entre igualdade e diferença, reproduz, sem discutir, "os termos do discurso ideológico sob cujos efeitos o feminismo tem operado. Na verdade, o que lhe tem faltado é o devido distanciamento analítico". (LINS, 2011, p. 6)

"As constantes lutas deram à mulher respaldo para sair do lugar que a tradição patriarcal a colocou – o lar." (LINS, 2011, p. 6) E, devido a essas lutas, hoje, naturalmente, já é mais fácil encontrar na nossa literatura histórias que dão visibilidade ao "sexo frágil". Assim como as publicações de Arraes.

[...]
Liderava os palmarinos
Lado a lado com Zumbi
Entre espadas e outras armas
Escutava-se o zunir
Dos seus golpes tão certeiros
Que aplicava bem ligeiros
Pra ferir ou confundir.

[...]
Há quem diga que Dandara
É um símbolo lendário
Que está representando

Um poder imaginário
Heroína para gente
Como deusa que ardente
Traz o revolucionário.

[...]
Dia 20 de novembro
Dia de lembrar Zumbi
É também dessa Dandara
Que devemos incluir
O seu nome celebrado
Sim, merece ser honrado
E no peito se sentir. (ARRAES, 2017, p. 50, 52)

Esse olhar sob a literatura de cordel – transformar em estrofes, a partir do ponto de vista do cordelista, uma história real – traz à tona o que Peter Burke, na obra "A escrita da nova história: novas perspectivas", denomina o "novo jeito de fazer história", por meio de fontes não oficiais. Para tanto, ele explica o "paradigma tradicional" em face da nova história:

> 1. De acordo com o paradigma tradicional, a história diz respeito essencialmente a política. Na ousada frase vitoriana de Sir John Seeley, Catedrático de História em Cambridge, "História e a política passada: política e a história presente".
> 2. Em segundo lugar, os historiadores tradicionais pensam na história como essencialmente uma narrativa dos acontecimentos, enquanto a nova história está mais preocupada com a análise das estruturas. Uma das obras mais famosas da história de nossa época, o Mediterranean de Fernand Braudel, rejeita a história dos acontecimentos (histoire événementielle) como não mais que a espuma nas ondas do mar da história. Segundo Braudel, o que realmente importa são as mudanças econômicas e sociais de longo prazo (la longue durée) e as mudanças geo-históricas de muito longo prazo. Embora recentemente tenha surgido alguma reação contra este ponto de vista (discutido adiante na p. 327) e os acontecimentos não sejam mais tão facilmente rejeitados quanto costumavam ser, a história das estruturas de vários tipos continua a ser considerada muito seriamente. (BURKE, 1992, p. 10-13)

Nesse sentido, Luís Cláudio Palermo acrescenta que "as interpretações das fontes históricas deve ter por base, portanto, a perspectiva da teoria do tempo histórico, ou seja, deve ser vista como um processo, para que o acontecimento singular ganhe sentido" (PALERMO, 2017, p. 29).

Contudo, voltemos aos pontos levantados por Burke:

> 3. Em terceiro lugar, a história tradicional oferece uma visão de cima, no sentido de que tem sempre se concentrado nos grandes feitos dos grandes homens, estadistas, generais ou ocasionalmente eclesiásticos. Ao resto da humanidade foi destinado um papel secundário no drama da história.
> 4. Em quarto lugar, segundo o paradigma tradicional, a história deveria ser baseada em documentos. Uma das grandes contribuições de Ranke foi sua exposição das limitações das fontes narrativas vamos chama-las de crônicas - e sua ênfase na necessidade de basear a história escrita em registros oficiais, emanados do governo e preservados em arquivos. O preço dessa contribuição foi a negligência de outros tipos de evidência. O período anterior a invenção da escrita foi posto de lado como "pré-história". Entretanto, o movimento da "história vista de baixo" por sua vez expos as limitações desse tipo de documento. Os registros oficiais em geral expressam o ponto de vista oficial. Para reconstruir as atitudes dos hereges e dos rebeldes, tais registros necessitam ser suplementados por outros tipos de fonte [...]. (BURKE, 1992, p. 10-13)

Já Palermo ressalta a temporalidade como elemento chave da historicidade:

> O que se deseja colocar em relevo é o que o tempo pensado/concebido pelos homens ganhou múltiplas possibilidades e facetas que são inerentes à historicidade humana e que comporta temporalidades diversas. Trata-se de uma forma de compreensão que viabiliza pensar o tempo como algo inextrincavelmente relacionado à vida do indivíduo e das coletividades (pensando sobretudo na relação entre indivíduo e coletividade). Nesse sentido, a temporalidade é algo inerente às historicidades. (PALERMO, 2017, p. 23)

Entretanto, "novos historiadores estão preocupados com "a história vista de baixo". Em outras palavras, com as opiniões das pessoas comuns e com sua experiência da mudança social (BURKE, 1992, p. 13). A história vista de baixo pode cumprir um importante papel na reconstrução da história, ao recordar que existiram outros agentes-personagens e interlocutores, e não apenas "monarcas, primeiros-ministros ou generais" (BURKE, 1992, p. 60).

Jarid Arraes, além de ressaltar a figura da mulher na História do Brasil através do cordel, realiza um trabalho com a memória das mulheres escolhidas para compor esse time de "heroínas". Os textos da autora nos possibilitam rememorar um passado com participação feminina que marcou nossa história e compõe a identidade nacional e a memória coletiva. Afinal, "quando relembramos datas, festividades e personagens históricos, estes se tornam 'lugares de memória'" (POLLAK, 1989 apud SILVA, SANTOS, 2018). Ademais, teóricos e especialistas afirmam que "através do contato com a literatura de

cordel é possível refletir de forma crítica sobre a realidade, fazendo-nos perceber nossa posição no mundo e dos diversos contextos sociais" (MEDERIROS, 2015).

As obras de Arraes dialogam com aquilo que Edward Said trouxe em "Temas e culturas de resistência":

> Escritores pós-imperiais do Terceiro Mundo, portanto, trazem dentro de si o passado – como cicatrizes de feridas humilhantes, como uma instigação a práticas diferentes, como visões potencialmente revistas do passado que tendem para o futuro pós-colonial, como experiências urgentemente reinterpretáveis e reviviveis, em que o nativo outrora silencioso fala e age em território tomado do colonizador, como parte de um movimento geral de resistência. (SAID, 1995, p. 269)

A escritora traz em suas estrofes um passado marcado pela luta, do qual ela busca resgatar as origens afro-brasileiras. Assim, não deixa as conquistas das protagonistas de seus cordéis e tantas outras que lutaram em prol de direitos iguais caírem no esquecimento. Uma verdadeira aula de história envolvendo diversos aspectos de um fato e de uma época – escravidão, racismo, as lutas de mulheres no período escravocrata.

Considerações finais

Ler os folhetos escritos por Jarid Arraes, sobretudo os que compõem a obra "Heroínas negras brasileiras em 15 cordéis", é tornar essas mulheres e suas lutas "lugares de memória". Levar ao mundo o conhecimento sobre Dandara dos Palmares, Antonieta de Barros Mariana Crioula e as 12 outras mulheres reunidas na obra de Arraes é comprovar e aceitar que o lugar da mulher é onde ela acredita que deva estar. Seja no lar, seja na rua, seja na literatura.

A escritora cearense Jarid Arraes ganhou notoriedade ao tornar pública a vida e trajetória dessas "mulheres negras invisibilizadas pela historiografia oficial em uma plataforma pouco usual no meio literário hegemônico: a literatura de cordel" (GOMES, 2016).

> Jarid Arraes e outras expoentes negras nos mais diversos campos, são a continuidade das vozes e ações destas NEGRAS, sim em caixa alta, para que jamais sejam subjugadas, esquecidas, diminuídas e que sejam muito mais que lugares de memória. A elas não são necessários rótulos devido a seus feitos, mas sim o mostrar-se enquanto mulher, negra e sujeito. As personalidades aqui apresentadas ultrapassam a dimensão das páginas que a autora concede a cada uma, pois integram uma memória negra feminina que converge para a coletividade, apesar das especificidades próprias da individualidade que cada uma carrega na força e na crença que as constituem. Ler os versos de Jarid Arraes é perceber que a forma

> popular do cordel é capaz de nos transportar para as mais complexas situações históricas, muitas delas ausentes dos manuais escolares. (SILVA, SANTOS, 2018)

Segundo Silva e Santos, as violações a que essas mulheres foram submetidas apenas poderão ser compreendidas quando contadas e recontadas das mais diversas formas (poemas, romances, crônicas, contos, filmes etc.), porque será no contínuo que o termo "lugar", de Pollak, se fará útil.

"A verdade é que, apesar das convicções pessoais, o poeta reportou, comentou e documentou a realidade política, econômica e social brasileira" (CURRAN, 1987), e ainda o faz. Porque, assim como Arraes, existem inúmeros cordelistas[114] que utilizam da literatura do cordel para projetar esse gênero literário a nível nacional, de forma a ressaltar sua importância para a construção de uma identidade pátria.

Referências

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Biografia. **Silvio Romero**. s/d. Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/silvio-romero/biografia>. Acesso em: 12/02/2019.

ARRAES, Jarid. **Heroínas negras brasileiras em 15 cordéis**. São Paulo: Pólen, 2017.

_____. **Sobre mim**. s/d. Disponível em: <http://jaridarraes.com/sobre/>. Acesso em: 16/10/2018.

BURKE, Peter. **A escrita da nova história:** novas perspectivas. Tradução de Magda Lopes. 7ª reimp. São Paulo: Ed. Unesp, 1992.

CANDIDO, Antonio. **Formação da Literatura brasileira:** momentos decisivos. Vol. 1 1750-1836. 9ª ed. Belo Horizonte: Editora Italiana, 2000.

_____. **Literatura e Sociedade**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

CARLOMAGNO, Márcio C.; ROCHA, Leonardo Caetano da. Como criar e classificar categorias para fazer análise de conteúdo: uma questão metodológica. **Revista Eletrônica de Ciência Política**. Curitiba, v. 7, n. 1, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/politica/article/view/45771/28756>. Acesso em: 12/02/2019.

[114] Leandro Gomes de Barros (1865), Cego Aderaldo (1878), Rodolfo Coelho Cavalcante (1919), entre outros.

CURRAN, Mark J. **A presença de Rodolfo Coelho Cavalcante na moderna literatura de cordel**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/ Fundação Casa de Rui Barbosa, 1987.

FRANÇA, José Marcos de. Entre a ficção, a memória e a história: uma análise interdiscursiva em folhetos de cordéis. **Working Papers em Linguística**. Florianópolis, v. 13, n. 1, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/workingpapers/article/viewFile/1984-8420.2012v13n1p1/24164>. Acesso em: 05/02/2019.

GASPARETTO JUNIOR, Antonio. **Escola dos Annales**. s/d. Disponível em: <https://www.infoescola.com/historia/escola-dos-annales/>. Acesso em: 09/02/2019.

GINZBURG, Carlo. Prefácio à edição italiana. In: Idem. **O queijo e os vermes:** o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. 5ª ed. São Paulo: Companhias das Letras, 1991.

GOMES, Igor. **A mulher negra no centro do cordel*. Pernambuco*. Suplemento Cultural do Diário Oficial de São Paulo. 18 nov.** 2016. Disponível em: <https://www.suplementopernambuco.com.br/entrevistas/1734-jarid-arraes-e-a-mulher-negra-no-centro-do-cordel.html>. Acesso em: 21/09/ 2019.

GUIMARÃES, Juca. Jarid Arraes usa a literatura de cordel para contar histórias de heroínas negras. **R7**. 19 mai. 2017. Disponível em: <https://noticias.r7.com/sao-paulo/jarid-arraes-usa-a-literatura-de-cordel-para-contar-historias-de-heroinas-negras-19052017>. Acesso em: 17/09/2019.

JANIS, I. L. O problema da validação da análise de conteúdo. In: LASSWELL, H.; KAPLAN, A. **A linguagem da política**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.

LINS, Andréia Batista. A representação da identidade feminina nos cordéis de Janete Lainha Coelho. **REEL - Revista Eletrônica de Estudos Literários**. Vitória, s. 2, Ano 7, n. 8, 2011.

LUYTEN, Joseph Maria. **O que é literatura de cordel**. Coleção Primeiros Passos, n. 317. São Paulo: Brasiliense, 2017.

MEDERIROS, Alexandro M. Literatura de Cordel e Política. **Sabedoria Política**. nov. 2015. Disponível em: <https://www.sabedoriapolitica.com.br/products/literatura-de-cordel-e-politica/>. Acesso em: 17/10/2018.

MELO, Priscila. Literatura de Cordel. **Estudo Prático**. 24 jun. 2014. Disponível em: <www.estudopratico.com.br/literatura-de-cordel/>. Acesso em: 21/04/2018.

NASCIMENTO, Mariane de Jesus. O uso da linguagem literária no ensino da História: cordel. **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História**.

Conhecimento histórico e diálogo social. Natal, 2013. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371264900_ARQUIVO_TrabalhoXXVIISNH-MarianedeJesusNascimento.pdf>. Acesso em: 16/10/2018.

ORTIZ, Renato. **Românticos e Folcloristas**: cultura popular. Rio de Janeiro: Olho D'Água, 1992.

PALERMO, Luis Cláudio. Tempo e temporalidade: transformações semânticas modernas e alguns desdobramentos na produção do conhecimento histórico. **Temporalidades** - Revista de História. Belo Horizonte, ed. 23, v. 9, n. 1. jan./abr. 2017.

PINHEIRO, Hélder; LÚCIO, Ana Cristina Marinho. **Cordel na sala de aula**. Coleção Literatura e Ensino, n. 2. São Paulo: Duas Cidades, 2001.

SAID, Edward. **Temas da cultura de resistência**. Cultura e Imperialismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SILVA, Alen das Neves; SANTOS, Bruna Carla dos. **Seis páginas da memória negra feminina: os cordéis de Jarid Arraes. Literafro.** 2018. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/resenhas/ensaio/396-seis-paginas-da-memoria-negra-feminina-os-cordeis-de-jarid-arraes>. Acesso em: 21/09/2019.

SILVA, Gonçalo Ferreira da. **Vertentes e Evolução da Literatura de Cordel**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Rovelle, 2011.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Do cristianismo à eugenia: a reinterpretação de Hans Staden por Monteiro Lobato[115]

Enio Everton Vieira[116]

Introdução

Monteiro Lobato é uma figura que dificilmente causa indiferença. Para alguns, um dos maiores – se não o maior – autor infantil da história brasileira; para outros, um homem abertamente preconceituoso e conservador que se utilizou de artimanhas comerciais para doutrinar o público infantil. Independentemente da opinião pessoal, é notável que o autor de Taubaté segue sendo, mesmo quase 70 anos após seu falecimento, tão polêmico quanto midiático, tendo suas obras ainda hoje adaptadas para a televisão, e sendo estudado em âmbito acadêmico, tanto por suas polêmicas quanto por seu caráter de escritor infantil inovador.

> Ele praticamente inaugurou um novo campo de atuação literária e conquistou uma posição hegemônica inabalável, e até os dias de hoje ainda não se apresentou um rival à altura: a literatura infantil. Monteiro Lobato é considerado o inventor da literatura infantil brasileira, e, na posição de criador, dificilmente terá seu nome apagado na história desse gênero literário. (PASSIANI, 2003, p. 79)

Ao ler a obra de Hans Staden *Viagem ao Brasil* e a sua interpretação por Monteiro Lobato, é possível perceber diversas diferenças entre elas, ainda que se trate da mesma história. Não se pretende aqui fazer uma análise literária dessas obras, mas sim compreender o contexto histórico em que cada uma foi produzida e, especialmente na releitura feita por Lobato, como a eugenia e o higienismo foram introduzidos em um livro que era originalmente carregado de referências católicas. Interpretaremos a visão de Lobato para com os povos indígenas brasileiros, e como o autor pode ter fomentado preconceitos em relação aos indígenas. A investigação se concentra nessas duas obras, além de uma bibliografia sobre os dois autores, sobre a eugenia e a cultura indígena e sobre o momento histórico de lançamento de cada uma das versões da história de Staden.

Buscaremos compreender as possíveis razões que levaram Monteiro Lobato a escolher o livro de Hans Staden, entre várias obras sobre o Brasil Colonial, para uma adaptação infantil, e como a história de um alemão capturado por indígenas e que escapou de ser devorado

[115] Artigo adaptado da monografia homônima apresentada para o curso de pós-graduação lato sensu em Fundamentos de uma Educação para o Pensar, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

[116] Mestrando em Educação, Arte e História da Cultura - Universidade Presbiteriana Mackenzie.

lhe serviu para o seu projeto educacional e de divulgação da eugenia no Brasil, buscando apoio em nomes como Lilia Moritz Schwarcz e Enio Passiani. Depois, descreveremos como o autor paulista utilizou uma obra cheia de referências religiosas – no caso, o catolicismo – e a transformou em uma obra eugenista, utilizando-se para isso das vozes dos personagens do *Sítio do Picapau Amarelo*, personagens esses que revelam muito das crenças e do ideal de sociedade para Monteiro Lobato, com o auxílio teórico de Pietra Diwan e seus escritos sobre a eugenia. Por fim, procuramos demonstrar como *As Aventuras de Hans Staden* ajudam a fortalecer vários preconceitos e estereótipos sobre os indígenas e o período do descobrimento do Brasil, dando força ao imaginário edênico de nosso país, além de demonstrar as frustrações de Lobato no que diz respeito à nossa colonização, tomando como base as reflexões de Marilena Chauí e Laura de Mello e Souza. Ao longo de todo o artigo, utilizamos trechos das obras originais de Lobato e Staden, colocando-as lado a lado para uma melhor compreensão das diferenças entre elas.

Por que reescrever Hans Staden?

Ao longo de nossa história colonial, diversos visitantes e aventureiros europeus passaram pelo território da América Portuguesa, explorando o então desconhecido Novo Mundo e relatando o que ouviram, viram e ouviram dizer sobre o Brasil (SCHWARCZ, 2008). Enquanto os portugueses mantinham uma política de sigilo em relação às suas descobertas ultramar, a literatura desses viajantes aventureiros seria responsável por divulgar as terras e gentes americanas para o Velho Mundo.

> Uma série de viajantes aportou no Brasil do século XVI aos inícios do século XIX, legando relatos variados sobre esse estranho e longínquo país, em especial acerca da natureza e de seus naturais, ora considerados detraídos, ora elevados em sua moral e costumes. É certo que, até a chegada da corte portuguesa ao Rio de Janeiro, em 1808, a entrada de estrangeiros esteve basicamente impedida ou limitada. No entanto, a proibição não evitou a vinda de religiosos, soldados, comandantes, corsários ou meros curiosos, que deixaram relatos passados avidamente de mão em mão. (SCHWARCZ, 2008, p. 23)

Entre esses viajantes, a autora destaca André Thevet, frade franciscano que se ocupou, principalmente, de descrever a fauna e flora brasileiras; Jean de Léry, “pastor e membro da Igreja reformada de Genebra [...], talvez o autor quinhentista mais conhecido e copiado no que se refere à terra do Brasil”; e, finalmente, Hans Staden, artilheiro alemão que viveu prisioneiro dos tupinambás e obteve grande sucesso

com seu relato, conhecendo quatro edições de sua obra no ano de seu lançamento, em 1557 (SCHWARCZ, 2008, p. 34).

É seguro afirmar que Lobato teve contato com ao menos dois desses viajantes do Brasil Colonial: Hans Staden e Jean de Léry. Antes de se aventurar a escrever obras originais, Monteiro Lobato foi um ávido leitor e exerceu diversas atividades relacionadas ao mundo literário, tendo traduzido e publicado essas duas obras por sua editora, a Companhia Editora Nacional, empresa "que durante muitos anos foi uma das maiores editoras brasileiras e publicou importantes autores nacionais e estrangeiros" (HABIB, 2003, p. 66). A tradução de Hans Staden foi publicada por sua editora, em 1925, enquanto a de Jean de Léry, no ano seguinte.

> A estreita relação Monteiro Lobato e livros é algo muito anterior às atividades de ficcionista, editor, tradutor e crítico. Na verdade, é como leitor que durante a juventude ele sonha ser literato; na época em que atua no mercado editorial, seu faro de leitor é utilizado para perceber obras que serão sucesso entre público; enquanto tradutor, é o leitor que mergulha na obra de outrem para trazê-la para a língua de seu país; é ainda como leitor de textos infantis que sente a necessidade de uma literatura voltada para as crianças brasileiras. (SPAGNOLI, 2014, p. 25)

Se é evidente que o autor conhecia o livro de Staden, isso não responde a uma questão: por que lançá-la em uma versão para crianças? A primeira pista nos é dada pelo próprio Lobato, em um trecho escrito na introdução da edição digital do livro *Duas Viagens ao Brasil*[117]:

> As aventuras de Robinson Crusoé constituem talvez o mais popular livro do mundo. Da mesma categoria são estas de Hans Staden. Se as de Robinson tiveram a divulgação conhecida, proveio de passarem às mãos das crianças em adaptações conforme a idade, e sempre remoçadas no estilo, de acordo com os tempos. Com as de Staden tal não sucedeu – e em consequência foram esquecidas. (LOBATO, 2011, p. 04)[118]

A comparação de Hans Staden com Robinson Crusoé não é gratuita, pois o clássico de Daniel Dafoe foi outra das várias obras que Lobato traduziu e lançou por sua editora. Ambos, Crusoé e Staden, ficaram presos em locais desconhecidos devido a um naufrágio, e

[117] A versão impressa à qual temos acesso é traduzida como "Viagem ao Brasil", enquanto a versão digital foi traduzida como "Duas Viagens ao Brasil".

[118] A citação foi extraída da introdução da versão digital do livro, escrita por Eduardo Bueno, que utiliza este trecho de uma carta escrita por Lobato, sem maiores explicações de onde extraiu o escrito original (de que ano é a carta, para quem foi escrita etc.).

ambos conviveram com os nativos do local onde naufragaram. Nas duas histórias os personagens vivem diversas aventuras, e adaptar a história de um alemão que viveu entre os indígenas do Brasil durante o período colonial atende a uma das facetas do projeto literário de Lobato: proporcionar um melhor conhecimento da cultura, história e povos brasileiros.

> A proposta estética de Lobato está intimamente associada ao seu projeto literário: para ele, a literatura (e a arte em geral) permitiria um mergulho na realidade nacional e tornaria possível criar uma verdadeira consciência sobre o país, com todas as suas mazelas e potencialidades. Portanto, incorporar a linguagem coloquial, os regionalismos, tornar nosso folclore um tema literário e artístico significava conhecer a fundo o Brasil. (PASSIANI, 2003, p. 71)

A obra de Hans Staden é uma narrativa mais aventuresca, pois o alemão não simplesmente conviveu com indígenas, mas foi seu prisioneiro. Seu relato é cheio de reviravoltas histriônicas, sabendo se aproveitar de sua astúcia, a ponto de se proteger "com estratégias que, por vezes, o transformaram em senhor dos tupinambás, quando na verdade era escravo" desses indígenas (VAINFAS, 2001, p. 278). Lobato tinha a seu alcance uma obra na qual um homem branco europeu, tido como o ideal moral, físico e laboral do início do século XX, subjuga os povos nativos brasileiros, sendo assim uma história que se emprestava à divulgação de ideias eugenistas.

Monteiro Lobato e a eugenia

No Brasil dos anos 1920, o médico Renato Kehl era o maior expoente, defensor e divulgador das ideias da eugenia no país. Entendemos eugenia como um plano de atuação em várias frentes ou segmentos – como a higiene, educação, educação física, legislação, genética, imigração, entre outros – que "trabalham em prol de uma mesma ideia: o melhoramento da raça humana" (DIWAN, 2015, p. 17). Além de ter publicado diversos livros e artigos sobre o tema, o médico participou de forma atuante de várias sociedades e associações, tais como a Sociedade Eugênica de São Paulo, o Departamento Nacional de Saúde Pública, a Liga Brasileira de Higiene Mental e a Liga Pró-Saneamento, esta última fundada em 1918 com a participação de ninguém menos que Monteiro Lobato. Essas associações tinham como objetivo fazer

> [...] que o Brasil se povoasse de "gente sã física e moralmente", à exemplo da Grécia Antiga, que no seu entender havia encontrado o equilíbrio do corpo e do espírito expressos na civilização ideal. Olhando para o passado como um reflexo no espelho, o eugenismo de Renato Kehl via a sociedade através da beleza plástica, da retidão

> moral e da divisão social de maneira idêntica àquela dos gregos antigos. (DIWAN, 2015, p. 126)

Nos livros de Monteiro Lobato, tal como predicava Renato Kehl, a civilização grega aparece sempre como um ideal a ser perseguido. Na década de 1930, em *História do Mundo para as Crianças*, Lobato afirma que "o povo mais importante para o desenvolvimento da civilização atual foi o grego" (apud HABIB, 2003, p. 139). Ambos, Kehl e Lobato, estabeleceram uma relação profissional e de amizade, trocando correspondências ao longo de vários anos e escrevendo prefácios em obras um do outro.

Um exemplo da amizade entre os dois está em um trecho de uma carta, na qual Lobato lamenta não ter dedicado sua obra *O Choque das Raças ou O Presidente Negro*, de 1926, a Renato Kehl:

> Renato, Tu és o pai da eugenia no Brasil e a ti devia eu dedicar o meu *Choque*, grito de guerra pró-eugenia. Vejo que errei não te pondo lá no frontispício, mas perdoai a este estropeado amigo. [...] Precisamos lançar, vulgarizar estas ideias. A humanidade precisa de uma coisa só: póda. É como a vinha. (apud DIWAN, 2015, p. 106 – grifo nosso)[119]

Lançadas em 1926, *As Aventuras de Hans Staden* e *Choque das raças* foram publicadas no auge da popularidade da eugenia no Brasil, e cremos ser bastante relevante questionar até que ponto Lobato utilizou-se das aventuras do alemão para "vulgarizar estas ideias". O próprio *Choque*[120] descreve a importância da educação infantil nos Estados Unidos do ano de 2228, dizendo Lobato que "os maiores gênios da raça se consagravam a estudá-la, para com tão dúctil matéria-prima irem esculpindo a obra única que apaixonava o americano - o Amanhã" (LOBATO, 2009, p. 193). A criança é ainda descrita como, "além do encanto do presente, o futuro plasmável como a cera", que pode ser moldada, um futuro idealizado.

É a criança o público-alvo d'*As Aventuras de Hans Staden*, história na qual o protagonista é, na pena de Lobato, dotado de conhecimentos e inteligência superiores aos dos indígenas, tornando-se um veículo ideal para a divulgação do projeto literário, editorial e de nação do autor.

---

[119] Ainda sobre a amizade entre Renato Kehl e Monteiro Lobato, Pietra Diwan aponta que Kehl escreveu o prefácio da coletânea de reportagens "Problema Vital", de Monteiro Lobato, lançada em 1919. Este, por sua vez, prefaciou "Bioperspecitvas", livro de 1938 de Renato Kehl.

[120] Na edição de 2009, o "Choque de Raças" aparece com o nome editado simplesmente para "O Presidente Negro", possivelmente como uma tentativa de diminuir a eventual polêmica em torno da obra.

> Lobato, assim como os sanitaristas, acreditou que suas concepções não eram otimistas, mas embasadas pelo saber científico, pois era através da medicina social que os problemas nacionais seriam solucionados [...]. [Lobato] também defendeu o argumento de que o Brasil deveria ser administrado em bases científicas, com os cientistas ocupando o lugar dos políticos. (RODRIGUES, 2007, p. 77)

Monteiro Lobato acreditava que a sociedade brasileira havia falhado enquanto raça, e por isso era importante aperfeiçoá-la e hierarquizá-la. A vida nos trópicos degenerara a raça humana que aqui habita, devido à abundância de recursos, fazendo com que os mais capacitados, física, moral e mentalmente, estivessem incapacitados de reverter[121] essa situação (DIWAN, 2015, p. 110). Por conta disso, "a sociedade não era mais hierarquizada: o forte havia perdido o direito de dominar o mais fraco, como ocorria na natureza" (HABIB, 2003, p. 53 – grifo nosso). Esse natural direito de dominação do mais forte sobre o mais fraco – ainda que seja uma força com base no intelecto, e não na potência física – é um tema recorrente em *As Aventuras de Hans Staden*.

É dentro desse turbilhão de ingredientes distintos, opostos e complementares, como o cientificismo, a divulgação da história e do folclore brasileiros, divulgação didática e eugenista, projeto comercial, projeto de modernização em um país degenerado por estar em região tropical, que analisaremos como Monteiro Lobato ressignificou a obra de Hans Staden, tirando-a de seu contexto Renascentista e trazendo-a para o mundo eugenista no qual viveu.

Ressignificação da obra

Tal qual em outros livros da coleção do *Sítio do Picapau Amarelo*, em *As Aventuras de Hans Staden* temos como personagens principais Dona Benta, Pedrinho e Narizinho. Outros personagens famosos como Emília e Tia Anastácia estão virtualmente ausentes nessa história, fazendo participações discretas. Na voz de Dona Benta, temos a primeira grande diferença na comparação entre a versão de Staden e a adaptação de Lobato: a pessoa que narra, e garante a veracidade da narração.

Com exceção do Prefácio, todo o livro de Hans Staden é escrito em primeira pessoa, e o alemão sempre alude à fé ao Deus católico para não deixar dúvidas de que tudo o que viveu nos domínios portugueses é verdade. "Se agora, alguém houver que não fique contente com este

[121] Ao descrever o mundo no ano de 2228 no "Choque das Raças", Lobato prevê a divisão de dois Brasis: um de clima temperado, ao sul, e outro de clima tropical, onde hoje são as regiões Norte e Nordeste. O Brasil do Sul, colonizado por imigrantes europeus, e dotado de melhores caracteres eugênicos, torna-se um dos principais países do mundo durante o século XXIII, enquanto o Brasil do norte é atrasado e incivilizado, com povos que mal falam o português. (HABIB, 2003, p. 110-111)

escrito, e para que não continue a alimentar dúvida, peça o auxílio de Deus e empreenda a mesma viagem. Dei-lhe já bastante ensino. Siga as pegadas." (STADEN, 2012, p. 177) Staden desafia quem duvide de seu relato a empreender a mesma viagem que ele, deixando implícito que quem não acredita no que ele escreve não duvida apenas de seu relato, mas comete quase que uma heresia, pois Staden sobreviveu às ameaças indígenas graças à sua fé, chegando ao ponto de terminar seu livro com uma oração pessoal e um "amém". Na impossibilidade de empreender a mesma viagem que o alemão, Dona Benta tem seu discurso validado por outros artifícios.

> - Onde a senhora aprendeu tanta coisa, vovó? - quis saber Narizinho.
> - Lendo e vivendo, minha filha. Mas o que sei é nada; parece alguma coisa para vocês, crianças que quase nada sabem; mas diante do que sabe um verdadeiro sábio, como aquele Darwin da *Viagem ao redor do mundo*, [...] minha ciência é igual a zero. (LOBATO, 2011, p. 19)

Nas *Aventuras*, Pedrinho é, depois de Dona Benta, o personagem mais participativo, sempre fazendo comentários que elogiam e reforçam o que diz sua avó, se apresentando como um menino curioso que faz perguntas de cunho científico. Sendo ele um personagem saudável, inteligente, bonito e sadio, responde ao tipo ideal de criança que deveria existir no Brasil, público-alvo dos livros de Monteiro Lobato, que pretendia forjar o futuro do país.

> Note-se o ideal eugênico de criança, que aprende as lições que os adultos lhes ensinam [...]. É sempre ele que demonstra uma aguda capacidade intelectual e curiosidade acerca das coisas, mostrando assim que um menino esperto, saudável, inteligente procura se informar e é capaz de fazer as relações necessárias. [...] Narizinho [...] é também muito esperta e atenta, assim como seu primo, mas ao mesmo tempo muito meiga e companheira de sua avó - e evidentemente os papéis de gênero são decisivos na construção de seu perfil. (HABIB, 2003, p. 138)

Mas não é só Pedrinho que é descrito como o ideal eugenista. Quando Lobato fala de Hans Staden, apresenta-o utilizando adjetivos muito próximos daqueles idealizados na crença do típico ser humano perfeito pregado pelos eugenistas. Hans Staden é corajoso, dedicado, louro de olhos azuis, adjetivos todos vindos da interpretação de Lobato, pois em nenhum momento do livro original o alemão se descreve fisicamente. Homem racional em meio aos "selvagens", que condena a antropofagia, pois, "se nenhum animal irracional comia o seu semelhante, como podia um homem comer a outro?" (LOBATO,

2011, p. 50). Staden é evoluído ao ponto de se recuperar facilmente dos ferimentos, pois é mais bem adaptado para isso.

> - Que azar! - exclamou Pedrinho. - Teria graça se depois de livre dos canibais morresse das balas dos peros[122]…
> - E quase foi assim - disse Dona Benta -, porque Hans recebeu ferimentos graves; mas sua natureza era rija e por fim escapou. (LOBATO, 2011, p. 78-79)

Ademais de uma natureza rija, o fato de ser branco lhe dava uma grande vantagem cognitiva em relação aos indígenas, já que o conhecimento europeu é entendido como fator de superioridade por Monteiro Lobato em relação aos nativos americanos, pois o autor de Taubaté não distingue conhecimento de inteligência, especialmente quando se trata de justificar uma superioridade branca e europeia em relação ao gentio.

> - É que [os indígenas] possuíam um grau de inteligência muito inferior ao dos brancos. Daí a facilidade com que os peros e os espanhóis, em muito menor número, conseguiram dominá-los. Neste caso de Hans, por exemplo, assistimos à luta da inteligência contra a bruteza. A inteligência, com suas manhas e artimanhas, acabou vencendo a força bronca do número. (LOBATO, 2011, p. 64)

Como visto anteriormente, uma das propostas de Monteiro Lobato ao reescrever o livro de Hans Staden era torná-lo mais simples para as crianças, o que de fato acontece em sua releitura. No entanto, há algumas diferenças básicas de tom entre eles, pois no original de Staden o Deus católico se faz sempre presente. Também há uma diferença significativa no modo de tratamento para com os indígenas. Em Staden, o alemão promete a busca de mercadorias para os nativos, enquanto em Lobato os índios querem ganhar “coisas bonitas”, reforçando um caráter de inocência do índio durante o processo de ocupação europeia, deixando implícita certa irracionalidade do gentio. Lobato dá a Hans, em alguns momentos, um caráter autoritário para com os indígenas, além do fato de elogiá-lo sempre que este, de alguma forma, consegue ludibriar os nativos e mostrar sua suposta superioridade natural. Comparemos:

[122] Termo utilizado por Staden (e conservado por Lobato) para se referir aos portugueses.

Versão original	Versão de Monteiro Lobato
Enquanto isso, aconteceu que as 25 canoas dos selvagens que eram amigos dos portugueses [...] vieram uma manhã para atacarem as cabanas. Quando os Tupiniquins investiram contra as cabanas e começaram a atirar sobre elas, encheram-se de medo os de dentro e as mulheres queriam fugir. Disse-lhes eu então: "Vós me tendes por português, vosso inimigo, dai-me um arco e flechas e **deixai-me ir**, quero ajudar-vos a defender as cabanas". Deram-me um arco e flechas. Eu gritava e atirava ao modo deles o melhor que podia, e lhes dizia que tivessem ânimo, não havia perigo. Minha intenção era de atravessar a cerca ao redor das cabanas e correr para os outros, pois eles me conheciam e sabiam que eu estava na aldeia. Mas, vendo os Tupiniquins que nada podiam fazer, voltaram outra vez para suas canoas e se foram embora. Quando bem longe já estavam eles, prenderam-me de novo. (STADEN, 2012, pp. 87-88 – grifo nosso)	- "Os tupiniquins!" - gritavam os índios, correndo de um lado para outro, em preparativos para a luta. De fato, era um bando de tupiniquins, vindos em 25 canoas, que rodeavam e atacavam a aldeia a flechadas. Hans aproveitou-se do ensejo e disse aos tupinambás: - "Vós me tendes por português, mas vou provar-vos que não sou; dai-me arco e flechas que quero ajudar-vos na defesa da taba." Os índios aceitaram a proposta; deram-lhe armas e Hans portou-se como um verdadeiro chefe, gritando para animar os defensores e atirando flechas o melhor que podia. Sua intenção porém era saltar a estacada logo que pudesse e fugir para o campo tupiniquim, onde o acolheriam como amigo. Mas aconteceu que, em meio da luta, os atacantes desistiram do assalto e retiraram-se para as suas canoas. Não pôde, pois, o nosso Hans realizar a fuga que havia projetado e teve que voltar para a cabana que lhe servia de cadeia. (LOBATO, 2011, p. 52 – grifo nosso)

Apesar de passagens muito semelhantes, na versão original os indígenas é que estão no controle, cabe a eles deixar Hans Staden participar ou não da defesa da tribo quando ele se oferece para defender o ataque Tupiniquim. Em Lobato, o alemão está no comando da ação, uma vez que ele não pede autorização dos Tupinambá para auxiliá-los na defesa da tribo, em vez disso, anuncia que quer ajudá-los, e ao fazê-lo porta-se "como um verdadeiro chefe". Essa noção de liderança não se encontra no escrito original, pois Staden parece apenas querer mimetizar os movimentos indígenas, com o intuito de se parecer um membro mais da tribo.

Descrevendo os nativos da terra

Existem diversas discussões no que diz respeito à maneira, muitas vezes pejorativa, como Monteiro Lobato descreve os povos afrodescendentes e todas as polêmicas que isso envolve. Entretanto, pouco é falado sobre como Lobato via os indígenas, e o motivo é que os próprios eugenistas não consideravam os nativos como figuras fundamentais na formação do povo brasileiro.

> Segundo a maior parte dos eugenistas [...], o Brasil ainda não possuía um tipo genuinamente nacional, uma vez que somos um "grande laboratório étnico" com um intenso metabolismo racial. A grande questão era a heterogeneidade da população, composta dos mais variados tipos étnicos e sobre a qual predominavam os mestiços. Para esses homens, o brasileiro tinha três troncos étnicos básicos: o português, o colonizador; o índio, autóctone; e o negro, importado da África. O primeiro era de raça forte e desbravadora [...]. Os gentios, donos da terra, foram apenas coadjuvantes no processo de colonização [...]. Já os negros, para os eugenistas, são um caso específico. Kehl e seus prosélitos não negavam que a raça africana para cá veio forçada. (HABIB, 2003, p. 107)

Os indígenas eram, portanto, tratados pelos eugenistas com descaso, como coadjuvantes na formação do Brasil, não chegando a ser nem sequer considerados um problema na formação étnica do país. É nesse ponto que *As Aventuras de Hans Staden* se apresentam como um ótimo ponto de partida para se entender o posicionamento de Lobato, e possivelmente dos eugenistas, no que diz respeito aos indígenas. A própria estrutura do livro, se comparada com a obra original de Staden, já mostra uma grande diferença: no livro de Hans Staden existe uma seção exclusiva para a descrição de hábitos indígenas; na versão de Monteiro Lobato o foco está na história vivida pelo alemão no território brasileiro.

Ainda que os hábitos indígenas sejam descritos ao longo do livro de Lobato, para esclarecer as dúvidas de Narizinho e Pedrinho, compreender o modo de vida do gentio não é uma prioridade, ainda mais quando o autor paulista considerava os povos indígenas como uma etapa encerrada na História do Brasil, pois a luta por terra com os nativos "só teve fim quando os índios foram completamente dominados" (LOBATO, 2011, p. 62). Lobato, entretanto, não nega a existência de várias contribuições indígenas na formação da cultura brasileira, sobretudo a contribuição linguística.

> - Quando numa região se chocam dois povos, como aqui, vence a língua do mais forte. Os portugueses suplantaram os índios; era natural que predominasse a língua portuguesa sobre a tupi. Mas a nossa língua brasileira, a que familiarmente falamos e serve sobretudo às populações no interior do Brasil, é uma verdadeira mistura de português e tupi, três quartos de português para um de tupi. (LOBATO, 2011, p. 35)

Para um homem que exaltava o conhecimento científico, o cálculo pseudocientífico da porcentagem com que o tupi contribuiu para o nosso português não apresenta evidência alguma. Salta aos olhos a afirmação na qual "vence a língua do mais forte", sendo

essa passagem um exemplo claro de como o projeto eugenista está presente n'*As Aventuras*. Ao mesmo tempo, Lobato se autopromove, pois é sabido que seu projeto literário buscava incorporar formas mais coloquiais de se expressar, especialmente a linguagem do caboclo interiorano, em detrimento da pureza linguística empregada pelos escritores do romantismo brasileiro. Para Lobato, "defender uma certa pureza da língua portuguesa praticada no Brasil significava [...] negar a possibilidade de se conhecer o país a fundo e condená-lo à falta de identidade" (PASSIANI, 2003, p. 72).

Ao se referir aos indígenas, Lobato sempre os chama de "selvagens". Ao utilizar esse termo, o autor parece querer reforçar a razão edênica brasileira, ideia de que o nosso território seria um eterno paraíso natural, com abundantes recursos, sendo "um dom de Deus e da Natureza", e com um povo pacífico, ordeiro, generoso, alegre e sensual, mesmo quando sofredor. Tal crença "se completa com a suposição de que o que falta ao país é a modernização – isto é, uma economia avançada, com tecnologia de ponta e moeda forte –, com a qual se sentará à mesa dos donos do mundo" (CHAUI, 2013, p. 149-150). A razão edênica se faz presente em nossa História desde a carta de Pero Vaz de Caminha, se repetindo e se reinventando de tempos em tempos, sendo uma constante no nosso imaginário.

> A força persuasiva dessa representação transparece quando a vemos em ação, isto é, quando resolve imaginariamente uma tensão real e produz uma contradição que passa despercebida. É assim, por exemplo, que alguém pode afirmar que os índios são ignorantes, os negros são indolentes, os nordestinos são atrasados, os portugueses são burros, as mulheres são naturalmente inferiores, mas, simultaneamente, declarar que se orgulha de ser brasileiro porque somos um povo sem preconceitos e uma nação nascida da mistura de raças. (CHAUI, 2013, p. 150)

E a ignorância dos índios se faz patente em quase toda a adaptação de Lobato. Em um determinado momento, Hans Staden está lendo um livro, e a reação dos indígenas ao se depararem com uma obra impressa é descrita da seguinte forma:

> - Os índios eram supersticiosos [...], e um livro seria para eles a coisa mais misteriosa e incompreensível do mundo, arte do demônio, como ainda hoje nossos caboclos classificam o gramofone, o telégrafo e as mais coisas que não podem compreender. (LOBATO, 2011, p. 60)

A superstição é vista aqui como uma herança indígena, herança, no entanto, compartilhada apenas pelos caboclos do interior brasileiro, pois os itens que Lobato utiliza para comparar ao livro como tecnologia desconhecida – o gramofone e o telégrafo – são ambos objetos

que, no final do século XIX e início do século XX, eram encontrados majoritariamente nas cidades. Monteiro Lobato chega ao ponto de distorcer algumas informações contidas no original de Staden para fazer valer seu argumento da inferioridade indígena, pois omite que tal livro chegou ao alemão por causa dos próprios indígenas que o aprisionaram. No original Staden escreve: “Eu tinha comigo um livro, em língua portuguesa, que os selvagens tiraram de um navio que aprisionaram com o auxílio dos franceses; fizeram-me presente desse livro.” (STADEN, 2012, p. 97)

Os indígenas, segundo Lobato, não eram apenas ignorantes, mas também preguiçosos, uma vez que, se os europeus lograram tomar as terras americanas, foi devido ao seu próprio esforço.

> Apesar disso, como esses quarenta homens fossem dos mais esforçados, mesmo sem auxílio estranho puderam romper os tropeços e penetrar com as provisões na estacada.
> Esse fato valeu a vitória para os portugueses. Os sitiantes desanimaram de vencê-los e propuseram uma paz que foi logo aceita, retirando-se em seguida para as suas tabas. (LOBATO, 2011, p. 18)

Em outros episódios, quando o europeu encontra algum revés, este é visto por Lobato como um azar, e nunca um mau planejamento. “Para cúmulo de má sorte sobreveio a calmaria e não foi possível entrar no porto. Em vista do contratempo, o capitão desistiu do pau-brasil e deliberou regressar ao reino.” (LOBATO, 2011, p. 20) Outro exemplo de má sorte surge quando Staden consegue adentrar um navio francês rumo à Europa, mas é atacado por uma embarcação portuguesa que protegia suas posses ultramarinas, sendo a passagem interpretada como um capricho do azar.

> O triunfo, porém, saiu às avessas. [...] Morreram vários franceses, além de muitos ficarem feridos, entre os quais o próprio Hans.
> - Que azar! - exclamou Pedrinho. - Teria graça se depois de livre dos canibais morresse das balas dos peros… (LOBATO, 2011, p. 78)

Quando trata de descrever a abundante natureza do Novo Mundo, Lobato segue dentro da lógica edênica, na qual o mundo Renascentista enxergava os territórios recém-descobertos como possibilidade de confirmação da existência de diversas lendas medievais.

> As grandes viagens são vistas como um alargamento das fronteiras do visível e um deslocamento das fronteiras do invisível para chegar a regiões que a tradição dizia impossíveis (como a dos antípodas) ou mortais (como a zona tórrida). Os mapas do período inicial das navegações são cartografias do real e do fabuloso e as primeiras

> viagens não trazem apenas novas mercadorias e novos saberes, mas também trazem [...] os países exóticos (Índia, China e Japão) e um Mundo Novo, no qual se julga haver reencontrado o Paraíso Terreal, de que fala a Bíblia e de que falam os escritos medievais. (CHAUI, 2013, p. 194-195)

Em outras palavras, para os aventureiros do início do século XVI, entre eles Hans Staden, visitar a América era comprovar a existência do próprio paraíso e de todas as maravilhas descritas na Bíblia, e em outras lendas medievais, sendo mais que uma simples viagem: era uma chance de expurgar os pecados, garantia de morada eterna ao lado dos santos. Os sofrimentos padecidos aqui se comparam ao processo de purificação vivido por Dante Alighieri em sua *A Divina Comédia*, reforçando o imaginário medieval.

> Paraíso terrestre pela natureza, inferno pela humanidade peculiar que abrigava, o Brasil era purgatório pela sua relação com a metrópole. Homens danados podiam alcançar os céus através do esforço honesto, do trabalho diário, da sujeição à vontade metropolitana. O sistema colonial perpetuava a purgação: lançava sobre a colônia os elementos indesejáveis, prometendo-lhes o Éden [...] e iniciando sua purificação através do exílio ritual representado pela travessia atlântica. (SOUZA, 2009, p. 116)

A viagem à América no século XVI não significava tão somente uma chance de conhecer o paraíso terrestre e expurgar pecados, mas ainda a possibilidade de conquistar riquezas infinitas. Entretanto, o que significaria o Eldorado para um escritor que descreve as mesmas terras 400 anos depois? A razão edênica se reinventa e se adapta aos novos tempos de popularidade da eugenia, e Lobato recorre constantemente às descrições do Brasil Paraíso ao longo das *Aventuras.*

A passagem a seguir mostra um Lobato que, conhecendo o desenrolar do que aconteceu com as riquezas do Eldorado, mostra-se pessimista e assume a colonização portuguesa como um verdadeiro fracasso.

> O Rio da Prata e o Peru deslumbravam todas as imaginações com a fama das suas riquezas. O sonho dos aventureiros consistia em virem juntar ouro do chão, enchendo grandes sacos que os enriquecessem para o resto da vida. [...]
> - Por que, então, não se tornaram esses países os mais ricos do mundo? - perguntou Pedrinho.
> - Porque não souberam guardá-lo. - respondeu Dona Benta. - [...] Todo o ouro que Portugal tirou do Brasil foi se passando aos poucos para os países industriosos, sobretudo para a Inglaterra, em troca dos produtos das suas fábricas. Quando os portugueses abriram os

> olhos, era tarde - o ouro do Brasil estava todo em mãos de gente mais esperta. (LOBATO, 2011, p. 21)

Monteiro Lobato assume que o projeto colonizador ibérico foi um fracasso. Teríamos sido mais desenvolvidos caso os franceses tivessem aqui chegado primeiro? No que diz respeito à posse da terra, Lobato admite que o direito de nos colonizar cabia aos portugueses, descrevendo as terras americanas como completamente vazias, a não ser quando havia sinais de um acampamento europeu, o que indicava "certo indício de humanidade" (LOBATO, 2011, p. 26). A desumanização do gentio é um tema que novamente remete à razão edênica, como modo de justificar a escravização e cristianização dos povos que aqui habitavam.

> Para justificar a necessidade de cristianização, havia que denegrir os homens autóctones. Denegrindo-os, estava justificada a escravização. Colombo inaugurou assim o movimento duplo que iria perdurar por século em terras americanas: a edenização da natureza, a desconsideração dos homens - bárbaros, animais, demônios. (SOUZA, 2009, p. 53)

O mundo indígena é apresentado nas *Aventuras* como algo disforme devido ao canibalismo, monstruoso, desumano e grotesco (DUARTE, 2006, p. 250), mas também um mundo de prazeres da vida. O cauim, bebida indígena, sempre aparece associado ao canibalismo, criando uma sensação de repugnância, já que, considerando o projeto educacional de Monteiro Lobato, o autor buscava criar em seus leitores uma possível aversão a tais hábitos, em especial à bebida, que "era vista como um fator de degenerescência do homem, podendo exercer um papel desaglutinador na família e, principalmente, desviar o homem do trabalho" (HABIB, 2003, p. 49).

As Aventuras de Hans Staden reforçam estereótipos indígenas de preguiça e canibalismo, calcados em conceitos científicos de seu tempo, para justificar uma espécie de nova colonização: a da ciência sobre o senso comum e sobre o barbarismo herdado de raças inferiores, que haviam feito o Brasil falhar enquanto raça, e Hans Staden seria a prova de que o conhecimento científico sobrevive à falta de civilização.

Considerações finais

Monteiro Lobato mostrava grande admiração pela obra *Viagem ao Brasil*, de Hans Staden, comparando o alemão com Robinson Crusoé, por isso decidiu reescrevê-la, buscando adaptá-la numa versão simplificada para as crianças. Mais que um livro de um aventureiro perdido em terras desconhecidas, *As Aventuras de Hans Staden* se mostraram uma oportunidade perfeita para divulgar, ainda que de

maneira muito subliminar, a crença que Lobato tinha na superioridade europeia, pois Staden, diferentemente do defendido na obra original, não teria sobrevivido por sua crença no cristianismo, mas por pertencer à raça dos brancos europeus, o que, na visão do autor paulista, justificava a divulgação de ideias eugenistas.

Ademais da eugenia, Lobato acaba reforçando vários estereótipos indígenas, legitimando a colonização dos povos europeus na América, que se encontrava em um estado de selvageria, pois a única civilização possível seria a de raízes europeias. Os indígenas são retratados como preguiçosos, selvagens e grotescos, e em vários momentos Lobato chega a distorcer as palavras de Hans Staden para fazer valer seu argumento de superioridade europeia.

Este artigo procurou demonstrar como Monteiro Lobato utilizou-se de uma obra do século XVI, *Viagem ao Brasil*, de Hans Staden, livro carregado do imaginário Renascentista, no qual se acredita que o Novo Mundo era povoado por toda a classe de seres disformes, monstros, ao mesmo tempo que era o próprio paraíso descrito na Bíblia Católica, e transformou-a em um livro de seu próprio tempo, o início do século XX, um período positivista, cientificista e eugenista.

Referências

CHAUI, Marilena. Brasil: mito fundador e sociedade autoritária. In: CHAUI, Marilena; ROCHA, André (Orgs.). **Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro**. Escritos de Marilena Chaui, n. 2. Belo Horizonte: Autêntica; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

DEFOE, Daniel. **Robinson Crusoé**. São Paulo: Penguin Classics/ Companhia das Letras, 2011.

DIWAN, Pietra. **Raça Pura:** uma história da eugenia no Brasil e no mundo. São Paulo: Contexto, 2015.

DUARTE, Lia Cupertino. **Lobato humorista:** a construção do humor nas obras infantis de Monteiro Lobato. São Paulo: Ed. Unesp, 2006.

HABIB, Paula A. B. B. **Eis o mundo encantado que Monteiro Lobato criou:** raça, eugenia e nação. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

LOBATO, Monteiro. **O Presidente Negro**. São Paulo: Globo, 2009.

_____. **Aventuras de Hans Staden**. São Paulo: Globo, 2011.

PASSIANI, Enio. **Na trilha do Jeca:** Monteiro Lobato e a formação do campo literário no Brasil. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

RODRIGUES, D. O. **Jeca Tatu e a urbe maravilhosa**. Campo, cidade e modernização nacional na obra de Monteiro Lobato (1900-1930). Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Sol do Brasil:** Nicolas-Antoine Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de d. João. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SOUZA, Laura de Mello e. **O diabo e a Terra de Santa Cruz:** feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SPAGNOLI, Camila. **Monteiro Lobato, o leitor**. Dissertação (Mestrado em Filosofia), FFLCH-USP, São Paulo, 2014.

STADEN, Hans. **Duas Viagens ao Brasil:** primeiros registros sobre o Brasil. Porto Alegre: L&PM, 2011.

_____. **Viagem ao Brasil**. São Paulo: Martin Claret, 2012.

VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil Colonial** (1500-1808). Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

Cinema e literatura em dois personagens: uma leitura heideggeriana

Débora Inácia Ribeiro[123]
Paulo Roberto Monteiro de Araujo[124]

Introdução

Cinema e Literatura, duas manifestações artísticas que têm o poder de desnudar a existência humana. Os personagens construídos com características singulares, as histórias ambientadas em tempos e espaços diversos, as narrativas da vida e dos dramas pessoais, muitas vezes são capazes de expressar os sentimentos e as experiências de toda a humanidade.

No presente capítulo, apresentamos os conflitos vividos por dois personagens instalados em tempos e lugares diferentes. Anna, jovem de classe alta que vive na Itália dos anos de 1960 (do filme "A Aventura", de Antonioni, 1960), e Stavróguin, jovem pertencente à aristocracia russa dos anos de 1870 (do romance "Os Demônios", de Dostoiévski, 1960).

Nosso objetivo é analisar a experiência de aborrecimento e tédio na vida de Anna e Stavróguin. A leitura dos personagens é feita tomando-se como referência a compreensão heideggeriana de sentido do ser, que, conforme propõe o autor, só pode ser compreendido sob a perspectiva da temporalidade. Procuramos identificar como esses dois personagens vivenciam a temporalidade como experiência de aborrecimento e tédio[125]. Tomamos como questões fundamentais de análise algumas diferenças e semelhanças entre eles. As diferenças: o gênero e a ambientação histórica em que vivem. As semelhanças: a idade e a posição econômica e sociocultural que ocupam.

A presente pesquisa tem caráter qualitativo e utiliza o método fenomenológico, que investiga fenômenos particulares, buscando por sua essência (MOREIRA, 2002). O fenômeno investigado é o

[123] Doutora em Educação, Arte e História da Cultura - Universidade Presbiteriana Mackenzie. Mestre em Desenvolvimento Humano - Universidade de Taubaté (UNITAU). Professora no Programa de Mestrado em Educação e Desenvolvimento Humano da Universidade de Taubaté.

[124] Doutor em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas. Professor no Programa de Pós-Graduação em Educação, Arte e História da Cultura da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

[125] Heidegger situa a experiência do tédio na esfera de compreensão da temporalidade. O tédio seria uma disposição afetiva na qual a passagem do tempo é sentida com "pesar", como impossibilidade de construção de significados, como ausência de realização, como inexistência de sentido. A temporalidade como que perde a consistência, pois não há direção a seguir e muito menos a possibilidade de fruição nessa experiência de passagem do tempo.

aborrecimento de Ana e o tédio de Stavróguin – modos particulares com que os personagens vivenciam a temporalidade. O aborrecimento e o tédio são analisados como fenômeno em si – como aquilo que aparece e na forma como aparece, sem interpretações apriorísticas.

Ao ler o livro e assistir ao filme, a tarefa inicial dos pesquisadores foi perceber intuitivamente o fenômeno, para em seguida proceder a um exame analítico da experiência de tédio e aborrecimento e, posteriormente, descrever tal experiência (MOREIRA, 2002). Somente em um último passo da análise é que se lançou mão do referencial teórico, por meio do qual foi possível interpretar o fenômeno investigado.

A pesquisa qualitativa coloca seu enfoque não sobre a possibilidade de generalização dos resultados, mas sobre a experiência dos sujeitos. Assim, procuramos entender o modo particular de sentir aborrecimento, vivido por Anna, e o modo particular de sentir tédio, vivido por Stavróguin. Neste texto, não nos propomos a fazer generalizações, como se o aborrecimento de Anna representasse o aborrecimento de todas as mulheres, ou o tédio de Stavróguin representasse o tédio de todos os homens. Antes, procuramos entender um modo particular de sentir o aborrecimento, vivido pelo feminino, assim como um modo particular de sentir tédio, vivido pelo masculino.

A fonte que nos fornece o objeto de análise, a Arte, não nos autoriza a buscar generalizações. O Cinema e a Literatura são obras lançadas à humanidade. Se ao longo de gerações pessoas têm acesso à narrativa e se identificam com os personagens, o que podemos dizer é que essa obra se tornou um clássico. E os clássicos da Literatura e do Cinema têm o poder de falar ao humano sobre sua humanidade em qualquer lugar do mundo e ao longo de gerações.

O capítulo segue o seguinte trajeto: primeiramente apresentamos o referencial teórico – a proposta de Heidegger sobre o sentido do ser do *Dasein* e sua relação com a temporalidade. Em seguida, apresentamos o cineasta Antonioni e sua obra, o filme "A Aventura". Não pretendemos analisar o filme propriamente, mas jogamos luz sobre a personagem Anna. Procuramos compreendê-la tomando como referência a proposição heideggeriana sobre o sentido do ser. Por fim, discorremos sobre o romance "Os Demônios", de Dostoiévski, analisando de maneira específica o tédio vivido pelo personagem Stavróguin, que também é interpretado sob o referencial heideggeriano.

Heidegger: a temporalidade e o sentido do ser do *Dasein*

Considerando a proposta heideggeriana sobre a necessidade premente de uma retomada da questão do ser (HEIDEGGER, 2012a), procuramos trazer para o centro da investigação *o ser* da personagem Anna e *o ser* do personagem Stavróguin. Esse esclarecimento é

necessário, pois o primeiro olhar inquiridor recai sobre os entes[126] Anna e Stavróguin. E quem são eles, enquanto entes? São a materialidade e a concretude daquilo que se mostra ao primeiro olhar. Anna é mulher, é jovem, é rica. Anna tem um namorado e uma amiga. Tem também um círculo de convívio social, um pai com quem mantém relações pouco amistosas. Anna apresenta sempre o cenho franzido, numa expressão de contrariedade e aborrecimento.

Todos esses dados pertencem ao ente. Mas quanto ao ser de Anna? O que podemos dizer? De acordo com a proposição heideggeriana, não somos nós que devemos dizer sobre o ser de Anna, mas a própria Anna. Nossa tarefa é nos debruçarmos sobre esse ente e questioná-lo a respeito de seu ser. Enfim, para investigar a questão do ser, faz-se necessário lançar o olhar além, como que visando o ente em sua transparência para, finalmente, interrogá-lo em seu ser.

O único ente capaz de questionar a respeito de seu próprio ser é o *Dasein*[127]. Por isso, nossa tarefa primeira será identificar Anna como *Dasein* e Stavróguin como *Dasein*, e pôr a descoberto o seu ser. A segunda tarefa será interpretar o sentido do ser de Anna e Stavróguin, o que só pode ser feito seguindo o horizonte da temporalidade, conforme propõe Heidegger:

> [...] a tarefa ontológica fundamental da interpretação de ser como tal compreende em si a elaboração da *temporalidade do ser.* Só na exposição da problemática da temporalidade pela primeira vez se dá uma resposta concreta à pergunta pelo sentido do ser. (HEIDEGGER, 2012a, p. 79 – grifo do autor)

[126] "[...] o termo 'ente' aparece, na filosofia de Heidegger, para designar o ser que existe, o ser concreto (JAPIASSÚ, MARCONDES, 2006, p. 86). O próprio Heidegger o define da seguinte maneira: Ente é tudo aquilo de que discorremos, que visamos, em relação a que nos comportamos desta e daquela maneira; ente é também o que somos e como somos nós mesmos." (HEIDEGGER, 2012a, p. 45) Em outro momento, o autor se refere aos entes como as coisas que percebemos de maneira imediata; o ser simplesmente dado – *Vorhandenheit* – tudo aquilo que está à mão (HEIDEGGER, 2012b).

[127] *Dasein* (*Da* = aí; *sein* = ser) é presença, é ser-aí. *Dasein* é ser lançado no mundo. Ser que vive num mundo compartilhado. O *Dasein* é ser determinado pelo seu aí, tanto espacial quanto temporal. Ao utilizar o termo *Dasein*, Heidegger "[...] evoca o processo de constituição ontológica de homem, ser humano e humanidade. É na presença que o homem constrói o seu modo de ser, a sua existência, a sua história, etc." (HEIDEGGER, 2012b, p. 561). Conforme explica Heidegger, "[...] a presença é um ente determinado em seu ser pela existência (Idem, p. 49); a presença é aquela que [...] sendo, está em jogo seu próprio ser" (p. 48).

A *temporalidade do ser* deve ser compreendida aqui como modo de ser do *Dasein* através de sua existência. Ou ainda, o "trânsito" do *Dasein* pela existência, no sentido em que é capaz de "percorrer" e "administrar" o tempo "futuro-que-vai-ao-passado-vindo-ao-presente" (HEIDEGGER, 2012a). É somente nesse tecido de temporalidade que pode se revelar o sentido do ser do *Dasein*. "As possibilidades fundamentais da existência, propriedade e impropriedade do *Dasein*, fundam-se ontologicamente em temporalizações possíveis da temporalidade." (HEIDEGGER, 2012a, p. 831) Daí se depreende que as possibilidades existenciais acontecem nesse "trânsito" através do qual o *Dasein* vai tecendo significados.

Observamos nesse fragmento supracitado que Heidegger identifica dois modos fundamentais de ser do *Dasein*: o modo da propriedade e o modo da impropriedade. O modo de ser da propriedade seria aquele em que a "consistência" do *Dasein* funda-se no "estar em si mesmo" ou no "repousar em si mesmo", enquanto o modo de ser da impropriedade funda-se na impessoalidade[128], ou na incapacidade do *Dasein* de diferenciar o "si mesmo" dos outros.

Procuramos mostrar no próximo segmento que Anna tem o seu *Dasein* fundado em um modo próprio de ser, porém, dentro desse modo de ser propriamente "si mesma" ela não consegue sustentar sua existência, que é vivida como contrariedade, aborrecimento e tédio.

Antonioni: sua obra, "A Aventura", e sua personagem, Anna

Idealizador da personagem Anna, o cineasta italiano Michelangelo Antonioni (1902-2007) apresenta de maneira recorrente em seus filmes temas como a alienação, a incomunicabilidade, a solidão e o vazio, enfim, a dificuldade ou mesmo a impossibilidade das relações humanas. Frequentemente, ele contrasta a beleza natural dos cenários, a exemplo das ilhas do Mediterrâneo no filme "A Aventura", com a miséria psicológica de seus personagens, que se debatem com a impossibilidade de amar, de tocar e ser tocado pelo outro. Ganhador de vários prêmios em Cannes, Veneza e Berlin, Antonioni recebeu em 1995, aos 83 anos, o Oscar Honorário, pelo conjunto total de sua obra.

[128] O termo "impessoalidade" é utilizado por Heidegger para se referir a um modo de viver em que o *Dasein* não é propriamente si mesmo, mas assume um modo de ser permeado pela neutralidade, pela falta de compromisso consigo mesmo. O modo de ser impessoal resulta em uma despersonalização do sujeito: "Todo mundo é o outro e ninguém é si mesmo" (HEIDEGGER, 2012b, p. 185).



Rochedos das ilhas do Mediterrâneo. Cena do filme “A Aventura”.[129]

No filme “A Aventura”, os personagens fazem um cruzeiro de iate pelas ilhas do Mediterrâneo, onde se revela a gratuidade da beleza do mundo, ficando também evidenciada a possibilidade de acumulação e usufruto da riqueza material pelo ser humano. A década de 1960 desponta como período histórico de expansão dos artifícios tecnológicos, dos meios de comunicação e entretenimento, assim como período em que o feminino encontra maior possibilidade de se lançar à esfera da vida pública (BEAUVOIR, 2016).

De acordo com Butler (2003), o cenário histórico-cultural, de Oriente a Ocidente, sempre privou as mulheres de seu direito de representação, pois simplesmente não havia uma linguagem que as representasse adequadamente. A partir da década de 1960 a vida das mulheres começa a ganhar representação pública. A despeito de todas as possibilidades libertadoras oferecidas pelo avanço tecnológico e pelas transformações culturais, a despeito da beleza natural dos cenários e da possibilidade de usufruto da riqueza, os personagens não são capazes de fruir a vida que lhes é dada, antes, abandonam-se as diversões sem sentido, como se buscassem um prazer que nunca se alcança.

Enquanto passeiam de iate, todos “se divertem”, porém, ninguém sente prazer. Todos parecem acreditar que é *isso* o que a vida tem de bom a oferecer. Menos Anna. É ela quem denuncia, com sua inalterável feição de aborrecimento, a falta de sentido daquele cruzeiro, a fragilidade dos laços entre as pessoas, a farsa das relações, ditas amorosas. Anna é a única que exterioriza o aborrecimento. Ela

[129] Cf.: GOOGLE. Disponível em: <https://www.google.com/search?biw=1366&bih=608&tbm=isch&sa=1&ei=gHIyXZPXN8nC5OUP_u2h2Ac&q=a+aventura+antonioni+&oq=a+aventura+antonioni+&>. Acesso em: 19/07/2019.

experimenta a possibilidade trágica do ser propriamente “si mesmo”. Como *Dasein*, constrói o sentido do ser através da temporalidade, porém esse sentido é como que “sem sentido”, porque Anna não consegue edificar significados através da existência. O que parece evidente é que Anna experimenta a passagem do tempo como impossibilidade e tédio. Ela não consegue fazer a vida “valer a pena”.

Ao contrário de Anna, todos os outros personagens do filme parecem viver na impessoalidade. Eles constroem o sentido ao modo de ser dos outros, ao modo de ser de todos, que é o mesmo que ninguém. É dessa forma que eles fazem “valer a pena”. Mas são incapazes de construir um significado próprio. Vivendo nesse modo de ser impessoal, eles inviabilizam para Anna a possibilidade do encontro, porque não há *o outro.* Em lugar do outro, há todos e não há ninguém. Nessa condição, não pode haver encontro. Anna está sozinha e não é capaz de edificar significados; sem significados, não é capaz de sustentar a existência.

Na construção das cenas, Antonioni procura mostrar que todos os personagens experimentam, de alguma forma, o aborrecimento. Eles perambulam pelo barco, mas nunca se encontram. Falam como se estivessem conversando, mas de fato não conversam – apenas falam. Distraem-se com leituras, jogos, mergulhos no mar... Mas nada tem um significado particular. Até quando sorriem, os personagens mantêm seu isolamento. Cada um sorri em seu próprio plano, sem haver encontro.



Claudia e Sandro. Cena do filme “A Aventura”.[130]

[130] Cf.: GOOGLE. Disponível em: <https://www.google.com/search?biw=1366&bih=608&tbm=isch&sa=1&ei=gHIyXZPXN8nC5OUP_u2h2Ac&q=a+aventura+antonioni+&oq=a+aventura+antonioni+&>. Acesso em: 19/07/ 2019.

A ideia pungente é que ninguém se importa. É isso que Anna não pode admitir. Ela está absolutamente sozinha nessa disposição de *importar-se*. Sua indignação é interpretada por todos como um mero capricho de menina rica que tem tudo e não dá valor a nada. Mas ela é a única capaz de perceber que esse "tudo" não tem significado algum. E, como não pode comunicar essa *verdade*, ela mesma assume o lugar da verdade, ou seja, nenhum. Se a verdade de Anna não existe – a saber, *a vida carece de significado* –, então Anna também não existe. Ela desaparece!

Seu desaparecimento assume a feição da feminilidade. O feminino, ao longo da história humana, é aquele que ocupa o espaço privado. Para Hannah Arendt (2014), privado, em oposição ao público, é o lugar da privação, da proibição, da invisibilidade. Esse é o lugar da mulher determinado historicamente por todas as sociedades (ARENDT, 2014; BEAUVOIR, 2016; BOURDIEU, 2014; WOLF, 2016). A feminilidade fala silenciosamente sobre seu vazio: pequenos gestos, pequenos sinais, uma fala sussurrante. Caso a mulher fale de maneira mais incisiva sobre o seu vazio, sua fala é frequentemente interpretada como descontrole, egoísmo, capricho, falta de equilíbrio e doença (BOURDIEU, 2014). Quando se dá conta da inutilidade de seu apelo, Anna assume sozinha a inexistência.

O que acontece é que o apelo de seu ser é interpretado por todos apenas como manifestações do ente, a menina rica e mimada que nunca consegue encontrar satisfação. Mas Anna é muito mais do que a concretude de seus comportamentos aparentes. Anna é *Dasein,* é ente que se debruça sobre "si mesmo" e interpela a respeito de seu próprio ser. A despeito dessa interpelação, ela não encontra resposta que desponte como sentido.

Convencida da inutilidade da procura e imbuída do caráter feminino, Anna deixa o elo das relações arranjado para que quase não seja notada sua desaparição. Ao entregar sua roupa para a amiga Claudia, simbolicamente ela entrega seu lugar no círculo das relações. Sandro, o namorado, aceita rapidamente o "contrato". Claudia é bonita, mais bonita do que Anna. É vantajoso ter um relacionamento com Claudia. No decorrer do filme, o sumiço de Anna beira à insignificância. A trama se concentra agora no relacionamento do belo casal, Claudia e Sandro. A procura por Anna, logo após seu desaparecimento, é a procura apenas pelo ente. Ninguém pergunta pelo seu ser. Ninguém procura saber o que Anna sentia, o que desejava, quais sofrimentos carregava. Ela era o ente mulher jovem e bonita e rapidamente foi substituída por outro ente, Claudia, mulher também jovem e bonita.

De alguma maneira, o filme "A Aventura" toca na proposição heideggeriana: vivemos a era do esquecimento do ser. E quando alguém, Anna, joga luz sobre a questão do ser, essa questão não pode ser reconhecida ou suportada pelos humanos, enquanto identificados

como meros entes. Anna precisa desaparecer juntamente com a questão do ser. Seu desaparecimento assume o caráter de invisibilidade do feminino. Após a busca por seu ente (e não pelo seu ser), uma vez que não é encontrado o corpo, Anna assume definitivamente a inexistência.



Anna. Cena do filme "A Aventura".[131]

Uma alternativa para a tragicidade da vida de Anna seria, talvez, o encontro com alguém que acolhesse a sua verdade – "não há significado". Esse encontro deveria acontecer ao modo da *preocupação*[132], ou seja, ao modo do reconhecimento que um *Dasein* tem de si mesmo como ser (e não apenas como ente), conferindo ao outro *Dasein* o mesmo reconhecimento como ser (e não como coisa):

> Essa preocupação que, em sua essência, diz respeito à cura propriamente dita, ou seja, à existência do outro e não a uma *coisa* de que se ocupa, ajuda o outro a tornar-se, *em* sua cura, transparente a si mesmo e *livre para* ela. (HEIDEGGER, 2012b, p. 179 – grifo do autor)

Um encontro dessa natureza poderia despontar para Anna como abertura para o ser propriamente "si mesma" e como possibilidade de construção de significado. Para tanto, seria necessário que alguém ouvisse e acolhesse a sua verdade. Ninguém ouviu. Como não houve essa acolhida, Anna, sozinha, não pôde sustentar a tarefa de edificar

[131] Cf.: GOOGLE. Disponível em: <https://www.google.com/search?biw=1366&bih=608&tbm=isch&sa=1&ei=gHIyXZPXN8nC5OUP_u2h2Ac&q=a+aventura+antonioni+&oq=a+aventura+antonioni+&>. Acesso em: 19/07/2019.

[132] A "preocupação" (*Sorge* – Cura) acontece "[...] quando a ocupação respeita e considera a originalidade do que se toma" (HEIDEGGER, 2012b, p. 565). O *Dasein* sempre se dá em um exercício de relações. Tal exercício é a própria ocupação. Em meio à ocupação, o *Dasein* pode desenvolver dois modos diversos de relações: "[...] relações com o modo de ser dos entes simplesmente dados e relações com os entes dotados do modo de ser da presença" (p. 564). Compreende-se aqui que o *Dasein* pode se relacionar com o outro tomando-o como *ser simplesmente dado* (como coisa), ou tomando-o como *ente dotado do modo de ser da presença* (como outro *Dasein*, como ser humano – em oposição à "coisa").

significados. A solução que ela encontrou foi desaparecer, identificando-se com o próprio sentido da vida que, para ela, não existe.

Na seção seguinte, apresentamos o personagem Stavróguin, do romance "Os Demônios", de Dostoiévski. Procuraremos identificar como o personagem experimenta o sentido de seu próprio ser, como manifesta aborrecimento e tédio e como tenta resolver o problema da impossibilidade de realização de sua própria existência.

Dostoiévski: sua obra, "Os Demônios", e seu personagem, Stavróguin

Reconhecido como autor de romances psicológicos e de forte teor político e filosófico, o escritor russo Fiódor Mikhailovitch Dostoiévski (1821-1881) desenha em seu personagem Nicolai Vsevolódovitch Stavróguin, protagonista do romance "Os Demônios", a imagem do homem incapaz de encontrar prazer na existência. Nas primeiras páginas da narrativa, o autor descreve o personagem como vítima de um tédio generalizado.

> Hoje ele nos aperta a mão, e amanhã sem dizer água-vai e se lhe dá na veneta, agradece a hospitalidade que lhe oferecemos esbofeteando-nos diante da sociedade inteira. E tudo isso porque está entediado, porque não sabe o que fazer das próprias forças. (DOSTOIÉVSKI, 1960, p. 91)

> Mataria um adversário em duelo, afrontaria um urso, se fosse preciso, defender-se-ia contra um bandido com tanto êxito e tanta coragem quanto o fazia L-n; mas sem sentir com aquilo o menor prazer, com indolência, preguiçosamente, e até mesmo com tédio, como quando se obedece a uma necessidade desagradável. (DOSTOIÉVSKI, 1960, p. 183)

Nos excertos que seguem, o próprio Stavróguin discorre sobre seu aborrecimento e sobre seus comportamentos dele resultantes:

> Aborrecia-me tanto que quase me enforquei; e se não me enforquei, é que esperava ainda alguma coisa, como a tenho esperado durante a vida inteira. Recordo que por esse tempo andava eu estudando Teologia tão a sério, que quase me consegui distrair um pouco; depois, porém, aborrecia-me ainda mais. (DOSTOIÉVSKI, 1960, p. 390)

> Por essa época aborrecia-me mortalmente. [...] Foi então que me ocorreu a ideia – inteiramente gratuita – de estragar minha vida da mais estúpida maneira possível. Um ano antes pensara eu em dar um tiro na cabeça; apresentava-se agora outro meio, bem melhor. [...] A ideia de um casamento entre Stavróguin e aquela aleijada

> excitava-me agradavelmente os nervos. Coisa mais ridícula, mais estúpida ninguém imaginaria. (DOSTOIÉVSKI, 1960, p. 397)

Presa de tamanho tédio e falta de sentido, Stavróguin se entrega a dissoluções e ignomínias (jogos a dinheiro, promiscuidade sexual, bebedeiras, insultos e injúrias a pessoas socialmente respeitáveis, duelos, inconveniências sociais) e, por fim, associa-se a um grupo de revolucionários niilistas, destituídos de qualquer senso de moral e respeito ao outro – estes seriam "os demônios" que dão título ao romance. No capítulo intitulado "A Confissão de Stavróguin", ele narra os acontecimentos que envolvem seu maior crime: o estupro de Matriócha, de 12 anos, e a conivência com o suicídio da menina.

Encontramos em Stavróguin um paralelo da ausência de sentido vivida pela personagem Anna. Ele é também um "menino rico", pertencente à aristocracia russa, que não encontra prazer em nada – esses são elementos que configuram o ente. Como Anna, ele não consegue edificar significados e sente a passagem do tempo como um grande vazio. A princípio, esse vazio parece doloroso, mas a sensação de tédio vai tornando o personagem cada vez mais indiferente. É o ser de Stavróguin que não consegue encontrar um sentido. A temporalidade é vivida como algo que não tem consistência. O futuro não lhe provoca expectativa – "tanto faz". Quando pensa em abandonar a Rússia, conclui: "Tudo aqui me é estranho, como por toda parte, aliás." (DOSTOIÉVSKI, 1960, p. 639)

Tratado com distinção pela alta sociedade, e pelos subalternos como "barine", o rico herdeiro casa-se de maneira inconsequente com uma mulher pobre, coxa e "quase louca", conforme ele mesmo relata: "Casei-me com sua irmã, quando me deu na veneta, depois de um jantar com vinho em demasia, a fim de ganhar algumas garrafas, numa aposta... E agora vou tornar público o casamento... se me divirto com isso." (DOSTOIÉVSKI, 1960, p. 239) Talvez o casamento tenha sido uma tentativa de despertar do entorpecimento que o toma. Contudo, nada é capaz de trazê-lo à vida.

Ainda em paralelo à personagem Anna, Stavróguin sente que precisa "sumir" da existência – "pensara eu em dar um tiro na cabeça". Mas, como é homem, o seu "sumiço" precisa acontecer no espaço público (ARENDT, 2014) e de modo espetacular. Para sumir do mundo, juntamente com toda a possibilidade de significado, Stavróguin precisaria carregar consigo uma multidão. Sua virilidade deveria fazer estardalhaço em torno desse sentimento de vazio.

A narrativa do romance apresenta inicialmente comportamentos socialmente "reprováveis" de Stavróguin. Ele mesmo diz: "Eu vivia naquela Sodoma, muito solitário – solitário intimamente" (DOSTOIÉVSKI, 1960, p. 390); "Levava então uma vida licenciosa, na qual não sentia nenhum prazer" (p. 388). Com o avanço da narrativa,

seu tédio e aborrecimento vão ganhando contornos que excedem ao drama pessoal. Seu cinismo e seus crimes passam a afetar cada vez mais pessoas, cada vez mais inocentes. Ao fazer parte de um grupo de conspiradores niilistas, torna-se instigador e patrocinador de diversos crimes, inclusive de assassinatos, mesmo sem ter nenhum ideal político ou social. Apenas porque as circunstâncias o levam a tal envolvimento.

O trágico em torno da história de Stavróguin é que sua incapacidade de sentir prazer sofre uma efêmera suspensão no momento em que ele percebe que provocou o sofrimento de uma pessoa inocente: "Logo vi que acabara de cometer uma covardia, mas senti também um certo prazer." (DOSTOIÉVSKI, 1960, p. 389) É a primeira vez que a narrativa do romance faz referência ao sentimento de prazer vivido pelo personagem. Um prazer solitário e subterrâneo, como resultado de haver praticado uma covardia e uma crueldade. A partir dessa narrativa, o que se segue são atos de destruição de si mesmo e dos outros: o casamento inconsequente, as ofensas públicas, o envolvimento com revolucionários niilistas e a cumplicidade em seus crimes.

O que nos parece evidente é que esse comportamento criminoso do personagem seria uma tentativa de reagir ao esmagador sentimento de tédio e à ausência de sentido. Na infância ele é descrito como "extraordinariamente calado e sonhador", "meigo e tímido", "limitando-se a escutar e observar" (DOSTOIÉVSKI, 1960, p. 35). Como se sua introspecção nesse período fosse já um sinal de que buscava um sentido, sem o qual não poderia viver, e que jamais logrou encontrar. A narrativa em torno do personagem oscila entre ações nobres e desprezíveis, sendo clara a incongruência de seus comportamentos.

Em relação a Maria Timoféieivna (a coxa e demenciada com que viria a se casar), é o único, dentre a turba de canalhas[133], que não zomba dela. Ao contrário, oferece-lhe respeito e proteção. No entanto, em ocasião posterior, omite-se ao saber que o comparsa tem planos de assassiná-la. Sobre o caso da menina estuprada, acusa-se de covardia e insensibilidade, mas, em sua confissão, manifesta extrema dor e culpa em relação ao crime cometido: "E nunca coisa nenhuma nesse mundo me foi tão dolorosa." (DOSTOIÉVSKI, 1960, p. 399)

Sob a perspectiva heideggeriana, consideramos tais incongruências do personagem como um indicativo de sua decadência na impessoalidade. Ele parece em alguns momentos sentir repugnância de toda a sociedade – "são todos uns canalhas". A despeito disso, e por não haver encontrado o sentido no modo de ser propriamente si mesmo, mistura-se a essa sociedade de canalhas, tornando-se o pior de todos. O padre que escuta sua confissão, fazendo referência a uma

[133] Nós nos apropriamos do termo "canalha", pois o autor do romance utiliza-o com frequência.

passagem bíblica do Apocalipse[134], assevera: “não quer ser morno” (DOSTOIÉVSKI, 1960, p. 386). Compreendemos que essa “frieza” seria para Stavróguin como um modo impróprio de ser. No início da narrativa encontramos a seguinte descrição:

> Stephán Trofímovitch (seu professor e tutor) conseguira atingir certas fibras secretas do coração do discípulo e despertar nele o pressentimento ainda vago dessa tristeza sagrada que uma alma de eleição, depois de a experimentar, não consentirá jamais em trocar pelos prazeres comuns. (DOSTOIÉVSKI, 1960, p. 35)

Stavróguin seria o personagem que não consegue encontrar prazer naquilo que é comum, naquilo que agrada à multidão. Porém, como se observa ao longo da narrativa, ele também não encontra prazer em uma forma de vida talvez “nobre” ou, simplesmente, autêntica. Caindo na inautenticidade, tudo se torna morno e tedioso. Daí sua decisão de ser, “dentre os canalhas, o pior”. E realmente encontra um sopro de prazer em uma ação canalha, como foi relatado anteriormente. Busca então o prazer nessa frieza e crueldade, no modo impróprio de ser.

Enfim, o personagem fracassa em sua busca pelo sentido do ser. Seu fim é o suicídio, mas isso não acontece sem que antes tenha incitado ao crime, tenha, ele mesmo, cometido crimes, tenha financiado o grupo niilista em suas conspirações e assassinatos. Ele imprime em sua desaparição caráter público, não só pelo espetáculo de enforcar-se, mas principalmente porque arrasta outras pessoas para a destruição e morte. Muito sofrimento é produzido antes de seu suicídio.

Considerações finais

Cotejando os dois personagens, o principal elemento que os une é o aborrecimento, o tédio, a falta de sentido do ser. Stavróguin, na Rússia do século XIX, Anna, na Itália de meados do século XX. A exposição e análise de suas histórias revelam que tais sentimentos podem subsistir em qualquer personagem (fictício ou real) de qualquer lugar ou período histórico. Em qualquer circunstância. O referencial teórico que utilizamos, extraído da obra “Ser e Tempo”, foi construído nos anos iniciais do século XX (1927). Antes disso, Stavróguin já vivia seu tédio.

Procuramos neste trabalho por a descoberto o ser de Anna e o ser de Stavróguin, e lhes interpretar o sentido. O primeiro elemento capturado na vida dos personagens é o elemento ôntico – as características imediatamente dadas e que constituem o ente.

[134] Apocalipse 3:15-16: “Conheço as tuas obras, que nem és frio nem quente. Quem dera fosses frio, ou quente! Assim, porque és morno, e nem és quente nem frio, estou a ponto de vomitar-te da minha boca.”

Ambos são inteligentes e ricos. Possuem à sua disposição os artifícios culturais e materiais que poderiam ser "fonte de satisfação" ou mesmo de "felicidade". Ainda mais: são jovens e belos. Características do ente que poderiam ser tomadas como fins em si mesmas, garantindo a felicidade dos personagens. Não foi o caso. Tentamos lançar o olhar além dessas características ônticas. O que anseia Anna em seu ser mais próprio? O que anseia Stavróguin? São duas histórias de fracasso na busca pelo sentido do ser.

No caso de Anna, consideramos que houve uma modificação existenciária do impessoal (HEIDEGGER, 2012b). Ela se desprendeu do modo impróprio de ser e conquistou sua autenticidade. Porém, isso aconteceu ao custo de uma solidão insustentável. Ela esperava que a relação com o outro se tornasse a chave de acesso ao vigor de seu próprio ser. Como simplesmente não havia um outro disposto ao modo de ser relacional, o desfecho de sua história é o desaparecimento. A feminilidade de Anna fala suavemente de seu vazio – gestos discretos, pequenos sinais, uma fala sussurrante. Quando se dá conta da inutilidade de seu apelo, assume sozinha a inexistência e deixa o elo das relações arranjado para que sua ausência não chegue de fato a ser percebida. Seu desaparecimento acontece na esfera da vida privada (ARENDT, 2014).

No caso de Stavróguin, o movimento é o oposto. Ele busca o impessoal. Uma vez que, desde a juventude, jamais havia encontrado em seu mundo o ambiente para uma "alma de eleição", e também jamais alcançaria sentido nos "prazeres comuns" compartilhados pelos companheiros, deserta do anseio vislumbrado naquele encontro primeiro com o preceptor, que lhe tocara as "fibras secretas" do ser. Deseja então misturar-se à massa – à "turba de canalhas". Vive de maneira cada vez mais inautêntica, *sendo junto aos outros* e *sendo* ele mesmo *os outros* (HEIDEGGER, 2012b). Mas isso não abranda sua solidão, ao contrário, intensifica-a e ainda lhe acrescenta a sensação de indiferença e tédio. Nesse viver junto aos outros, ele faz de si mesmo "o pior de todos", carregando em sua autodestruição a destruição de muitos. De acordo com a proposição de Arendt (2014), consideramos que a ação de Stavróguin assume um modelo de comportamento tipicamente masculino: sua destruição ganha caráter de acontecimento público.

Por meio da análise desses dois personagens, consideramos que os sentimentos de tédio e aborrecimento podem acontecer tanto no *Dasein* que vive na impessoalidade quanto naquele que assume o modo de ser propriamente si mesmo. Viver uma vida autêntica não garante a satisfação pessoal, tampouco a inautenticidade oferece esse tipo de garantia. O *Dasein* é aquele que está lançado às possibilidades e que, "[...] sendo, está em jogo seu próprio ser" (HEIDEGGER, 2012b, p. 48). Não pode haver "receitas de sucesso" para o *Dasein.* É o desenrolar

do tempo que irá dizer o sentido e a realização do ser propriamente si mesmo de cada um. Enfim, a morte, que pode imprimir caráter trágico ao sentido do ser, mas pode também figurar como realização última e definitiva do ser.

Referências

ANTONIONI, Michelangelo (Dir.). **A Aventura.** Filme (2h15min). Itália-França, 1960.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**: fatos e mitos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**: a condição feminina e a violência simbólica. Rio de Janeiro: Best Bolso, 2014.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DOSTOIÉVSKI, Fiódor Mikhailovich. **Os Demônios.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1960.

GOOGLE. Disponível em: <https://www.google.com/search?biw=1366&bih=608&tbm=isch&sa=1&ei=gHIyXZPXN8nC5OUP_u2h2Ac&q=a+aventura+antonioni+&oq=a+aventura+antonioni+&>. Acesso em: 19/07/2019.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. Tradução de Fausto Castilho. Campinas: Ed. Unicamp; Petrópolis: Vozes, 2012a.

_____. **Ser e Tempo**. Tradução revisada de Márcia Sá Cavalcante Schuback. Petrópolis: Vozes, 2012b.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário Básico de Filosofia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

MOREIRA, Daniel Augusto. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

WOOLF, Virginia. **Profissões para mulheres e outros artigos feministas**. Porto Alegre: L&PM, 2016.

Desafios do ensino da disciplina de Sociologia nas mensagens da internet

Rosana M. P. B. Schwartz[135]
Marcos Rodrigues Judice[136]

A educação e o ensino básico são historicamente desafiados a prepararem as novas gerações a decidirem pelas demandas políticas do presente de forma consciente e participativa. Disciplinas curriculares do ensino médio, quanto à Sociologia, mesmo circunscrita aos conteúdos verificados nos concursos às universidades, inevitavelmente podem deixar de refletir e aprofundar sobre o contexto político nacional e internacional disponível nos diferentes meios de comunicação, como nas redes sociais e internet em particular. A facilidade à notícia e o crescimento das *fake news* têm despertado maior interesse de discussão política dos jovens estudantes do ensino médio com seus professores.

Nesse contexto de pluralidade de ideias e informações disponíveis, torna-se urgente abrir novos espaços para debate. Há quase três décadas, a professora e autora do livro "Ciências Sociais na Escola" Maria Teresa Nidelcoff (1991) alertava sobre a conveniência em desenvolver a "atitude de tomar como base para a formação de ideias e opiniões a análise de fatos e situações concretos". Esse ambiente de informações e intercâmbio de ideias disponíveis na internet incentivam reflexões de diferentes perspectivas políticas, ampliando e materializando os conhecimentos da disciplina de Sociologia.

Instigada a esse pertinente desafio, a disciplina de Sociologia concede ao sujeito da reflexão descortinar o presente e posicionar-se sobre a realidade mais próxima. Permite aos estudantes desviarem as convicções dos "achismos" construídos de forma espontânea, possibilitando novas experiências tangíveis que exigem avaliações baseadas em argumentos pertinentes e bem fundamentados. Nessa oportunidade, os conceitos ultrapassam a conjectura, a hipótese ou o palpite corrente e sucedem na sensatez da arguição.

Sempre foi desafio da disciplina de Sociologia a construção de um pensamento questionador e investigativo, que transcenda o conhecimento do senso comum nos diferentes conteúdos. Compreender o mundo, em grande parte de nosso tempo, acontece

[135] Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação, Arte e História da Cultura da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Membro do Grupo de Pesquisa em História da Cultura, Sociedades e Mídias. Doutora em História - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Mestre em Educação, Arte e História da Cultura - Universidade Presbiteriana Mackenzie.

[136] Aluno do Programa de Pós-Graduação em Educação, Arte e História da Cultura - Universidade Presbiteriana Mackenzie. Membro do Grupo de Pesquisa em História da Cultura, Sociedades e Mídias.

de forma espontânea na comunicação e nas experiências cotidianas de cada um. Segundo o sociólogo e filósofo polonês Zygmunt Bauman (2010, p. 19),

> Embora profundamente imersos em nossas rotinas – conformadas por conhecimento prático orientado para os parâmetros sociais pelos quais interagimos –, não é frequente pararmos para pensar sobre o significado daquilo que passamos; e menos ainda para comparar nossas experiências pessoais com o destino dos outros, a não ser, talvez, para obter respostas individuais para os problemas sociais [...].

A disciplina de Sociologia deve despertar conhecimentos necessários do tempo presente, a fim de que o educando disponha de premissas que o habilitem a refletir sobre a veracidade de suas convicções e das informações disponíveis nos diferentes meios, especialmente na internet, pela sua transitabilidade.

Todavia, quais seriam as particularidades deste tempo a serem consideradas oportunas para reflexão? Segundo Gilles Lipovetsky (2004, p. 64), é um tempo de risco e incerteza: "Eis agora o tempo do desencanto com a própria pós-modernidade, da desmistificação da vida no presente, confrontada que está com a escalada das inseguranças." Momento de desconfiança que exige uma atenção duplicada sobre as intenções e a veracidade das informações, assim como acerca dos riscos e consequências de sua divulgação.

Desse modo, a disciplina de Sociologia deve promover ao estudante uma efetiva reflexão sobre a complexidade e os riscos do mundo em que está inserido, muito além de uma percepção aparente e inconsciente. Professora universitária em Paris, Laurence Bardin (2002, p. 28) diz

> [...] não "à ilusão da transparência" dos factos sociais, recusando ou tentando afastar os perigos da compreensão espontânea. É igualmente "tornar-se desconfiado" relativamente aos pressupostos, lutar contra a evidência do saber subjectivo, destruir a intuição em proveito do "construído", rejeitar a tentação da sociologia ingénua, que acredita poder apreender intuitivamente as significações dos protagonistas sociais, mas que somente atinge a projecção da sua própria subjectividade. Esta atitude de "vigilância crítica", exige o rodeio metodológico e o emprego de "técnicas de ruptura" e afigura-se tanto mais útil para o especialista das ciências humanas, quanto mais ele tenha sempre uma impressão de familiaridade face ao seu objecto de análise. É ainda dizer não "à leitura simples do real", sempre sedutora, forjar conceitos operatórios, aceitar o carácter provisório de hipóteses [...].

Conforme Peter Berger (2001), sociólogo e teólogo luterano austro-americano, em seu livro "Perspectivas sociológicas", a sociedade determina não só o que fazemos, mas também o que somos, e justifica que o desafio não se torna tão difícil "[...] porque quase sempre desejamos aquilo que a sociedade espera de nós" (BERGER, 2001, p. 107). Consistindo a sociedade em entidade externa que nos compele e pressiona, cabe, contudo, aos estudos da Sociologia, na *educação liberal* segundo Berger (2001), a libertação intelectual. Assim, deve-se ter a "[...] convicção de que é melhor estar consciente do que inconsciente e que a consciência é a condição de liberdade" (BERGER, 2001, p. 193). A consciência de que somos frutos dos padrões determinados pela sociedade nos obriga a agir como cidadãos responsáveis e nos posicionarmos frente aos boatos produzidos nas redes sociais e políticas.

Wright Mills (1982, p. 12), na obra "Imaginação sociológica", declarou que a lucidez das experiências pessoais e sua ansiedade "focalizada sobre fatos explícitos" podem condicionar a sociedade à "participação nas questões públicas". Para Mills (1982, p. 14), a imaginação sociológica é uma consciência que está fundamentada "na necessidade de conhecer o sentido social e histórico do indivíduo na sociedade", a fim de conhecer o mundo e sua relação sobre ele. Conforme expõe Mills (1982, p. 14),

> Certo ou não, com frequência passam a sentir que não podem proporcionar-se súmulas adequadas, análises coesas, orientações gerais. As decisões anteriores, que pareciam sólidas, passam a ser, então, como produtos de uma mente inexplicavelmente fechada. Sua capacidade de surprêsa volta a existir. Adquirem uma nova forma de pensar, experimentam uma transavaliação de valôres: numa palavra, pela sua reflexão e pela sua sensibilidade, compreendem o sentido cultural das Ciências Sociais.

Nidelcoff (1991) defendeu o protagonismo do aluno no processo de aprender. Seu conhecimento ocorre durante as atividades em que existam objetivos ou metas propostas que possam desenvolver atitudes ou hábitos. A educadora argentina sublinhou alguns pontos sobre o "*saber informar-se*" na aprendizagem das Ciências Sociais que são extraordinariamente importantes nesse contexto descomedido de informações manuseadas. Entre eles, vale ressaltar:

* Saber procurar a informação;
* Saber compará-la;
* Analisar sua tendenciosidade;
* Compreender o valor e a incidência das fontes de informação;
* Analisar propaganda;
* Interpretar estatísticas;

> * Saber ver e ouvir um noticiário de televisão;
> * Interpretação de testemunhos históricos de diferentes tipos. (NIDELCOFF, 1991, p. 37-38)

A análise de documentos que demonstram valores, crenças ou condutas sociais inseridos nos interesses particulares ou de grupos permite, de forma mais detalhada, verificar as convicções presentes na sociedade. Essa contemplação do estudante de Sociologia ultrapassa o saber em relação a respostas simples, direcionando-o a uma abstração do apreender social que o envolve e exige a construção de uma visão de mundo.

> [...] Julgamos que faça parte de um espírito civilizado em nossa época ter travado contacto com a forma de pensamento crítico peculiarmente moderno e oportuno e que chamamos sociologia. Mesmo aqueles que não encontram nessa atividade intelectual seu próprio demônio particular, como se expressou Weber, tornar-se-ão, através desse contacto, um pouco menos obstinados em seus preconceitos, um pouco mais cuidadosos em seus comprometimentos e um pouco mais céticos em relação aos comprometimentos alheios – e talvez um pouco mais compassivos em suas jornadas através da sociedade. (BERGER, 2001, p. 193)

Peter Berger (2001) indica que o *pensamento crítico* de nossa época deve ser construído a partir do embate sobre nossos preconceitos e comprometimentos pessoais e alheios. Porém, para o entendimento das coisas, segundo Baumam (2010), existe uma ordem dotada de significados que podem parecer intimidadores quando enfrentamos nossos próprios valores. Para Bauman (2010, p. 263-264), o "que pode no início parecer enigmático e mesmo ameaçador passa então a ser compreendido em termos de suas relações com aqueles aspectos que nos são mais familiares ao longo de nossa vida".

A experiência de interpretação e inferência sobre um texto jornalístico na prática da disciplina de Sociologia permite o desenvolvimento do pensamento analítico acerca daquilo que está por detrás da notícia, pela vivência e observação. A leitura minuciosa, por sua vez, enriquece a contemplação, desvenda opiniões contraditórias e a circunspecção do objeto examinado.

Segundo a pedagoga Maria Laura P. Barbosa Franco (2018, p. 10), algumas ferramentas de pesquisa, como a Análise de Conteúdo, permitem o "papel ativo do sujeito na produção do conhecimento", pois, na medida em que a mensagem expressa as representações sociais do locutor, inicia-se no pesquisador um processo de interpretação, comparação, classificação e inferência sobre os conteúdos. A leitura diligente do material possibilita ao estudante encontrar outros significados da mensagem, isto é, descobrir nas entrelinhas informações

que ampliem a investigação e interpretação, descortinando possíveis intenções latentes do discurso escrito a partir da análise do locutor, do meio e do interlocutor da mensagem.

A prática do estudo sobre os textos de tendência política na internet facilita a reflexão sociológica entre as proposições representadas, os interesses e as estratégias de grupos ao leitor. Isso implica uma revisão pessoal do estudante sobre os conteúdos disponíveis na mensagem. Bauman (2010, p. 264) valoriza a ação de "*entendimento das coisas"* afirmando que,

> [...] Por esse motivo, procurar explicá-las pode se provar algo desafiador às formas existentes de ver – posto que essas formas de ver se relacionam a um segundo sentido de entendimento, que dá forma a nosso conhecimento de um ambiente que nos capacita a nele agir e ter bom desempenho. Trata-se do conhecimento tácito que extraímos rotineiramente de nossas ações e sem o qual não poderíamos concretizar e orientar nossa vida.

Reconhecendo a importância do desenvolvimento das habilidades e competências cognitivas através da Sociologia a partir da compreensão da comunicação escrita pelos websites partidários, certificou-se uma série de vantagens nos estudos dos documentos pelos jovens estudantes. Para isso, levou-se em conta que as diferentes proposições que evidenciaram o contexto dos websites tornaram-nas relevantes na investigação. Os estudos políticos em websites partidários contemplam, contudo, diametralmente as habilidades e as competências[137] previstas na atual Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017). A competência número 1 das Ciências Humanas e Sociais aplicadas no Ensino Médio sugere

> Elaborar hipóteses, selecionar evidências e compor argumentos relativos a processos políticos, econômicos, sociais, ambientais, culturais e epistemológicos, com base na sistematização de dados e informações de natureza qualitativa e quantitativa (expressões artísticas, textos filosóficos e sociológicos, documentos históricos, gráficos, mapas, tabelas etc.). (BRASIL, 2017, p. 560)

[137] Diz o texto: "Nesta competência específica, pretende-se ampliar as capacidades dos estudantes de elaborar hipóteses e compor argumentos com base na sistematização de dados (de natureza quantitativa e qualitativa); compreender e utilizar determinados procedimentos metodológicos para discutir circunstâncias históricas favoráveis à emergência de matrizes conceituais (modernidade, Ocidente/Oriente, civilização/barbárie, nomadismo/sedentarismo, tipologias evolutivas, oposições dicotômicas etc.); e operacionalizar conceitos como temporalidade, memória, identidade, sociedade, territorialidade, espacialidade etc. e diferentes linguagens e narrativas que expressem conhecimentos, crenças, valores e práticas que permitem acessar informações, resolver problemas e, especialmente, favorecer o protagonismo necessário tanto em nível individual como coletivo." (BRASIL, 2017, p. 559)

Em Tecnologias para Aprendizagem, “explorar a interatividade, inferência e vivência no mundo digital, bem como trabalhar em colaboração com pares internos e externos articulados com a produção intelectual” (SÃO PAULO, 2017) são habilidades dos componentes curriculares definidos em 2017 pelo currículo da cidade de São Paulo. Essas experiências referentes à tecnologia digital vêm demonstrando êxito, devido à proximidade da geração com esses recursos e ao fácil acesso à informação.

Identificando a proximidade dos estudantes com as tecnologias online e sua oferta formativa gratuita, João Canavilhas (2009, p. 10) afirmou que a internet é “[...] um meio especialmente apreciado pelas gerações mais novas [e] pode funcionar como uma motivação extra para chamar os jovens à vida política”. Nessa direção, Catarina Silva (2012, p. 1) infere em sua dissertação que

> [...] o uso político da internet justifica-se, por um lado, pela procura de novas formas de estimular o envolvimento da população nos temas políticos; e por outro, pela necessidade de os partidos se adaptarem às evoluções da sociedade, tirando partido da popularidade que as novas tecnologias ganharam nas sociedades contemporâneas.

Pierry Lévy (1996, p. 23), filósofo, sociólogo e pesquisador em ciência da informação e da comunicação, em sua obra “O que é virtual”, reconhece que “o leitor em tela é mais ‘ativo’ que o leitor em papel”. Seja por sua interatividade em produzir imagens ou textos com o computador, seja por “penetrar num novo universo de criação e de leitura de signos”. Se examinarmos o cotidiano dos jovens, facilmente constataremos sua intensa visualização dos meios eletrônicos, que estão altamente disponíveis. Esses aparelhos disponibilizam rapidamente diferentes fontes de informações, que podem ser analisadas e comparadas, a fim de certificar a fidedignidade da mensagem. Caso a julguem leviana, num simples toque alcançam canais de notoriedade considerados mais confiáveis em suas mensagens.

Para Levy (1996, p. 89), a “extensão do ciberespaço representa o último dos grandes surgimentos de objetos indutores de inteligência coletiva”. Assim, acrescenta que

> [...] A multiplicação contemporânea dos espaços faz de nós nômades de um novo estilo: em vez de seguirmos linhas de errância e de migração dentro de uma extensão dada, saltamos de uma rede a outra, de um sistema de proximidade ao seguinte. Os espaços se metamorfoseiam e se bifurcam a nossos pés, forçando-nos à heterogênese. (LEVY, 1996, p. 10)

As pesquisas de Catarina Silva (2012, p. 19) atestaram que os "[...] websites facilitam a comunicação em linha direta entre o partido e o eleitor e com livre estruturação da mensagem". Além de serem considerados meio mais interativo, incitando os "[...] eleitores a participar, interagir e filtrar dados" (SILVA, 2012, p. 15), também possibilitam a qualquer um "[...] participar da agenda política propondo preocupações e questões relevantes" (SILVA, 2012, p. 21). Nesse contexto, a internet colabora para "uma maior pluralidade de vozes no sistema político", motivando a interatividade nos diferentes espaços das redes sociais.

Estudos comprovam que a comunicação em rede tornou-se importante veículo de informação contendo a biografia dos candidatos, seus programas eleitorais e suas agendas e que, apesar de falhos na interatividade com os eleitores, esses canais "[...] podem influenciar o processo de comunicação política e o funcionamento das democracias" (BARNETT, 1997 apud CANAVILHAS, 2009, p. 7). Canavilhas (2009, p. 7) assinala quatro importantes características dos dispositivos online para a ocorrência desse processo: capacidade ilimitada de reunir e distribuir informação; a comunicação em diferentes localizações geográficas; o acesso à informação no tempo desejado; e o caráter universal, com presença simultânea.

Além disso, Canavilhas (2009, p. 10) destaca que os websites de partidos políticos ajudam a criar o sentimento de pertença entre os eleitores em relação ao partido e fortalecem o interesse pela atividade política. Permitindo, contudo, "[...] uma 'comunidade genuína' pela sua ligação a uma determinada acção política futura" (CANAVILHAS, 2009, p. 10). Para Braga (2015, p. 69), isso é resultado do "[...] engajamento e formação de redes online", que proporcionaram novas formas colaborativas e participativas "[...] entre o sistema partidário e os cidadãos".

Silva (2012, p. 1) constata que nesse processo o

> [...] uso político da internet justifica-se, por um lado, pela procura de novas formas de estimular o envolvimento da população nos temas políticos; e por outro, pela necessidade de os partidos se adaptarem às evoluções da sociedade, tirando partido da popularidade que as novas tecnologias ganharam nas sociedades contemporâneas.

Os resultados das análises da comunicação dos partidos políticos brasileiros apresentados por Braga (2015) podem auxiliar na compreensão das propostas dos candidatos, suas prioridades e justificativas, assim como no entendimento das estratégias de ação política ou dos discursos de desqualificação acerca da oposição. Também, numa análise mais cuidadosa, é possível indagar como se estabelece a comunicação "vertical" e "top down" entre lideranças

partidárias e outros agentes políticos (mídia, simpatizantes, militantes, financiadores de campanha) localizados nos partidos com maiores recursos políticos.

Nesse contexto, os alunos, estimulados pelos estudos da Sociologia, podem aferir se as mensagens ratificam a capacidade de mobilização dos partidos, a realização de ações que comprovem seus espectros ideológicos, a identificação de grupos que financiam as campanhas, a presença de outras mídias no processo eleitoral, o desempenho da comunicação, entre outras ponderações.

Nesse ambiente de investigação política, a contribuição realizada por Braga (2015, p. 52) resulta num valoroso conteúdo de classificação dos diferentes partidos brasileiros. Tal classificação foi desenvolvida por um "[...] gradiente ideológico-programático que varia de 1 (partidos mais conservadores ou à direita do espectro político brasileiro) a 32 (partidos mais radicais ou à esquerda do espectro ideológico brasileiro)". Sua apresentação faculta a compreensão, pelos jovens estudantes, de como as estratégias de comunicação online são determinadas pelo uso das ferramentas digitais, pela força dos recursos financeiros políticos, pela mobilização, pelo tamanho da bancada e pela organização ideológica. Esse material amplia o horizonte de análise e inferência da Sociologia, na medida em que aproxima a prática do partido político e suas consequências sociopolíticas, com o contexto dos conteúdos apresentados no website.

Outra prerrogativa da investigação das mensagens nos sites brasileiros reside no fato de que a "[...] totalidade dos partidos brasileiros está presente on-line usando amplamente a internet e as principais mídias sociais 'Web 2.0'" (BRAGA, 2015, p. 51). Afinal, a expansão da internet tem levado os partidos políticos a transferirem "[...] suas atividades para plataformas virtuais, institucionalizando progressivamente um espaço de interação entre os diferentes atores políticos" (BRAGA, 2015, p. 49). Essa interação ocorre também nos anos não eleitorais, "[...] permitindo um conhecimento dos websites partidários mais factual e sistemático que em períodos eleitorais", como destaca Silva (2012, p. 40) em sua dissertação.

Ademais, os resultados das eleições brasileiras em 2018 comprovaram as indispensáveis contribuições das redes sociais durante as campanhas, tanto no aspecto informativo quanto no que se refere à articulação dos eleitores. Em contrapartida, nesse mesmo ano eleitoral, o website do jornal Estadão destacou que, segundo o "[...] levantamento do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas para o Acesso à Informação (Gpopai), da Universidade de São Paulo (USP), cerca de 12 milhões de pessoas compartilharam fake news no Brasil em junho deste ano" (MONNERAT, RIGA, RAMOS, s/d). Isso evidencia a urgência em transformar a comunicação em rede em

objeto de investigação dos estudantes, a fim de preservar os valores democráticos, devendo a escola investir em atitudes cidadãs.

Isso significa dizer que a comunicação em rede tornou-se não apenas um importante veículo de informação e participação, mas também um instrumento de investigação das inverdades produzidas pelas fake news. Nesse processo de perquisição, evidencia-se a abrangência do conhecimento fornecido pela pluralidade das variedades a serem analisadas. Sejam políticas, econômicas ou sociais, a riqueza das informações permite alargar as reflexões muito além dos muros escolares.

Comparando outros meios de comunicação como a televisão, o rádio e o jornal com os recursos dos websites – vídeos, fotografias, textos e áudios –, podemos afirmar uma melhoria no campo da pesquisa quando ponderamos que esses websites partidários "[...] permitem aos receptores analisar os conteúdos de uma forma mais pessoal" (SILVA, 2012, p. 21). Quer dizer, os alunos dispõem do material a qualquer momento, sem a "necessidade de se sujeitarem a horários e programações previamente estabelecidas" (CANAVILHAS, 2009, p. 7), podendo alcançar "[...] um controle informativo mais directo e personalizado da mensagem transmitida" (SILVA, 2012, p. 15). Além disso, devemos considerar o maior controle das mensagens das grandes mídias em proveito da audiência. Nessas condições que Silva (2012, p. 19) destaca os websites dos partidos políticos como "[...] um meio livre de pressão jornalística".

Para Canavilhas (2009, p. 1) o sistema político e e o midiático

> [...] têm um percurso comum pautado por interesses divergentes. Se os políticos encontram nos media a forma mais eficaz para chegarem aos cidadãos, os media procuram na politica os acontecimentos que interessam às audiências, o que por vezes contraria os interesses dos políticos. Neste jogo de equilíbrios, políticos e media tentam retirar mais-valias da relação. Os políticos pretendem fazer chegar uma determinada mensagem ao público, procurando formas de anular ou reduzir a interferência do jornalismo no conteúdo. Porém, a mensagem tem de passar por um processo de selecção e codificação assente em valores jornalísticos que tendem a retirar à mensagem inicial parte da sua carga persuasiva. Nesta negociação entre interesses, princípios e objetivos, surge naturalmente o conflito, com ambas as partes a procurarem formas de reduzir a dependência mútua.

Para facilitar a compreensão ideológica e da conduta política dos partidos políticos brasileiros ao longo da história, importante material de investigação e inferência dos alunos, Braga (2015) disponibilizou um precioso recurso de análise. Definiu "seis grandes tipos de partidos políticos a partir da combinação de dois critérios (posição no espectro

ideológico e maior ou menor grau de fisiologismo)" (BRAGA, 2015, p. 53). São eles:

> 1 Partidos (mais) fisiológicos de centro (PFC): são aqueles partidos que não se colocam em nenhum dos extremos do espectro político-ideológico e cuja postura em relação aos sucessivos governos no plano nacional é pouco coesa, oscilante, ou difícil de caracterizar;
>
> 2 partidos fisiológicos de direita (PFD), que são agremiações que apresentam uma postura ideológica geral mais conservadora, mas que não são facilmente identificáveis com as linhas programática e as facções anti e pró-governo que polarizam o debate político, apresentando uma menor consistência programática em relação aos sucessivos governos na cena política nacional;
>
> 3 partidos fisiológicos de esquerda (PFE), agremiações que se estruturam em torno de fortes lideranças estaduais, e cujo comportamento anti e pró-governo não é facilmente identificável, aderindo ou fazendo oposição a governos de perfil programático distinto;
>
> 4 partidos programáticos de direita (PPD) são aqueles partidos tradicionalmente incluídos no campo ideológico mais conservador e que apresentam uma postura ideológico-programática mais definida e consistente, sendo mais fácil de classifica-los num gradiente "governo" X "oposição";
>
> 5 partidos programáticos de centro (PPC) são o PSDB, o PV e o PPS;
>
> 6 partidos programáticos de esquerda (PPE) são o PT, PcdoB, o PSOL, PSTU e PCB.

Os alunos têm em mãos alguns posicionamentos dos partidos políticos brasileiros e podem, através da análise de diferentes mídias eletrônicas, realizar comparações, trazendo à luz os centros de interesse do jornal e valores explicita ou implicitamente expressos. Vale destacar que os discursos políticos por palavras escritas são polissêmicos e podem mudar de sentido segundo as estratégias, as alianças e as forças partidárias dos candidatos numa determinada conjuntura política.

Régine Robin (1977, p. 47), historiadora, escritora e professora de Sociologia, afirma que o "estudo da palavra, sem ao menos seu contexto em estrutura superficial, é ilusório". A análise rigorosa da mensagem em websites exige uma visão multifocal, de modo que se possa aferir "a estrutura profunda das proposições contraditórias" que implicam "esquemas ideológicos opostos" (ROBIN, 1977, p. 48).

Além das contribuições históricas e sociológicas, o discurso político escrito em websites oportuniza distinguir "os componentes cognitivos, subjetivos, afetivos, valorativos e historicamente mutáveis" (FRANCO, 2018, p. 13), que provocam o exercício comparativo e introspectivo dos estudantes sobre o seu tempo presente. Esses recursos são partes da prática de habilidades mencionadas anteriormente pela Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017, p. 560), em que os alunos devem selecionar evidências e compor argumentos relativos a processos políticos e ideológicos através dos documentos históricos e sociológicos.

Para atrair eleitores indecisos e jornalistas, as mensagens e os documentos disponíveis nos websites são designados principalmente a um público-alvo como os militantes e colaboradores. Essa constatação permite identificar as relações entre os conteúdos e os valores ideológicos vinculados aos grupos de eleitores, em que, segundo Panke (2012, p. 5), pode-se abstrair os "[...] valores, atitudes, realizações e conceitos de determinado auditório", que são "evidenciados e visam projetar determinada imagem". Reconhecendo que nos websites partidários existem quatro funções: "[...] reforçar a opinião; promover o activismo; contribuir para doações; e registar e mobilizar eleitores" (SILVA, 2012, p. 23), é nesse momento que se apresentam os aspectos ideológicos da comunicação que suportam a opinião e a participação dos eleitores. Isto é, um apreciável material de discussão junto aos alunos da disciplina de Sociologia.

Entre as experiências envolvendo os websites de partidos políticos e os alunos do Ensino Médio durante as aulas de Sociologia, vale destacar duas relevantes no período eleitoral brasileiro de 2018. Apuramos no comunicado digital do candidato à presidência pelo PSOL, Guilherme Boulos, a presença do espaço nomeado "Mitos e Verdades". Com título "Compartilhe a Verdade", destacou-se que o candidato seria "vítima de boatos e mentiras, desde que passou a representar uma ameaça aos grupos que controlaram o país" (GUILHERME BOULOS, s/d). As chamadas *fake news tornaram-se instrumento intenso nesse período eleitoral brasileiro.* Essa ocorrência, segundo o website do PSOL, desencadeou e fortaleceu o engajamento do eleitorado e seus simpatizantes. Esse fato provocou, nas análises e investigações dos alunos, o desejo de comprovar a informação e verificar os interesses que haveriam por essas operações, além de compreender os efeitos sociais que poderiam provocar.

Outra importante vivência dos alunos com os meios eletrônicos e a política ocorreu no período pré-eleitoral de 2018. Os alunos dos segundos e terceiros anos do Ensino Médio foram desafiados a debater sobre os candidatos à presidência do Brasil, de forma que a cada grupo corresponderia um candidato. Preliminarmente, houve uma preparação sobre o tema mediante uma atividade realizada no

site “O Iceberg - mergulhando nas profundezas da gestão pública” [138]. Essa plataforma, *“*lançada em 21 de agosto de 2018 com o objetivo de apoiar o jornalismo destemido e combativo e a pesquisa em gestão pública”, dispôs de um instrumento de pesquisa eleitoral de interesse denominado *Calculadora de Afinidade Eleitoral 2018*. Nesse espaço foram apresentadas 23 perguntas, divididas em categorias: economia, energia, proteção social, segurança e educação. Para cada pergunta, a resposta poderia ser *sim*, *não* ou *depende*. Seus principais temas eram:

* Reforma Trabalhista: terceirização
* Reforma da Previdência: tempo de serviço
* PEC do Teto
* Tributação progressiva
* O Estado e o desenvolvimentismo
* Ajuste fiscal do governo federal
* Preços do combustível e o mercado internacional
* A Petrobrás e o regime de partilha
* Incentivos fiscais às petroleiras estrangeiras
* Privatização da Eletrobrás
* Investimento do Estado na saúde e no SUS
* Flexibilização do uso de agrotóxicos
* Reforma agrária e agricultura familiar
* Direitos das pessoas LGBT
* Descriminalização do aborto
* Acesso a armas de fogo
* Intervenção federal no Rio de Janeiro
* Redução da maioridade penal
* Consumo da maconha
* “Escola sem partido”
* Investimento do Estado na educação pública
* Currículo obrigatório do Ensino Médio

Após as respostas dos alunos, a *Calculadora* apresentou porcentagens indicando a *Afinidade* do estudante para cada candidato à presidência, ou seja, comparou em valores percentuais a correspondência entre as escolhas dos alunos e os projetos dos candidatos. Com os resultados em mãos, os alunos discutiram sobre o porquê das porcentagens e os motivos que favoreceram a ligação a determinado candidato ou partido político. Também analisaram os temas que envolviam reivindicações dos partidos de esquerda, direita ou de centro e suas motivações.

Algumas ponderações abriram espaço para compreender o papel do Estado na economia ou na sociedade e suas ações político-ideológicas. Temas atuais, que demandam uma visão multiforme,

[138] O ICEBERG. Mergulhando nas profundezas da gestão pública. Disponível em: <oiceberg.com.br>. Acesso em: 10/10/2018.

isenta de respostas prontas e definidas, estiveram na pauta do debate e trouxeram à luz os limites dos argumentos ou das convicções doutrinárias. Outra grande oportunidade da atividade foi a assimilação de termos específicos da política, como superávit, ajuste fiscal, tributação progressiva, reformas, PEC do Teto, entre outros. Conteúdos não regulares no cotidiano escolar puderam enriquecer a conversa e a compreensão de assuntos herméticos para o processo de escolha do candidato.

Nessa atmosfera de debate, os alunos foram desafiados, em grupos, a pesquisar, apresentar e defender as ideias e programas de um candidato. Os resultados foram surpreendentes. Além dos projetos de governo dispostos nos websites, os alunos pesquisaram também os debates e as entrevistas de seus candidatos, as opiniões e/ou práticas mais controversas – que eram, normalmente, reveladas pelos candidatos de oposição. Com a finalidade de criar um clima de debate verdadeiro, alguns alunos inteiraram-se das características psicoemocionais ou físicas do candidato e as reproduziram através de falas e trejeitos típicos durante a apresentação das propostas políticas.

A defesa do candidato exigiu conhecimento das ideias plausíveis e coerentes para a construção dos argumentos. Demandava a elaboração de um discurso convincente segundo o perfil do candidato. Desse modo, os argumentos e os discursos reproduziram a habilidade reflexiva dos alunos e o seu domínio sobre os conteúdos disponíveis.

A análise de textos em websites dos partidos políticos brasileiros propiciou reflexões políticas relevantes nas aulas de Sociologia ao longo do ano eleitoral. Além de contribuir para o desenvolvimento das habilidades cognitivas dos alunos, permitiu mergulhar no universo de significados possíveis e imagináveis que os documentos produzem e, ao mesmo tempo, ampliar a consciência e a participação política.

Num tempo em que a produção de *fake news* tornou-se uma prática comum em nosso cotidiano, entende-se que a leitura exige maiores cuidados para inferir conhecimentos sobre o emissor, a mensagem e as fontes. A Sociologia é uma disciplina que deve despertar o saber sobre os intentos e sentidos, colocando em evidência opiniões, julgamentos, posições e associações subjacentes, de forma que os alunos possam formar suas próprias opiniões políticas e sociais do seu presente.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2002.

BAUMAN, Z.; MAY, T. **Aprendendo a pensar com a Sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BERGER, Peter L. **Perspectivas sociológicas:** uma visão humanística. Petrópolis: Vozes, 2001.

BRAGA, S.; ROCHA, L. C.; CARLOMAGNO, M. C. A internet e os partidos brasileiros. **Cadernos Adenauer**. São Paulo, v. XVI, p. 47-74, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>.

CÂMARA, Rosana Hoffman. Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. **Gerais** - Revista Interinstitucional de Psicologia. Brasília, v. 6, n. 2, p. 179-191, jul./dez. 2013.

CANAVILHAS, J. **A comunicação política na era da internet**. Covilhã: Labcom/ Universidade Beira Interior, 2009. Disponível em: <https://ubibliorum.ubi.pt/handle/10400.6/686>.

FALSARELLA, Ana Maria. Os estudos sobre a cultura da escola: forma, tradições, comunidade, clima, participação, poder. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 39, n. 144, p. 618-633, jul./set. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/2018nahead/1678-4626-es-es0101-73302018182991.pdf>. Acesso em: 03/07/19

FRANCO, Maria Laura P. Barbosa. **Análise de Conteúdo**. 5ª. ed. Campinas: Autores Associados, 2018.

GUILHERME BOULOS. Mitos e Verdades – Compartilhe a Verdade. s/d. Disponível em: <http://boulos.redelivre.org.br/compartilhe-a-verdade/>. Acesso em: 02/10/2018.

LEVY, Pierre. **O que é virtual?** São Paulo: Editora 34, 1996. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0ByGOj9_gW1Y7OXBTdWhWRlo4MUE/view>. Acesso em: 30/11/2018.

LIPOVETSKY, Gilles. **Os tempos hipermodernos**. São Paulo: Barcarolla, 2004.

MILSS, C. Wright. **A Imaginação Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MONNERAT, Alessandra; RIGA, Matheus; RAMOS, Pedro. Fake news devem causar impacto em eleições de 2018. **Estadão**. Especial Focas. s/d. Disponível em: <http://infograficos.estadao.com.br/focas/politico-em-construcao/materia/fake-news-devem-causar-impacto-em-eleicoes-de-2018>. Acesso em: 02/10/2018.

NIDELCOFF, Maria Teresa. **As Ciências Sociais na escola**. 2ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

O ICEBERG. Mergulhando nas profundezas da gestão pública. Disponível em: <oiceberg.com.br>. Acesso em: 10/10/2018.

PANKE, Luciana. Categorias de desqualificação na propaganda eleitoral. **Em Debate**. Belo Horizonte, v. 4, n. 6, set. 2012. Disponível em: <http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/3317/categorais_desqualifica%C3%A7%C3%A3o_propaganda_panke.pdf?sequence=1>. Acesso em: 20/12/2018.

ROBIN, Régine. **História e Linguística**. São Paulo: Cultrix, 1977.

SÃO PAULO (Município). **Currículo da Cidade:** Ensino Fundamental. Componente curricular: Tecnologias para aprendizagem. São Paulo, 2017. Disponível em: <https://www.sinesp.org.br/images/2017/BaseCurricular-2018-Tecnologia.pdf>. Acesso em: 20/09/2019.

SILVA, C. I. P. **A comunicação partidária online:** os websites num contexto não eleitoral. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Universidade de Aveiro, Aveiro, 2012.

Inclusão na educação superior

Milton Pignatari Filho[139]

Introdução

As discussões sobre um modelo de educação inclusiva em todos os níveis têm, hoje, lugar de destaque no cenário mundial. Levar a prática da educação inclusiva para dentro das instituições de ensino superior (IES) produz questões concretas, exige respostas que não se encontram em manuais, livros ou diretrizes e apresenta-se atualmente como um desafio para professores universitários.

Isso ocorre porque a inserção do aluno com deficiência nesse nível de ensino está ocorrendo de forma lenta e ainda sem mecanismos que sustentem tanto o acesso como a permanência de tal educando no contexto das exigências peculiares à educação superior. Podemos afirmar ainda que não se trata somente da garantia de vagas, mas da organização, por parte da universidade, de estratégias que colaborem para o sucesso escolar desses alunos.

Com efeito, consideramos:

> [...] a universidade é um espaço social onde as diferenças estão presentes, também este lugar deve empreender ações objetivas que visem dirimir os silêncios e as ausências destinadas ao alunado com deficiência neste nível de ensino. Tais ações devem incitar a elaboração de políticas públicas de respeito às diferenças e especificidades do alunado, bem como ser capaz de programas de formação docente em nível inicial e continuada que torne aptos os docentes a ações educativas menos segregadoras e preconceituosas e mais respeitosas e inclusivas. Eis um desafio que se impõe à atual universidade brasileira. (CARDOSO, MAGALHÃES, 2009, p. 6-7)

Oliven (1992) afirma que a criação das primeiras universidades brasileiras conservava o caráter elitista e, ao mesmo tempo, meramente profissionalizante dos cursos. Mantinha-se alheia às necessidades da maior parte da população e não incentivava o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, diferentemente do que tem ocorrido nos últimos anos, em que a expansão da educação superior tem se dado principalmente em decorrência das mudanças no cenário mundial das políticas governamentais.

Essas transformações impõem um novo modelo de sociedade e de homem, tendo por base o conhecimento. Esse fato leva as instituições a repensarem o seu papel social no âmbito dessa nova

[139] Doutorando em Educação, Arte e História da Cultura - Universidade Presbiteriana Mackenzie. Mestre em Educação, Arte e História da Cultura - Universidade Presbiteriana Mackenzie. Professor em período integral com dedicação exclusiva na Universidade Presbiteriana Mackenzie.

sociedade, que exige cada vez mais investimentos em educação, ciência e tecnologia.

Assim, a partir dos anos 1970, a demanda nesse nível de ensino cresceu significativamente, o que propiciou a expansão dessa modalidade de ensino e a multiplicação das universidades ou faculdades privadas. De acordo com Oliven (1992), a grande demanda na década de 70 se deu no setor privado, e em 1980 mais da metade dos alunos estava matriculada em estabelecimentos isolados, sendo 86% dessas matrículas oriundas de estabelecimentos privados. Dos anos 80 para os dias atuais, os recursos públicos tornaram-se mais difíceis, afetando significativamente o crescimento e o desenvolvimento das instituições públicas.

Desse modo, embora o acesso dos jovens ao ensino superior tenha aumentado, a qualidade do ensino tem sido alvo de constantes discussões, principalmente em consequência da não dedicação da grande maioria das instituições privadas ao desenvolvimento de pesquisas.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (Inep), por meio dos dados divulgados no Resumo Técnico do Censo da Educação Superior 2015 (BRASIL, 2018), indica que 7.305.977 estudantes brasileiros efetuaram matrícula em instituições de ensino superior em 2013. Dessa amostra total, 29.034 declararam apresentar alguma necessidade específica constitutiva do público-alvo da educação especial, ou seja, alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento ou altas habilidades/ superdotação.

Aliado à questão legal, esse aumento de matrícula do alunado público-alvo da educação especial nos cursos de graduação nas instituições de ensino superior (IES) é explicado pela implementação de programas governamentais de educação inclusiva voltados especificamente ao ensino superior. Entre eles, podem ser citados o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, o Programa Universidade para Todos - PROUNI e o Programa de Inclusão no Ensino Superior - Incluir, que tem por finalidade assegurar o direito da pessoa com deficiência à educação superior, fomentando a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nos Institutos Federais de Ensino Superior. Cumprindo o disposto nos decretos nº 5.296/2004 e nº 5.626/2005, o Programa Incluir pretende viabilizar ações institucionais nas universidades para integrar as pessoas com deficiência à vida acadêmica e eliminar as barreiras pedagógicas, comportamentais, arquitetônicas e de comunicação que possam existir. Acrescenta-se ainda a promulgação da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, aprovada em 2008 (BRASIL, 2008), que propõe a transversalidade da educação especial também no ensino superior.

Entretanto, nem toda universidade tem cumprido as orientações e normativas legais existentes. Trata-se de um processo que demanda mudanças complexas, por isso mesmo é lento, gradual e contínuo. Conforme acrescentam Moreira, Bolsanello e Seger (2011, p. 141),

> [...] uma universidade inclusiva só é possível no caminhar em busca da mudança que vai eliminando barreiras de toda ordem, desconstruindo conceitos, preconceitos e concepções segregadoras e excludentes. É um processo que nunca está finalizado, mas que, coletivamente, deve ser constantemente enfrentado.

As condições de acesso e permanência do aluno com deficiência no ensino superior não implica apenas a construção de espaços fisicamente acessíveis, mas também recursos pedagógicos (livros, equipamentos, instrumentos etc.), informações para a comunidade técnico-administrativa, instruções e/ou capacitação aos professores e apoio institucional. Portanto, há de se proporcionar uma mudança no *modus operandi* da instituição no seu fazer tradicional tanto no ensino, na pesquisa e na extensão quanto na infraestrutura oferecida a toda a comunidade docente, discente e administrativa.

Esse é um momento histórico-social desafiador, pois tornar o ensino superior igualmente acessível a todos os que desejam cursá-lo é uma tarefa complexa. Exige o delineamento de atitudes pautadas na eliminação das barreiras que dificultam ou impedem a plena participação dessa população nas diferentes esferas sociais. Dito de outro modo, problematizar as condições de acessibilidade na universidade, em especial as percepções dos docentes, implica, por conseguinte, conceber o ensino superior como um espaço democrático, formador de opiniões e de produção de conhecimento, que combate a discriminação e o preconceito.

Histórico da educação inclusiva

O Brasil fez opção pela construção de um sistema educacional inclusivo ao concordar com a Declaração Mundial de Educação para Todos na conferência mundial da UNESCO em 1990. Ao se tornar signatário da Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), reafirmou esse compromisso, e deu visibilidade às questões relativas à inclusão e exclusão na educação.

Desde então, instalou-se um processo de profundas transformações no sistema educacional brasileiro, que teve, como desdobramento, mudanças na legislação e na elaboração de diretrizes nacionais para a educação, todas elas norteadas pela ideia da educação inclusiva. No entanto, embora a legislação tenha se adequado aos objetivos da educação inclusiva, a maior parte de nossos alunos permanece em ambientes de ensino segregados.

A concepção de educação inclusiva busca contemplar a atenção para as diferentes necessidades decorrentes de condições individuais (por exemplo, as deficiências), econômicas ou socioculturais dos alunos. O termo "necessidades educacionais especiais" (NEE) é frequentemente utilizado nos documentos oficiais, e coloca ênfase nas ações que a escola deve promover para responder às diferentes demandas dos alunos. Utilizaremos o termo "deficiência" para nos referir às questões específicas de alguns alunos, sem perder de vista que tal condição deve ser pensada no âmbito das necessidades educacionais especiais.

Diversas pesquisas têm evidenciado ser a educação inclusiva tão ou mais benéfica que a segregada para todos os alunos (AINSCOW, PORTER, WANG, 1997; MONTEIRO, CASTRO, 1997; ODOM, DEKLYEN, JENKINS, 1984; PASTELLS, 1993; SEKKEL, 2003). Essas pesquisas mostram que tanto os alunos com deficiências quanto os alunos normais ganham com essa convivência, e não há registros de quaisquer efeitos adversos com relação aos processos de aprendizagem ou de socialização. Tais efeitos, no entanto, são perceptíveis quando alunos deficientes são simplesmente matriculados e passam a frequentar escolas regulares, sem que haja um ambiente que acolha e valorize as diferenças.

As transformações necessárias para a implementação de um sistema educacional inclusivo têm sido amplamente debatidas no cenário da educação infantil e do ensino fundamental. Temos, de um lado, posições como as de Ortega (1995), que defende o processo de inclusão "sem que se alterem os objetivos a serem atingidos pelos alunos, sem modificar, assim, o método ou mesmo o ritmo e a dinâmica das aulas, mas com a imposição de limites claros para a flexibilidade na instituição educacional". De outra parte, há aqueles que veem, a partir da questão da inclusão, a chance de modificar radicalmente a estrutura escolar como um todo e buscam questionar modelos e atitudes considerados ultrapassados no modo tradicional de ensino. Nessa visão, a entrada das crianças com deficiência ou com outras necessidades especiais na rede regular de ensino impõe a reflexão acerca da prática e dos objetivos educacionais de toda a equipe escolar para todos os seus educandos. (AINSCOW, PORTER, WANG, 1997; MANTOAN, 2003; SEKKEL, 2003)

As transformações pelas quais a educação brasileira tem passado ainda suscitam muitas controvérsias. A presença do especialista, a elegibilidade do aluno nos diferentes níveis educacionais, a aplicação de provas especiais e a alteração do currículo, por exemplo, permanecem temas centrais do debate. A explicitação de cada uma das posições a respeito desses temas fugiria ao propósito deste artigo. O importante a ressaltar, neste momento, é que estamos imersos em um campo

ainda em construção, que abriga posições divergentes a respeito dos caminhos a serem percorridos em direção a uma educação inclusiva.

Do ponto de vista do professor, a diversificação em seu método e na organização do currículo é bem aceita, segundo Gracia (2000), embora a preocupação e a rejeição, diante de alunos com deficiências, estejam presentes, o que contribui para sua conduta em sala de aula como um todo (COOK et al., 2000). Pesquisa realizada com futuros professores aponta que eles mantêm uma postura favorável à educação inclusiva quando esta é apresentada de modo genérico, porém, níveis maiores de rejeição a essa modalidade de educação surgem conforme se apresentam situações relativas ao ritmo de aprendizagem e à interação entre os alunos (CROCHÍK et al., 2006).

Essas constatações reforçam a necessidade, já apontada por León (1994) e Mittler (2003), de que a formação dos futuros professores seja voltada para a educação inclusiva, uma vez que a atitude do professor é crucial na superação das barreiras à inclusão em sala de aula. Como foi possível notar, pesquisas e discussões sobre os efeitos, nos alunos e nos professores, dessa modalidade de educação têm sido realizadas visando buscar os pontos mais frágeis a serem trabalhados na educação, bem como avaliar os avanços que a educação inclusiva tem trazido.

Desafios da inclusão

O preconceito é um assunto imprescindível de ser considerado na abordagem do tema da educação inclusiva. As políticas, informações e orientações não são suficientes para a mudança de atitude dos educadores e dos alunos frente às minorias, seus alvos potenciais. O preconceito é uma defesa que impede a experiência e se interpõe no relacionamento, além de produzir uma falsa generalização que rejeita argumentos vindos do contato com a realidade externa (ADORNO, HORKHEIMER, 1985; CROCHÍK, 1997). Se entendermos o preconceito como manifestação individual cuja origem é social, podemos antever sua presença nas relações em sala de aula. Isso torna necessário um trabalho de conscientização dessas determinações presentes nas relações e de reflexão sobre as possíveis ações para sua superação.

Tal trabalho deve ser iniciado na formação do professor, o que reforça a importância de formação pedagógica do docente do ensino superior que contemple a reflexão sobre as atitudes frente às diferenças. Essa reflexão revela-se tão importante quanto o domínio de conteúdos específicos das áreas de conhecimento, pois ambos os fatores podem ser decisivos para a efetividade das ações educativas.

Ressaltamos que um dos espaços da docência universitária é a sala de aula, ambiente privilegiado no qual se desenvolve parte das atividades que se voltam para o acesso das gerações mais jovens ao conhecimento científico. Assim sendo, a construção de

uma universidade inclusiva implica a necessidade de o professor desenvolver processos de reflexão *na* e *da* prática docente, com vista à organização de estratégias de ensino-aprendizagem adequadas a todos os alunos, inclusive os considerados deficientes.

Com isso, não estamos responsabilizando esse professor pelo sucesso ou fracasso escolar de alunos com deficiência incluídos em sua sala de aula. Pontuamos que os processos de ensino-aprendizagem desenvolvidos na universidade podem colaborar decisivamente na democratização da escola como instituição social.

A Portaria n.º 3.284 (BRASIL, 2003) é um instrumento legal de exigibilidade que dispõe sobre os requisitos de acessibilidade de pessoas com deficiência e apresenta os critérios adotados nos processos de autorização e de reconhecimento dos cursos, bem como credenciamento das IES. Essa medida teve incidência direta no número de matrículas desse alunado no ensino superior, e entre os anos 2000 e 2010 pôde-se observar um crescimento de 933,6% de tais matrículas (BRASIL, 2012).

Magalhães (2013) afirma que as mudanças propostas à universidade pela educação inclusiva são de cunho teórico-prático e político, visando, de um lado, apresentar novas formas de conceber os atos de planejar, ensinar, aprender e avaliar no ensino universitário, por outro lado, discutir as concepções sobre deficiência que circulam no meio universitário e, frequentemente, revelam desconhecimento ou mesmo preconceito com relação às possibilidades de formação em ensino superior de pessoas com deficiência. Nesse sentido, afirmamos o currículo como um ponto de partida fecundo na discussão sobre inclusão de jovens e adultos com deficiência no ensino superior.

Ainda segundo Magalhães (2013), na universidade, as demandas de alunos com deficiência podem ser atendidas em espaços diferenciados como salas de apoio pedagógico ou ambientes específicos, tais como salas em bibliotecas. Contudo, a sala de aula é o espaço preferencial e primordial onde se desenvolve o processo de ensino-aprendizagem sob a gestão dos professores. Tal processo reflete a tentativa do professor em organizar as estratégias de mediação do contato de todos os alunos com determinado conhecimento (conteúdo curricular).

Os desafios colocados pela inclusão têm levado os diferentes atores que constituem esse processo à atribuição de diferentes sentidos. Pieczkowski e Naujorks (2012) comentam que os estudantes com deficiência têm assumido a deficiência como algo inerente ao indivíduo, culpando-se e buscando se adaptar às condições de precariedade muitas vezes impostas pelas universidades. No que se refere aos docentes, apesar de geralmente se manifestarem como favoráveis à inclusão, colocam a necessidade de recursos tecnológicos e humanos

que possam vir a subsidiar suas ações pedagógicas (ANTUNES et al., 2013).

Por ser um fenômeno recente, a inclusão de alunos com necessidades especiais no ensino superior suscita uma série de dúvidas e questionamentos, que repercutem diretamente nos procedimentos adotados pelas universidades e nas atitudes dos sujeitos envolvidos nessa dinâmica. Em seu parecer, o Ministério da Educação traz uma definição do que seria inclusão.

> Entende-se por inclusão a garantia, a todos, do acesso contínuo ao espaço comum da vida em sociedade, sociedade essa que deve estar orientada por relações de acolhimento à diversidade humana, de aceitação das diferenças individuais, de esforço coletivo na equiparação de oportunidades de desenvolvimento, com qualidade, em todas as dimensões da vida. (BRASIL, 2001, p. 08)

Quando tal perspectiva é colocada por meio de ações concretas, referindo-se ao papel do Estado, que teria a execução da política de inclusão, chega-se à definição de Michels (2006), que argumenta que a inclusão trata-se da garantia de financiamento, contratação e formação de profissionais aptos a atender a diversidade dos alunos.

Nesse sentido, assinala-se que a política de inclusão é fundamental nesse processo, pois legitima o direito ao acesso das pessoas com deficiência ao ensino superior e também a necessidade de que esse espaço seja suficiente para viabilizar a permanência em condições adequadas de ensino a esses estudantes (CHANINI, SILVA, 2010).

Pelo fato de a inclusão no Ensino Superior ser algo recente e determinado como obrigatoriedade pelo Estado, surgem dificuldades comuns compartilhadas em diversas universidades. Todavia, destaca-se a necessidade de se ir além de afirmações genéricas e lançar um olhar mais atento ao interior de cada IES, levando em conta os indivíduos que tecem a vida cotidiana e que são partícipes desse processo (PATTO, 1993).

Deve-se levar em consideração ainda que o ingresso de alunos com necessidades educacionais especiais nos cursos superiores muitas vezes não se dá de modo explícito. As dificuldades podem se revelar para a classe e para os professores paulatinamente. Há casos em que o próprio aluno desconhece sua condição ou não tem consciência das suas dificuldades, como o de uma aluna que se descobriu portadora de dislexia a partir dos conteúdos estudados nas aulas de neurociências.

Algumas necessidades educacionais especiais podem passar despercebidas pelo professor nos trabalhos em pequenos grupos, principalmente nas produções de texto coletivas, e pode mesmo ocorrer que apenas na avaliação final o professor se depare com as dificuldades

específicas daquele aluno. Entram em cena aqui as especificidades das disciplinas e dos métodos utilizados pelos diferentes professores.

Frequentemente, os alunos são os primeiros a perceber as dificuldades do companheiro de sala. Numa determinada ocasião, uma aluna com deficiência intelectual passou a ser rejeitada pelos colegas pelo estranhamento que seu comportamento provocava. Posteriormente, ficou explicitado, pelos alunos, o temor de serem prejudicados nos trabalhos coletivos pelo baixo rendimento da colega.

O receio de que a presença de alunos com deficiência possa diminuir o rendimento escolar da turma é muito presente no imaginário de pais e professores na educação básica, e percebe-se, pelo exemplo citado, a tendência a se reproduzir na educação superior. Tal questão nos remete novamente ao preconceito e à importância da formação de professores capazes de lidar com tais diferenças para impedir que o medo domine as relações.

Amaral (1995) chama a atenção para o medo da "contaminação" pelo convívio, que denomina "contágio osmótico", que leva a uma leitura tendenciosa da deficiência. É importante entender a presença do medo subjacente a essa manifestação, porque de nada vai adiantar contrapor uma argumentação racional na tentativa de deixar evidente a suposição infundada, pois o medo originado pelo sentimento de ameaça criaria a necessidade de buscar outras racionalizações.

É o medo que tem de vir à consciência, e esse é um desafio que dificilmente poderá ser realizado de forma isolada. Sekkel (2003) sugere um ambiente inclusivo fundado no compromisso com os valores humanos e articulado coletivamente em que o professor possa expor os seus receios, limites e necessidades. O professor precisa ser incluído, caso contrário, permanecerá isolado na escola e lançará mão de atitudes defensivas para se proteger de ameaças, reais e imaginárias. A publicação "Educação Inclusiva: experiências educacionais inclusivas" (BRASIL, 2006) apresenta outra possibilidade para esse enfrentamento, mediante o compartilhamento de experiências, criando oportunidades de troca a partir das diferentes realidades presentes no território nacional.

A educação inclusiva pressupõe a participação coletiva na decisão das questões da sala de aula e da instituição escolar, bem como flexibilidade na utilização dos recursos institucionais, humanos e materiais. Poder contar com o apoio dos colegas e de outros profissionais, repensar a estratégia de aula, rever o plano de ensino e contar com a participação dos alunos e sua contribuição na resolução das questões específicas que se apresentarem é fundamental para o professor numa proposta educacional voltada para a inclusão. Mesmo considerando as especificidades das disciplinas, pode-se partir do pressuposto de que todos os professores precisam de um apoio institucional para realizar tais flexibilizações e mudanças, nesse sentido, é essencial que os

objetivos ligados a cada curso nas IES estejam claros a todos aqueles que participam do seu desenvolvimento.

É com base nesses objetivos que a elegibilidade dos alunos para os cursos pode ser definida. Numa experiência recente, a presença de uma aluna com deficiência intelectual num curso superior gerou discordâncias entre os professores, que, equivocadamente, tomaram a seu cargo a decisão sobre a pertinência da permanência ou não da aluna no curso. Deveriam ser adotados conteúdos e critérios de avaliação diferenciados para tal aluna? Qual aspecto deveria ser preponderante na avaliação: a aquisição de conhecimentos técnicos específicos para uma futura atuação profissional ou o desenvolvimento humano? Tal discussão não deve recair sobre os ombros do professor, mas deve ser tomada pela instituição, de forma participativa.

Sua ocorrência evidencia o perverso mecanismo do ensino superior brasileiro, que tem explícito interesse em aumentar o ingresso de clientes em seus bancos escolares, mas não se atém a discutir com o corpo docente os objetivos e limites de suas atribuições.

A profissionalização do corpo docente

O docente é elemento crucial no processo de ensino-aprendizagem. Portanto, "Assegurar que os professores recentemente qualificados tenham uma compreensão básica do ensino inclusivo e de escolas inclusivas é o melhor investimento que pode ser feito a longo prazo" (MITTLER, 2003, p. 189), o que propõe uma ressignificação na forma de trabalho pela experiência docente, reestruturação e mobilização das práticas pedagógicas.

Proporcionar ao aluno PAEE (público-alvo da educação especial) aprendizagem em meio a situação de equidade em relação aos demais alunos da sala de aula também é papel do professor, e requer desse profissional preparação, capacitação e orientação, oferecendo assim confiança no atendimento ao aluno, sem causar resistência na comunicação e prejuízos na vida acadêmica. Nesse contexto, Miranda e Galvão Filho (2012, p. 12) argumentam que "o educador terá a tarefa de prever e preparar recursos capazes de ativar a elaboração e a circulação de informações entre sujeitos, de modo que se reconheçam e se auto-organizem". Podemos afirmar que é assim que a relação educativa se constitui como tal, na medida em que o aluno, se não tem apoio necessário, passa para a posição de observador, o que acaba contribuindo para sua exclusão.

Segundo Stainback (1999, p. 25), "o que está em questão no ensino inclusivo é ser oferecido aos alunos os serviços de que necessitam, mas em ambientes integrados, e em proporcionar aos professores atualização de suas atividades". Ao término do curso de licenciatura, os futuros profissionais da educação não estão preparados para tal realidade, enquanto estudantes realizam estágios, porém não

adquirem experiências que lhes capacitem para atuar no ensino de crianças com necessidades especiais.

Buscando fazer frente a essa situação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB 9394/96), aprovada em 20 de dezembro de 1996, em seu art. 59, inciso III, determina que os professores deverão ter especialização adequada para atuar na educação especial tanto no ensino médio quanto no superior, porém o que ocorre são professores atuando em salas com alunos público-alvo da educação especial sem preparação específica.

O professor pode ser considerado elemento fundamental na organização de espaços educacionais mais apropriados, porém ele não é o único responsável por essa mudança e a reorganização do ensino. É de extrema importância que haja um trabalho em equipe, incluindo a sociedade, a coordenadoria da instituição educacional e o corpo docente, para que bons resultados sejam obtidos.

Assim, Santos (2013, p. 81) evidencia a

> [...] responsabilidade do processo de inclusão educacional do coletivo para o individual, na medida em que coloca no professor e na escola/universidade o ônus pela tarefa de se garantir as condições de acessibilidade pedagógica e física de todo processo educacional para todas as pessoas.

Além da participação nas atividades acadêmicas, para que se consiga conquistar uma educação inclusiva bem-sucedida, faz-se necessário seguir um conjunto de leis, mudanças, comportamentos e princípios. Não basta mudar a estrutura da escola se os profissionais da educação não conseguem mudar ou diversificar o seu método de ministrar aulas, não basta ter leis se essas não forem seguidas pelos cidadãos ou fiscalizadas pelo governo. Mesmo após o Decreto que regulamentou e instituiu a educação para todos, os professores se deparam com falhas no sistema de educação, como o fato de não terem a oportunidade de se exporem durante sua formação a práticas e ao ensino em escolas para alunos com necessidades educacionais especiais.

Para que o aluno PAEE consiga boa adaptação na universidade, é preciso que encontre em sala de aula meios de acessibilidade física e curricular em condições de promover a aprendizagem sem transtornos. O acesso físico aqui relatado não se refere apenas à sala de aula, mas a todos os ambientes da instituição, como bibliotecas, laboratórios, restaurantes etc. A instituição precisa fornecer ao professor ambiente adequado de trabalho, e este precisa adquirir conhecimentos específicos para trabalhar.

Ações de inclusão na educação superior envolvem o planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção

da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser disponibilizados desde os processos seletivos até o desenvolvimento de todas as atividades que envolvem o ensino, a pesquisa e a extensão.

Nos diversos desafios encontrados no seu cotidiano profissional, o docente deveria recorrer ao núcleo de acessibilidade para receber orientações sempre que necessário, pois entre suas ações está a prestação de apoio pedagógico aos docentes, a fim de efetivar os direitos legais dos alunos. Sem esse apoio, a possibilidade de se obter sucesso na inclusão na educação superior torna-se cada vez mais diminuta. No entanto, o núcleo de acessibilidade não é uma realidade em todas as universidades brasileiras, o que dificulta o trabalho do professor e a participação do aluno.

Considerações finais

A presença de pessoas com necessidades educacionais especiais no ensino superior é um novo desafio. O processo de construção de um espaço inclusivo na educação, qualquer que seja o seu nível, não se dá por meio de uma padronização; ao contrário, é necessário que a inclusão se faça a partir da experiência e do reconhecimento das diferenças.

A participação de pessoas com deficiência em sala de aula pode ser uma contribuição para todos os alunos, ao promover a reflexão sobre as práticas educacionais a partir das questões suscitadas no cotidiano da sala de aula, o que leva à flexibilização e à reinvenção de tais ações.

A questão da certificação para o exercício profissional se coloca como central para a tomada de decisão com relação à elegibilidade do alunado dos cursos. Pode um aluno cego se tornar um cirurgião? Talvez não, mas isso não o impede de ser médico. E um aluno com déficit cognitivo, quais os limites para o seu exercício profissional? A elegibilidade através do mérito num vestibular competitivo elimina essa questão, já que o aluno com déficit cognitivo não terá condições de ultrapassar essa barreira. Mas, quando se coloca o objetivo da democratização do acesso ao ensino superior e ampliação do número de vagas, a competição não emerge mais como um impedimento, cabendo pensar essas questões com cuidado e respeito por todos os envolvidos.

Essa nova ordem marca presença na sala de aula como espaço heterogêneo, embasado na legislação que garante o acesso desses alunos da educação básica ao ensino superior. Mas inclusão é muito mais que disponibilizar rampas e banheiros adaptados, é reconhecer e respeitar as diferenças, é desenvolver projeto pedagógico coerente com as necessidades educacionais, compromisso ético tendo em vista o acesso ao conhecimento.

Referências

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

AINSCOW, M.; PORTER, G.; WANG, M. **Caminhos para as Escolas Inclusivas**. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1997.

AMARAL, L. A. **Conhecendo a deficiência:** em companhia de Hércules. São Paulo: Robe, 1995.

ANTUNES, A. P. (et al.). Inclusão no ensino superior: percepções de professores em uma universidade. **Psicologia em Pesquisa**. Juiz de Fora, v. 7, n. 2, p. 140-150, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://www.ufjf.br/psicologiaempesquisa/files/2013/12/v7n2a01.pdf>. Acesso: 23/02/2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 03/02/2019.

_____. Ministério da Educação. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília, 1994.

_____. Ministério da Educação. **Aviso Circular nº 277/MEC/GM**. Dirigido aos Reitores das IES, solicitando a execução adequada de uma política educacional dirigida aos portadores de necessidades especiais. Brasília, 08 mai. 1996.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** - LDB n. 9.394/96. Brasília, 1996.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB 17/2001**. Brasília, 2001. Disponível em: <http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/notas/PARCNECEB17_01.HTM?Time=11/25/2007%2010:37:50%20AM>.

_____. Ministério da Educação. **Portaria nº 3.284** de 07 de novembro de 2003. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições. Brasília, 2003.

_____. Ministério da Educação. **Decreto Federal nº 5.296** de 02 de dezembro de 2004. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, 2004.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Educação Inclusiva:** experiências educacionais inclusivas - Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade. Brasília, 2006. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/experiencias%20inclusivas.pdf>.

_____. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria n. 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007. Brasília, 2008.

_____. Ministério da Educação. **Em 10 anos, número de matrículas de alunos com deficiência sobe 933,6%**. 1º out. 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/212-educacao-superior-16906 10854/18124-em-10-anos-numero-de-matriculas-de-alunos-com-deficiencia-sobe-9336>.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. **Resumo Técnico** - Censo da Educação Superior 2015. 2ª ed. Brasília, 2018. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/resumo_tecnico/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2015.pdf>.

CARDOSO, A. P. L. B.; MAGALHÃES, R. C. B. P. Inclusão no Ensino Superior: caminhos propostos por uma professora e seu aluno cego. **Anais do IX Encontro de Pesquisa e Pós-Graduação**. Fortaleza, 2009.

CHAHINI, T. H. C.; SILVA, S. M. M. Os desafios do acesso e da permanência de alunos com deficiência visual nas instituições de educação de São Luis-MA. In: SILVA, Marilete Geralda da. **Faces da inclusão**. São Luís: EDUFMA, 2010.

COOK, B. G.; TANKERSLEY, M.; COOK, L.; LANDRUN, T. J. Teacher's attitudes toward their included students with disabilities. **Exceptional Children**. Glasgow, v. 67, n. 1, p. 115-135, 2000.

CROCHÍK, J. L. Preconceito, indivíduo e cultura. São Paulo: Robe Editorial, 1997.

_____; FERRARI, M. A. L. D.; HRYNIEWICZ, R. R.; BARROS, O. N.; NASCIMENTO, R. B. Preconceito e atitudes em relação à educação inclusiva. **Psicologia Argumento**. Curitiba, v. 24, n. 46, p. 55-70, jul./set. 2006.

GRACIA, V. S. **La Educación Integradora en Europa**. Valencia: Artes Gráficas Soler, 2000.

LEÓN, M. J. La perspectiva del profesor tutor sobre los problemas de la integración de los niños con necesidades educativas especiales. **Revista de Educación Especial**. Barcelona, n. 14, p. 77-83, ago. 1994.

MAGALHÃES, Rita de Cássia B. P. Currículo e inclusão de alunos com deficiência no ensino superior: Reflexão sobre a docência universitária In:

MELO F. R. L. V. **Inclusão no ensino superior:** docência e necessidades educacionais especiais. Natal: EDUFRN, 2013.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. **Inclusão Escolar:** o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MICHELS, M. H. Gestão, formação docente e inclusão: eixos da reforma educacional brasileira que atribuem contornos à organização escolar. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 33, p. 406-423, dez. 2006. Acesso em: 20/02/2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-4782006000300003>.

MIRANDA, T. G.; GALVÃO FILHO, T. A. (Orgs.) **O professor e a educação inclusiva:** formação, práticas e lugares. Salvador: EDUFBA, 2012.

MITTLER, P. **Educação inclusiva:** contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.

MONTEIRO, M. B.; CASTRO, P. **Cada cabeça sua sentença**. Oeira: Celta, 1997.

MOREIRA, L. C.; BOLSANELLO, M. A.; SEGER, R. G. Ingresso e permanência na universidade: alunos com deficiências em foco. **Educar em Revista**. Curitiba*,* v. 41, p. 125-143, 2011.

ODOM, S. L.; DEKLYEN, M.; JENKINS, J. R. Integrating handicapped and nonhandicapped preschoolers: developmental impact on nonhandicapped children. **Exceptional Children**. Glasgow, v. 51, n. 1, p. 41-48, 1984.

OLIVEN, A. C. Origem, características e desenvolvimento do sistema de ensinosuperior no Brasil. In: MOROSONI, M.; LEITE, D. (Orgs.). **Universidade e integração no Cone Sul**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1992.

ORTEGA, C. J. Educación, compensación y diversidad. **Revista de Educación Especial**. Barcelona, n. 20, p. 9-15, jul./set. 1995.

PASTELLS, A. A. La integración de alumnos deficientes en la escuela ordinaria. **Revista de Educación Especial**. Barcelona, n. 12, p. 44-57, ago. 1993.

PATTO, M. H. S. O conceito de cotidiano em Agnes Heller e a pesquisa em educação. **Perspectivas**. São Paulo, n. 1, v. 16, 1993. Disponível em: <http://www.ip.usp.br/portal/images/stories/MH/o_conceito_de_cotidianidade.pdf>. Acesso em: 22/02/2019.

PIECZKOWSKI, T. M. Z.; NAUJORKS, M. I. Inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior: diferentes discursos, diferentes expectativas. **Atos de Pesquisa em Educação**. Blumenau, v. 7, n. 3, p. 938-962, set./dez. 2012. Disponível em: <http://proxy.furb.br/ojs/index.php/atosdepesquisa/article/view/3231>. Acesso em: 23/02/2019.

SANTOS, Pablo Silva Machado Bispo. **Guia prático da política educacional no Brasil:** ações, planos, programas e impactos. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SEKKEL, M. C. **A construção de um ambiente inclusivo na educação infantil: relato e reflexão sobre uma experiência**. Tese (Doutorado em Psicologia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. **Inclusão:** um guia para educadores. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

UNESCO. **Declaração de Salamanca**. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>.

Professoras de crianças pequenas: um recorte histórico sobre o magistério feminino brasileiro nos livros e nas histórias contadas

Thatiana F. Guedes Pineda[140]

"A figura da mulher atuante na escola-mãe que redime e encaminha para uma vida de utilidade e sucesso é esculpida em prosa e verso. Nessa visão constrói-se a tessitura mulher-mãe-professora, aquela que ilumina a senda do saber e da moralidade, qual mãe amorosa debruçada sobre as frágeis crianças a serem orientadas e transformadas por dedos que possuem a capacidade natural de desenhar destinos e acalentar esperanças, coadjuvantes inspiradas de uma escola que se erige como transformadora de consciência."
(ALMEIDA, 2006b)

Apresentação

"Nesta escola trabalham dezenove educadoras e um homem." "Filha minha não tem fralda trocada por um homem." "É um pouco estranho meu filho falar que seu professor levou ele ao banheiro." "Eu troco as fraldas das meninas e ele troca dos meninos." O que fazer com esse novo "homem" na escola de bebês e crianças pequenas?

As colocações mencionadas se referem a uma creche municipal da zona oeste de São Paulo, nos primeiros anos do século XXI, quando homens foram aprovados em concurso público para atuar como auxiliares de desenvolvimento infantil – homens[141]. Um deles, graduado em Pedagogia, foi atribuído para essa creche, que atendia em média 120 crianças, de 0 a 3 anos. Até então os homens nas creches municipais eram apenas seguranças, porém, frente a essa nova situação, houve resistência por parte dos pais e das educadoras (que na época, tardiamente, não eram professoras ainda).

Iniciar um texto sobre a presença da mulher na educação infantil apresentando um caso envolvendo a figura masculina tem todo o sentido quando a proposta é refletir sobre a "novidade" frente ao "costumeiro". Sabemos que historicamente a educação infantil foi marcada pela presença feminina, principalmente elencada a atribuição fundamental do cuidado infantil. No entanto, vale destacar que a presença masculina tem sido timidamente crescente nas escolas de crianças pequenas.

A questão aqui colocada interessa a todos que debatem sobre a educação, sobretudo a de crianças na primeira etapa da educação básica. Há uma história e uma construção sociocultural que refletem em inquietações sobre o magistério feminino na educação

[140] Doutoranda em Educação, Arte e História da Cultura - Universidade Presbiteriana Mackenzie. Mestre em Educação - Universidade Nove de Julho.

[141] A repetição da palavra "homem" tem como propósito destacar o termo mais usado nos discursos de pais e educadoras da escola sobre o caso apresentado.

brasileira. Encontramos referências nas análises que abordam sobre gênero, feminismo, feminização do magistério, trabalho, entre outras abordagens teóricas. Aqui, a proposta é compartilhar recortes desses estudos para refletir sobre a presença marcante da mulher na educação infantil, alinhavando-os a depoimentos de professoras que cursaram programas de formação docente no século XX.

Aproximações com a história de professoras de crianças pequenas

As educadoras domésticas marcaram a educação de crianças e jovens no período imperial brasileiro. Trazidas para cá de outros países com costumes e experiências diferentes, ministravam aulas diversas aos filhos dos senhores de engenho, mas principalmente para as crianças maiores.

Podemos perceber essa relação no livro organizado a partir de cartas trocadas entre uma educadora alemã recém-chegada ao Brasil e sua amiga na terra natal, "Os meus romanos: alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil" (BINZER, 1994). Nos casos relatados em suas cartas, a existência da professora não estava ligada à ausência da mãe, mas sim ao acesso a instruções específicas, como as primeiras letras. Conforme Guacira Louro (2007, p. 444) destaca, "Os anos passavam, o Brasil caminhava para o século XX e, nas cidades e povoados, sem falar na imensidão rural, grande parte da população continuava analfabeta".

Essa realidade era comum, apesar das determinações para a criação das escolas de primeiras letras em 1827. Sobre esse período, Guacira Louro (2007) destaca também que nas escolas saber ler, escrever e contar era para meninos e meninas, mas havia diferenças de conteúdo. Exemplo disso é que, enquanto eles aprendiam geometria, elas aprendiam bordado e costura.

Essa diferenciação não se tratava apenas de execução de tarefas distintas na sociedade, mas de dominação, inclusive econômica, diferenciando o nível de remuneração no futuro para o que fossem exercer. Vale destacar ainda que, embora as escolas fossem para meninos e meninas, a autora sugere que o número de vagas ocupadas por meninos era maior, principalmente por questões socioculturais.

A educação nas escolas caminhou[142] dessa forma por um longo período, durante o qual os conhecimentos eram diferenciados por classes sociais e econômicas. A transmissão de conhecimentos não era diferente apenas para meninos e meninas, era também para as meninas ricas e as meninas pobres. As que mais seguiam para o caminho da instrução nas escolas eram as de famílias abastadas, e as professoras, fruto dessa instrução institucionalizada, eram moças de famílias ricas. A intenção não era apenas conquistar independência

[142] Não podemos afirmar, em pleno século XXI, que a educação deixou de caminhar dessa forma.

financeira, mas dar uma maior instrução às futuras mães, pois elas eram as primeiras educadoras dos seus filhos.

> Ela precisaria ser, em primeiro lugar, a mãe virtuosa, o *pilar de sustentação do lar*, a educadora das gerações do futuro. A educação da mulher seria feita, portanto, para além dela, já que sua justificativa não se encontrava em seus próprios anseios ou necessidades, mas em sua função social de educadora dos filhos ou, na linguagem republicana, na função de formadora dos futuros cidadãos. (LOURO, 2007, p. 446-447)

Durante a pesquisa de mestrado (PINEDA, 2010), ao investigar sobre a história da educação infantil do município de Jandira (SP), professoras contribuíram com depoimentos sobre sua atuação na educação pública e sua formação docente. Uma das entrevistadas foi a primeira professora de pré-escola da cidade, em 1967. A cidade iniciou sua história com instituições de ensino em 1928 com o Instituto José Manoel da Conceição, com o apoio das Igrejas Presbiterianas do Brasil. Porém, oferecia apenas ensino para adultos, homens e mulheres, com alojamentos separados. Os alunos que frequentavam esse instituto eram enviados por famílias de referência da igreja que tinham condições financeiras favoráveis para manter seus estudos.

Em depoimentos, percebeu-se que a maioria das mulheres estudava para lecionar. A professora destacada foi Anete Fontoura, normalista da Escola Caetano de Campo (São Paulo), formada em 1965. Durante a entrevista, ela destacou informações sobre sua formação que retratam esse período:

> Na Caetano de Campo era muito difícil de entrar. Só quem podia. Só tinha filho de rico, deputado etc. Por acaso minha mãe conseguiu me colocar lá, era muito concorrida e você tinha que estudar muito. [...] Foi uma escola fundada por D. Pedro I, foi a primeira Escola Normal de São Paulo e, depois para atender o científico e ao clássico, fizeram o terceiro andar. [...] A escola era muito rígida. Nós não tínhamos que saber somente as matérias, nós tínhamos que estudar parte de higiene e saúde. Nós fazíamos um ano de estágio no posto de puericultura, que funcionava na própria Caetano de Campos, no subsolo e, a finalidade, era você reconhecer na sala de aula, sintomas de tosse comprida, coqueluche, varíola, varicela [...] Orientar as mães como era importante ter as vacinas em dia, bem como alimentação [...]. (PINEDA, 2010, p. 183)

O trecho da entrevista confirma que o ensino institucionalizado era reservado às moças de famílias ricas e influentes na sociedade, bem como que a instrução recebida favorecia não somente a orientação de outras mães, mas também a própria, para aprender a ser uma boa mãe cuidadora.

O depoimento dessa professora foi ponto de partida para a pesquisa sobre a formação de professoras para a educação infantil. Uma área em que a atuação tinha como exclusividade a mulher, para cuidados de cunho maternal, com ações que garantissem a sobrevivência das crianças, cujas mães, em sua maioria, ausentavam-se para garantir o ritmo industrial.

O surgimento da Escola Normal, como a Caetano de Campos, em São Paulo, citada em entrevista, aconteceu no século XX como uma das medidas para rever o abandono da educação. Uma das culpas atribuídas era a ausência de bons mestres. Com os anos, percebeu-se que as vagas nas Escolas Normais eram ocupadas na maioria por mulheres, e cada vez mais os homens estavam abandonando esse ofício, já que, em decorrência da industrialização e urbanização, tinham melhores empregos ofertados. Esse movimento deu início no Brasil à "feminização do magistério". Esse processo foi polêmico na época, como Guacira Louro aborda:

> Para alguns parecia uma completa insensatez entregar às mulheres usualmente despreparadas, portadoras de cérebros "pouco desenvolvidos" pelo seu "desuso" a educação de crianças. [...]
> Outras vozes surgiam para argumentar na direção oposta. Afirmavam que as mulheres tinham, "por natureza", uma inclinação para o trato com as crianças, que elas eram as primeiras e "naturais educadoras" [...] uma atividade de amor, de entrega, de doação. A ele acorreriam aquelas que tivessem "vocação". (LOURO, 2007, p. 450)

Esse é apenas um dos trechos que Guacira Louro destaca, de grande relevância, para refletirmos sobre o que ainda hoje se pensa em determinadas discussões sobre a mulher na educação infantil. Muitas vezes, a isso atribui-se o descaso com a formação profissional, visto que já há uma vocação que daria conta do desenvolvimento da criança pequena.

O que se apresenta ainda hoje em escolas de educação infantil são resquícios do assistencialismo, tendo o cuidado como única proposta de trabalho. O direito à educação da criança em instituições educacionais, estabelecido constitucionalmente em 1988, a partir de 0 ano, com a finalidade principal do seu desenvolvimento integral, é garantido somente para as mães trabalhadoras. Inclusive, trabalhar ou não ainda é caráter classificatório de vaga em municípios do território paulista.

A criação de espaços para atendimento de crianças menores de 7 anos no Brasil ocorreu na transição do período republicano no Brasil, em decorrência principalmente da alta taxa de mortalidade infantil. A infância em terras brasileiras teve graves consequências com a dizimação de comunidades indígenas, as imigrações, a precariedade

da escravidão, os abandonos em Rodas ou Casas dos Expostos de crianças não desejadas, os sérios problemas de saneamento, alimentação, saúde, entre outras questões que apontavam para uma urgente medida do Estado. Mesmo assim, nesse período, muitas das instituições existentes surgiram por iniciativa de profissionais da saúde, como o Dr. Joaquim José de Menezes Vieira (1848-1897), que criou o primeiro jardim de infância no Rio de Janeiro, sob direção de sua esposa, D. Carlota de Menezes Vieira. Eram também criadas por instituições religiosas, como o Jardim de Crianças da Escola Americana, em São Paulo, dirigido por Miss Phoebe Thomas, ligada a missionários norte-americanos, e entidades filantrópicas, sempre com propósito de assistência à saúde.

Os jardins de infância públicos foram criados próximo a 1900, anexados às Escolas Normais (na Caetano de Campos, em 1896, em outras escolas no Rio de Janeiro, entre 1909 e 1922).



Professora Anete Fontoura, aluna estagiando no Jardim de Infância da Escola Normal Caetano de Campos, em 1965. (PINEDA, 2010, p. 184)[143]

[143] Foto cedida para a autora em junho de 2009.

As instituições eram dirigidas às crianças de mães da camada mais pobre até a década de 1940. Essa era uma das justificativas para o atendimento por mulheres nessas instituições, com vistas a suprir a ausência das mães que abasteciam o mercado financeiro brasileiro com sua mão de obra. Nessa mesma necessidade, com a saída das mulheres de classe média ao mercado de trabalho, a procura de vagas nas instituições foi crescente, dando incentivo à abertura de inúmeras escolas particulares.

A criação das instituições para crianças pequenas também teve relação com grandes fábricas que tinham mulheres em idade fértil trabalhando, conforme lei trabalhista de 1920, a fundação de creches em universidades e órgãos públicos, além de movimentos de imigrantes, que tinham conhecimento de ações de outros países para atendimento à primeira infância mantidas pelo Estado.

Um dos movimentos mais relevantes para a história da educação de bebês e crianças pequenas, com representatividade feminina, foi o Movimento Luta por Creches (MLC), liderado por mães trabalhadoras e educadoras, na década de 1970. Entre as várias reinvindicações aos constituintes, o grupo lutava principalmente pela construção de creches. O MLC tem atuado nas últimas décadas pela garantia do direito à educação não apenas gratuita, mas de qualidade, de acordo com as atuais propostas educacionais, com investimentos justos e políticas públicas considerando as especificidades da primeira infância.

A feminização do magistério teve também, além dos motivos trazidos neste texto, propósitos políticos, considerando ideologias feministas, busca por conquistas e igualdade de valores da classe, movimentos próprios que visavam a ascensão das mulheres na sociedade brasileira, sobretudo na educação.

> A ideologia feminista que se desenvolveu na esteira dessas primeiras reivindicações, centrada num grupo de mulheres de melhor extrato social, possuía desse grupo uma imagem própria que, embora preocupada com o destino da sociedade, concentrava em si o poder de renovação dessa mesma sociedade que oprimia e subordinava seu sexo em todas as camadas sociais. Sua maior força motivadora estava na crença de que conseguiriam maiores poderes se tivessem acesso à instrução. (ALMEIDA, 2006a, p. 141)

Ao mesmo tempo que a mulher, inserida no trabalho profissional, exerceria poderes na sociedade, não renegando funções biológicas da maternidade, muitas assumiam também poderes na criação dos seus filhos, o futuro de uma nação, no âmbito privado.

Um ponto relevante na história que podemos destacar é a ocupação das mulheres em cargos de administração escolar. Vimos que os homens saíram do magistério e as mulheres ocuparam as

vagas; não foi diferente nas secretarias e direções escolares. Por longo tempo, foi comum ver homens nas escolas ocupando cargos de chefia – diretores e supervisores –, regendo professoras mulheres. Com a saída deles e a entrada das muitas mulheres, o espaço de gestão foi feminizando também.

Assim como o alto índice da mortalidade infantil gerou uma concepção assistencialista e higienista em meados de 1900, o crescente índice de analfabetismo na década de 1970 também influenciou a educação de crianças pequenas no Brasil. Esse momento é conhecido por uma concepção preparatória ou compensatória da educação pré-escolar. Essa questão interferiu diretamente nos cursos de formação de professoras, considerando uma necessidade alfabetizar antes do ingresso ao ensino primário, compensando a fragilidade do ensino nos primeiros anos escolares. Vale ressaltar que o Ministério da Educação assumiu exatamente nessa época a administração da educação pré-escolar, que até então era de responsabilidade de órgãos ligados à saúde e assistência.

Os cursos de formação passaram a contemplar menos disciplinas relacionadas à saúde infantil, como as tradicionais aulas de puericultura (com foco na diminuição da taxa de mortalidade infantil), para dar foco às práticas de alfabetização das crianças pequenas. Os cursos que mais marcaram essa época foram o Magistério em escolas públicas e particulares e os cursos do CEFAM - Centro Específico de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério, em São Paulo. Nestes últimos, as alunas estudavam em um período e tinham aulas práticas e estágios no outro, recebendo bolsas financiadas pelo Estado.

As décadas de 1970 e 1980 foram marcadas por lutas e reivindicações de diferentes categorias, que buscavam mudanças constitucionais. A educação de bebês e crianças menores de 7 anos foi um dos pontos alterados na legislação, passando a ser responsabilidade do Estado a oferta gratuita de vagas em escolas públicas. No entanto, a legislação de maior impacto sobre a formação de professoras para a educação infantil foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, que reconhecia a educação infantil como a primeira etapa da educação básica brasileira. A partir da definição do objetivo principal de desenvolver integralmente as crianças pequenas, definiu-se também que, para atuar com elas, preferencialmente os professores deveriam ter formação específica em cursos de nível superior.

Nesse momento, professoras formadas em nível médio que já atuavam nas escolas havia anos precisaram ingressar nas instituições de ensino superior. O curso de Pedagogia recebeu uma demanda em massa de alunas, ocasionando várias consequências no processo formativo. Em pouco mais de 20 anos da promulgação da LDB, ainda podemos dizer que as mulheres são grande maioria na Pedagogia.

Essa preponderância feminina se apresenta também no corpo docente de escolas de educação infantil.

Considerações da história de professoras de crianças pequenas a partir de depoimentos

As aproximações empreendidas neste texto abrangeram estudos sobre a feminização do magistério no Brasil a partir do século XIX. Com o propósito de ampliar a abordagem do assunto em questão, buscamos depoimentos de professoras que cursaram programas de formação para compartilhar conosco suas vivências.

Ao todo, 13 professoras[144] responderam a um questionário que interrogava sobre o curso, o local e o ano de formação no magistério; se havia homens em suas turmas no curso; o que lhes era mais ensinado durante a formação; e suas percepções sobre o magistério feminino na educação de crianças pequenas.

Das 13 professoras, uma concluiu o curso na Escola Normal, em 1958 (Juazeiro, BA); dez concluíram o Magistério no período de 1971 a 1989, em sua maioria em diferentes cidades de São Paulo; e duas concluíram o curso do CEFAM entre 1992 e 1994. Das escolas referenciadas pelas professoras, quatro delas eram particulares e as demais, públicas. Duas das escolas particulares eram colégios de freira na Grande São Paulo.

Os estudos afirmam que por longo tempo os cursos de formação docente aconteceram em escolas religiosas, que formaram professoras dentro de suas crenças, valores e propósitos. Além do Instituto José Manuel da Conceição, na cidade de Jandira (SP), já citado neste texto, com apoio das Igrejas Presbiterianas no Brasil, o depoimento de uma das professoras confirma sobre o rigoroso processo de ingresso nessas escolas:

> Era um colégio de freiras, só para meninas [...] era uma coisa exata, meninas fazem magistério, meninos fazem outros cursos. [...] O colégio era pago, para entrar [...] meus pais tiveram que levar certidão de casamento, tinha que ter um padre ou um bispo apresentando o casal e, tinha também que, os filhos serem batizados na religião católica, aí você entrava. (P2)

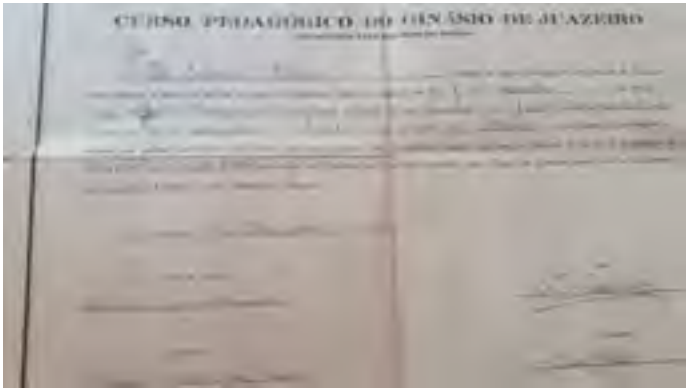
Nessas instituições religiosas era comum o ensino separado de alunas e alunos, no entanto, outras escolas permitiam o ingresso de homens no Magistério. Oito professoras que participaram da pesquisa confirmaram a ausência de alunos nos cursos de formação para professores em suas turmas; três apresentaram uma proporção mínima de homens nos cursos de CEFAM, como revelado nos depoimentos;

[144] As professoras serão identificadas de P1 a P13 nas transcrições feitas de suas respostas.

uma professora que declarou a presença de um maior número de homens por turma concordou, no entanto, que eram minoria. Declarou ainda que, "[...] por se tratar de um projeto inovador para a época, pois o CEFAM pagava um salário mínimo para os estudantes, tínhamos vários meninos que estudavam" (P12). Alegou que a bolsa oferecida era um atrativo, no entanto, muitos deles seguiram a carreira docente.

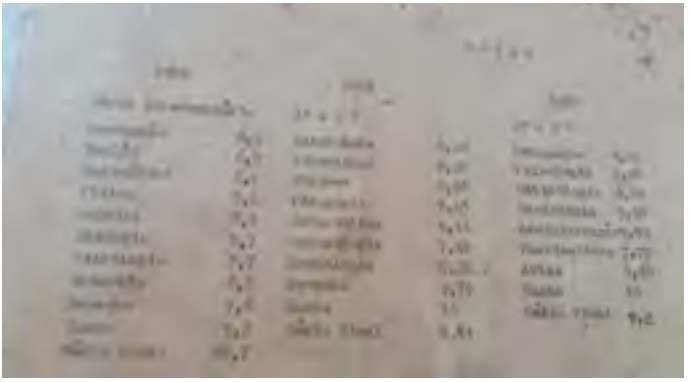
Sobre as disciplinas e o que mais era ensinado nos cursos, temos a necessidade de separá-las para empreender considerações mais específicas. Sobre os cursos normais, Guacira Louro (2007) contribui para o debate abordando como foram estruturados e as modificações posteriores que marcaram a formação de professores no Brasil. A transição das disciplinas adotadas no curso (como Psicologia, Puericultura e Higiene Escolar, ligadas ao cuidado infantil, frente aos problemas da precariedade na sociedade) é um dos assuntos tratados, e o depoimento da professora Josélia da Cunha traz esclarecimentos a esse respeito, focalizando um colégio no nordeste brasileiro na década de 1950.

> No primeiro ano a gente estudava desenho e canto [...] todas elas com aulas práticas também [...] No segundo ano a gente tinha administração, que era aula prática, e puericultura. Nesta disciplina a gente tinha que fazer além dos trabalhos práticos, a gente fazia visitas aos postos médicos, onde atendiam crianças, acesso aos tipos de vacinação, porque ao professor cabia muitas vezes de instruir os pais sobre as vacinas que existiam na época e, sobre os cuidados higiênicos que as crianças tinham que tomar conhecimento [...] Artes e canto no terceiro ano. Canto na verdade era do primeiro ao último ano porque a gente cantava muito nas escolas. [...] Lembro de cânticos que eram obrigatórios [...]. (P1)



Certificado de Josélia da Cunha do Curso Pedagógico do Ginásio de Juazeiro (BA), de 1958.[145]

[145] Foto cedida para a autora em outubro de 2019.



Verso do Certificado de Josélia da Cunha do Curso Pedagógico do Ginásio de Juazeiro (BA), de 1958, onde constam as disciplinas cursadas com as notas obtidas.[146]

A disciplina de Puericultura e outras que abordavam cuidados com a saúde infantil e de higiene estiveram presentes em cursos do Magistério, de acordo com o depoimento de três professoras. Outras três docentes alegaram que esses assuntos eram abordados nas aulas de Biologia de forma indireta.

Os cursos de Magistério e do CEFAM, de forma unânime nas respostas das professoras, foram bastante marcados pela prática. Durante esses cursos de formação havia uma dedicação mais exclusiva ao estudo e aperfeiçoamento da prática docente em sala de aula, diferentemente dos cursos de Pedagogia, em que o aluno dividia-se entre uma longa jornada de trabalho em funções diversificadas e algumas horas de estudo de seu exercício profissional futuro.

A disciplina e a permanente ocupação das meninas nos cursos de formação perduraram desde os cursos normais, no século XIX, até os magistérios e programas de formação em nível médio, no século XX. Nos depoimentos das professoras é comum a referência à disciplina e exigência desses cursos, assim como à ocupação em aulas teóricas e práticas, contando também com observações em salas de aulas, estágios e atividades externas complementares aos estudos.

Outras disciplinas que surgiram nos cursos a partir da década de 1980 estavam ligadas a metodologias e práticas de ensino, psicologia, sociologia, filosofia, didática, história da educação, métodos de alfabetização, materiais concretos, além de disciplinas de base comum no ensino das crianças (Língua Portuguesa, Matemática, Educação Artística, Educação Física etc.), entre outras que evidenciavam sempre a prática dentro do cotidiano escolar.

[146] Foto cedida para a autora em outubro de 2019.

Uma das professoras, que concluiu o Magistério em 1987, alegou claramente o ensino do construtivismo dentro das abordagens do curso: “Na época o livro que estava no auge era o Psicogênese da Língua Escrita, da Emília Ferreiro e Ana Teberosky, então a gente fazia estudo, análise [...] era em cima desse pensamento construtivista.” (P10) Outras professoras ratificaram o uso de materiais concretos, como jogos, pautado no mesmo método chegado ao Brasil na década de 1980.

Percebemos, por intermédio das disciplinas abordadas pelas professoras, o foco do que era ensinado e o que se esperava que elas colocassem em prática nas escolas nas respectivas épocas. Podemos analisar a partir daí intenções implícitas nos currículos dos programas de formação docente.

Outra observação que se pode fazer diz respeito ao rigor das atividades, assim como às responsabilidades que eram atribuídas às futuras professoras com vistas à nação a se construir. Vejamos: “Aprendíamos muito sobre a didática, organização, capricho, postura e ética. Teve professoras que deram bons exemplos de tudo isso.” (P4) Não somente as alunas aprendiam dessa forma, como as professoras eram modelos para o futuro exercício. Essa inferência é recorrente nas abordagens sobre as professoras nos cursos de formação, apontando que elas eram cobradas para serem modelo de boas mestres para suas alunas, considerando inclusive sua postura, forma de vestir, de falar, de se comportar.

O discurso do trabalho de meio período para as moças acompanhou toda a nossa história, até os dias atuais, quando muitas professoras e alunas do curso de Pedagogia alegam esse como um dos motivos para a opção pela docência. Na transição da mulher doméstica para a mulher trabalhadora, ocupá-la em um turno só seria uma intenção para que dessem conta de uma vida cheia de obrigações com a sociedade. Essa questão ficou evidenciada na resposta da professora P5, ao afirmar que as mulheres tinham uma visão de trabalhar meio período para se casar e cuidar dos filhos.

A reduzida carga horária na jornada também serviu de justificativa para os baixos salários de uma categoria em que o feminino é a maioria. Trabalhar é preciso, é possível, mas de forma a complementar, jamais sendo superior ao provedor da família, como foi interpretado por décadas. A questão da má remuneração das docentes foi destaque na resposta de duas professoras (P5 e P7).

Quanto à diferença salarial, Jane Almeida (2006a, p. 135) acrescenta que:

> Os setores ocupacionais com os menores salários são e sempre foram ocupados por mulheres, nos mais diversos países de economia capitalista, devido ao fato de que a opressão exercida ao

> longo dos séculos fez com que o trabalho por elas desempenhado fosse considerado hierarquicamente inferior.

No que se refere à representatividade feminina na educação de crianças pequenas e nos cursos de formação, as respostas nos apontam reflexões como:

> Todas as mulheres tinham magistério e eu tinha que fazer. (P2)

> No interior era orgulho as filhas fazerem magistério, era como a segunda mãe na escola. (P6)

> Foi bem representativo na profissão, pois a mulher era conhecida mais pelas atividades domésticas, com a saída das casas para o mercado de trabalho, foi rompendo com os preconceitos da mulher no mercado. (P10)

> Percebo o magistério como uma extensão do lar, a professora como tia, algo que a sociedade vê da professora sem preparo. Há uma desvalorização profissional. (P13)

Essas respostas das professoras marcam a permanência na sociedade da visão da mulher ligada ao magistério por questões maternais, de cuidado, alvo de desvalorização notória, apesar do romper com as barreiras profissionais.

Percebemos em um dos depoimentos que há uma preocupação com o assédio às crianças pequenas, o que, diante de fatos evidenciados na sociedade, nos remete ao que Jane Almeida (2006a, p.136, 138) aborda sobre preocupações morais no século XIX:

> A mão-de-obra feminina na educação principiou a revelar-se necessária, principalmente tendo em vista os impedimentos morais dos professores de educar as meninas e a recusa da sociedade à co-educação dos sexos, considerada perigosa do ponto de vista moral. [...]
> [...] o repúdio à co-educação e a necessidade de professoras para reger classes femininas, pois a moral vigente não via com bons olhos os professores ensinando meninas, possibilitaram a abertura de um espaço profissional para as mulheres na educação de crianças.

Outra professora (P11) acrescentou sobre o preconceito por parte das mães, principalmente, em aceitar homens trabalhando nas creches. Acredita que são as circunstâncias que fazem isso acontecer, e que o professor de educação infantil não é responsável apenas por ensinar conteúdos, pois envolve o lado afetivo, de cuidados íntimos com as crianças.

Entretanto, outra professora observa que

> É interessante como essa questão ainda prevalece hoje em dia. Até o século XX, a educação das crianças era totalmente responsabilidade das mulheres. A partir do final do século XX e início do século XXI, isso mudou em muitas famílias, com a participação mais efetiva dos homens no cuidado e educação dos filhos, no entanto, isso não se refletiu na educação formal, mostrando que ainda há um pensamento machista quando o assunto é homem educando crianças. (P8)

Finalizando nosso exame das respostas dadas pelas professoras, vale ressaltar que algumas concordam que a docência na primeira infância é espaço para homens e mulheres, embora notem que ainda há grande resistência acerca desse cenário por parte da comunidade escolar e dos próprios professores. No entanto, seria fundamental repensarmos a questão, considerando que a educação teria a ganhar com mais homens em sala de aula (P9), afinal, "[...] a profissão do professor é de transformação, não apenas espaço do feminino, mas de todos" (P3).

Considerações

A mulher como maioria na educação não é um dado novo, como pudemos perceber tanto no recorte histórico da pesquisa bibliográfica como nos relatos das professoras citadas do texto. Guacira Louro (2007, p. 452) destaca que Lourenço Filho observou em 1921 que:

> "O magistério primário é em todos os países do mundo uma função feminina; no Brasil, as últimas cifras publicadas avaliam a cooperação das mulheres em quase 70% do total de funcionários encarregados do ensino. Particularmente em São Paulo, há uma crise de homens no magistério público [...] Formaram-se, em 1881, nove homens e uma mulher, em 1882, nove mulheres e onze homens [...] Daí por diante, desde 1888, o número de senhoras formandas normalistas foi gradativamente crescendo, a ponto de nos últimos anos ser quase o triplo [...]"

Como visto, não foi apenas um motivo que levou as mulheres a se tornarem quase a totalidade na educação infantil. As razões perpassam por questões ligadas à vocação materna, como a ideia de que a mulher formada nessa área se tornaria uma mãe mais instruída que contribuiria para uma sociedade ideal. Ademais, supriria o "desencanto" dos homens pela profissão frente à industrialização e à urbanização. E também seria mais adequada sua presença por conta dos cuidados com a higiene e a saúde infantil, entre outros fatores. Todos os motivos listados reforçam que a feminização da educação

de crianças pequenas sempre esteve ligada a questões socioculturais, figurando a mulher como "solução" para o desenvolvimento do país.

No entanto, a representatividade feminina na educação de crianças foi marcada por lutas e reivindicações de movimentos ativos em busca de espaço no mercado profissional e rompimento de preconceitos contra a mulher em sua profissão.

Nos últimos anos lecionando no curso de Pedagogia, a proporção de alunos verificada era de dois homens para 55 mulheres, em média, persistindo ainda turmas que não tinham presença masculina. Isso reforça a preponderância do magistério feminino no Brasil, que perdura há mais de 100 anos.

Nas escolas de educação infantil, os homens também permanecem sendo minoria. Dos alunos que cursaram Pedagogia, na pergunta clichê realizada no início do curso sobre o motivo da procura por essa profissão, a maioria da "minoria" afirmou um interesse em atuar em uma nova profissão (provavelmente o nível crescente de desemprego tenha peso nessa decisão), outros apontaram a identificação com a profissão de professor. Entretanto, dos alunos que finalizaram o curso, apenas um apresentou interesse específico pela educação infantil e tem atuado nesse nível de ensino.

Chegaremos no tempo de homens escolherem adentrar a educação de bebês e crianças pequenas nas escolas, quebrando o magistério feminino que perpetua na nossa história? Há de se aguardar os desdobramentos de uma sociedade que se caracteriza pela liquidez na modernidade.

Referências

ALMEIDA, Jane Soares de. Vestígios para uma reinterpretação do magistério feminino em Portugal e no Brasil a partir do século XIX. In: SAVIANI, Dermeval (et al.). **O legado educacional do século XIX**. 2ª ed. Campinas: Autores Associados, 2006a.

_____. Mulheres na educação: missão, vocação e destino? A feminização do magistério ao longo do século XX. In: SAVIANI, Dermeval (et al.). **O legado educacional do século XX no Brasil**. 2ª ed. Campinas: Autores Associados, 2006b.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BINZER, Ina Von. **Os meus romanos:** alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

FONSECA, Tania M. Galli. **Gênero, subjetividade e trabalho**. Petrópolis: Vozes, 2000.

JARDILINO, José Rubens L.; NOSELLA, Paolo (Orgs.). **Os professores não erram:** ensaios de história e teoria sobre a profissão de mestre. São Paulo: Terras do Sonhar/ Edições Pulsar, 2005.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. 9ª ed. São Paulo: Contexto, 2007.

MONARCHA, Carlos (Org.). **Educação da infância brasileira:** 1875-1983. Campinas: Autores Associados, 2001.

PINEDA, Thatiana F. Guedes. **A formação docente em educação infantil no tatame educacional:** ouvindo professoras do município de Jandira (SP) sobre a formação continuada. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2010.

TROVA, Andreza Gessi; PINEDA, Thatiana F. Guedes. Aproximações do conhecimento histórico da educação infantil brasileira na formação inicial do pedagogo. In: QUEIROZ, Elaine de O. C. M.; VILHENA, Sylvia P. de A.; PINEDA, Thatiana F. G. (Orgs.). **Educação Infantil na formação do Pedagogo**. Pedagogia de A a Z, Vol. 4. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

Os saberes tradicionais e o saber científico em diálogo com a educação do campo

Maria Lucimar Matos de Lucena[147]

Introdução

Este ensaio busca relatar o processo de construção da política pública de educação do campo, o protagonismo dos seus sujeitos e a concepção de "educação do campo" a partir da visão do campo, na perspectiva das autoras Caldart, Molina e do Arroyo. Busca fazer um diálogo entre os saberes tradicionais e o conhecimento científico como referência para a superação dos preconceitos e relações de poder existentes. Trabalham-se os conceitos de conhecimento e saberes tradicionais a partir de Cunha, Mazalla e Peralta. Em Santos, trabalha-se o conceito de conhecimento-emancipação.

Nas últimas décadas, diversos sujeitos coletivos compostos de camponeses, que viviam sob a invisibilidade do Estado, quando da construção das políticas públicas, passaram a ocupar o cenário educacional brasileiro e se fazerem protagonistas desse espaço. Esses sujeitos, denominados de movimentos sociais do campo, através de suas lutas sociais e de práticas educativas nos seus territórios, têm conseguido articular importantes movimentos nacionais, principalmente as universidades públicas espalhadas pelo país, para a defesa de uma educação *no* campo e *do* campo. A luta desses movimentos tem sido pela construção de uma educação do campo que supere a visão de campo como lugar de atraso e de subordinação total à lógica do capital, e se contraponha à forte dominação econômica e hegemônica cultural da agricultura capitalista sobre a camponesa.

De acordo com Mazalla Neto e Bergamasco (2017), essa trajetória de luta e resistência camponesa e sua configuração nos movimentos sociais passaram a chamar atenção através de formas organizativas, tecnológicas e culturais com potencial de superar o agravamento dos problemas sociais e ambientais no campo brasileiro. É uma luta também por um projeto político pedagógico vinculado aos interesses da classe trabalhadora do campo, por uma educação que seja *no* e *do* campo, que considere a diversidade de povos indígenas, povos da floresta, comunidades tradicionais e camponesas, quilombolas, agricultores familiares, assentados, acampados, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos e trabalhadores assalariados rurais. Uma política que nasce enraizada nas lutas desses povos e sua cultura. Segundo Caldart (2012, p. 3),

[147] Mestranda em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural - PPG-MADER/ Universidade de Brasília. Professora da Secretaria de Estado de Educação do DF.

> A Educação do Campo nasceu tomando/precisando tomar posição no confronto de projetos de campo: contra a lógica do campo como lugar de negócio, que expulsa as famílias, que não precisa de educação nem de escolas porque precisa cada vez menos de gente, a afirmação da lógica da produção para a sustentação da vida em suas diferentes dimensões, necessidades, formas. Ao nascer lutando por direitos coletivos que dizem respeito à esfera do público, nasceu afirmando que não se trata de qualquer política pública: o debate é de forma, conteúdo e sujeitos envolvidos. A Educação do Campo nasceu também como crítica a uma educação pensada em si mesma ou em abstrato; seus sujeitos lutaram desde o começo para que o debate pedagógico se colasse à sua realidade, de relações sociais concretas, de vida acontecendo em sua necessária complexidade.

Portanto, foi numa perspectiva de política pública emancipatória que nasceu a concepção de educação do campo, na medida em que esta tem sido construída pelo protagonismo dos seus sujeitos, enfrentando os desafios na disputa contra o modelo hegemônico de sociedade desde sua elaboração até a sua execução. Segundo Fernandes (2015), somente através da participação efetiva dos governos e de instituições da sociedade, respeitando as relações e seus territórios, que se podem construir políticas públicas emancipatórias.

Ainda sobre a importância do protagonismo dos movimentos sociais na construção da educação do campo, Molina (2012) afirma que uma das maiores riquezas da experiência histórica da construção de políticas públicas para o campo refere-se exatamente à presença dos sujeitos coletivos de direitos. São eles e suas práticas os responsáveis pelas transformações por que tem passado a elaboração das políticas públicas na área. E essa transformação refere-se ao caráter coletivo dos direitos por eles propugnados. Direitos já existentes, embora esses grupos tenham sido, historicamente, excluídos da possibilidade de vivenciá-los.

Pensar a educação do campo é pensar o campo dos seus sujeitos e dos processos formadores que estão socialmente envolvidos. É pensar a superação de uma educação mercadológica e excludente. É pensar os processos produtivos que são a base de sustentação da vida humana. É perceber o campo como espaço de disputa de projetos de sociedade. Nessas disputas entram também as lutas ecológicas pelo direito a obter as necessidades ecológicas para a vida, energia, água, espaço para abrigar-se. São movimentos ecologistas que tratam de retirar os recursos naturais do sistema de mercado generalizado, da racionalidade mercantil, para mantê-los ou devolvê-los à ecologia humana.

Ademais, Left (2002) afirma que as práticas agroecológicas nos remetem à recuperação dos saberes tradicionais, a um passado no qual o humano era dono do seu saber, a um tempo em que seu saber

marcava um lugar no mundo e um sentido da existência. A agroecologia incorpora princípios ecológicos e valores culturais às práticas agrícolas que, com o tempo, foram desecologizadas e desculturalizadas pela capitalização e tecnificação da agricultura.

Fernandes e Molina (2005) defendem o campo como espaço de particularidades e matrizes culturais. Esse campo é repleto de possibilidades políticas, formação crítica, resistência, mística, identidades, histórias e produção das condições de existência social. Cabe, portanto, à educação do campo o papel de fomentar reflexões que acumulem forças e produções de saberes, no sentido de contribuir para a negação e/ou desconstrução do imaginário coletivo acerca da visão hierárquica entre o campo e a cidade.

Boaventura de Souza Santos (2004), ao contextualizar o conceito de ecologia dos saberes, traz uma discussão sobre a hegemonia e a dominação do conhecimento científico. Segundo ele, existem outros conhecimentos que dão conta de explicar a nossa realidade. Além disso, o autor ainda questiona a razão de serem denominados "tradicionais, alternativos ou periféricos" todos os "conhecimentos não científicos". Segundo o autor, a hierarquia entre o científico e o não científico evidencia uma relação de dominação. Santos reflete sobre a necessidade de igualdade entre essas formas diferentes de conhecimento e propõe o diálogo numa relação horizontal, na qual não haja conhecimento superior ou inferior, mas concepções diferentes da realidade que devem comunicar-se, tornando-se interdependentes.

A relação entre o saber popular e o científico, marcadamente desigual, ultrapassa as diferentes concepções que cada um possui acerca dos objetos e dos sujeitos. A hegemonia do saber científico significa também a hegemonia daqueles que detêm esse saber em detrimento daqueles que não o possuem. Isso significa afirmar que essa hegemonia é reflexo e reflete as relações desiguais entre grupos sociais. Ou seja, é também um contexto marcado pelas lutas por direitos e disputas de poder, caracterizando assim a educação do campo como categoria contra-hegemônica.

Ao se reportar à construção da política pública de educação do campo, Caldart (2015) afirma que a materialidade educativa da origem da educação do campo está nos processos formadores dos sujeitos coletivos da produção e das lutas sociais do campo. Por isso ela desafia o pensamento pedagógico a compreender esses processos políticos, sociais, econômicos e culturais como formadores do ser humano e, portanto, componentes de um projeto de educação emancipatória em todos os espaços, inclusive na escola.

Conhecimentos tradicionais e conhecimentos científicos são tipos diferentes de conhecimento, tanto em sua configuração quanto em sua forma de funcionamento. No entanto, é possível e se faz necessário estabelecer "pontes" entre os saberes tradicionais e o saber

científico, na defesa de que existem diferentes formas de conceber essa questão, conforme menciona Cunha (2007). A autora afirma ainda que Evans-Pritchard teria demonstrado não haver uma lógica diferente para cada um dos tipos de saberes, mas premissas distintas sobre o que existe ou não no mundo. Isso se explica pelo que afirmam Peralta e Lima (2012, p. 20-21):

> [...] o saber tradicional é local, isto é, incorporado (embedded) em um lugar e gerado através da experiência vivida por pessoas do lugar. Ao contrário, o conhecimento científico se propõe universal, totalizante, aplicável a vários contextos. A universalidade da ciência contrasta com a localidade do saber tradicional. Ao tentar transferir o saber local geralmente corre-se o risco de desloca-lo ou desencaixa-lo.

O acúmulo de saberes intuitivos e conhecimentos práticos tem sido responsável, no decorrer do tempo, pela evolução da espécie humana, bem como por sua continuidade. Tal acúmulo ocorre por meio da experimentação e de processos seletivos dos conhecimentos, que se materializam na relação entre os seres humanos e a natureza e são compartilhados com as gerações seguintes (SILVA, MELO NETO, 2015). Esses saberes, também denominados locais, são frutos de um longo processo de interação com a natureza, no qual os povos desenvolveram práticas e tecnologias de cuidado com o solo e de cultivo da terra.

Nesse sentido, a educação do campo precisa compreender a necessidade da luta pela terra e contra a hegemonia do projeto do agronegócio sobre o campesinato. Mais ainda, necessita entender que a própria educação depende da permanência dos sujeitos do campo e, para tanto, necessita do enfrentamento ao agronegócio, que nas suas contradições exclui qualquer ideia de educação do campo.

De acordo com Caldart (2012), a educação do campo combina luta pela educação com luta pela terra, pela reforma agrária, na lógica de seus sujeitos e suas relações. Uma política de educação do campo nunca será somente de educação em si mesma nem de educação escolar, embora se organize em torno dela.

> Fazer essa redução é extremamente grave porque tira a dimensão do conflito, da luta de classes, reduzindo-a aos processos de ensino aprendizagem que ocorrem no ambiente escolar. Estes processos são importantes e é necessário incidir sobre eles, pois ao fazer isso, também incidimos sobre como vai se constituindo a leitura de mundo dos educandos - apesar de ser muito mais que isso o desafio e a tarefa da Educação do Campo. (MOLINA, 2015, p. 382)

O avanço na garantia do direito à educação deve estar sempre vinculado à garantia do direito à terra, ao trabalho e à justiça social. Deve se dar nas disputas territoriais e na defesa de um modelo de desenvolvimento que viabilize a autonomia dos camponeses. Para tanto, faz-se necessário entender que as escolas *no* campo precisam ser *do* campo, atendendo a ideias e concepções pedagógicas que se identifiquem com os grupos, com as causas, histórias de vida e cultura do povo trabalhador do campo, e não seguir modelos copiados do meio urbano que não atendam às suas especificidades (ARROYO, CALDART, MOLINA, 2004).

Quanto às questões pedagógicas, a educação do campo tem dado atenção à luta pela democratização do acesso ao conhecimento, reconhecendo sua importância estratégica na formação de sujeitos capazes de construir novas alternativas populares para o desenvolvimento do campo (país). (CALDART, 2007)

Essas alternativas estão centradas nas relações de produção, nos espaços formativos e, principalmente, na relação com a terra. Para Wanderley (2011), é uma relação profundamente comprometida com seu território de vida e trabalho, e sua experiência de saberes ligada à manipulação da natureza na produção relacionada aos seres vivos constitui, assim, inovações tanto na produção quanto nas relações sociais e institucionais.

A educação do campo articula a luta pelo acesso universal ao conhecimento, à cultura e à educação com a luta pelo reconhecimento da legitimidade de seus sujeitos também como produtores de conhecimento, de cultura, de educação, tencionando assim algumas concepções dominantes, mas sem perder o foco na emancipação dos seus sujeitos, através das práticas coletivas de formação e de produção.

A respeito da emancipação das classes sociais oprimidas, Santos (2000) sugere que o conhecimento-emancipação tem de se converter num senso comum emancipatório, impondo-se ao preconceito conservador, prodigioso e impenetrável. A solidariedade como forma de conhecimento é a condição necessária da solidariedade enquanto prática política. O novo senso comum emancipatório, na visão de Santos, é discriminatório, construído para ser apropriado privilegiadamente pelos grupos sociais oprimidos, marginalizados ou excluídos. É um conhecimento que funciona com um pensamento solidário que procura reconhecer no outro não um objeto, mas sim um sujeito.

O conhecimento não pode ser deslocado de outras dimensões de um processo formativo, não pode haver separação entre conhecimento e valores de interesses sociais. Para a educação do campo é colocado o desafio de ir além das salas de aulas como transmissora de conhecimentos e espaço de socialização. A educação do campo precisa articular os conhecimentos de seus sujeitos, sistematizar as lutas de

seus coletivos e se postar numa perspectiva contra-hegemônica que contribua para o desenvolvimento das comunidades camponesas.

Ainda segundo Caldart (2007), a luta da educação do campo não é somente de acesso, mas também de produção do conhecimento, implicando outras lógicas de produção e superando a visão hierarquizada do conhecimento própria da modernidade capitalista. Ainda segundo a autora, há a necessidade de se afirmar a valorização do saber popular nos meios educacionais, e que é preciso aprofundar a compreensão da teia de tensões envolvida na produção de diferentes saberes, nos paradigmas de produção do conhecimento.

Considerações finais

A presença dos sujeitos coletivos do campo na luta por uma educação que os reconheça como sujeitos de direitos, que perceba o campo como espaço de vida e cultura e por políticas que sejam pensadas a partir das especificidades do campo rompe com um processo educacional dominante, que historicamente separou a educação da vida de seus sujeitos.

Os povos do campo se contrapõem a um processo educativo que os separa da produção do conhecimento, ignorando a vida real dos estudantes. Eles reivindicam a participação nesses processos, trazendo seus "saberes e fazeres" para dialogar com os conhecimentos científicos, e a apropriação, a partir desses processos, de novos conhecimentos que lhes possibilitem uma compreensão crítica da realidade e a capacitação para intervir sobre ela.

A presença dos camponeses nos espaços educativos, a valorização dos seus saberes e a preservação dos conhecimentos tradicionais promoverão uma melhoria na qualidade de vida não apenas desses sujeitos. Os resultados terão impactos para a sociedade, uma vez que a relação dos camponeses com a terra acontece, na sua grande maioria, com respeito à preservação dos recursos naturais.

Referências

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Orgs.). **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

CALDART, Roseli Salete (Org.). **A Educação do Campo, identidade e políticas públicas**. Brasília: Movimento Nacional por uma Educação do Campo, 2002.

_____. Sobre educação do campo. **Anais do III Seminário do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária** (PRONERA). Luziânia - GO, 02-05 out. 2007.

_____. Educação do campo. In: CALDART, R. (et al.) (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012, p. 257-265.

_____. **Sobre a especificidade da Educação do Campo e os desafios do momento atual**. Porto Alegre, 2015.

CUNHA, Manuela, C. Relações e dissensões entre saberes tradicionais e saber científico. **Revista USP**. São Paulo, n. 75, set./nov. 2007, p. 76-84.

FERNANDES, Bernardo Mançano; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete. "Primeira Conferência Nacional 'Por uma educação básica do campo': texto preparatório". In: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Orgs.). **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____; MOLINA, M. C. **O campo da Educação do campo**. Mimeo, 2005.

_____. Políticas públicas, questão agrária e desenvolvimento territorial rural no Brasil. In: GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio (Orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2015.

LEFT, H. Agroecologia e saber ambiental. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 36-51, 2002.

MAZALLA NETO, Wilon; BERGAMASCO, Sonia M. P. P. A experiência agroecológica e o fortalecimento da racionalidade camponesa na relação com a natureza. In: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (Orgs.). **Agricultura familiar brasileira:** desafios e perspectivas de futuro. Brasília: Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, 2017.

MOLINA, M. C.; FREITAS H. Avanços e desafios na construção da educação do campo. **Em Aberto**. Brasília, v. 24, n. 85, p. 17-31, abr. 2011.

_____. Políticas Públicas. In: CALDART, R. (et al.) (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012, p. 585-594.

_____; SÁ, L. Escola do Campo. In: CALDART, R. (et al.) (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012, p. 259-267.

_____. Educação do campo e o enfrentamento das tendências das atuais políticas públicas. **Educação em Perspectiva**. Viçosa, v. 6, n. 2, p. 378-400, jul./dez. 2015.

PERALTA, Nelissa; LIMA, Deborah. Conhecimentos científicos e saberes tradicionais: sinergia ou tradução? **Anais da 28ª Reunião Brasileira de Antropologia**. São Paulo, 02-05 jul. 2012.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A crítica da razão indolente:** contra o desperdício da experiência. Coleção “Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática”, Vol. 1. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **A Universidade no Século XXI:** para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. São Paulo: Cortez, 2004.

SILVA, Severino Felipe da; MELO NETO, José Francisco de. Saber popular e saber científico. **Revista Temas em Educação**. João Pessoa, v. 24, n. 2, jul./dez. 2015, p. 137-154.

WANDERLEY, M. N. B. A Sociologia do Mundo Rural e as Questões da Sociedade no Brasil Contemporâneo. **Ruris**. Campinas, v. 4, n. 1, 2011, p. 21-36.



www.emanuscrito.com.br

Formato do livro - 14cm X 21cm

1ª edição